

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

SER(TÃO) SEM FIM

**CARTOGRAFIAS SÓCIO-AMBIENTAIS ENTRE O ALTO SANTANA E O REMANSO
DO PARAÍBA**

ROSA CRISTINA MONTEIRO

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR DR. HÉCTOR ALIMONDA

**Rio de Janeiro
2001**

SER(TÃO) SEM FIM

CARTOGRAFIAS SÓCIO-AMBIENTAIS ENTRE O ALTO SANTANA E O REMANSO DO PARAÍBA

ROSA CRISTINA MONTEIRO

APROVADO EM 12/ setembro/2001

Dr. Antonio Carlos Diegues

Dr. Canrobert Costa Neto

Dr. Héctor Alimonda

Dr. Henri Acselrad

Dr. Roberto Moreira



Handwritten signatures of the five individuals listed on the left, written on a set of horizontal dotted lines.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

SER(TÃO) SEM FIM

**CARTOGRAFIAS SÓCIO-AMBIENTAIS ENTRE O ALTO SANTANA E
O REMANSO DO PARAÍBA**

ROSA CRISTINA MONTEIRO

SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR DR HECTOR ALIMONDA

Tese submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.
Área de concentração em Sociedade e Agricultura.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2001

**Ao meu pai
HODENIR FIDELIS MONTEIRO**

E aos seus netos: DENIS, DAN, PEDRO, MARUANA E JOÃO

AGRADECIMENTOS

Agradeço sobretudo:

Ao professor Doutor Flector Ahmonda, orientador atento, amável e encorajador, que deixou suas marcas pessoais no trabalho através dos caminhos sugeridos em seus cursos e indicações bibliográficas, sem fazer desta influência uma imposição de sentido, agradeço sinceramente pelo acompanhamento seguro que recebi, e deixo registrado meu apreço pelo seu modo sensível e original de conduzir uma orientação, sem omissão nem constrangimentos.

Ao professor Doutor Canrobert Costa Neto, que ministrou cursos decisivos na elaboração da perspectiva de tese aqui apresentada, e dispôs sua escuta generosa e competente em momentos de instabilidade e dúvida, sua infinita paciência me permitiu variar experimentalmente o rumo do trabalho algumas vezes, contando com sua avaliação e crítica para descartar alternativas estéreis e perseguir outras que pareceram fecundas.

Ao César Floriano dos Santos, arquiteto com quem tenho mantido uma interlocução ao longo de muitos anos, através da qual adquiri referências essenciais para a elaboração teórica aqui apresentada e realizei experiências fundamentais na formação de uma possível sensibilidade para a problemática do espaço vivido.

Ao José Marcos Froehlich, companheiro de curso e parceiro intelectual, que se dispôs a comentar cada etapa do trabalho, permitindo minha localização em vários campos de saber pelos quais ele transita facilmente e que representam limites importantes para mim; seu vigor crítico, aliado à sua amabilidade, favoreceram a expansão do meu projeto acadêmico inicial em direção a um horizonte existencial muito mais abrangente.

Ao Sebastião Deister, Carlos Augusto da Rocha Santos, Anita Lina Ramos Duarte e João Carlos Rodrigues, que aqui representam todas as demais pessoas com quem atravessei a jornada do trabalho de campo *Os personagens e atores* que fui encontrando ao longo da pesquisa passaram gentilmente da condição de pesquisados a pesquisadores, e cada um deles se tomou um multiplicador na busca de dados e elementos para reflexão. Tião, Bê, Nita e Carlos, aqui designados, tomaram-se, além disso, presenças insubstituíveis no meu coração.

A Selma Pacheco Guimarães, Suely de Oliveira Schustoff, Nilma Figueiredo de Almeida, Ângela Monteiro da Silva e Silvia Maria Melo Gonçalves, psicólogas, professoras do Departamento de Psicologia no qual trabalho, que viabilizaram a realização do curso, arcando com o ônus do meu afastamento integral das atividades docentes, condição essencial para cumprir os prazos exigidos

A Liliana da Escossia Melo e Célia Regina da Silvas Dias, amigas e doutorandas, que se interessaram pelo trabalho e me apoiaram muitas vezes, acrescentando seu carinho especial a situações que, sem elas, teriam se tomado imensos problemas existenciais a serem transpostos.

Ao Juan Bautista Polletta Martini, companheiro e aliado, que testemunhou cada passo deste longo processo, participando de todas as dimensões de um percurso que iniciou na decisão de ingressar no programa, até sua conclusão: estimulou, apostou, acompanhou, revisou textos, fotografou, presenciou minhas crises de entusiasmo, de tristeza, de incerteza, colocou seu saber, sua erudição e sua capacidade crítica ao alcance de minhas próprias reflexões. Este trabalho seria outro, ou sequer existiria, se eu não contasse com seu apoio.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 - A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UM LUGAR – DO ALTO SANTANA AO SERTÃO DA PARAHYBA

1.1 Abertura	08
1.2 Alto Santana	10
1.3 Considerações Acerca da Construção do Espaço-Mundo	24
1.4 Considerações Acerca da Desconstrução do Espaço-Mundo	41
1.5 Sertão da Parahyba	49
1.5.1 Recônditos Sertões	49
1.5.2 Passagens	57
1.5.3 Contornos	79
1.5.4 Isolamento	95
1.5.5 Deslocamentos	102
1.5.6 Composição Espacial Experimental	108
1.6 Síntese	117

2 - A REALIDADE PRESENTE DE UM SER(TÃO) SEM FIM -CONFLITOS ENTRE O *HABITAT* E O *HABITAR* EM UM CONTEXTO DE REORDENAÇÃO TERRITORIAL

2.1 Abertura	121
2.2 Domínio Virtual	123
2.3 Considerações Acerca da Cidade-Mundo	131
2.4 Interregno Filosófico	144
2.5 Horizontes do Espaço-Técnica	149
2.6 Nas Malhas da Rede e nas Linhas de Fuga	160
2.7 Ser(tão) Sem Fim – Iconografia	175
2.7.1 Planos Gerais	177
2.7.2 Valores Iconográficos	182
2.7.3 Ocupação à Beira-Rio - Paradoxos Construtivos-Destrutivos	202
2.7.4 Planeta Rural	208
2.8 Síntese	211

3 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE SITUAÇÕES PARADIGMÁTICAS EM UM CENÁRIO SÓCIO-AMBIENTAL	
3.1 Abertura	214
3.2 Considerações Acerca da Construção-Desconstrução do Cotidiano	216
3.3 Espaço-Tempo das Experiências Singulares	231
3.3.1 Plantadores: Famílias Floristas	232
3.3.2 Paisagistas: Subjetividades Mutantes em Busca de Futuro Sustentável	244
3.3.3 Tropeiros, Mateiros e Fazendeiros: um Devir Experimental de Preservação e Usos da Mata	256
3.4 Aqui e Agora	283
3.4.1 Sitiantes e Caseiros: Ânimos Anônimos	292
3.5 Síntese	307
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	310
5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	314
ANEXOS	
I – Território e Paisagem	323
II – Mapa com Localização dos Quadros Fotográficos	334

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	
Perfil esquemático do Rio Santana – (parte alta) – decalcado sobre mapa do IBGE	10
Figura 2	
Cartograma do IBGE (Base de Informações Municipais)	19
Figura 3	
Mapa do Município de Miguel Pereira – Regiões produtoras	20
Figura 4	
Distribuição dos conflitos urbanos por município – 1990 – Atlas Fundiário do RJ	21
Figura 5	
Região do Alto Santana - 1.50000 - IBGE	22
Figura 6	
Localização do primeiro Registro, na formação do Caminho Novo	57
Figura 7	
Fragmento da carta topográfica da capitania do RJ (1767) - Arquivo Nacional	62
Figura 8	
Mapa de caminhos, fornecido pelo pesquisador-historiador-jornalista Arnaud Pierre	78
Figura 9	
Traçado dos eixos ferroviários entre Miguel Pereira e Paraíba do Sul	94
Figura 10	
Rede de caminhos no Sertão da Parahyba	104

RESUMO

Reflexão crítica sobre o processo de ocupação territorial na parte alta do rio Santana, um dos componentes da bacia hidrográfica do rio Guandu, de importância estratégica no abastecimento de águas da cidade do Rio de Janeiro e municípios vizinhos. Uma análise foi realizada segundo os parâmetros da teoria social da constituição do espaço que tem origem nas posições de Henri Lefebvre, e que encontra continuidade em autores que entendem a formação das matrizes espaciais ao longo da história como exercícios na base material do poder. A avaliação histórica da ocupação na região culminou com a construção de uma perspectiva de reordenação territorial com ênfase nos paradigmas de vivência do espaço dos habitantes das localidades pesquisadas. A crítica da estrutura fundiária que predomina na região conduziu à identificação de situações a serem valorizadas, positiva e negativamente, na definição de exercícios políticos que visam à emancipação social. Entende-se que a problemática inicialmente colocada, de abundância ou escassez de recursos hídricos, não pode ser abordada sem uma pauta ética que evite a transformação de pessoas e coisas em valores instrumentais de uma racionalidade única, o que implica na urgente formação de linhas de comunicação que permitam compor/recompor redes de vizinhança e solidariedade entre segmentos sócio-culturais hoje dispersos e fragmentados.

ABSTRACT

A critical reflection about territorial settling in the high portion of Santana river, one tributary of the hidrografic basin of the Guandu river, which has a strategic importance to Rio de Janeiro and surroundings localities supplying of water. An analysis has been done, oriented by the social theory of space constitution which begins with Henri Lefebvre and goes ahead with other authors that also understand the historical setting up of spacial matrices as exercises in the material basis of power. The historical evaluation of the settling in the focused region has conducted the research to a perspective of territorial rearrange, with great accent on the spacial livings of people which dwelles in that place. The criticism of the present land structuration in the region has guided the investigation towards the identification of situations that have to be considered, positively or negatively, in an assumption of political exercises which fits social emancipation. The final conclusion is that the first problem of the research, about plenty or lack of water resources, cannot be broached without ethical rules which avoid the transformation of things and people in instrumental values of an unique rationality and this implies an urgent construction of communicative lines which allow the emergence of neighborhood and solidarity network between social-cultural fractions which are dispersed today.

**“Caminhos que vão a parte nenhuma
Entre dois prados,
Dir-se-ia de seu fim com suma
Arte desviados**

**Caminhos que não são
Freqüentemente mais que um lapso
Entre o puro espaço
E a estação.”**

R.M.Rilke - dos poemas esparsos e póstumos

APRESENTAÇÃO

Empreendemos uma pesquisa de três anos, desdobrando-a em dois registros: construção teórica e trabalho de campo.

Partimos de uma observação bastante simples: a diminuição progressiva do volume de águas do Rio Santana, um dos componentes da bacia hidrográfica do Rio Guandu, que abastece a cidade do Rio de Janeiro. Imaginamos, então, a importância de fazer um trabalho acompanhando as margens do rio, para compreender seu processo de ocupação e estimar cenários futuros com base na problemática ambiental.

As primeiras incursões ao campo, seguindo a contra-corrente do rio, nos levaram a distinguir imediatamente entre duas condições, correspondentes às partes “alta” e “baixa” do rio. É no limite entre estas duas posições que a diminuição do volume de águas se torna sensível.

Achamos conveniente situar nosso estudo na parte alta do Rio Santana, focalizando o trecho que vai de sua nascente até a localidade de Vera Cruz, município de Miguel Pereira (RJ), e então passamos a freqüentar o território procedendo a registros que incluem fotografias e entrevistas. Das idas ao campo resultou, de cada vez, uma caracterização do lugar segundo as paisagens percorridas, os atores sociais entrevistados e as experiências focalizadas.

À primeira localização no plano empírico – nascentes do Rio Santana – correspondeu, no plano teórico, uma reflexão crítica sobre os processos de configuração espacial que dão origem às referências territoriais atuais, com seus marcos definidos em escala mundial segundo um regime de coordenadas geográficas, e sua relação com o binômio desenvolvimento/subdesenvolvimento.

A partir deste primeiro movimento o horizonte do trabalho se alterou: na definição da unidade de análise fomos levados a minimizar algumas referências externas e seguir os vestígios de uma ordenação territorial endógena mais antiga, dissolvida na história, que aponta para uma extensa região que se estende da cabeceira do Rio Santana até um remanso do rio Paraíba do Sul, no município de mesmo nome.

A descoberta deste registro espacial e temporal foi entremeada pela descrição e crítica teórica dos processos mais amplos de produção social e cultural, de tal modo que nossa compreensão a respeito do problema das águas dos rios e a questão de sua conservação passou a exigir uma visada sobre o passado e a tentativa de estabelecimento de uma cartografia sócio-topológica do presente, com vistas à criação de novos regimes de visibilidade e conseqüentes transvalorações.

Elaboramos então uma composição espacial experimental, correspondente ao *Sertão da Parahyba* (designação histórica da região re-descoberta), atualizando a perspectiva de um possível processo de reordenação territorial

Esta é a matéria do Capítulo 1, que se apresenta como o eixo diagramático do trabalho. tanto no plano teórico quanto no plano empírico.

O movimento seguinte consistiu em dar densidade à proposta de reordenação territorial, colocando em interação teorias sociais críticas da constituição das matrizes espaço-temporais, e os dados emergentes de uma nova freqüência ao campo, já em presença do desenho regional alternativo.

Na seleção das referências teóricas utilizamos como parâmetro a posição dos autores frente à necessidade de operar rupturas com as tradições enraizadas no século XIX,

sob cuja axiomática nosso trabalho careceria de sentido, “por princípio”. Assim, privilegamos os argumentos que não cedem aos reducionismos mais comuns (principalmente os reducionismos econômicos) por admitirem que estamos experimentando uma transição paradigmática, onde queremos alcançar a compreensão de processos complexos e, portanto, irreduzíveis e multideterminados.

Com a teoria buscamos transitar entre o “real abstrato” do raciocínio lógico-formal, fundado em conceitos, e o “real concreto” das ações e percepções, formado na experiência.

As descrições no plano empírico basearam-se, neste estágio, no compromisso com uma utopia, ou melhor, heterotopia, de caráter ecológico e democrático.

Visamos estabelecer uma sincronicidade entre as generalizações das disciplinas teóricas e a pontualidade dos fenômenos locais. Chegamos com este procedimento a uma segunda apresentação da proposta de reordenação territorial, onde pretendemos ter transbordado a questão do passado, para deixar transparecer os conflitos na condição atual.

O *Sertão da Parahyba*, apresentado antes, foi recolocado em perspectiva, não mais em seu perfil histórico, mas já então numa dimensão temporal mais abrangente, enquanto experiência a ser atualizada, realizada – *Ser(tão) sem fim*.

O Capítulo 2 apresenta os resultados desta etapa de elaboração, cujo acento teórico é principalmente axiomático, e a parte empírica corresponde à apresentação icônica de lugares.

Quando chegamos com a crítica teórica e o aparato das observações ao limite do domínio existencial, nosso percurso no trabalho, até então marcado pela “exteriorização” das referências (ampliação do campo empírico e abertura teórica) passou por uma inflexão, no sentido de “interiorizar” as questões espaço-temporais: em teoria elegemos

os autores que atribuíram um valor “militante” aos seus próprios trabalhos, aproximando duas atividades distintas – a análise do presente e a vontade de construir o futuro; no trabalho de campo passamos a assinalar certos pontos sobre o percurso proposto, experiências singulares, colocadas em evidência por sua pregnância no presente e potencialidade de estender linhas de duração na construção de uma vontade de futuro.

Alguns vetores que definem o projeto de reordenação territorial no *Sertão* foram traduzidos na crônica de três situações particulares que parecem paradigmáticas na construção espaço-tempo: *Plantadores Floristas; Paisagistas; Tropeiros, Mateiros e Floresteiros*.

Este terceiro movimento é marcado por uma sub-divisão - em um primeiro momento o predomínio na reflexão e narrativa das experiências é das questões sócio-culturais; no segundo momento, caminhando decididamente rumo à maior complexidade no tratamento do tema da construção das matrizes espaço-temporais, passamos a focalizar também a dimensão da subjetividade e, com ela, a impossibilidade mesma de fixar matrizes, apontando para a força (des)ordenadora da criatividade humana e a necessidade de restaurar os processos pelos quais esta força possa fluir, para chegar ao ponto de percolação em que a realidade possa ser efetivamente transformada; ou seja, o ponto de percolação onde o Possível possa se conjugar com o Desejo, e não apenas com o Inevitável.

Há neste caso uma aposta ética, e é com ela que encerramos o trabalho. Nossas considerações sobre *Sitiantes e Caseiros* têm como objetivo destronar uma certa realidade, para estabelecer, pelo menos, uma incerteza.

O Capítulo 3 implica o terceiro movimento, programático.

Ao adotar este procedimento metodológico que implica em saltos qualitativos entre diferentes tempos da pesquisa, achamos conveniente abandonar a forma convencional da narrativa acadêmica, que prevê capítulos específicos para introdução teórica, metodologia, revisão de literatura, apresentação e discussão de resultados. Adotamos aqui uma estrutura narrativa onde os capítulos correspondem aos estágios de elaboração da pesquisa, e conseqüente processo de construção-desconstrução-reconstrução do objeto. Cada capítulo contém uma “abertura” que introduz problemas, uma seqüência de seções que intercalam reflexão teórica e descrições empíricas, contemplando portanto revisões de literatura e apresentação de resultados, e culmina com uma síntese que conclui e prepara o passo seguinte.

Deixamos em anexo um ensaio sobre *Paisagens*, porque este é um tema que transversaliza todo o trabalho e aparece, explícita ou implicitamente, em várias passagens do texto: o anexo se justifica neste caso em substituição a vários esclarecimentos que acabariam dando origem a muito mais notas de rodapé do que seria desejável; ou, de outro modo, o tema exigiria um capítulo inteiro e acabaria por imperar no trabalho; sendo assim, achamos que a inclusão em anexo dá o tratamento suficiente à questão.

Recorremos freqüentemente à literatura (em sentido restrito) para elaborar a dimensão subjetiva do trabalho de campo e para aumentar a compreensão de alguns processos sabiamente descritos e interpretados por romancistas e poetas. Optamos por decalcar este aspecto vivencial da pesquisa mantendo alguns trechos escolhidos como epígrafes nas seções. Nossa pretensão é que tais citações assinalem dimensões inatingíveis na escrita comum de um pesquisador.

CAPÍTULO 1

1.1 - ABERTURA

Nosso problema inicial é a reflexão crítica a respeito da composição territorial que envolve a nascente e a parte alta do Rio Santana, cujo volume de águas tem diminuído significativamente nos três últimos anos, assim como a qualidade da água corrente tem se alterado, apresentando sinais evidentes de erosão às margens do leito.

Trata-se de encontrar possibilidades de análise dos processos de ocupação em um “espaço” aparentemente bem circunscrito, estimando os efeitos destes processos do ponto de vista da capacidade do espaço para servir de suporte à presença humana em condições saudáveis.

A proposição que serve de ponto de partida às nossas reflexões é que o espaço é uma **produção social**, implicando **jogos de forças e relações de poder**.

Desde logo fica assinalada nossa distância crítica frente às teorias sociais que tratam o espaço como uma dimensão neutra, dado da natureza, atributo dos objetos, uma

crítica social consistente e conseqüente se encaminha decididamente para um crescente protagonismo do “espaço” enquanto base material do poder, destronando o império da História (tempo) a favor de uma historicidade que não se compreende fora de sua correlação com as práticas de apropriação dos lugares.

O processo de produção **social** do espaço está cercado por dois outros, relativos à filogênese – formação de espaços das **espécies** – e à ontogênese – formação de espaços **individuais**.

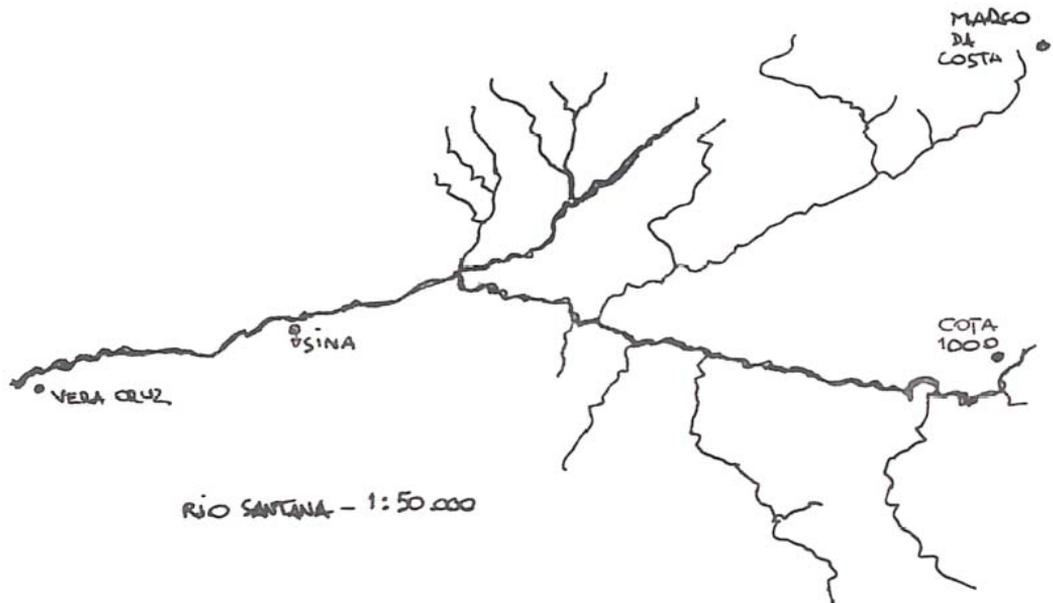
No relacionamento com as outras espécies, o *habitat* humano é objeto de investigações por parte de ecólogos e etólogos. A psicologia estuda preferencialmente a formação do espaço individual.

No imbricamento destes dois níveis, e em sua provável superação, uma outra realidade acerca do espaço se apresenta – é a sua construção através da mediação da sociedade e da cultura. A este nível trabalham o código linguístico, que impõe o conjunto das significações sociais, e as práticas, que produzem e constroem sentidos, numa interação dialética que promove reprodução e transformação social.

A posição crítica com respeito à produção social do espaço consiste em reconhecer e analisar os processos materiais desta produção, pela identificação dos fatores que entram em confronto, conflito ou luta, e a realização de uma cartografia do modo próprio de interação destes fatores. Por isso um longo capítulo se estende à nossa frente.

Começamos por expor a conformação de um espaço com o qual, no qual ou contra o qual estamos envolvidos, a partir de certas convenções que se dão por referências oficiais nos estudos territoriais.

Figura 1 – Perfil esquemático do Rio Santana (parte alta) – decalcado sobre mapa do IBGE



1.2 - ALTO SANTANA

Nosso ponto de partida é o município de Miguel pereira, no qual se localizam a nascente e a parte principal do rio Santana.

O município está situado na latitude 22, 27 S e longitude 43, 22 W, no Estado do Rio de Janeiro (BR), a uma altitude de 618 m., possui uma área de 288 km² e tem clima temperado e sub-tropical, com temperaturas médias variando entre 28° centígrados no verão e 19° centígrados no inverno. Os dados obtidos pelo IBGE (Base de Informações Municipais – 1998) informam uma população de 20.093 habitantes (9.678 homens e 10.417 mulheres), sendo que 83, 1% vivem em área urbana. Segundo a mesma fonte,

Miguel Pereira possui 93 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área de 5.978 hectares, com produção animal e vegetal estimada em 668 mil reais anuais. O Valor do Imposto Territorial Rural, em 1998, totalizou 8771 reais.¹

Miguel Pereira faz fronteira com os municípios de Paty do Alferes, Petrópolis, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Paracambi, Paulo de Frontim e Vassouras; a cidade foi criada em 1955, destacando-se do Município de Vassouras (vide figura 2) e está formada por três distritos, sendo que nos interessa focalizar o terceiro distrito, que inclui: a) o núcleo urbano de Governador Portela, organizado em torno de uma antiga oficina de trens; b) as localidades de Conrado, Mangueiras e Paes Leme, nas partes baixas do município que fazem fronteira com o Município de Japeri e, c) as localidades de Vera Cruz, etc. (vide figura 3).

Segundo as informações do Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro, não há conflitos de terra no município de Miguel Pereira.² (vide figura 4)

O município (e o distrito que estudamos) compreende duas áreas bem distintas, em função das altitudes: a parte baixa (em contigüidade com os municípios da Baixada Fluminense) e a parte alta (que permite concebê-lo como pertencente à região serrana fluminense, em sua contigüidade com Petrópolis e Vassouras).

¹ A Prefeitura no entanto estima uma população atual de cerca de 25.540 habitantes (segundo dados da Secretaria de Cultura). Com respeito aos estabelecimentos agropecuários e a área ocupada com esta atividade, a Federação de Agricultura do RJ, em 1997, informava valores muito diferentes: 154 (71%) propriedades de até 64 ha; 34 (15%) propriedades com 64 a 200 ha e 27 (14%) propriedades com áreas acima de 200 ha, o que totalizava 17 669 ha. Na dúvida quanto à fidedignidade de cada uma das fontes, manteremos sempre os dados do IBGE para garantir um padrão de comparação.

² Este dado merece ser atualizado, uma vez que no segundo semestre de 1999 instalou-se no município um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reivindicando a ocupação da Fazenda Sant'Anna, na parte baixa do município, em contigüidade com Japeri. A fazenda não permanece ocupada, mas o acampamento prosseguiu durante algum tempo nas terras da Rede Ferroviária Federal, sobre os trilhos de uma linha desativada, O grupo saiu para instalar-se na Fazenda Santa Cruz, mas ainda é sensível a presença do movimento na área.

A parte alta está disposta no Maciço da Serra do Couto, que por sua vez integra o grande complexo da Serra do Mar. Aí nascem vários rios e riachos que convergem para formar, a partir de certo ponto, o Rio Santana, cuja cabeceira é localizada na Serra do Tinguá, entre Miguel Pereira e Petrópolis. O percurso deste rio também é identificado por suas partes “alta” e “baixa”.

Na apresentação feita por um escritor local, o Rio Santana:

“...nasce timidamente nas proximidades da divisa com o município de Petrópolis, e depois de serpentear pelas Serras do Couto e da Viúva, alimentado por vários pequenos e fiéis afluentes, deságua no rio Guandú, à altura de Japeri.

Geologicamente trata-se de um rio jovem, caracterizado assim por um reduzido número de meandros sedimentares e pela largura modesta. Outra particularidade típica de sua juventude é a considerável presença de imensas pedras eruptivas em seu leito raso e em suas barrancas argilosas, as quais, em consequência da curta vida do rio, ainda não foram erodidas pela força de suas águas perenes.

Sendo um curso fluvial de altas montanhas, o rio Santana não oferece trechos adequados a banhos e mergulhos, apresentando todavia, em determinados locais próximos das localidades de Vera Cruz e Arcádia, algumas enseadas com águas serenas e rasas e nivelados depósitos de areia clara em suas margens.

Após Conrado, espraiando-se lentamente pela planície – e já então bem longe de olhos humanos – o rio Santana despe-se de suas características originais e apresenta-se manso, alargado e com diversos areais em suas margens...” (Deister, S. 1998. p.572)

Assim como o município, as áreas relativas ao Rio Santana também se dividem segundo as altitudes: o “baixo Santana” compreende os distritos de Arcádia, Conrado, Mangueira e Paes Leme. O “alto Santana” compreende as localidades de Vera Cruz, Marco da Costa, Catete, Vila Susana e Cruz das Almas. (vide figura 3).

A transição entre as partes “alta” e “baixa” está hoje bem marcada pela construção de uma represa para captação de água (CEDAE) e distribuição no próprio município. Apesar de algumas discussões terem marcado o início da obra da represa, com a manifestação ocasional de veículos de divulgação de notícias ligados a Organizações Não Governamentais locais, a verdade é que os movimentos foram suficientes apenas para influenciar na escolha do local onde a represa seria construída, de modo que o impacto não atingisse as áreas mais altas, onde se considera que existe o maior patrimônio natural ainda e, sobretudo, onde a especulação imobiliária conta com a valorização da “paisagem”.

O local definido para a instalação da represa passou a representar um corte regional bastante sensível e se antes era possível falar da região do “alto Santana” a partir de limites mais ou menos arbitrários, agora é mister localizar a região como sendo o “para lá” da represa.

“A CEDAE PASSOU POR AQUI

Obra da CEDAE não tem relatório de impacto ambiental

Ruas rasgadas, descaracterizadas, sujas e esburacadas. A CEDAE deixará marcas permanentes de sua passagem pelo município. Estas são as primeiras, e menores, conseqüências da obra ilegal que a Companhia de Águas e Esgotos está construindo no bairro de Vera Cruz. A barragem para a captação de águas do Rio Santana poderá alterar drasticamente o equilíbrio ecológico na região.

A obra é ilegal porque está sendo construída sem o EIA - estudo de impacto ambiental, contrariando a Lei Federal e a lei orgânica do município. Desde o início das obras, a população de Vera Cruz, através da associação de moradores e das ONG's SOECAL e INSTITUTO TERRA, vem denunciando a inexistência do RIMA. De acordo com os membros do Centro de Referência de Cidadania pelas Águas, do

CREA-RJ, os impactos causados por uma obra deste porte só podem ser avaliados com pesquisa científica. Caso o RIMA não seja realizado, a população tem o direito de entrar com processo de responsabilidade contra a CEDAE e a prefeitura./

Em outubro a CEDAE foi inquirida pelo jornal O Dia e teve de se pronunciar. Segundo ela, a obra, no valor de R\$ 6.476.995, 76 (seis milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, novecentos e noventa e cinco reais e setenta e seis centavos), foi liberada de RIMA pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Sob os olhares tristes dos moradores, a antiga estação de trem de Frágoso, construída no início do século foi derrubada. A linha férrea sumiu. Nos dois canteiros de obras abandonados, as margens do Rio Santana encontram-se irreconhecíveis. Durante todo o ano de 1999, a população de Vera Cruz e Miguel Pereira assistiu atônita aos movimentos de máquinas rasgando a cidade para a passagem de canos. A Estrada do Chatimiere, por exemplo, foi perfurada duas vezes e suas pedras, que antes montavam um dos mosaicos mais bucólicos da cidade, foram recolocados de forma displicente, deixando a rua praticamente com mão única. Isto se repetiu por toda a cidade. A batalha silenciosa que vem sendo travada pela população de Vera Cruz está longe de acabar./

Quem no final está ganhando com esta obra? Pelo visto a CEDAE ainda terá que recompensar a população pelo impacto causado pela obra e a Prefeitura e o Vereador responderão, no mínimo, por omissão. Afinal, as eleições estão aí e os responsáveis por este crime ambiental prestarão conta de seus atos.” (Jornal Folha da Terra. Ano 1, nº. 1, dez-1999)

Na baixada, vários processos de degradação ambiental se impõem em ritmo acelerado, sendo que o mais grave é a extração de areia, que ultrapassou a escala artesanal e acontece neste momento sob uma mecanização pesada. A ocupação populacional nas margens do rio, que ocorre sem que se leve em consideração os limites estabelecidos pela legislação ambiental, é outro problema grave. Muitos indicadores apontam para a

necessidade de acionar os dispositivos legais que já existem para regular a apropriação do espaço neste contexto. O problema aí é, portanto, em primeira instância, um problema de política pública, que esbarra com todos os reveses conhecidos: os órgãos que fiscalizam não têm capacidade de embargo e apreensão, os órgãos que legislam não consideram as especificidades regionais, interesses financeiros de grande porte se sobrepõem aos interesses públicos maiores, as estratégias eleitoreiras dos políticos locais supõem a negligência e até a cumplicidade com os agentes das práticas predatórias, as secretarias de Estado não oferecem planos alternativos para redirecionar os modos de ocupação dos territórios.

Na parte alta do rio Santana a problemática é significativamente diferente.

A Legislação Ambiental Básica da FEEMA (1992) inclui o Decreto no. 9760 de 11 de março de 1987, no qual se lê, no Capítulo II, que trata “Da Localização de Áreas de Interesse Especial”:

“XXII - Município de Miguel Pereira:

‘Áreas de proteção aos mananciais de classe I: represa Cupido de Cima e córregos contribuintes, represa das Pedras Ruivas, represa Cupido de Baixo, **Vera Cruz e córregos contribuintes...** (grifo nosso)” (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - 1992. p.264)

A Serra do Tinguá, que envolve a nascente do rio, faz fronteira com municípios da baixada fluminense responsáveis por elevados níveis de emissão de gases poluentes. A vegetação é, portanto, aí, fator fundamental de restauração de equilíbrios ecológicos, e há um reconhecimento público a respeito desta necessidade, correlativo a toda a discussão atual sobre a questão das florestas, em nível mundial.

A ocupação em torno do rio, na parte alta, passa por uma tensão importante: a penetração dos vetores de urbanização (sub-urbanização) precipitam a degradação ambiental principalmente pelo desmatamento, contaminação das águas e erosão dos caminhos, e rivalizam com um vetor de atividades “ambientalmente” concebidas, mais ou menos conscientemente; a velocidade com que os fatores do primeiro vetor avançam representa forte ameaça aos fatores do segundo vetor.

Na configuração do Município de Miguel Pereira a região “alta” do rio Santana é identificada como *zona rural*, na medida em que aí se concentra um grande número de estabelecimentos agropecuários, de pequeno e médio porte. Ultrapassando a localidade de Vera Cruz, que situamos na transição entre o alto e o baixo do rio Santana, entramos no território de Marco da Costa e com ele chegamos aos “confins” de Miguel Pereira. Da ótica da cidade, o lugar é o mais “atrasado”, ou seja, aquele que carece de equipamentos urbanos.

Diferente é a ótica da Secretaria de Agricultura, que encontra nesta área um campo de atuação privilegiado. Em nossa pesquisa interessou-nos conhecer a posição de engenheiros agrônomos e do próprio Secretário de Agricultura quanto à possibilidade de particularizarmos um estudo nessa região, ratificando o corte territorial que as observações apontam em um plano meramente sensível: o Alto Santana e o Baixo Santana. Obtivemos respostas esclarecedoras neste sentido, com a afirmação dos políticos e técnicos a respeito da individuação do espaço do Alto, sob os seguintes argumentos:

“É uma área bem distinta das outras áreas...” [E - como você caracteriza essa diferença?] Esta foi uma área, em termos de desenvolvimento agrícola, mais antiga. Principalmente começada pelos portugueses que se radicaram naquela região lá. Aquela região de Facão, principalmente a de Facão... Alguns agricultores lá

descobriram que podiam ganhar algum dinheiro com a cultura da cenoura [E - em MC?] Sim, sim. Pequenos produtores que começaram a cultivar cenoura lá, que hoje a gente já nem encontra mais. [E - não encontra nem registro?!...] É, é, mas foi considerada uma região importante na produção dessa cultura... [E - Muito antigamente?!] Não tão antigamente, década de 70... Na verdade aquela região não era explorada, pelo que a gente sabe, não era uma região cultivada. Começou a ir algumas famílias para lá, há não muitos anos não. Me parece que na década de 50. Petrópolis era a cidade. Algumas famílias começaram a se afastar, vindo de Petrópolis para esta região. Ocuparam primeiro a localidade de Vale das Princesas, onde tem aquela escolinha lá... Já quase no limite, divisa com Petrópolis. E depois vieram ocupando de lá para cá... [E - você também assinalou Facão, como um lugar que tem lá sua singularidade...] É, a singularidade de Facão é a produção de flores pelos portugueses, pelas famílias portuguesas. [E - e este cultivo é notável, não é? Porque ainda serve de referência, pelo menos “simbólica”] Não, não é tão “simbólica” assim não... [E - é efetiva?] É, é efetiva. Uma produção bastante interessante lá; porque inclusive os herdeiros, os filhos dos portugueses mais antigos, genros... aqueles que se casaram com as filhas dos portugueses... eles continuam ainda desenvolvendo a floricultura lá [E - são pequenas unidades; dá para dizer que é agricultura familiar?] **É, é agricultura familiar. Ali realmente é agricultura familiar.** Porque é uma característica, não é, das famílias portuguesas não contratar mão de obra. A própria família desenvolve. O que a própria família tem condições de produzir eles fazem, o que passa disso eles não fazem agricultura como ou outros produtores da região... **Ali é rural** realmente.”

Trecho da entrevista com o engenheiro agrônomo Armando Oka. 1999

“[E - a primeira pergunta que eu costumo fazer é como é que você focaliza aquela região no conjunto de Miguel Pereira. Estamos passando por Marco da Costa, Cruz das Almas, Catete, Facão, Vale das Princesas. Como é que você descreveria esta região? Ela tem alguma particularidade?] **Realmente esta região**

é onde está concentrado o maior número de produtores organizados. Com a maior diversidade de produtos agrícolas. Nós temos aqui olericultura, fruticultura, muita floricultura, bastante louro e essa região é uma região onde inclusive os produtores têm freqüentado mais o Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural. Participação ativa: eles receberam lá nessa região dois micro-tratores, receberam quatro mulas, para arar a terra em que o trator não vai, por solicitação deles mesmos, e eles têm um interesse muito grande em melhorar a produtividade. E eles são receptivos às novas técnicas. [E - o que você chama de novas técnicas?] O uso do microtrator. A introdução de mudas com uma produtividade comprovada... Eles freqüentam o Conselho, eles se interessam, eles trazem sugestão, eles participaram intensivamente do primeiro concurso dos produtos agrícolas da região. E isso tudo nos mostra o interesse deles. Tanto é que nós vamos até, neste ano 2000 realizar lá uma das reuniões do Conselho. Nessa região a gente observa a participação familiar. Lá o cunhado colabora com o irmão do fulano, os vizinhos se ajudam e eles têm uma noção muito grande de comunidade. A gente percebe isso. Não há confirmação, mas se percebe. Vale a pena observar isso melhor... [E - quais são as formas de organização comunitária que você sabe que eles têm?] Eles têm uma associação de produtores rurais, que deve se desmembrar futuramente, devido ao interesse deles. A região é muito grande; essa região vai de Marco da Costa ao Vale das Princesas, então ali provavelmente, em Vila Susana, onde tem uma concentração muito grande de produtores, e onde a EMATER, obviamente como uma retroalimentação se dedica mais. Isto é uma coisa que fica claro. Quando há o interesse, há uma determinação maior em colaborar...

Trecho da entrevista com o Dr. Paulo Cesar Cassino – Secretário de Agricultura e Desenvolvimento de – 1999.

Ficaremos assim com a designação de Alto Santana para abordar toda uma região do Município de Miguel Pereira, compreendida entre a localidade de Vera Cruz e as

fronteiras altas do município, com a Serra do Tinguá (Petrópolis) e o município de Paty do Alferes (vide figuras 2 e 3). Privilegiamos esta região porque parece que aí se encontra uma condição espaço-temporal de rara complexidade, ainda não suficientemente explorada.

Nosso movimento, a partir deste ponto, será o de buscar compreender a valorização relativa dos lugares, colocando em discussão este primeiro olhar que indica “atraso”, que separa e hierarquiza as regiões.

Figura 2 – Cartograma do IBGE (BIM) – Miguel Pereira e municípios vizinhos

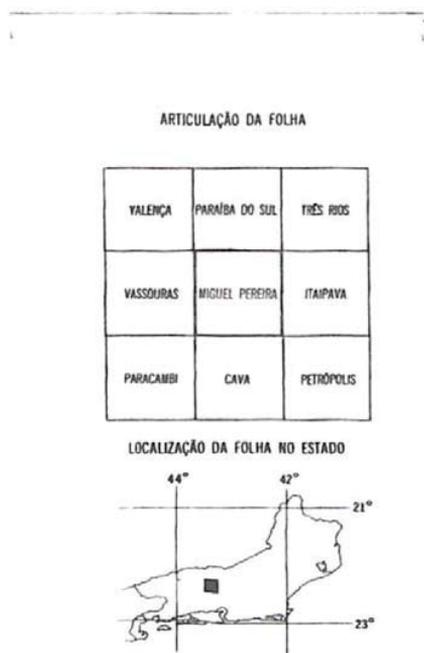


Figura 3 – Mapa do município de Miguel Pereira – RJ

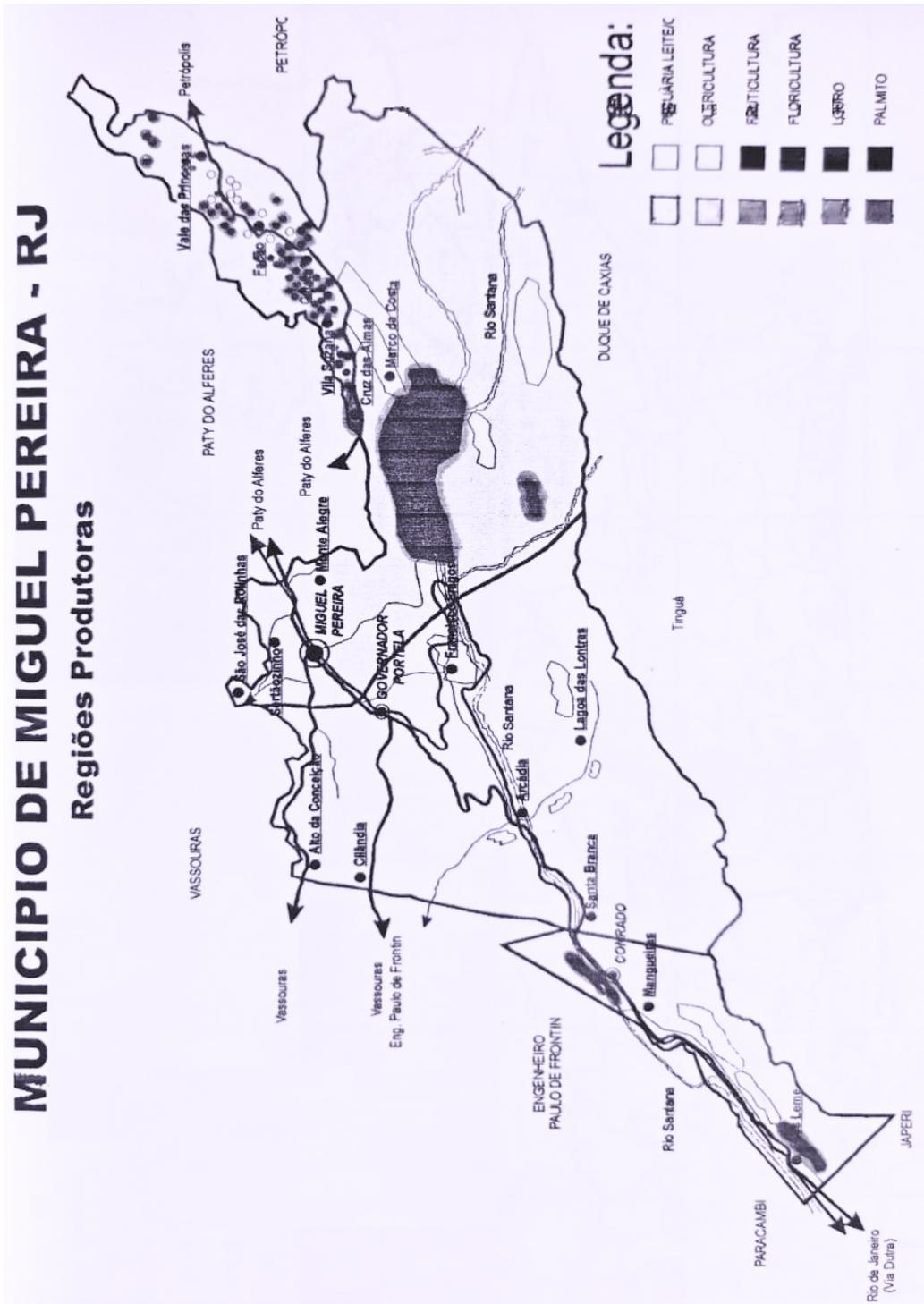
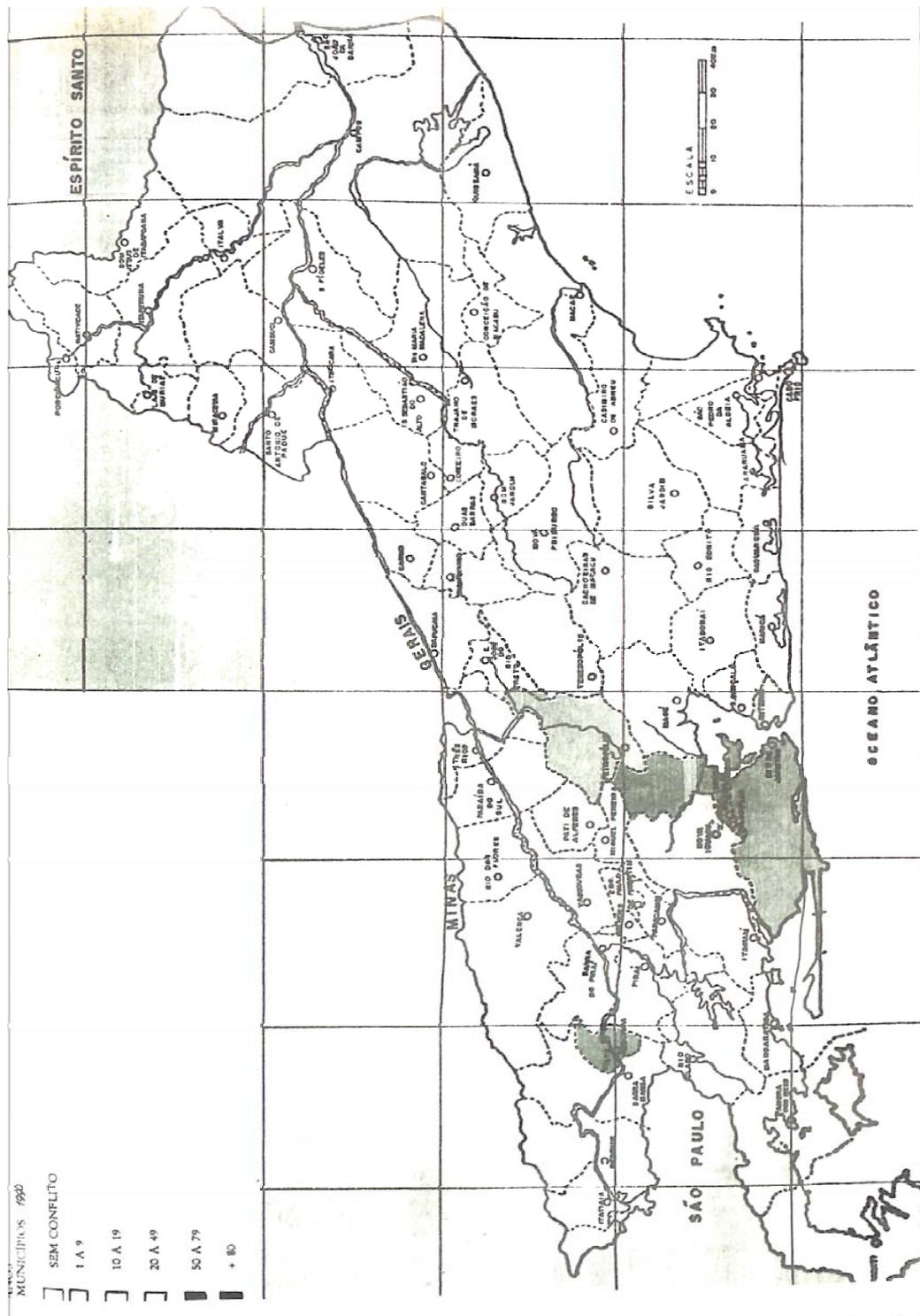


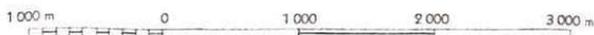
Figura 4 – Distribuição dos conflitos urbanos por município – 1990 – Atlas Fundiário do RJ



Legendas da figura 5

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

ESCALA 1:50.000



Distância das curvas de nível: 20 metros

Origem da quilometragem: Equador e Meridiano 45° W. Gr.
acrescidas as constantes 10.000 km e 600 km, respectivamente
nao 23. Esteróide Internacional.

Datum vertical: Maregrafo Imbituba, S C
Datum horizontal: Córrego Alegre, MG

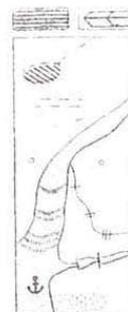
Levantamento estereofotogramétrico topográfico regular.
Aerofotografias de 1956, reambulação 1960 e restituição 1965
Triangulação Espacial

Executada pelo CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA - IBGE,
com a colaboração do Departamento Geográfico do Est. do Rio de Janeiro.

PRIMEIRA EDIÇÃO - 1966
DIREITOS DE REPRODUÇÃO RESERVADOS
Impressa no Serviço Gráfico do IBGE

HIDROGRAFIA

- Manque. Salina
- Curso d'água intermitente
- Lago ou lagoa intermitente
- Terreno sujeito à inundação
- Brejo ou pântano
- Poço (água). Nascente
- Salto, cascata ou catarata
- Cachoeira
- Corredeira, rápido, travessão
- Barragens: Terra. Alvenaria
- Fundeadouro
- Areia
- Campo de emergência. Farol
- Igreja. Escola. Mina



ESTRADAS DE RODAGEM

- | | | |
|---------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Auto-estrada | | <u>2 ou mais vias</u> |
| Pavimentada | | 1 ou 2 vias |
| Sem Pavimentação | <u>trânsito permanente</u> | <u>trânsito periódico</u> |
| Caminho. Trilha | ----- | ----- |
| Identificação de rodovias | federal | estad. |

ESTRADAS DE FERRO

- | | | |
|--------------------------------|-------------|----------------|
| Bitola normal ou larga | via simples | 2 ou mais vias |
| Bitola estreita | via simples | 2 ou mais vias |
| Caminho aéreo (cabo) | ----- | ----- |
| Linha de bonde | via simples | via dupla |
| Linha telefônica e telegráfica | Tel. | Teleg. |
| Linha de energia elétrica | BT | AT |

VEGETAÇÃO

- Mato, floresta. Cerrado, macega, caatinga.
- Cultura: Permanente. Temporária



1.3 - CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO-MUNDO

Um grande regime de identidades espaciais e temporais constitui o que se pode chamar de “referências oficiais” que somos obrigados a utilizar se queremos obter um mínimo de eficácia em nossas comunicações. Temos designações que cobrem, fracionando, a vasta superfície terrestre, e temos números, amplamente partilhados, que federalizam todos os tempos, datando os acontecimentos e colocando-os em relação uns aos outros. Incorporamos, partilhamos e reproduzimos os códigos de localização e temporalidade, assumindo uma “naturalidade” e “inevitabilidade” que convém discutir, sob pena de deixarmos de compreender os efeitos de poder implicados em sua constituição e uso. É certo que a divisão da Terra em Continentes e Mares tem participado e contribuído na maior parte das conquistas humanas que conhecemos, mas não é igualmente certo que esta divisão não tenha provocado inúmeros problemas, assim como não os esteja provocando agora.

O exame da formação desta codificação do espaço é o que passamos a examinar em seguida.

Sob a égide de um imaginário que privilegiou a seta do tempo em detrimento das direções do espaço construído, a modernidade investiu pesadamente numa *razão topológica* (Nogueira, L.C., 1997) que instituiu o regime territorial³ pelo qual os vetores criados e

³ Não nos parece necessário, no curso desta argumentação, atingir uma definição muito precisa de “território”, uma vez que nos referimos a um sentido que já adquiriu quase o status de um lugar comum, ou que pelo menos é objeto de um largo consenso. Em todo caso, para não negligenciar das definições, citamos: “O ‘território’ tornou-se um conceito científico a partir da etologia. Um ornitólogo estabeleceu a primeira definição de territorialidade: ‘a conduta característica adotada por um organismo vivo para tomar posse de um território e o defender contra os membros da própria espécie’[...] SACK afirma que a definição mais comum para territorialidade é mesmo a defesa de uma área. Defender uma área, nos diz ele, apresenta-se como sendo uma meta em si mesma ou um meio para exercer controle específico sobre algum aspecto da ação humana. O próprio Sack não aceita esta definição, achando-a demasiadamente simplista. Para ele, a

produzidos em um exercício de poder foram confundidos com a própria leitura da “natureza”: um mundo de paralelas e perpendiculares determinou a produção/reprodução do espaço social, estabeleceu os discursos de sustentação da ordem e impôs um regime de visibilidades: o *Mapa Mundi*. É sempre com referência a este mapa que nos “situamos” ou “localizamos”. A tal ponto nos familiarizamos com este mapa, que o tomamos como uma obviedade.

Seu desenho não é, entretanto, neutro de modo algum. Sua produção é correlata à formação e difusão de um amplo processo de dominação, que dura cinco séculos.

A consolidação do Mapa Mundi foi agenciada no confronto entre certos navegantes do Norte e os povos do Sul. Em quatro séculos e meio (1500-1950) de “descobertas”, “extermínios”, “contágios” e “hibridizações” formou-se uma imagem de Mundo e consolidou-se uma cartografia terrestre, onde os lugares foram distribuídos e relacionados por uma trama quadriculada de latitudes e longitudes, com ênfase no Equador e nos Trópicos de Câncer e Capricórnio.

Decorre daí uma representação de áreas geográficas segundo sua posição em relação aos eixos, e a mensuração do tempo numa referência ao meridiano de Greenwich (considerado a origem do tempo universal, na Inulterra). Países e continentes são situados em hemisférios do globo terrestre e são categorizados como “equatoriais”, “tropicais”, “subtropicais”. Não podemos, nos limites desta argumentação, perseguir o processo construtivo pelo qual os discursos e as práticas se entrelaçaram até dar origem ao jogo de

territorialidade baseia-se no princípio da ação pelo contato e todas as relações territoriais devem ser definidas no contexto social de um acesso diferenciado às coisas e às pessoas. A territorialidade é ‘a tentativa de um indivíduo ou grupo (x) de influenciar, afetar ou controlar objetos, pessoas e relacionamentos (y) pela delimitação e pela afirmação de seu controle sobre uma área geográfica. Esta área é o território.’; (Sack, 1983:56)”. (Holzer, W., 1997, p 82).

linhas tão preciso que forma o quadriculado do Mapa Mundi, mas podemos avaliar as conseqüências da leitura deste desenho, segundo os discursos predominantes, posto que a representação não pára na definição geográfica e uma extensa rede de práticas e poderes historicamente constituída interpreta a realidade social dos lugares.

A interpretação hegemônica do desenho do mapa mundial tem se realizado preferencialmente a partir das noções de *desenvolvimento subdesenvolvimento*, segundo uma segmentação que se reflete na configuração espacial dominante.

Os agentes que “desenharam” o mundo trataram também de segmentá-lo segundo um princípio valorativo.

Ao longo de um processo construtivo/destrutivo o espaço-mundial foi sub-dividido e super-ordenado, e embora não se tenha muita clareza a respeito dos dois outros mundos, poucas dúvidas foram partilhadas a respeito do Terceiro Mundo. Todos os problemas sociais do “lado de cá” foram atribuídos à nossa condição de subdesenvolvimento. A atribuição atravessou várias esferas da vida pública e privada, motivando políticas de investimentos, assim como sentimentos muito íntimos de inferioridade.⁴

A força do chamado “desenvolvimentismo”, pelo qual somos levados a admitir cada vez *mais* hierarquizações e precedência de espaços sobre espaços, não reside na clareza de uma possível idéia. Ao contrário, se tentamos saber um pouco mais sobre a noção de desenvolvimento, a fim de realizar a crítica dos dispositivos

⁴ Este sentimento é resistente. Ainda é comum o uso da expressão: “coisa de primeiro mundo”, diante de algum aparato luxuoso ou sofisticado, ou simplesmente diante de algum encaminhamento que “dá certo”. Em 1998, uma senhora que desembarcava no Aeroporto de Madri tendo embarcado no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro exclamou admirada ao saber que a temperatura externa era de 10 graus quando ela se sentia tão confortável com os 27 graus do Aeroporto: “Logo se vê, cheguei ao primeiro mundo! Se fosse no Brasil nós estaríamos tremendo de frio...”, sem lembrar que os mesmo 27 graus caracterizavam a temperatura no aeroporto de embarque, contra os 42 graus externos. Coisa de brasileiro!!!

desenvolvimentistas, uma evidência salta aos olhos: “o desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa... ao mesmo tempo poucas palavras são tão fracas, tão frágeis e tão incapazes de dar substância e significado ao pensamento e comportamento.” (Esteve 1992:8 in Crush, J. 1995, p.1).

A força da noção consiste em sua eficácia operativa. Do ponto de vista das significações possíveis da noção de desenvolvimento, apesar de sua imprecisão, há um princípio que parece prevalecer: o passado é comumente negligenciado, sendo considerado inalterado, intocável e irremediável; o tempo do desenvolvimento é o futuro.” (Crush. J., 1995).

Duas visões do passado, isto é, do tempo anterior à execução dos planos de desenvolvimento estão presentes: a de que o tempo anterior é estático e que as figuras ali objetivadas são incapazes de auto transformarem-se; ou de que o tempo anterior é de caos, desordem, sobre o qual o projeto de desenvolvimento é “cura”.

Gandra, F. (1978), em sua *Arqueologia do discurso imperial*, dá uma definição do que vem a ser a *ideologia do desenvolvimento*, enquanto uma representação de mundo: “... [uma ideologia]... que se traduz em estabelecer uma relação entre o antes e o depois: ao recuarmos no antes encontraríamos as realidades elementares já mal (re)conhecíveis no estado atual do avanço do depois. E, como agente do percurso, encontrar-se-ia o homem, intencionalidade constituinte, atravessando o tempo no papel de protagonista de uma **odisséia** e nunca duma **errância**.” (Gandra, F., 1978. p.15 - grifos nossos)

Não é por acaso que as narrativas de viajantes ocupam um lugar estratégico na formação e consolidação do dispositivo.

Quando, entre os séculos XV e XVI, o grande ciclo das navegações enfrentou a travessia Norte-Sul, o domínio da escrita era o valor que permitia que certos povos construíssem uma imagem de si mesmos como “superiores” e capazes de alcançar o “outro” de um modo redutor. A análise de Michel de Certeau, a propósito das narrativas do francês Jean de Léry em sua passagem pelo litoral do Brasil, é paradigmática na compreensão do exercício de um poder que desde então se ampliou, tendo como eixo o etnocentrismo europeu e seus corolários (racionalismo, cientificismo, masculinismo). Através do contato com o “selvagem”, o homem branco, europeu, encontrou a parte de “si mesmo” a ser recalcada na perspectiva de um projeto civilizatório: sobretudo localizou a parte de sensibilidade e sensualidade a ser submetida à ordem de uma Razão que então se expandia e ambicionava o império do Homem sobre os imperativos da Natureza (a qual pretendia dominar). A capacidade de dominar a natureza selvagem estava assegurada na capacidade de refleti-la, tendo a escrita como instrumento de duplicação do Real.

Os périplos pelo Mundo se fizeram sempre acompanhar, a partir daí, deste exercício pelo qual o choque e o impacto com outros espaços-tempos, sociedades, povos e culturas foram neutralizados pela projeção de toda diferença em um regime de equivalências, no qual o termo unitário positivo era sempre o agente formulador e difusor da palavra escrita e, posteriormente, dos regimes de ampla circulação de reproduções gráficas de qualquer qualidade.

Durante o século XVIII são exemplares as expedições que avaliavam distâncias e testavam o instrumental da tecno-ciência em formação na padronização dos espaços-tempos. A expedição de La Condamine, iniciada em 1735, muitas vezes justificada como exploração científica, neutra e politicamente desinteressada, resulta ser verdadeiramente

uma das mais fortes linhas de penetração que avançaram a fronteira imperial européia sobre os continentes dominados (Pratt, M. L., 1997).

Desde então perfila-se uma seqüência de expedições cada vez mais sustentadas por projetos científicizantes e cada vez mais contundentes na construção da imagem de domínio europeu e de “consciência planetária” que se formava então; o paradigma de saber e poder correspondente a este período e conjunto de escritos se define pela aplicação de um método científico que legitima o conquistador e o isenta da auto-crítica. A investigação se dirige à “natureza” e, deste modo, eclipsa todo o campo das interações humanas, eliminando da cena as sociedades e culturas locais que se desmontavam na passagem e no olhar “ingênuo” do viajante. Seja na América ou na África, o dispositivo que condiciona os textos consiste sempre em considerar as sociedades e culturas narradas como caóticas e apresentar o narrador como anti-herói, anti-conquistador, que se expõe apenas para ordenar. A força deste dispositivo é notável pela extensão da literatura produzida e pela raridade das vozes dissonantes. (Pratt, M. L., 1997)

Durante o século XIX o projeto de expansão européia se valeu cada vez mais deste modo de formar imagens do Mundo e difundi-las exaustivamente. O projeto civilizatório, identificado crescentemente com a empresa capitalista, marcou acentuadamente os escritos deste período: o “selvagem”, que apesar de tudo ainda tinha exercido algum fascínio sobre os viajantes dos séculos anteriores, quando procuravam construir o corte entre a Natureza e a Cultura, passaram a ser observados e descritos como “sujeitos do ócio”, em contraste com a “subjetividade laboriosa” dos europeus.

A ideologia do *desenvolvimento*, tal como descrita em parágrafos anteriores, encontra sua expressão bem acabada, nos relatos da África, Ásia, América...

Os viajantes empregaram uma linguagem pragmática e econômica em seus escritos e traduziram os elementos da natureza como matérias-primas para a indústria. A natureza intacta era antes motivo de crítica do que de admiração. A “natureza selvagem” era vista neste contexto como sinal de “incivilidade”, e a civilização se confundia com a empresa capitalista. Um *sonho industrial*, como diz Pratt (1997), se projetava sobre a paisagem:

“En los escritos de la vanguardia capitalista lo edénico y pastoril es reemplazado por una visión modernizante y codiciosa, muy ejemplificada por un tropo que podríamos llamar **ensoñación industrial**”. (Pratt, 1997. p.264)

Ao discorrer sobre a prática discursiva que sustenta o projeto *desenvolvimentista*, Crush, J. (1995) indica o texto da conferência realizada em 1895 por Sir Harry Johnston na Royal Geographic Society a respeito das paisagens que percorreu na África Central, destacando os efeitos civilizatórios da introdução das normas britânicas no contexto africano. Ali o conselheiro inglês traça um cenário em que as reordenações do espaço segundo o princípio civilizado, masculino, branco, apaga uma paisagem predecessora que se mostra “desordenada, selvagem, caótica, perigosa” (Crush, J., 1995, p.2). Na descrição, os corpos e comportamentos dos africanos passam a dar testemunho de uma nova ordem e não aparecem possíveis incongruências, inconsistências, vozes opositoras ou espaços dissidentes.

Por aí o poder do desenvolvimento passa a ser definido como o “poder de transformar velhos mundos, o poder de imaginar outros novos.” (idem p.2).

Quanto à passagem dos viajantes pela América, é Pratt, M. L. (1997) quem informa e analisa:

“... la ola de viajeros sudamericanos de las décadas de 1810-1820 estaba compuesta principalmente por británicos, quienes viajaban y escribían como exploradores de avanzada del capital europeo. Ingenieros, mineralogistas, criadores, agrónomos, militares, con frecuencia estos viajeros de comienzos del siglo XIX eran enviados al “nuevo continente” por compañías de inversores europeos, como expertos en la búsqueda de recursos explotables, contactos y contratos con las élites locales, información sobre potenciales emprendimientos, condiciones de trabajo de la mano de obra, transporte, posibilidades del mercado, etc.”(Pratt, 1997. p.257).

Um escrito a respeito do Brasil do século XIX convém ser mencionado, para esclarecer a força do dispositivo que alimentou a idéia de desenvolvimento e impôs uma leitura dos lugares, e conseqüente produção social de um espaço, segundo os parâmetros europeus: é o texto *Brasil Pitoresco*, escrito por Charles Ribeyrolles em 1859 (1980). Este material é emblemático e merece atenção.

Ainda no primeiro capítulo, quando o autor pretende estar fazendo uma história do Brasil, sua primeira menção aos índios brasileiros é exemplar. Trata-se, para ele, de povos e homens cuja importância é nenhuma, na medida em que não deixaram qualquer legado importante seja no campo das artes, das ciências, indústrias, cultura, línguas, religiões, governos ou revoluções. Para cada uma das manifestações dos povos indígenas, Ribeyrolles aponta sua condenação:

“Religiões... uma palavra basta para definir essa religião. Que dizia a sua moral? Que era mister devorar o inimigo vencido. Os antigos Tapuias comiam os próprios pais. Banquete filial! Destino patético./

Governos... As tribos só se reuniam em numerosas assembléias para decidir sobre guerras, festins e danças. Família, sociedade, governo, tudo estava em esboço.

Nenhuma administração organizada, nenhum trabalho certo, nada constituído, nada escrito. Que restará dessa selvageria?

Línguas... As idéias do mundo material eram representadas pela imagem, e nada de abstrato e de generalizado entrava em suas cogitações. Essas línguas não dispunham da escrita para conservá-las e desenvolvê-las. Que podiam transmitir? Narrativas informes, traduções confusas, a eterna epopéia dos combates, dos festins e das danças. Nada, portanto, em benefício da humanidade.”(Ribeyrolles, 1980. p.39-40)

Avaliações deste tipo se estendem ao longo do capítulo e junto a elas corre o álibi do extermínio “dos selvagens” em nome da vida civilizada. O domínio europeu é considerado legítimo, sob todos os aspectos. Mas, na seqüência dos argumentos, o autor opera uma inflexão – não basta o domínio europeu: Portugal e Espanha não contam neste caso. É preciso que a herança portuguesa seja desmantelada, para que uma nova onda civilizatória possa atingir o país: a onda que vem de Inglaterra e França. Assim, curiosa e paradoxalmente, o autor do *Brasil Pitoresco* contribui significativamente para a crítica do regime colonial português, porém, esta crítica contém a exaltação de outros valores frente aos quais a realidade do que aqui se encontra de novo nada vale. Conclama o texto pelo surgimento de uma identidade propriamente brasileira, que deve agora ser forjada segundo o modelo do progresso europeu. A desqualificação do contexto local assume valores paroxísticos, bem aos moldes do que estamos nos propondo analisar - as espacialidades que resultam da ocupação realizada durante três séculos e meio são consideradas desprezíveis em todos os sentidos. Vejamos como neste texto um possível programa de desenvolvimento se exhibe com muita força:

“A história do Brasil é um desses problemas, um desses enigmas imersos em escuridão. As origens são obscuras. Os afluentes misturam-se. Todas as raças se encontram.

As fábulas abundam. É a floresta nos tempos... Em sua primeira fase, antes da conquista, que era o Brasil? Um caos, a noite. Mesmo hoje, que é ele como terra? Um infinito onde brotam as flores. O grande estudo não será feito, e a dupla nódoa não será dissipada senão depois de muitos anos, depois da divisão prudente do trabalho e por um esforço das gerações subseqüentes. Obras dessas não a realiza um só homem.

Desde que um país existe, como o Brasil, no rude esboço do seu destino, melhor é ir aos fatos do que às fábulas, aos estudos sérios do que às epopéias fantasiosas. O encanto das narrativas, o interesse dos dramas, as curiosidades lendárias, são entretenimentos das sociedades nascentes ou das civilizações definitivas. O que falta àqueles que se encontram em atraso do seu tempo é a instrução severa do passado, é um retrocesso ponderado aos anos desperdiçados e perdidos, são as vigorosas disciplinas do espírito e essas energias da vontade que fecundam o santo amor da idéia e o santo orgulho da pátria.

Eis aí porque, neste livro, segue-se o processo de análise e o caminho da crítica, em vez de se contarem histórias ao leitor. Revelar o passado não é esclarecer o futuro? A experiência adquirida não é uma condição de sabedoria?

As necessidades do Brasil não avultam como outrora. Mas são as mesmas.

Assim:

1º- Há carência de braços...

2º - Faltam ao Brasil ciência, estudos, *capacidades práticas* para servir e conduzir a bom caminho os seus destinos agrícolas, industriais e comerciais. Ele está retardado em matéria de crédito, de estradas de ferro, de indústrias, de garantias. A culpa disso cabe aos seus dominadores. Em vez de erguer baluartes nesse vasto império, ..., e de o encerrar, por três séculos, entre alfândegas e monopólios, por que não se deixou passar livremente o trabalho, a vela, a idéia? A Europa emigrava em caravanas com as suas ferramentas, as suas legiões e os seus livros. O homem e a ciência aportavam a estas plagas - por que não se lhe abrir as portas?" (Ribeyrolles, 1980. p.153-154)

O livro prossegue sempre neste tom, com descrições minuciosas sendo acompanhadas de avaliações peremptoriamente negativas. Um mundo há que ser destruído para que outro possa ser edificado. Tudo falta neste território! O que abunda são as riquezas naturais, porém tudo aqui é visto em processo de deterioração ou desperdício por falta de uma “mentalidade” civilizadora. É tentador seguir expondo as linhas em que Charles Rybeirrolles - um “despretensioso” viajante segundo sua própria definição (*“Não é este um livro de ciência política ou social, uma teoria dogmática dos princípios, instituições ou governos. O escritor não tem que discutir, nem catequisar, e sim pesquisar, ver. Toma os fatos como eles são...”*) – elabora uma perspectiva panfletária de domínio e exploração, produzindo, através do discurso, uma espacialidade que virá a corresponder inteiramente ao sentido de “terceiro mundo” da modernidade. Até a modéstia utilizada pelo autor e o modo como se acautela ao prescrever as medidas a serem tomadas neste lado do mundo se parecem com os discursos desenvolvimentistas do meio do século XX, e antes de deixá-lo, podemos ler ainda isto:

“Dir-se-á talvez que há uma crítica amarga nestas linhas, e que aqui e acolá acentuamos demais as fraquezas. Nada disso. Se assinalamos, de passagem, os erros, os males, os equívocos, é que este país e esta cidade, tendo tudo à mão para ocupar um lugar de destaque, faz pena verem-se tão belas energias retardadas ou mal dirigidas. Entreter com frases um povo que dorme é o mesmo que o trair.” (Ribeyrolles, 1980. p.185)

Foram então vários deslocamentos sobre a superfície terrestre, arrastando as referências de um agrupamento humano sobre outros agrupamentos, que estabeleceram discursos e práticas a partir dos quais uma leitura de mundo se estabelece.

Não é difícil concluir que o *desenvolvimento* é uma prática fortalecida no século XIX: “a idéia moderna de desenvolvimento é necessariamente eurocêntrica porque foi na Europa que o desenvolvimento foi estabelecido como significação para criar ordem a partir da desordem social de rápida urbanização, pobreza e desemprego”.(Cowen, M. e Shenton, R., 1995. p.29). É também uma lógica etnocêntrica que concede a um tipo de racionalidade específica (a racionalidade científica de caráter experimental, que visa a transformação da técnica e a substituição do elemento humano nas operações produtivas) a preponderância sobre outras racionalidades.

Acostumamo-nos com uma retórica segundo a qual “o desenvolvimento diz respeito ao aprimoramento da espécie humana, através do alívio da pobreza e a realização do potencial humano”.(Cowen, M. e Shenton, R., 1995. p. 27) Para além desta definição tão ampla quanto imprecisa, o conceito de desenvolvimento foi trabalhado como “incremento do capital e da tecnologia, e dos mecanismos de planejamento e políticas adequadas para combinar estes elementos satisfatoriamente”. (Escobar, A., 1995. p.211). À medida em que os séculos amadureceram e as ciências definiram fronteiras e domínios específicos, não apenas os analistas sociais, teóricos por excelência, mas também os administradores e políticos endossaram e alimentaram a perspectiva na qual a ordem vigente em uma parte do mundo, bem posicionada segundo os parâmetros estabelecidos para indicar a realização das potencialidades humanas (Norte), deveria se impôr à outra parte do mundo, carenciada (Sul).

Entre a ficcionalidade ainda restante nas narrativas dos viajantes do século XIX e os poderosos e rigorosos relatórios científicos do século XX, a supremacia de uma parte do mundo apenas se acentuou.

O *desenvolvimento* se tornou um mecanismo particularmente poderoso nas relações internacionais no período pós-1945. Disciplinas e sub-disciplinas proliferaram então: “desenvolvimento econômico, ciências agrícolas, ciências da saúde, da nutrição e da educação, planejamento demográfico e urbano.” (Escobar, A., 1995. p 214) A idéia central em todo caso era a de estabelecer práticas que pavimentassem o caminho de países *subdesenvolvidos* (da América, Ásia e África) na direção das sociedades ricas. Multiplicaram-se os programas de planejamento familiar, industrialização, desenvolvimento rural integrado... Tantos e tão abrangentes foram os programas estabelecidos pelas instituições em nome do *desenvolvimento*, que este acabou por colonizar a realidade, tornando-se a própria realidade (Escobar, A., 1995).

Enquanto operador da realidade, as ações em curso efetuaram uma série de problemas: a pobreza, a desnutrição, a desescolarização. A divisão do Mundo em mundos se fortaleceu e enrijeceu⁵, e a segmentação adquiriu o caráter de uma Ordenação

⁵ No trabalho *SULear x NOR Tear: Representações e apropriações do espaço entre emoção, empiria e ideologia*, Campos, M.D. (1999) descreve e analisa o modo como esta especialidade se reflete e se estabiliza em processos educacionais aparentemente neutros: “Por um ponto de vista mais geográfico, consideremos que, mercadorias, conceitos e regras ‘práticas’ relativas a espaço ou a tempo são exportadas do hemisfério norte para o sul, e aceitas sem a devida contextualização para nossos lugares de vida. Esse é o caso do ensino dos pontos cardeais, renitente em tomar a direção norte como o referente fundamental. Nesse caso, mesmo que todas as evidências demonstrem que a estrela Polar não pode ser vista do hemisfério sul, subentende-se que isso possa acontecer e a regra prática passa a ser impraticável [...] É notável por exemplo a presença da conotação ideológica nos referenciais do Norte com os quais carregamos o germe da dominação. Este germe explicita-se com frequência nas oposições do tipo Norte/Sul, acima/abaixo, subir/descer, superior/inferior, central/periférico, desenvolvido/em desenvolvimento. [...] A marca da superioridade do Norte é também encontrada nos globos terrestres que são fabricados em bases de apoio de onde o eixo polar aponta para o Norte e para o alto, qualquer que seja o hemisfério ou local em que estamos.”(p.2-3).

Territorial que parecia inevitável e incontornável. Uma parte do Globo encarnou o Terceiro Mundo, auxiliado, socorrido, atendido, tutelado pelo Primeiro Mundo. Tratava-se de *desenvolver!*⁶

O Mundo que encarna estas hierarquias espaciais é profundamente paradoxal. Os efeitos das políticas desenvolvimentistas colocam-nas sob suspeita. Dos dois lados do mundo, Norte e Sul, os resultados não indicam o que a noção inicial parecia sugerir: entre nós, cidadãos de “terceira categoria”, segundo a concepção oficial dos Poderes instituídos, não há indicadores que sustentem a conclusão de que vivemos melhor agora. Bem pelo contrário:

“Antes de 1945, o chamado terceiro mundo exportava cereais e nos anos cinquenta era auto-suficiente em produtos alimentares, apesar de a seca e outros fatores produzirem períodos de fome, como, por exemplo, na Índia, nos anos cinquenta e sessenta e em África (Pelizzon, 1992). Em 1954 os EUA iniciaram um programa de vendas subsidiadas de produtos alimentares designado Alimentação para a Paz. Sendo conhecido do público como um programa para combater a fome no mundo, a verdade é que, na lei que o estabeleceu, esse objetivo é referido em quarto lugar, sendo os três outros vinculados aos interesses econômicos dos EUA [...] É muito mais duvidoso que este programa tenha efetivamente beneficiado os países do Sul e muitos mais dados convergem no sentido de que, ao contrário, os prejudicou pelo menos no longo prazo. Muitas das culturas tradicionais foram negligenciadas ou

⁶ A perspectiva de desenvolvimento/subdesenvolvimento com a qual o mundo foi segmentado, atingiu, em alguns casos, requintes de ordenação. No trabalho de Paiva, G. (1976) tomamos conhecimento de uma hierarquização das nações em cinco mundos, utilizada então pelas Nações Unidas, e um destino assinalado para cada um dos níveis. Aos do quinto mundo, como é de se esperar, resta a fatalidade do desaparecimento: “O **Quinto mundo** conta oito países com renda per capita inferior a 120 dólares por ano. Sua população global é de 150 milhões de habitantes, dos quais 95 milhões não sabem ler nem escrever, e **sem possibilidades de soluções por escassez de mestres e de recursos para o ensino**. Vivem sob regime deficitário crônico de trocas com o exterior, sob condições de saúde e alimentação desesperadoras e **insanáveis**. É considerado um **Mundo Cadáver**, frente ao abismo cultural que o rodeia por todos os lados, ao lado da miséria que sobre ele incide, tudo intratável frente ao crescente volume populacional de **gente resignada, contemplativa, asceta, fatalista e indiferente.**”(p.50-51 - grifos nossos)

substituídas e estes países passaram a depender cada vez mais das importações, para além de as suas populações terem de reduzir a uma dieta menos variada e estranha em relação aos seus hábitos alimentares.”(Santos, B.S., 1999., p. 294).

Este é um exemplo, entre muitos outros. Por outro lado, lá onde o avanço era tido como certo, os modelos adotados produziram resultados também nada promissores do ponto de vista da qualidade de vida:

“Os países do Norte ‘especializaram-se’ na poluição industrial e em tempos mais recentes têm conseguido exportar parte desta poluição para os países do Sul, quer sob a forma de venda de lixo tóxico, quer por transferência de algumas das indústrias mais poluentes [...] De todos os efeitos da poluição e da degradação ambiental em geral os mais ameaçadores são hoje em dia o efeito estufa e a degradação da camada de ozono, com conseqüências para o ecossistema difíceis de prever em toda a sua extensão[...] Atualmente são lançados na atmosfera 6 bilhões de toneladas de carbono. Os Estados Unidos são o maior emissor mundial de gases que produzem o efeito estufa com 17, 6% do total de emissores...” (Santos, B.S., 1999. p. 297).

Um mapa do mundo que apresenta a ocorrência de chuvas ácidas em gradações de tons a partir do cinza, exhibe uma mancha negra no lugar do continente europeu.

As análises indicam que os projetos de desenvolvimento, desde a Segunda Guerra, têm apresentado constantes: o planejamento centralizado em detrimento das abordagens participativas e descentralizadas; a expansão agrícola tributária da mecanização pesada e da alta carga de insumos químicos de preferência aos sistemas agrícolas alternativos, baseados na pequena produção e nas considerações ecológicas; o crescimento econômico rápido, sem articulação de mercados internos para satisfazer às necessidades da maioria da população.(Escobar, A., 1995) Ainda nesta logica, a tecnologia e o crescimento são

sempre considerados desejáveis, porque aumentam as oportunidades, criam empregos, e oferecem soluções a todos os problemas que causam. Com ênfase na leitura de indicadores quantitativos, mesmo a poluição e as manobras militares são consideradas positivas, na medida em que estimulam a economia. (Latouche, S. 19–)

Na extensão dos discursos e práticas que se orientam por esta visão hierárquica das relações sociais, apoiadas sobre uma base material de produção (espaços-territórios) que supõe fortes segmentações, podemos localizar inúmeras agências, nos vários níveis administrativos: o próprio Banco Mundial traz a noção em seu nome oficial – International Bank for Reconstructing and *Development*. Quase todos os estados-nações possuem agências de desenvolvimento. No Brasil, as administrações municipais sempre agregam a expressão “desenvolvimento” a uma de suas secretarias.

Teams uma certa dificuldade Para realizar a crítica radical, através da interpelação do paradigma que sustenta o *desenvolvimento*, na medida em que estamos fortemente imbricados com as posições que queremos analisar, e até eventualmente contestar. A crítica se define aqui também por uma autocrítica: devemos estar dispostos a refutar atitudes e procedimentos que marcaram decisivamente nossa formação⁷, e não podemos deixar de fazê-lo. Este é apenas o primeiro passo para começar a redimensionar a produção

⁷ Nanda Shrestha (1995) oferece uma importante demonstração deste esforço reflexivo na crítica a adoção dos modelos de desenvolvimento em um texto que tem fortes elementos de autobiografia, e no qual o processo de “ocidentalização” do Nepal é avaliado criticamente. O autor, descartando qualquer hipótese de retrocesso as heranças feudais-religiosas do passado nepalês, enfatiza, no entanto, o caráter auto-suficiente, sustentável e bem menos destrutivo do modelo do sistema econômico “indiano” e determina: “Let us get serious and have enough moral courage first to challenge our own elitism and vested interests. Let us free ourselves from the trappings of Westernized development fetishism; let us unlearn the Western values and development thinking which have infested our minds. However, unlearning is not complete without relearning. So let us relearn. All of this of course requires that we consciously deconstruct our colonial mindset.” (p 276-277)

social do espaço.

À medida que as estratégias e táticas de ação, representação e vivência dos espaços e tempos sociais foram marcadas pela dominação e exclusão (desenvolvidos/subdesenvolvidos), a extensa prática de hierarquização dos lugares que se estabeleceu provocou a formação de um tecido social roto, frágil em muitos pontos, inflexível em vários outros. “O recente DEVELOPMENT DICTIONARY (Sachs, 1992) nos informa que ‘o subdesenvolvimento’ começou em 20 de janeiro de 1949, o dia em que Truman clamou por um ‘bold new program’ para o melhoramento, o crescimento e o desenvolvimento das áreas subdesenvolvidas. “ (Esteva, 1992:7 in Crush, 1995) Desde então, a generalização dos parâmetros, para além da dicotomia Norte/Sul, provocou rupturas e descontinuidades em segmentos territoriais, desenhando mapas regionais constrangidos e constrangedores. As posições evolutivas decorrentes da adoção do princípio de desenvolvimento se estenderam para cada canto do planeta, de tal modo que as fragmentações foram localizando o “menos desenvolvido entre os subdesenvolvidos”, o “mais desenvolvido entre os desenvolvidos”, e por aí afora. Sob a lógica pregnante do desenvolvimento chega-se a imaginar como questão política se é melhor ser “o último entre os desenvolvidos”, ou o “primeiro entre os subdesenvolvidos”. Os mapas, a cada jogo de coordenadas (latitudes e longitudes) tipificam zonas de pobreza ou riqueza, desenvolvimentos absolutos e relativos. Áreas de “terceiro mundo” no “primeiro mundo” e vice-versa.

É desta maneira que se chega à redução territorial, ao zoneamento, à posição de desprestígio das frações territoriais que caem na *zona rural*, quando por ai muitas vezes passaram as poderosas redes de dominação, alimentando-se das diferenças, reduzindo-as,

eliminando suas forças próprias.

1.4 - CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DESCONSTRUÇÃO DO ESPAÇO-MUNDO

Parece que já é possível admitir que há uma consciência crescente das contingências que levaram à ênfase teórica e política sobre o “desenvolvimento”: “Povos que foram simplesmente alguma vez objetos de desenvolvimento agora passam a ver-se e definir-se por si mesmos”. (Crush, J., 1995. p.11) O que fica principalmente alterado é o regime de “necessidades” que justificou por muito tempo as estratégias de intervenção. Necessidades sempre identificadas e produzidas por agentes externos ocuparam o lugar da auto-percepção e da adequada avaliação dos problemas a serem enfrentados em cada caso.

As análises críticas deixam claro que os chamados parâmetros de *desenvolvimento* de modo nenhum devem ser associados às melhores condições de vida.

Latouche, S. (19--) realça os fatores meramente quantitativos contemplados nos diversos programas:

“... o objetivo proposto não é a qualidade de vida, mas a quantidade de objetos considerados úteis pelo mero fato de que estão sendo produzidos e consumidos. O crescimento é então uma coleção de ‘coisas’; o bem-estar não é mais do que o bem-possuir. O desenvolvimento desencanta o mundo subtraindo os valores das coisas. Reduzindo o universo das criaturas à produção de utilidades, o crescimento econômico degrada a própria ética.”(Latouche, S., 19--. p, 139).

Um dos paradoxos do crescimento é colocado pelas condições ecológicas, e é na impossibilidade de calcular o capital-natural perdido nas trilhas do desenvolvimento que se assinala o limite do pensamento adotado pela maioria.

Ao comentar criticamente os efeitos das políticas desenvolvimentistas aplicadas nos países do Hemisfério Sul, seguindo os modelos propostos pelas nações “desenvolvidas” do Norte, Eduardo Galeano apresenta dados eloqüentes:

“During the last twenty years, while the human race increased threefold, erosion has destroyed the equivalent of the whole cultivable area of the United States. The world, which has become a market of merchandising, loses 15 million hectares of forest a year, of which 6 million become desert...

From woodland to desert: modernization, devastation...Each Minute, in Latin America, 23 hectares of wood are being sacrificed, most of them by companies who produce meat or wood on a large scale for foreign consumption.

... 6 per cent of the richest population are devouring one-third of the total energy available and one-third of all the world's natural resources in use.” (Galeano, 19--. p. 214-215)

A partir destas denúncias o autor discute as alternativas para o Terceiro Mundo que certamente exigem um reequilíbrio nas relações, contrário a este equilíbrio precário que sempre perpetua as injustiças. Quando faz o levantamento da problemática que atinge sobretudo os lugares de concentração de riquezas no Terceiro Mundo, as capitais metropolitanas, ele destaca o fato de que os maiores problemas são vividos exatamente onde o “desenvolvimento”, do ponto de vista dos vetores econômicos, foi alcançado. Assim:

"To walk in the streets in the big Latin America cities become a high-risk activity. To stay at home, too. The town as prison: those who are not prisoners of need are prisoners of fear...

According to the New York Times, the police have killed more than forty children in the streets of Guatemala City. They are beggar children, petty thieves, rubbish pickers, whose bodies have been found without tongues, without eyes, without ears, and thrown into the garbage. In 1989, according to Amnesty International, 457 children and adolescents were executed in the cities of Sao Paulo, Rio de Janeiro and Recife. These crimes, committed by the death squads and other paramilitary forces, were not perpetrated in backward rural areas but in the largest cities of Brazil. They have not been committed where capitalism is lacking, but where there is too much of it. Social injustice and contempt for life increase with economic development." (Galeano, 19--. p. 219)

Críticas desta natureza tem provocado a emergência de posições alternativas no campo das interpretações teóricas da realidade social.

A teoria sociológica já está a preparar referencias que permitam interpretar as relações Norte-Sul na forma do conflito. Como lembra Souza Santos (1999):

“O fim do conflito Leste-Oeste cria uma oportunidade única para a criatividade teórica e para a transgressão metodológica e epistemológica e essa oportunidade só será desperdiçada se nos esquecermos que o fim do conflito Leste-Oeste ocorre de par com o agravamento do conflito Norte-Sul.”(Santos, B. S., 1999. p. 19)

A ideia de um *desenvolvimento alterativo* emergiu da crítica.

O *desenvolvimento alternativo* foi concebido através da introdução de práticas de participação comunitária nos processos de tomada de decisão, bem como a reorientação dos objetivos, por uma completa redefinição das necessidades. No debate sobre o

desenvolvimento alterativo grande ênfase é colocada na capacidade das pessoas de efetivarem transformações sociais, e as agências, por excelência, deste modelo são as Organizações Não-Governamentais (ONG's).

Na definição apresentada por Pieterse, J.N. “...alternative development is development from below. In this context ‘below’ refers both to community and NGO’s. In some respects alternative development revisits Community Development of the 1950s and 1960s.” (Pieterse, 1998. p. 346).

Com um aspecto muito mais programático do que axiomático, a idéia que se opôs à corrente dominante do desenvolvimento deu origem a uma série de proposições heterogêneas, cobrindo questões designadas sob os rótulos de *desenvolvimento apropriado*, *desenvolvimento participativo*, *desenvolvimento centrado na pessoa*, *desenvolvimento autônomo*, *desenvolvimento holístico*, *pesquisa participante*, *conscientização*, *teologia da libertação*, *democratização*, *cidadania*, *direitos humanos*, *desenvolvimento ético*, *ecofeminismo*, *diversidade cultural*, etc. (Pieterse, J.N., 1998)⁸.

Logo se vê que tal dispersão provocou uma tensão no campo de debates e, menos do que descartar a idéia de *desenvolvimento*, as estratégias adotadas reforçaram-na. Uma noção coordenadora do debate foi tentada por Korten: “development is a process by which the members of a society increase their personal and institutional capacities to mobilize and manage resources to produce sustainable and justly distributed improvements in their quality of life consistent with their own aspirations.” (Konen, in Pieterse, 1998. p. 348).

⁸ Em trabalho anterior (Monteiro, R.C., 1999) tivemos a oportunidade de dissertar sobre a noção de *desenvolvimento sustentável* e seus limites conceituais e operacionais. O *desenvolvimento sustentável* se dispõe como *uma* das formas de desenvolvimento alternativo, que tem como ênfase a relação homem-natureza

Nas raízes das colocações acerca do *desenvolvimento alternativo* está a crítica das circunstâncias históricas em que o conceito de desenvolvimento foi construído e disseminado, e a análise dos efeitos de poder produzidos por ele; o desdobramento das propostas, no entanto, não corresponde ao que se poderia esperar como consequência desta crítica. As instituições internacionais tendem a assimilar o novo discurso e as novas organizações repetem passo a passo as estratégias de dominação do dispositivo anterior: sempre se está falando e agindo “em nome de alguém”; sempre se pressupõe uma racionalidade que “dá conta” de outras racionalidades – há, desde estas perspectivas, efetivamente sempre um “mais” e um “menos” no corpo social. Seguem a busca e a possível importação de “modelos” sempre gerados e geridos fora do contexto em que a problemática visada emerge.

Por esse motivo, o pensamento crítico mais radical atual está em vias de definir os caminhos pelos quais as comunidades possam mover-se em direção a outros domínios, que não o desenvolvimento, e nos quais possam encontrar outros modos de organizar as sociedades e as economias.

Para alguns estudiosos já é possível visualizar experimentos sociais que partilham certas características: “uma instância crítica com respeito ao conhecimento científico estabelecido, um interesse na autonomia cultural local; e a defesa de movimentos plurais, localmente enraizados.” (Escobar, A., 1995 p.215). Estes experimentos e movimentos estariam surgindo através da inovação ou da sobrevivência e resistência das práticas populares, no vácuo deixado pelos mecanismos de desenvolvimento colonial.

Ainda não se conhece o alcance de tais movimentos para uma transformação significativa do regime. “O futuro não pode ser previsto neste caso, nem qualquer

estratégia explícita pode ser proposta”(Escobar, A., p.216). Mas a busca de respostas às tantas interrogações agora formuladas conduz à valorização crescente da “vida cotidiana”. As reflexões sobre a vida cotidiana provocam interesse na medida em que se estabelecem na interseção dos micro-processos de produção de significados e os macro-processos de dominação. O enfoque no cotidiano permite manter o interesse sobre as práticas populares. Embora vivam dentro de estruturas de dominação, as pessoas participam destas estruturas adaptando, resistindo, transformando ou subvertendo-as. A nova ordem, afirmada pelos teóricos que fazem a crítica do desenvolvimento está “baseada não nas estruturas, mas nos atores sociais [...] e a busca não se dá por **grandes transformações estruturais**, mas ao invés disso pela construção de identidades e maior autonomia através de modificações nas práticas e crenças cotidianas.” (id. p.216)

Uma intensa produção teórica e prática se orienta hoje para a reelaboração conceitual e a concepção de dispositivos capazes de acolherem as manifestações de vozes múltiplas, singulares e contraditórias: símbolos de resistência às políticas dominantes e esboço para começar a pensar ou imaginar uma era pós-desenvolvimentista, com um outro sentido nas apropriações de espaços.

Há posições que, embora críticas, mantêm a visão hierarquizada do mundo, concebendo uma grande divisão regida pela idéia de “centro” e “periferia”. Neste caso a expectativa, ou a constatação, é de que a periferia se movimenta em busca de seu próprio valor.

Stuart Hall apresenta uma reflexão exemplar desta consciência crítica, remetendo a discussão dos processos de dominação da modernidade, com bases territoriais, à crítica do sistema imperialista, que propicia a formação de identidades culturais “fortemente

centradas, [uma] forma de identidade cultural altamente exclusiva ou exclusivista". (Hall, S. 19--p.20), cuja dinâmica implica na negação sistemática do Outro, gerando oposições maniqueístas. As identidades culturais assim formadas tomam-se por "naturais" e apresentam-se de modo "condensado, homogêneo, unitário." (idem. p.22) A homogeneidade é alcançada às custas da absorção de todas as "diferenças de classe, de região, de gênero". (idem p.22)

Para o autor, esta forma de representação parece estar desaparecendo por conta do declínio do poder (econômico) dos estados-nações, havendo um corte na periodização histórica, que se reflete nas configurações do espaço. Algumas das características e desafios deste novo período têm sido: a) a desregulação da Cidade e a interpenetração cultural provocada, entre outras coisas, pela aceleração do ritmo das ondas de migração; b) a participação obrigatória dos estados-nacionais em entidades internacionais, como a OTAN e o Mercado Comum, por ex; c) a constatação da interdependência ecológica global. (idem p.25)

Stuart Hall faz um importantíssima observação:

"A erosão dos estados-nações, das economias nacionais e das identidades culturais nacionais é um momento muito complexo e perigoso. As entidades de poder são perigosas quando estão em ascensão e quando estão em declínio..." (Hall, S. 19-p.25)

As forças em declínio neste caso tendem a reagir defensivamente, regredindo até estágios em que a identidade nacional se sustenta por formas agressivas de racismo e fundamentalismo.

As novas formas de relações internacionais compreendem, nesta dimensão crítica, um duplo movimento: de valorização simultânea do global e do local, as duas instâncias em que o “nacional” se dissolve. Na instância global, há que se pensar na cultura global de massa, caracterizada pelos “modernos meios de produção cultural”, dominados pelas imagens que cruzam fronteiras lingüísticas muito mais fácil e rapidamente, e que falam através das línguas de um modo mais imediato.

Na instância local uma outra problemática se oferece para análise. A valorização do local emerge como resposta à generalização, como algo que se passa nos “pequenos interstícios”, nos “espaços menores”, que se furtam à inclusão. “Paradoxalmente em nosso mundo, a marginalidade se tornou um espaço de poder. É um espaço de poder fraco, mas de qualquer modo, um espaço de poder.” (Hall, S. 19--. p.34) A emergência de vozes e lutas “locais” constituem uma ameaça aos regimes dominantes. São perspectivas descentradas e por isso se opõem e resistem à cultura dominante.

Ficamos assim diante de uma situação em que cada lugar é investido pelo poder dominante, constituindo matrizes espaço-temporais, que por sua vez, entram em conflito ou confronto com a formação de outras matrizes espaço-temporais.

A análise dos problemas relacionados à constituição de espaços particulares e sua relação com os jogos de poder implica a desconstrução das referências dominantes, para assegurar a possibilidade de ver surgir os vetores que definem outras direções do processo social.

Passemos então a isso, em nosso campo de trabalho.

1.5 - SERTÃO DA PARAHYBA

Iniciamos nossa pesquisa no Alto Santana, local que se encontra, há algum tempo, à sombra do/a Capital: zona rural, ligada por vias precárias aos núcleos urbanos, separada, isolada, estigmatizada⁹, de raro registro na história oficial do município a qual pertence hoje.

Esta representação faz parte da trama histórica da segunda metade do século XX, cuja urdidura, no entanto, se compõe de fios bem mais antigos e resistentes, evidenciando outras razões e desrazões de ser e não ser de uma particular configuração espacial.

O retrocesso histórico exigido pela análise nos remete ao início da colonização portuguesa nas terras recém-descobertas neste lado do Atlântico, forçando-nos um recuo até o século XVI, e a partir daí nos fazendo deslindar a trama que faz chegar ao presente.

1.5.1) *Recônditos sertões*

Mulher negra, mulher verde, Jacinta se abre e se fecha como planta carnívora engolindo homens e parindo filhos de todas as cores, nesse mundo que ainda não tem mapa. Jacinta avança rompendo a sela, à cabeça dos fascínoras que vêm em lombo de mula, descalços, armados de velhos fuzis, e que, ao entrar na mina, deixam a consciência pendurada em um galho ou enterrada no pântano: Jacinta, nascida em Angola, escrava na Bahia, mãe do ouro de Minas Gerais.
Memórias do Fogo -Eduardo Galeano

O primeiro capítulo da história da América Portuguesa nos oferece um mapa do Brasil, com seus limites e relevos atualmente conhecidos, fracionado em retângulos regulares que formam faixas territoriais perpendiculares ao litoral – as capitânicas hereditárias. Constrói-se deste modo a imagem de uma gestão territorial racional, com os donatários responsabilizando-se pela administração dentro de limites bem definidos.

⁹ Para uma leitura bastante abrangente das representações do “rural” e as implicações valorativas de tais representações, veja-se Froehlich, J M (2000)

A suposta administração envolveria aqui, no século XVI, o exercício de um poder quase-absoluto:

“Ao receberem seus florais as capitâneas eram hereditárias, indivisíveis e inalienáveis onde os donatários possuíam jurisdição civil e criminal sobre os indivíduos, escravos, peões e colonos e estavam autorizados a fundar vilas e doar sesmarias aos colonos e podiam cobrar impostos e dízimos e embora pudessem escolher e nomear seus próprios tabeliães, escrivães, ouvidores, juizes, os donatários deveriam prestar contas aos feitores e almoxarifes enviados pelo rei para arrecadar as rendas reservadas à coroa e entre vários direitos os donatários podiam escravizar nativos e enviar para Portugal até trinta e nove escravos indígenas por ano livres de impostos cobrados pela Alfândega Real, cobrar direitos sobre as passagens dos rios, ter o monopólio das salinas e moendas de águas, exigir serviços militares dos colonos quanto necessário, reservar para seu uso próprio 10 léguas de terra, cobrar pensão dos Tabeliães públicos e Judiciais, exportar para o reino qualquer produto da terra sem impostos; porém a coroa reservava para si o monopólio do pau-brasil cuja exportação o donatário recebia apenas a redizima, o ouro, a prata e as pedrarias, as pérolas, o chumbo e o estanho porventura encontrado na capitania também pertenciam à coroa.(INTERNET. <http://www.yahoo.com> – capitâneas)

Desta representação se extraem as primeiras ligações na leitura do território e das relativas posições geográficas: tal terra, tal capitania, tal donatário, tal destino...; representação, como está claro, que segue a lógica de construção dos espaços própria da modernidade, em sua fase primeira, de pura e simples espoliação, calcada no entendimento de que os “selvagens” e os povos conquistados de um modo geral são menos “humanos” do que os povos “civilizados”, e de que todo exercício de poder se justifica pela elevação da barbárie à civilização.

Nada é menos coincidente com uma realidade provável do que as referências espaciais assim obtidas. Sabe-se que os primeiros exploradores da América se embrenharam dificilmente no interior, e suas principais ações estendiam-se pelo imenso litoral disponível, já suficientemente grande para ser dominado com poucos recursos. Serras e rios constituíam barreiras de difícil transposição. Sabe-se também que não encararam poucas lutas e que encontraram já um cenário de enfrentamento entre os povos autóctones, difícil de ser atravessado. Havia nestas terras um processo endógeno, enraizado muito profundamente, e que fazia do projeto conquistador algo bem diferente do que uma mera inscrição em *tábula rasa*, como o decreto das capitanias sugere. Além disso, a chegada do colonizador ao continente americano provocava uma diferença de mentalidade, e uma cultura híbrida marcava a constituição de um espaço próprio que logo se diferenciava das projeções feitas de além-mar.

Os percursos do interior confundiam-se inteiramente em relação à repartição “oficial” do litoral. O “sertão” não estava tão bem desenhado, como pretende o mapa das capitanias.

Este dado é particularmente relevante quando tratamos de situar o território do Alto Santana.

Uma inspeção primeira na carta das capitanias sugere que estas terras estiveram sob o comando de Martim Afonso de Souza, compondo a capitania do Rio de Janeiro. Mas uma outra informação salta à vista já num segundo momento: a capitania São Tomé, de Pero Góis, também foi chamada de capitania Paraíba do Sul, e sua posse se caracterizou pela ocupação às margens do rio de mesmo nome. Acompanhar os movimentos de Pero Góis, nas suas aventuras pelos sertões, tratando de “domesticar” e exterminar índios (na

parte mais historiada da capitania enfrentou os Goytacazes) torna verossímil a hipótese de que o Alto Santana tenha mais relação com este movimento do que com o processo liderado por Martim Afonso de Souza. O genocídio étnico praticado contra as diversas tribos que freqüentavam as florestas, levando ao desaparecimento radical de algumas nações, coincide com o silêncio da história a propósito de possíveis nações indígenas nesta região que, por outro lado, oferece uma paisagem bastante propícia aos deslocamentos semi-nômades: água abundante, vegetação exuberante e vales protegidos.

Estamos longe do litoral Tupinambá e não há narrativas que permitam localizar alguma nação ou mesmo tribo especial que tenha vivido neste ponto da serra.¹⁰

Tomando o roteiro de Pero Góis, encontramos o donatário viajando entre São Vicente e Campos dos Goytacazes, acompanhando de perto o percurso do rio Paraíba do Sul. Pero Góis recebeu sua capitania em 28/02/1536, sendo a menor de todas. Seus limites eram marcados no litoral pela foz do rio Itapemirim e a foz do rio Macaé. **A posse da capitania por este mais novo donatário se deu principalmente pelo interior, com uma viagem iniciada em São Paulo.** Além das tentativas de escravizar índios, comercializá-los e eliminá-los quando resistentes, seu principal investimento foi na plantação da cana-de-açúcar e formação de engenhos, o que fez contando com recursos obtidos em Portugal nas mãos de um mercador de ferragens. As terras sob seu domínio foram cenário de lutas sangrentas entre sertanejos e silvícolas. As primeiras notícias dos feitos/desfeitos de Pero Góis cobrem a Baixada Campista, porém no decorrer das explorações elas se estendem ao

¹⁰ Os episódios contados a respeito de “aldeamento” de índios, mesmo quando empreendidos por alguns personagens ligados à história local, ocorreram bem longe daqui. Faz-se bastante referência, por exemplo, ao aldeamento dos índios “coroados”, onde hoje se localiza o município de Valença.

longo do rio Paraíba do Sul, e é por isso que tributamos a este donatário, e não a Martim Afonso de Sousa, o *desbravamento* das terras que se encontram em nossas coordenadas geográficas: seguir o curso do Paraíba do Sul, arranhar as regiões ribeirinhas, explorar bacias e enfrentar as serras, foi este o movimento próprio das primeiras expedições que corriam no sentido transversal àquele traçado a partir do Reino.

Um movimento igualmente intenso de índios resistentes e negros em fuga seguia o curso dos rios, adentrava o sertão e recortava o chão.

“Há muito apagaram-se os latidos dos cães de caça e as trombetas dos caçadores de escravos.

O fugitivo atravessa o campo, montes de palha brava mais altos que ele, e corre para o rio.

Atira-se no campo de boca para baixo, os braços abertos. as pernas abertas. Escuta vozes cúmplices de grilos e cigarras e sapinhos. ‘Não sou uma coisa. Minha história não é a história das coisas.’ Beija a terra, morde a terra. ‘Tirei o pé da armadilha. Não sou uma coisa.’ Gruda seu corpo nu contra a terra molhada de orvalho e escuta o rumor das plantinhas que atravessam a terra, ansiosas de nascer. Está louco de fome e pela primeira vez a fome é uma alegria. Tem o corpo todo atravessado de talhos e não sente esses talhos. Vira para o céu, como se pudesse abraçá-lo. A lua brilha e o golpeia, violentos golpes de luz, pinceladas de lua cheia e as estrelas suculentas, e ele ergue-se e busca o rumo.

Agora, rumo à selva. Agora, rumo aos grandes leques verdes.

- Também vais a Palmares? – pergunta o fugitivo para a formiga que anda por sua mão, e pede:

- Me guia.”

Eduardo Galeano – Memórias do Fogo

Entre os séculos XVI e XVII, contra uma América Portuguesa definida em desenhos geométricos regulares que projetavam o interior a partir do litoral, uma outra realidade se desenhava nas estrias que, pelo sertão, devassavam as terras de Norte a Sul, Nordeste a Sudoeste, Sudeste a Noroeste. Desta errância resultam figuras cujos contornos convém esboçar, para definir uma outra perspectiva de apropriação do espaço. Lembremos, para justificar este assinalamento, que a produção social dos espaços que dominou a modernidade (ou a domina ainda), é justamente aquela que obscurece os efeitos da errância, para pasteurizar toda a realidade em função de um destino racionalmente concebido, com as linhas do espaço-tempo seguindo sempre “para frente” (Gandra, F., 1978).

“Nos velhos dias, os mapas mostravam a Bahia pertinho das recém-descobertas minas de Potosí, e o governador geral informava a Lisboa que *esta terra do Brasil e do Peru São tudo uma*. Para transformar as montanhas da Paranaciacaba em cordilheira dos Andes, os portugueses levaram a São Paulo duzentas lhamas e sentaram-se para esperar que brotassem a prata e o ouro.

Um século e meio depois o ouro chegou. Estão cheios de pedras brilhantes os leitos dos rios e arroios, nos flancos da serra do Espinhaço. Encontraram ouro os mamelucos de São Paulo, quando andavam em plena caçada de índios cataguazes.

O vento esparramou a notícia por todo o Brasil, chamando multidões: para conseguir ouro na região das Minas Gerais, basta agarrar um punhado de areia ou um maço de erva e sacudi-lo.

Com o ouro cegou a fome. Por um gato ou um cachorro paga-se nos acampamentos 115 gramas de ouro, que é o que um escravo recolhe em dois dias de trabalho. (Galeano, E. 1996. p. 321)

A descoberta do “sertão” se deu assim entre tateios e hesitações, entremeando os planos do colonizador com uma realidade própria da colônia. Numa tensão permanente

entre o que é e o que deveria ser, segundo o jogo cambiante das forças de dominação, um acontecimento se impôs, já no final do século XVII, formando uma matriz espacial decisiva na ocupação da Serra do Mar: a abertura do Caminho Novo.

O ponto de aplicação para o poder colonizador que recortou uma boa porção da Serra (inclusive a região em que nos situamos) é a Fazenda Parahyba, de Garcia Rodrigues Paes, cuja posse data de 1683, estava situada em um remanso do rio Paraíba do Sul e foi a origem do atual município de mesmo nome.¹¹

Neste período o plantio da cana e a economia do açúcar já tinham castigado suficientemente as terras do Nordeste e avançavam para as áreas fluminenses; por outro lado, os exploradores dos metais preciosos das Minas Gerais buscavam saída para o mar. O lugar escolhido por Garcia, então, na instalação de sua Fazenda, ocupava uma posição estratégica para onde convergiam várias linhas já traçadas, e de onde uma reta virtual deixava vislumbrar os portos fluviais da Baixada Fluminense.

Aí se instalou um *canteiro de obras*. A possibilidade de atravessar o rio Paraíba neste ponto, por transporte de balsa, tornou o lugar atraente para a formação de um núcleo de povoamento que lança na história o eco de um intenso movimento de tropas e uma forte rede de sociabilidade.

¹¹ Chamavam os antigos *Senão da Parahyba até* o século XIX à vasta região serrana coberta de mata no inexplorado vale médio do Paraíba, onde o único lugar civilizado foi durante muitos anos uma fazenda aberta em 1683 pelo bandeirante Garcia Rodrigues Paes (São Paulo, 1661 - Paraíba, 1738), filho e único herdeiro de Fernão Dias. De fazenda, a nascente cidade só tinha o nome, Era de fato um punhado de curibocas do Planalto trazidos por Garcia para guardarem da cobiça de outrem um remanso, raríssimo naquele trecho do rio, que ali corre, impetuoso, numa falha tectônica estreita e reta por *mais* de 150 km. Numa ilha com praia de aluvião formada pelo remanso, onde levantaram como marco de posse uma capela, abriram roça e se abrigaram do puri belicoso, os agregados do moço paulista tiveram de aguardar 15 anos pela tarefa para que foram trazidos ali. passar o rio naquele remanso com o *mais perto caminho que pode haver* entre as minas de ouro e o mar “ (Pierre, A., 1996 p 113)

Acostumados que somos a pensar o deslocamento de mulas como algo lento, atrasado e superado, muitas vezes deixamos de levar em consideração as importantes tradições fincadas pelas práticas exigidas neste *meio*: ferreiros, seleiros, tratadores, arrieiros, curandeiros, contadores, fiscais, balseiros, construtores, *pequenos* agricultores, escravos e negociantes de escravos. Uma significativa e expressiva relação de atores compunha o tecido social neste lugar, neste período. O “tropeiro” (dono de tropa) era uma figura central, dotada de considerável poder político e econômico.

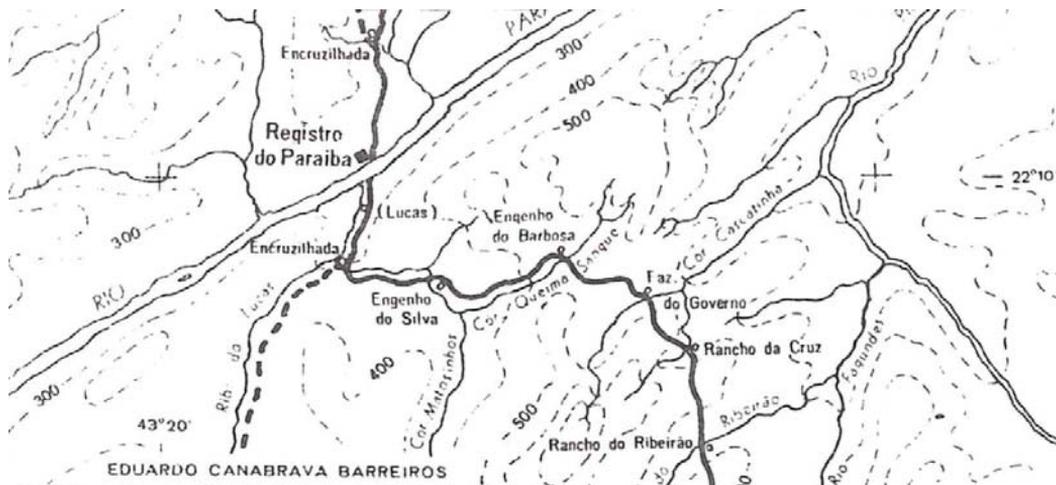
A passagem intensa do gado é decisivamente formadora de paisagem. Ao longo dos caminhos abertos ou repisados por Garcia, seguindo as trilhas venturosas de possíveis populações indígenas, encontra-se uma vegetação peculiar. Faz parte desta vegetação, por exemplo, a “fruta-de-lobo”, tomada pelos historiadores como sinal decodificador das passagens. Assim medita Arnaud Pierre: “vem de Minas, no bucho do boi; arbusto à beira da estrada, em nosso ‘sertão’ marca a ‘boiadeira’.” (carta de setembro de 2000)

Podemos então fixar em Paraíba do Sul o marco inicial de uma narrativa que articula lugares em espaços de passagem e interseções.

Um exercício de contra-poderes, representados por fugitivos, salteadores, dissidentes, resistentes e desistentes do projeto colonizador, também pode ser articulado neste ponto, de onde se iniciam aventuras de inventar sentido, sulcando o solo, formando uma complexa rede de caminhos.

Uma das atividades nas quais investem hoje historiadores e pesquisadores da área de ciências sociais é o re-desenho de vários traços no chão do sertão, tentando designá-los, datá-los, compreendê-los do ponto de vista de um processo de ocupação intenso efetivado durante muitos séculos.

Figura 6 – Localização do primeiro Registro, na formação do Caminho Novo



1.5.2 - passagens

“Minha gente pensou no nosso Caminho Novo desde o primeiro dia em que ele foi pensado. Nele pisou ao primeiro mato arrancado, descobrindo chão para ser andado. Porque existia em potencial, na idéia e na bota de sete léguas de Garcia Rodrigues Pais. Em 1698 e 1699, ele subia e descia escarpas cogitando como melhorar aquelas passagens da Mantiqueira ... em que só a braços transportavam-se as cargas, e só a pé os cavaleiros podiam caminhar puxando os animais...

como refere o velho Diogo. Logo os índios mandados começam a leadear a picada com as primeiras roças e, em 1700, o governador Artur Sá nela trafega, empanzinando do angu do milho que fizera plantar. De 1702 a 1704, Garcia está a braços com seu caminho até que, exausto de meios, o parente Domingos Rodrigues da Fonseca Leme lhe emenda a mão, com cabedais e escravos para completar o respiradouro para o mar – artéria em cuja ponta, e soprada por Minas, tomaria vida e cresceria, como fabuloso balão azul, a cidade do Rio de Janeiro...! O Caminho Novo das Minas, além de caminho comercial, econômico, estratégico e político, é a estrada violenta e dolosa do ouro, do quinto, da captação, dos registros, do fisco, dos moedeiros falsos, dos cunhadores ilegais, dos contrabandistas que passavam ouro engolindo, enfiado no rabo, incrustrado na pele e enchendo santos de pau-oco; a estrada social e gregária da testada das sesmarias, das vendas, dos sítios, das roças que fixaram no solo seus primeiros proprietários.”

Pedro Nava – Baú de Ossos

No entorno da Fazenda Parahyba as ramificações de caminhos articulavam a chegada das riquezas agrícolas e minerais e a saída dessas riquezas rumo ao litoral. A faixa de ocupação

se estendeu e formou o que os antigos designaram de Sertão da Parahyba, uma região que foi ocupada, oficialmente, a partir da criação do Caminho Novo, em 1700, representando uma alternativa para encurtar o escoamento das riquezas das Minas Gerais para os portos do Rio de Janeiro: um caminho de terra por onde passavam as tropas, havendo aí, portanto, postos de troca, abastecimento e fiscalização! Os historiadores costumam dar por assentado o traçado do caminho tal como descrito por Antonil (1711):

“Partindo da cidade do Rio de Janeiro por terra com gente carregada, e marchando à paulista, a primeira jornada se vai à Irajá; a segunda ao engenho do alcaide-mor, Tomé Correia; a terceira ao porto do Nóbrega no rio Iguaçu, onde há passagens de canoas e saveiros; a quarta ao sítio que chamam Manoel do Couto.

E quem vai por mar e embarcação ligeira, em um dia se põe no porto da freguesia de Nossa Senhora do Pilar; e em outro, em canoa, subindo pelo rio de Morobáí acima, ou indo por terra, chega pelo meio-dia ao referido sítio do Couto.

Deste se vai à cachoeira do pé da serra e se poussa em ranchos. E daqui se sobe a serra e se poussa em ranchos, que são boas duas léguas; e descendo o cume, se arrancha nos pousos que se chamam Frios. No dito cume faz um tabuleiro direito em que se pode formar um grande batalhão; e em dia claro é sítio bem fermoso, e se descobre dele o Rio de Janeiro, e inteiramente todo o seu recôncavo.

Dos pousos frios se vai à primeira roça do capitão Marcos da Costa, e dela, em duas jornadas, à segunda roça que chamam do Alferes.

Da roça do Alferes, numa jornada se vai ao Pau Grande, roça que agora principia, e daí se vai poussar no mato ao pé de um morro que chamam Caburu./

da qual se passa ao campo do Ouro Preto/

Todas as referidas marchas farão distância de oitenta léguas, a respeito dos muitos e grandes morros./ E todo o dito caminho se pode andar de dez até doze dias, indo escoteiro quem for por ele.

Do campo do Ouro Preto ao rio das Velhas são cinco jornadas, pousando sempre em roças.” (Antonil, 1711 – Taunay, grifo nosso)

A abertura do caminho foi viável graças à possibilidade de atravessar o rio Paraíba do Sul naquele remanso onde Garcia Rodrigues Paes fixara sua fazenda, servindo de ponto de partida para os ambiciosos projetos de construção de pontes que vieram a seguir.

Parte do território desbravado por Garcia passou a fazer parte da estrutura fundiária oficial da colônia com a doação de sesmarias, e entre elas várias sesmarias que envolvem a nascente do Rio Santana, e seus córregos contribuintes.

Como se sabe, a estrutura sesmarial está na origem dos grandes problemas ambientais provocados pela ocupação colonial:

“A posse definitiva de uma Sesmaria era feita com a exploração da floresta, que ocorreu inicialmente com o pau-brasil e depois com o cultivo do solo. Imitando o sistema de derrubada e queimada praticado pelos nativos, os portugueses logo passavam a dispor de um solo imensamente fértil./

Em um primeiro momento, a floresta foi olhada pelos europeus como um obstáculo à exploração da terra. Depois foi identificada pelos religiosos até como “a morada dos diabos” porque era preciso eliminar a concorrência com os deuses indígenas e os bons espíritos da floresta... Pouco a pouco foi destruído esse ecossistema que até então integrava os homens da Mata Atlântica com todas as suas outras criaturas./

Derrubar a Mata!

Era fundamental para ganhar espaço e plantar a cana e, em escala bem menor, para plantar culturas de subsistência.

A lenha necessária para as fornalhas dos engenhos foi igualmente uma das principais causas para destruir a floresta.” (Derrubar a Mata - texto disponível na internet)

O cenário, como se pode deduzir, é o de primeira redução da Mata Atlântica, na abertura de caminhos e formação de roças. Apesar de se mencionar sempre o Caminho Novo, a verdade é que esta via de penetração se diversificou em vários outros traçados, que podem ser considerados variantes. Além da busca de roteiros alternativos que facilitassem a transposição de algum relevo ou acidente geográfico, uma das justificativas prováveis para a formação das variantes do caminho novo era a tentativa das tropas de escapar aos rigores da fiscalização.

A construção deste caminho foi um dos feitos que aproximou o Rio de Janeiro do interior das Gerais e contribuiu para que a sede do Brasil Colonial fosse trazida para o Sul, redesenhando o mapa do Brasil.

“Se a ocupação da Capitania do Rio de Janeiro nos dois primeiros séculos se restringira praticamente à baixada, o descobrimento das minas no centro do território possibilitou o início do povoamento do seu interior, no decorrer do século XVII.

De um lado, ocorreu o crescimento da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, tornada centro polarizador também da região mineradora, por determinação régia. A abertura do Caminho Novo, por Garcia Rodrigues Pais, no início do século permitia à cidade exercer sua função de escoadouro da produção dos centros mineradores, ao mesmo tempo que a de porta de ingresso dos artigos vindos do exterior.

De outro lado, a abertura do novo roteiro até às minas e o surgimento de suas variantes permitiram o rompimento da barreira da serra, que parecia aprisionar os grupos humanos no litoral, e a intensificação do povoamento da parte central do interior da capitania. Ao longo dos caminhos surgiram fazendas onde a produção de gênero de subsistência e mesmo de cana-de-açúcar destinava-se ao abastecimento da cidade e dos viajantes e das tropas que por ele transitavam.”
(Mattos, I., 1987 p. 42)

Muitas das variantes a que se refere Mattos passam por aqui. Estamos em um território que durante todo o século XVIII e boa parte do século XIX serviu de passagem, ou ligação, entre o litoral e o interior, e que formou a base de ocupações territoriais importantíssimas na vida posterior da colônia.

O Caminho Novo de Garcia Rodrigues Paes foi uma consequência da avidez com que o mundo inteiro buscava encurtar as distâncias. Em 1689, após a morte do Fernão Dias Paes, o vice-rei de Portugal determinou a Garcia que fizesse a abertura de um novo caminho que facilitasse a conexão RJ-MG: na época o transporte era feito por mar até São Paulo e daí passava à terra, subindo por Taubaté, com uma grande volta para chegar à Vila Rica, e o mesmo percurso para a volta. Este percurso, além de onerar a mercadoria também ficava sujeito à pirataria. O caminho era feito em 175 dias! O Caminho Novo evitou a travessia por mar entre Rio e São Paulo e encurtou a viagem para 72 dias¹². Uma das variantes do Caminho Novo foi aberta por Bernardes Soares Proença, a variante do Proença, e participou intensamente da colonização de Petrópolis. Esta ramificação do caminho tem profundas implicações na construção da região do Alto Santana.

“Historicamente, já pelos idos de 1767 havia um caminho rústico varando as vertentes das matas do Tinguá, comumente utilizado pelos bandeirantes e caçadores de pele que freqüentavam toda a região. Vindo diretamente de Petrópolis, uma das variantes de tal caminho, décadas depois, alcançava Paraíba do Sul através de Cebolas e a partir daquela cidade acabou por se ligar à estrada União e Indústria,

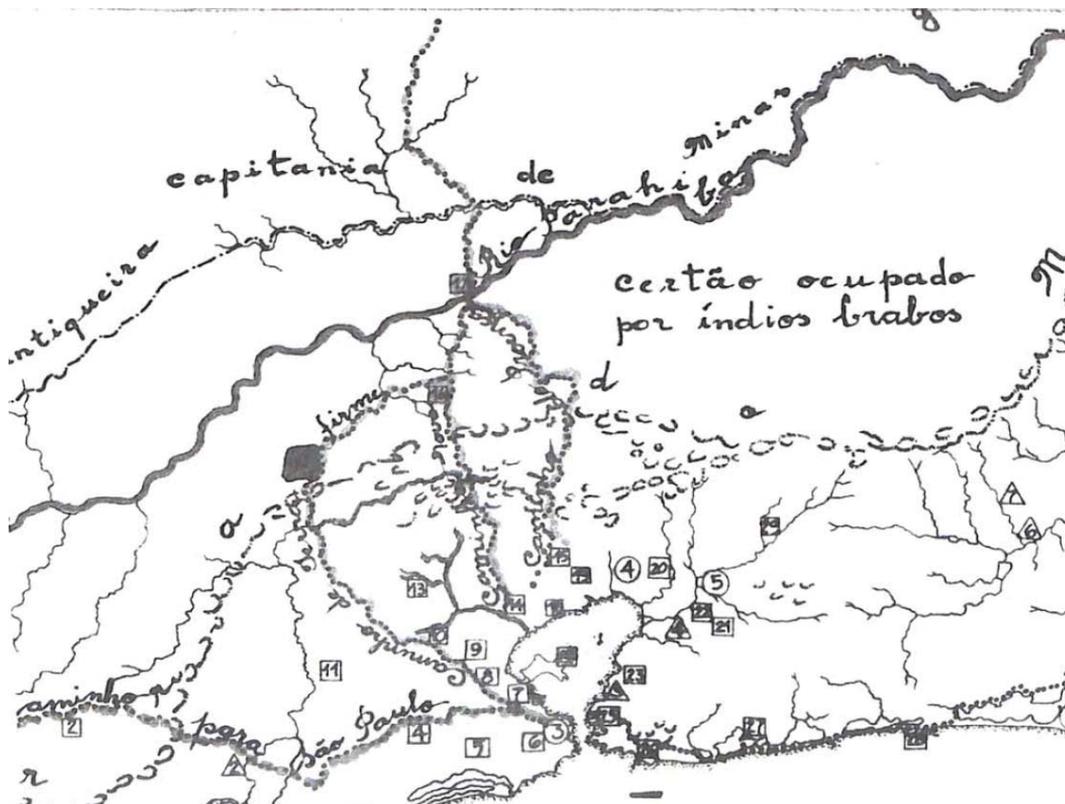
¹² Não se pode desprezar o cenário de lutas locais que, colocando em confronto vários segmentos de exploradores das Minas Gerais, “forçavam” a busca por caminhos alternativos: é o caso, por exemplo, do conflito entre paulistas e emboabas, que tornava os caminhos antigos uma ameaça permanente. A história deste conflito está bem narrada em vários textos, e reproduzimos aqui uma passagem de Rocha Pita, S. (1958) em que o *caminho novo* ocupa posição estratégica neste conflito: “mas desta resolução informado por um confidente Antonio de Albuquerque, se resolveu inopinadamente a retroceder para a vila de Parati, e dela embarcar-se para o Rio de Janeiro, onde chegando feliz e brevemente, fez pelo caminho novo aos povos das Minas aviso do perigo que os ameaçava o exército dos Paulistas que contra eles ia.” (p 413)

que estabeleceria então ligação direta com as cidades mineiras.

Posteriormente, Bernardo Soares Proença abriria uma vertente da estrada para Sudoeste, rasgando a serra do Couto, através da localidade de Marco da Costa e daí partindo em direção ao reverso da Serra do Tinguá, por cujas encostas desceria até o rio Inhomirim e a Pilar, em Duque de Caxias...

Foi essa vertente aberta por Bernardo Proença que o Imperador ordenou que fosse alargada e calçada, pois ela permitiria que as viagens entre Petrópolis e a Corte do Rio de Janeiro ganhassem mais rapidez em virtude do encurtamento das distâncias entre tais cidades, muito embora as dificuldades determinadas pelas montanhas e pela Serra fossem consideráveis...”(Deister, S. 1998. p.581).

Figura 7 – Fragmento da Carta Topográfica da Capitania do RJ – 1767 – Arquivo Nacional



A vida na colônia era intensa nos “caminhos”, porque afinal não era outro o sentido da colonização senão subtrair riquezas e fazê-las fluir rapidamente.

“Bons ares e boas águas: dois requisitos que andam sempre juntos e de certo modo relacionados entre si, pois que a qualidade dos ares seria forçosamente prejudicada onde quer que existissem águas miasmáticas e deletérias.” (Holanda, S.B., 1975. p. 45)

Alguns historiadores têm se dedicado a estudar a construção social do espaço nestes territórios que serviam de passagem. Em texto publicado recentemente, e com base no que há mais tempo já foi referido por Buarque de Holanda, Laura de Mello e Souza faz uma exposição sobre as “formas provisórias de existência”, que considera própria:

“Nos caminhos difíceis pelos quais fluíam víveres de um extremo a outro da Colônia, no topo de morros ou costões que espreitavam a aproximação de alguma vela corsária ou herege; nos presídios de pau-a-pique, onde com roças e bandidos recrutados à força, esperava-se conter o avanço dos índios bravos e firmar novos núcleos de povoamento; nas canoas que venciam as corredeiras dos rios levando os funcionários encarregados de traçar mapas ou plantar padrões de pedra, definindo assim os limites territoriais; ou ainda nos acampamentos a céu aberto, fustigados por chuvaradas e nuvens de insetos, pousos rápidos de mamelucos caçadores de índio e de ouro - longe, portanto, da costa e da influência européia mais imediata, constituíam-se formas variadas e originais de convívio íntimo.

O fato de diferirem fundamentalmente das formas consagradas pelo processo civilizacional europeu, ou ainda de possibilitarem que se questionasse a sua própria natureza de vivência do privado, não deve importar aqui. Foi nesses espaços novos e nesse mundo distinto que homens cada vez mais familiarizados com hábitos de privacidade improvisaram, à sua moda, novas formas de vivê-los – inclusive para poderem suportar melhor o imprevisto de situações inéditas e neutralizar a angústia ante seus desdobramentos. Vivências que, no limite, inviabilizavam a intimidade,

ou levavam ao isolamento tal que a própria vida ficava ameaçada.”(Mello e Souza, L., 1997. p.43-44)

Estamos em um território aberto por um excursionista de grande experiência. Garcia Rodrigues Paes acompanhava o pai em suas expedições e devemos incluí-lo entre aqueles que eram, segundo parecer dos historiadores,

“depositários de invejável senso topográfico, farejando a umidade do vento e perscrutando sinais de água em pedaços de paus, intuía a existência de água sob uma ‘laje’, ou um rochedo, ou mesmo disfarçado por um tronco de árvore...” (Mello e Souza, L., 1997. p. 47)

A condição de “sertanejo” tinha um caráter especial para aquele que freqüentava o Caminho Novo. Por aqui já não se estava “penetrando mato adentro”. A abertura deste caminho foi condicionada por um “projeto”, com tudo o que de precário esta expressão possa ter para tratar daquele período histórico. Ao contrário do que acontecia em outras situações, a abertura se passou no sentido interior-litoral (Paraíba do Sul – Rio de Janeiro).

Já havia, a esta altura, uma “lógica social dos caminhos”, como se pode constatar na seguinte passagem:

“Se ao longo dos caminhos, ia se organizando o convívio social, os pousos permitindo que os viandantes construíssem momentaneamente ilhas de privacidade no meio das agruras da viagem ou da expedição, houve quem, apesar da solidariedade circunstancial, não desejasse levar prejuízo algum por conta de um ato hospitaleiro. Acolhendo em sua fazenda chamada Brejo do Campo Seco o camarada doente de um seu conhecido, Antonio Pinheiro Pinto contabilizou, no seu *Livro de razão*, a quantia despendida com o tratamento: purgas e dieta de caldo de galinha somaram 1280 réis, muito mais do que o fazendeiro gastava habitualmente com os pernoites comuns, quando a alimentação constava apenas de carne-seca e farinha de mandioca...

Houve mesmo quem buscasse extrair proveito máximo de tal ordem de coisas. Vários colonos passaram a pedir sesmarias com o intuito de explorá-las para a subsistência dos transeuntes, o que aconteceu com intensidade ao longo do Caminho Novo, em Minas. Foi também o caso de muitas das estalagens abertas nas bordas dos caminhos mineiros para hospedar comerciantes e estocar suas cargas, possivelmente revendidas depois de algum tempo. Por volta de 1730, intensificou-se o movimento de tropas de mulas, que, do Sul, seguiam para as regiões do Centro-Leste: viagem de sol-a-sol, arrastada e vagarosa. Os sesmeiros que tinham terras atravessadas por caminhos deveriam conservá-los; entretanto, nunca o faziam, deixando que ficassem em estado lastimável e ocasionassem verdadeiras tragédias no tempo das águas: as enxurradas erodiam o solo em precipícios, que tragavam os cavalos quando estes não ficavam presos nos lamaçais. Para não se verem totalmente prejudicados, sem alimárias e sem cargas, ‘perdidas pelas estradas ao rigor do tempo’, os tropeiros paravam nos pousos. Podiam então recorrer a ferradores, estrategicamente instalados junto às vendas dos caminhos mais percorridos, onde também se vendia milho para os animais.

As falhas nos pousos poderiam acabar se estendendo além do desejado. Havia má-fé na falta de conservação dos caminhos, os donos dos pousos obrigando, assim, o viajante ao maior consumo de gêneros. Em Minas, na passagem do Pilar para o Couto, um vigário mandava que se colocassem paus atravessados no rio para impedir a passagem de canoas em que iam os transeuntes, que se viam na contingência de pernoitar em sua casa e ali gastar dinheiro.” (Mello e Souza, L., 1997. p.64)

Convém, para dar conta da vida no caminho novo, aproximar do nosso raciocínio a importância dos “muars” na economia e deste fator da economia na região que estudamos. Segundo Brasil Bandechi (1969):

“... o ciclo do luar coincide com o do ouro, no início do século XVII e perdura até o advento das vias férreas, por volta do ano de 1875. Abrange assim um período que vai da mineração, permanece no ciclo do açúcar paulista e alcança o princípio

das grandes plantações de café. O luar foi o transportador de riquezas, atingindo as regiões de Goiás, Mato Grosso e Bahia. Durante cem anos (1750-1850) tornou possível a vida econômica do Planalto e o abastecimento dos pontos distantes, onde só a coragem do bandeirante poderia atingir. Na sua época o luar foi o transporte. A Baixada fluminense, Vale do Paraíba e oeste paulista lhe devem muito.” (Bandeichi, B. 1969. p.126)

A disputa entre criadores de mulas e cavalos chegou a provocar uma publicação de Sua Majestade, em 1761, proibindo o uso de machos e mulas.

Os caminhos duraram muito, e mesmo no meado do século XIX, quando as ferrovias começaram a penetrar e decidir as rotas comerciais, ainda era por terra que se fazia o trânsito lento de permuta entre os dois pólos da vida colonial: o “sertão” e o “litoral”:

“Se a população do “sertão” distinguia-se pela barbárie, a “sociedade do litoral” caracterizava-se por ser uma civilização, acreditando-se que tal se devia, em larga medida, aos contatos desta última com as nações civilizadas, das quais distava apenas cinquenta dias, já o sabemos. Num contraste evidente, a precariedade das comunicações entre o “Sertão” e o Litoral: em meados do século. no momento em que eram construídas as primeiras ferrovias e rodovia na província do Rio de Janeiro e os vapores começavam a ligar de modo regular as capitais provinciais litorâneas à Corte, eram gastos ainda três meses para ir do Rio de Janeiro à capital da província de Goiás e cerca de cinco para atingir o Mato Grosso; e embora já se utilizassem barcas e outros tipos de embarcações para a navegação fluvial, o lombo das mulas ainda era o meio de transporte mais difundido, para mercadorias e pessoas – penosamente!” (Mattos, I., 1987. p.34)

Quando a mineração declinou nas Gerais, e a população se dispersou, envolvendo-se com a plantação do café, a vida nesta parte do mundo continuou ainda fortemente dependente dos caminhos que já haviam sido traçados.

“A lavoura cafeeira constituía-se, assim, na atividade que permitia a ocupação efetiva das áreas de ‘serra acima’, nas primeiras décadas do século passado. Desde a cidade do Rio de Janeiro, e em larga medida incentivada pela política joanina, ocorria a expansão dos cafezais./

De um lado, os cafezais avançam pelo Vale, em direção a leste, indo ao encontro das três vias de penetração do território fluminense... Em Barra do Piraí ocorre a junção com as lavouras que, pelo **Vale do Rio Sant’Anna** tinham ocupado as terras de Vassouras e Paraíba do Sul. Daquele ponto de encontro deu-se a expansão do setor Vassourense por Valença, até atingir, além-Rio Preto, as terras mineiras./

Embora cultivada na região do Mendanha e em São Gonçalo, que se constituíram mesmo em pontos de dispersão da lavoura, conforme foi assinalado, o café não conseguiria substituir o predomínio da cana-de-açúcar na Baixada Fluminense. Localizando-se nas encostas das montanhas e nos morros, os cafezais bordavam os limites da lavoura canavieira, sem concorrer.

Se a expansão canavieira pela Baixada dependia fundamentalmente do transporte fluvial, a expansão cafeeira pelo planalto fazia-se por meio das vias de transporte terrestre. Enquanto barcos, canoas, saveiros, sumacas, alvarengas e outros tipos de embarcações impulsionados a vela ou a remo, percorriam os pequenos rios que drenam a Baixada, escoando a produção açucareira e de artigos de subsistência, eram as tropas de muar que articulavam o planalto ao litoral, transportando as sacas de café, e permitindo assim superar a barreira da serra. Com efeito, até o surgimento das ferrovias em meados do século, era por meio de tropas e tropeiros que a produção interiorana do café chegava aos pequenos portos do litoral, sendo daí levada ao Rio de Janeiro. Comentaria um dos correspondentes do Barão de Vassouras que ‘foram esses desfiladeiros, essas devesas, esses resvaladouros, o cemitério de milhares, de dezenas de milhares de pobres muares naqueles caminhos, do que havia de ruim, e onde muitas bestas de sela e de cangalha quebravam as pernas e o pescoço’.”(Mattos, 1., 1987. p.59)

E ainda necessário focalizar outros viajantes que frequentaram desde sempre os trajetos que ligavam as necrópoles as colônias: os micro-organismos. Como se sabe, os surtos de doenças epidêmicas e endêmicas é fator decisivo no desenho da distribuição das populações na geografia mundial, e o século XVIII é especial quanto a isto: foi neste período que a Europa desenvolveu práticas de controle que incidiram contundentemente nos percursos de troca, e sobretudo nos portos. As doenças que grassavam por aqui, não deviam atravessar os mares (no sentido Sul-Norte). Além da economia propriamente dita, um regime sanitário exigia a racionalização dos caminhos, com a possibilidade de fiscalizações frequentes.

De duas maneiras esta característica do século interessa a compreensão da abertura do Caminho Novo.

A empreitada reaparece ligada a um grande dispositivo que homogeneizava o mundo:

“The birth of the modern hospital is a good example of the institutional transformation taking place. Western doctors had since Antiquity acquired medical knowledge almost exclusive from old authoritative texts (those of Galean, for example). The emergent medical profession, in contrast, organizes itself around hospitals and could for the first time break away from textual and concentrate biological bodies. [...] The new hospitals embodied a new and different use of space, one that allowed close observation of disease and isolation of its cause. Since ocean trade routes were channels where merchandise, money, ideas and germs all flowed together, naval hospital provided the perfect milieu for disentangling the complex combination of factors that caused epidemics.

Not only hospitals, but a whole segment of the population of institutions changed during the eighteen century...

As Foucault reminds us, in addition to formalized and routinized policies that may be transferred as a whole from one organization to another of the same kind, there are also methods and procedures that may diffuse individually through different types of organization: **informal techniques of notation and registration; heuristic methods for creating, correlating, storing, and retrieving ideas; routines for comparing documents from different fields to create categories and determine averages; techniques for the use of partitions to organize space; and methods to conduct inspections on and supervise the behavior of the human bodies distributed in that space.**” (De Landa, M., 1997 - grifo nosso)

Devemos então considerar que a “concentração” do eixo Rio-Minas, com a polarização no porto do Rio e a reta do Caminho Novo, também participa deste dispositivo¹³. As técnicas mencionadas por Foucault penetravam os lugares e exigiam a construção de barreiras e controles das passagens, improváveis nos “caminhos velhos”, totalmente acidentados e casuais.

Então, ao lado do controle das doenças, uma extensa prática se consolidava. O historiador Taulois (2000) confirma esta interpretação, quando considera a importância de toda a rede dos caminhos que compõem as chamadas Estradas Reais. Falando da abertura do Caminho Novo, ele comenta:

“Esses caminhos integraram o interior ao litoral, promovendo uma unificação cultural e de esforços que resultou na ocupação e no desenvolvimento de uma vasta região onde se instalaram fazendas, ranchos, pousos e vendas. Data também daí o início da nossa atividade administrativa pública organizada, com o emprego de funcionalismo para controle da zona mineira, criação dos “Registros” ao longo dos

¹³ Uma das estradas que fazem parte da grande árvore do Caminho Novo, se chama justamente estrada da Polícia (Deister, S 199)

caminhos, monetarização da economia com a criação da Casa da Moeda, da Casa de Fundição e formação enfim de uma classe média mais sólida.” (Taulois, A.E., 2000, p.2)

A perplexidade provocada pela descoberta de sítios com marcas de grande ocupação, ao longo do que teria sido o Caminho Novo, inteiramente abandonados entre massas de vegetação hoje exuberantes, diminui quando se pode formular a hipótese de ocorrência de episódios de doenças epidêmicas que marcaram época.

As condições famigeradas em que o transporte de mulas se fazia através das rotas precárias provocava a morte maciça de animais e gente, e pode-se assim imaginar o grande risco de contaminação provocado pelo acúmulo de cadáveres.

O desafio de vencer as escarpas era enfrentado às custas de muitas perdas.

Quando viajou pelo Brasil, entre 1856-59, Charles Ribeyrolles descreveu a passagem das mulas com precisão suficiente para imaginar a vida nos caminhos no século anterior:

“Antes de deixar Iguassu, sua hospedaria onde se agita toda uma geração de mestiços e sua casaria acaçapada, tive ensejo de ver um desses longos comboios de mulas carregadas que se denominam tropas. À frente, a mula-guia, com o seu penacho, a sua campainha, os seus ricos arreios, e por frontal larga chapa de prata com o nome de sua casa. A carga enorme não a deixava ondular o passo./ As outras caminhavam em linha, ou em pequenos pelotões, segundo as rodeiras, sempre com passo firme e regulado. Era a ordem em disciplina livre, sem brutalidade, sem chicotadas, quase sem governo./

As mulas partem das fazendas, carregadas e divididas em oito, dez ou doze seções, formando o que se chama a tropa. Cada seção comporta sete mulas, sob a vigilância de um negro que delas cuida e que se chama *tocador*. O chefe da tropa é o *arreiador*, homem livre, que tem a confiança de seu amo e a responsabilidade da

viagem. Ao mesmo tempo, tesoureiro, capitão e veterinário. Algumas vezes, como estado-maior, leva dois ou três cães, que velam toda a noite nas paradas. Mas, quase sempre, vai só.

As primeiras horas depois da partida são angustiosas e difíceis. É mister equilibrar as cargas mal arrumadas, impedir os trotes excessivos, alargar ou retirar as correias que ferem. É um pequeno mundo que se põe em marcha. E esse mundo de mulas tem, como qualquer outro, caprichos e fantasias.

Ao alcançar o primeiro pouso, num rancho, tudo está em ordem. As sete mulas da primeira seção avançam para o arriador. Descarregam-nas sem lhes tirar os arreios. Vem depois o segundo grupo, e toda a tropa desfila, assim./

Partida a tropa e acesos os fogos da noite o arriador janta à parte, sozinho. Depois estende-se num couro entre duas muralhas de fardos que lhe servem de alcova. Ao passo que os negros se acomodam daqui, dali, no rancho ou ao acaso, na relva e um silêncio profundo cobre o campo...”(Ribeyrolles, C. 1980. p.220)

Por estes caminhos não circularam apenas o ouro, as pedras, a cana, o açúcar, a aguardente, as hortaliças, as frutas, os muares, e os germes. Por aqui circularam também “idéias”. Idéias libertárias que transpiraram do Velho Mundo para percorrer a colônia, ultrapassando o litoral, atravessando a serra, para chegar a Minas.

A segunda metade do século XVIII se caracterizou pela ruptura do primeiro pacto colonial e reconfigurou o plano das mentalidades. Seguindo o argumento de Novais, F., acompanhamos a crise do antigo sistema colonial, como consequência da revolução industrial inglesa:

“Assim, na segunda metade do século XVIII, convergem duas tendências do comércio internacional e colonial, e essa convergência era de molde a pôr cada vez mais em xeque o sistema colonial como um todo. De um lado, o desenvolvimento irreversível da revolução industrial inglesa exigia cada vez mais abertura dos mercados ultramarinos consumidores de produtos manufaturados, por outro lado, a

política de autonomização e desenvolvimento econômico dos países ibéricos ia cada vez mais dificultando a penetração de produtos ingleses nos mercados do ultramar pelas vias metropolitanas. O resultado dessa coincidência de tendências divergentes tinha necessariamente de fazer com que os interesses do industrialismo inglês se reorientassem no sentido da ruptura do pacto colonial, removendo-se o intermediário das metrópoles. [...] É neste contexto que se gera... a campanha inglesa contra o tráfico negreiro, que era a forma indireta de atacar o antigo sistema colonial no seu cerne; o que entra em crise é, pois, o próprio sistema colonial como um todo (Novais, F. 199-. p.123)

Com o mesmo autor acompanhamos a formação do pensamento crítico que marcou ou consolidou esta ruptura. O anti-colonialismo constitui a marca mais acentuadamente revolucionária da Ilustração europeia e sua expressão pode ser apreciada na força de enunciados como este:

“Se há espaço, isto é, se a região é parcialmente desabitada, é legítimo tomar posse – **mas pelo trabalho apenas**. O colonizador só pode estender seu domínio até os confins do domínio já pré-existente. Do contrário, os autóctones têm o direito, pelas leis da humanidade e da justiça, de expulsar e mesmo exterminar o invasor.”(Novais, F. 19--p.153- grifo nosso)

O pensamento anti-colonialista não ficou restrito à Europa, e ganhou força de movimento em regiões do Novo Mundo. Os inconfidentes de Minas **Gerais parecem** ter assimilado perfeitamente as noções de justiça e liberdade, e ter se envolvido diretamente com as formulações da civilização europeia, dando-lhes, além disso, um caráter propriamente político, representando urna tomada de consciência da situação colonial.

Sendo assim, é de se imaginar que nesta via privilegiada de ligação Rio-Minas tenha circulado toda a bibliografia que chegou às estantes dos Inconfidentes, bem como os sussurros das conspirações.

Ao mesmo tempo em que a Iluminação inspirava revoltas, as condições reais da colonização mostravam-se cada vez mais hostis. A exploração assumiu, para alguns, um perfil insuportável.

“A Coroa portuguesa manda liquidar as fábricas têxteis do Brasil, que de agora em diante não poderão produzir nada além de roupa rústica para escravos. Em nome da rainha, o ministro Melo e Castro envia as instruções correspondentes. Observa o ministro que ‘na maior parte das capitânicas do Brasil se têm estabelecido, e vão cada vez mais se propagando, diferentes fábricas e manufaturas, não só de tecidos de várias qualidades, mas até de galões de ouro e prata.’ Estas são, diz, ‘perniciosas transgressões’: se continuarem, ‘a consequência será que todas as utilidades e riquezas dessas importantíssimas colônias ficarão sendo patrimônio de seus habitantes’. ‘Sendo o Brasil terra tão fértil e abundante em frutos’, ficarão os ditos habitantes totalmente independentes de sua capital dominante: é, por isso, indispensavelmente necessário abolir do Estado do Brasil as ditas fábricas e manufaturas’.”(Lisboa, 1785).(Galeano, 1997. p.109)

“Há apenas meio século acreditava-se que as minas do Brasil durariam tanto quanto o mundo, mas cada vez há menos ouro e menos diamantes e cada vez pesam mais os tributos que é preciso pagar à rainha de Portugal e à sua corte de parasitas.

De lá enviam muitos burocratas vorazes e nem um único técnico em mineração. De lá impedem que os teares de algodão teçam outra coisa além de roupa de escravos e de lá proíbem a exploração do ferro, que jaz ao alcance da mão e proíbem a fabricação da pólvora.

Para romper com a Europa, ‘que nos chupa como esponja’, conspirou um punhado de senhores. Donos de minas e fazendas, frades, poetas, doutores, contrabandistas de longa experiência organizaram há três anos uma rebelião que se propunha a converter essa colônia em república independente, onde fossem livres negros e mulatos nela nascidos e onde todo mundo vestisse roupa nacional.

Antes que soasse o primeiro toque de mosquete, falaram os delatores. O governador prendeu os conjurados de Ouro Preto... (Rio de Janeiro, 1792).”(Galeano, E., 1996. p. 115)

As marcas das idas-e-vindas das idéias políticas ao longo do Caminho Novo, e a proximidade dos embates travados entre colonizados e colonizadores, está assinalada na presença de Tiradentes esquartejado na Paraíba do Sul. A cidade guarda restos mortais do herói, lá onde foram expostos e posteriormente inumados seu braço e tórax esquerdo. (Sebolas - **sic**).

As idéias e os afetos se entrelaçaram para povoar o Caminho Novo de lendas, que ainda assombram e instigam. As designações dos pontos do percurso são adornadas por estórias que parecem tão antigas quanto as próprias trilhas.

Lá na Pedra Furada, o cara vinha trazendo as jóias, aí o burro “afrouxou”. Aí o tropeiro veio, tinha que continuar o caminho, tirou as “jóia” e enterrou. Depois quando voltou não sabia mais achar onde deixou... [e será que as jóias estão lá até hoje?] É... mas diz que o homem “tá” tomando conta lá... ninguém chega!

Depoimento de Heitor– mateiro do Tinguá

O **preciso** traçado do Caminho Novo deixa margem a muitas dúvidas. Se é possível reconstituir os lugares das “roças”, não é possível localizar exatamente **uma** trilha por onde passavam tropas. O que não é difícil constatar, no entanto, é que esta origem deixou

marcas na estrutura fundiária do lugar, onde predominam pequenas propriedades, havendo poucas fazendas com área igual ou superior a 1000 hectares. Por mais que se queira datar a formação das atuais fazendas, os dados disponíveis não permitem discorrer sobre os primeiros 150 anos da ocupação. Esta é provavelmente uma herança da condição de “lugar de passagem” – sabe-se que nestes casos as propriedades foram abandonadas tão logo os caminhos perderam importância.¹⁴

Outra tradição possível de resgatar é a de engenhos de cana, para preparo da aguardente, que ainda resiste na região. Convém lembrar que este produto era de fundamental importância para os “viajantes”, não apenas porque os inebriava o suficiente para enfrentarem as agruras de percursos cheios de obstáculos, mas também, e talvez principalmente, porque a aguardente era utilizada como medicamento em muitas doenças e malefícios. Leiamos Sérgio Buarque de Holanda (1975):

“Onde porém nossa terapêutica antiofídica chega a revelar traços bem mais nítidos de influência portuguesa é no largo emprego que dá à aguardente de cana como veículo para toda sorte de medicamentos. De tal ponto de vista, pode-se dizer que a aguardente tomou o papel que, no reino, e entre nós, sobretudo nos primeiros tempos da colonização, estava reservado ao vinho de uvas. Assim, ficou sendo elemento indispensável no tratamento de indivíduos mordidos por cobras, e velhos depoimentos são acordes em atestar que fortalecia a eficácia curativa atribuída a ervas tradicionalmente empregadas para este fim, como a própria raiz preta.”
(Holanda, S.B., 1975. p.133)

¹⁴ A primeira regularização da propriedade das terras no Brasil foi consequência da Lei de Terras – 601, de 1850 e o cumprimento da Lei esteve sujeito a manipulações que criam um quadro caótico em torno da sucessão dos direitos em uma clara transição de posses. A existência de terras devolutas e o direito de uso por parte de colonos pobres foram mascarados pelos artificios criados pela já então poderosa oligarquia rural cafeeira (O Império e a Lei no. 601 - Lei de Terras. Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos - Instituto de Terras e Cartografia Rio de Janeiro 1991).

“A pretendida eficiência desse recurso assegurou à aguardente um prestígio singular em nossa medicina rural. Não só contra a peçonha de cobra, mas contra qualquer veneno, contra as verminoses e, em geral, contra todos os ferimentos que pudessem redundar em corrupção e ‘criar matéria’, ela constitui sempre, por assim dizer, mezinha soberana e universalmente acatada.” (Holanda, S.B., 1975. p.134)

As marcas dos caminhantes” são as roças que formam ainda a tradição local, e o uso dos produtos da floresta. Mais uma vez, a leitura de *Caminhos e Fronteiras* (Holanda, S. B.) completa o quadro:

“Com uma ração diária de pouco mais de cem gramas de toucinho, um litro de farinha (de milho ou de mandioca) e meio litro de feijão, podiam dar-se por contentes tanto os mareantes como os passageiros. Esses produtos, e particularmente o feijão, que eram o ‘panem nostrum quotidianum’ dos navegantes, segundo um deles, compunham, com efeito, a base de toda sua dieta. Farinha servia não só para as refeições principais, mas ainda, se de milho, para o preparo da jacuba, beberagem indefectível nessas jornadas. Para completar recorria-se aos pescados e também aos palmitos, frutas e caça, que se apanhavam geralmente à tarde, isto é, depois das cinco horas da tarde, quando as canoas embicavam pelos barrancos, ou de manhã, antes de prosseguir a viagem.”(Holanda, S.B., 1975. p.174).

A rede de trilhas de terra surgida em torno do Caminho Novo se ramificou ainda mais com as ocupações posteriores. Focalizando apenas a parte fluminense do Caminho, da margem Leste do rio Paraíba do Sul, até as passagens para o Rio de Janeiro pela Serra do Mar, são muitas linhas de penetração que sobem até certo ponto das encostas, cortam rios e riachos várias vezes com pontes precárias (troncos atravessados de uma margem à outra, sempre substituídos depois de uma cheia) e conduzem até um recanto onde se faz alguma pequena plantação.

Todas estas ramificações têm como limite o desnível acentuado da Serra do Mar. Dos pontos mais elevados da região pode-se ver a baixada fluminense.

O imenso território do Sertão sofreu uma disjunção com a desativação gradativa do transporte de mulas. Enquanto uma parte assimilou a ferrovia, e colocou-se na “marcha do desenvolvimento”, uma outra parte permaneceu atavicamente sertaneja: pó, pedra, plantação.

Os espaços-trilhas que se perpetuaram representam uma hibridização na formação de uma ordem territorial: nem desenvolvidos, nem sub-desenvolvidos; agentes de desenvolvimento, enquanto integrados aos dispositivos de “modernização”, expressão de sub-desenvolvimento, quando substituídos por outros dispositivos. Um espaço disfuncional, se podemos nos valer da expressão utilizada por Costa Neto (1999) para tipificar a “pequena produção agrícola”. No caso da matriz espacial que se define nos caminhos de terra, o que podemos concluir é que sua existência, sua permanência, sua insistência, deve-se mais exatamente a uma não-razão de não-ser, do que a uma possível razão de ser ou não ser: andaimes de uma construção, estes espaços foram abandonados tão logo a etapa a que se prestaram foi concluída ou substituída, porém não foram removidos, e guardaram da construção a escala de sua magnificência. Entregues ao devir, formaram fraturas e adquiriram novas resistências. Quando nos voltamos criticamente para as construções, vemos os andaimes do real em suas características singulares: sorte ou azar, tais espaços, ao não terem sido subsumidos pela lógica do desenvolvimento, transformaram-se segundo investimentos sempre parciais, fragmentários, experimentais... Cresceram de um modo próprio.

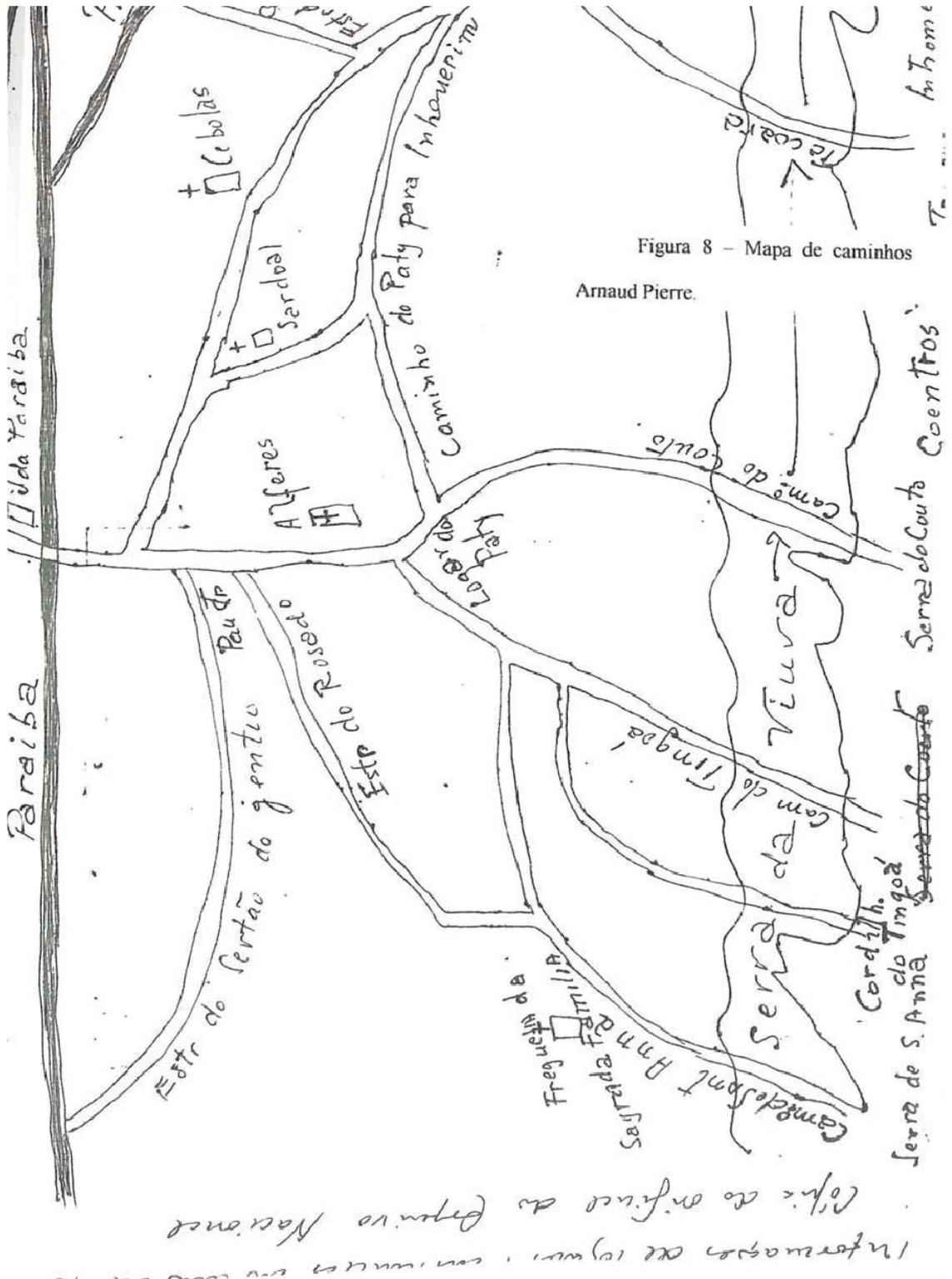


Figura 8 - Mapa de caminhos

Arnaud Pierre.

1.5.3 – contornos

Cosmos de Ferro

O cosmos do ferro não é um universo imediato. Para abordá-lo é preciso amar o fogo, a matéria dura, a força.
Não o conhecemos senão por atos criadores, corajosamente educados

...
Tais devaneios da dureza progressiva podem parar aí? O cinzel não é o vencedor cotidiano da pedra? O ferro é
mais duro do que o granito. No extremo de devaneio duro reina o ferro.

...
O ser do ferro é todo músculo. O ferro é força firme, força essencial. Pode-se construir um mundo vivo
cujos membros são todos de ferro.

...
Gaston Bachelard – O direito de sonhar

A consolidação do Caminho Novo (ou Caminho do Garcia, como preferem os historiadores locais) conformou o Sertão da Parahyba, recortando terras “interiores” e fazendo avançar frentes “pioneiras” de um processo de colonização já marcado pelo ritmo frenético da modernidade europeia dos séculos XVIII e XIX. A região que serviu de passagem para o ouro recebeu o impacto das várias dimensões da aceleração moderna: por aqui passaram as ondas devastadoras das plantações de café que cobriram a região sudeste de grãos, descobrindo-a do revestimento florestal, e posteriormente deixando-a na nudez das erosões. Os “avanços civilizatórios” promovidos pela Europa em crescimento atingiram em cheio o *Sertão*, alterando os regimes espaciais estabelecidos durante um século e meio.

A região foi segmentada, em função das novas razões topológicas.

A parte mais baixa, rumo ao interior, que corresponde hoje a áreas que se encontram no município de Paraíba do Sul, sofreu um desgaste ambiental em função de três atividades rivais: a cana-de-açúcar que avançava para o sul, a partir da baixada campista, o café que buscava espaço para implantar-se, e a pecuária, que acompanhou

sempre de perto as atividades agrícolas em grande escala – neste caso predominava a criação de muare. Ao mesmo tempo, Paraíba do Sul urbanizava-se, por conta de seu valor estratégico na distribuição das linhas de trânsito que interligavam o norte e o sul fluminense, a província do Rio de Janeiro com a província de Minas Gerais e o norte do Rio com São Paulo.

De outro modo, nas partes mais elevadas que situam-se nas zonas rurais dos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes, as fazendas produziram café em pequena escala, porque a passagem da planta por aqui foi anterior ao grande *boom* exportador, que atingiu regiões mais a Oeste, tendendo para São Paulo e compreendendo os atuais municípios de Vassouras e Valença. Entre Miguel Pereira e Paty do Alferes, o *Sertão* se tornou cada vez mais “sertão”, e sua espacialidade continuou sendo a de “linha de transição” na ligação entre núcleos de concentração de poder: Vassouras, Paraíba do Sul e Petrópolis.

Uma pequena parte do *Sertão* corresponde hoje ao município de Petrópolis e se formou na sombra e no reflexo do tratamento especial que fundou a “cidade imperial”, objeto de planificações ricas e rigorosamente orientadas para fazer triunfar a monarquia.

Os caminhos de tropa, à medida em que foram perdendo vitalidade do ponto de vista do escoamento das riquezas rumo ao Rio de Janeiro, tornaram-se caminhos de passagem e visita do Imperador e suas comitivas, o que de certo modo serviu para manter a paisagem íntegra em alguns pontos e ser reconstituída em outros pontos; nas regiões vizinhas, que participaram mais ativamente do “ciclo” do café, a devastação parece ter sido radical.

O auge da produção do café coincidiu, como se sabe, com a criação das estradas

ferroviárias, dando origem às primeiras linhas que ligavam o litoral com o interior. A visão mais simplista é aquela que estabelece um sentido causal linear entre o volume de exportações do Brasil para a Inglaterra e a necessidade de transporte para escoar a produção. Os dados disponíveis já não permitem tamanha redução. A propósito da mercadoria circulante no Brasil, e as complexas relações com a Inglaterra, nas quais se incluía a construção das estradas ferroviárias, Ilmar R. Mattos (1987) nos conta:

“O Império do Brasil manteria relações profundas com o armazém e a oficina britânicos. Deles eram importados produtos alimentícios manteiga, queijo, batatas, biscoitos, mostarda, presunto e tocinho entre outros; remédios e cosméticos; relógios, móveis e instrumentos musicais, ferragens em geral – enxadas, fechaduras, dobradiças, pás, facas, navalhas, canivetes, sacarroilhas, plainas, pregos, cravos, bigornas e muitos outros utensílios; maquinária para o processamento de matéria prima para exportação, como máquinas para o beneficiamento da cana-de-açúcar. Mas sobretudo eram importados tecidos: entre 1850-1854, ele representaram quase $\frac{3}{4}$ de todas as importações...

Café e açúcar seguiam para o estrangeiro em navios cobertos por seguros feitos em Londres, frequentemente por Lloyds.../

Capitais ingleses propiciavam a construção das primeiras ferrovias, assim como haviam contribuído para a abertura da primeira rodovia, ligando a raiz da serra de Petrópolis a Juiz de Fora.../

Assim, as casas exportadoras e importadoras britânicas assumiam progressivamente o papel dos antigos colonizadores reinóis, tendendo a monopolizar o setor de comercialização da economia do Império americano. Monopolizavam o setor de financiamento, sem dúvida, por meio da concessão de empréstimos, de que os Rothschilds haviam sido nomeados agentes exclusivos para o Brasil em 1855. Empréstimos foram concedidos em 1824-25, 1825, 1829, 1839, 1843 e 1852; outros seriam negociados em 1858, 1859, 1860, 1863, 1865, 1871, 1875, 1883, 1886 e 1888, aprofundando o processo de internacionalização da

economia brasileira, iniciado no século anterior e que tornara forte impulso desde a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro.” (Mattos. I., 1987. p. 15-16)

Somos levados a concluir, com o autor, da impertinência de seguir falando de “ciclos produtivos”, para admitir que a última metade do século XIX representou o período de penetração européia (no domínio de novas identidades sendo construídas) no que até então era domínio de uma residual identidade portuguesa. Lembrando do processo “desenvolvimentista” enquanto processo de “produção de espaço”, com fortes hierarquizações, convém resgatar um pouco do *Brasil Pitoresco*, de Charles Ribeyrolles, que viajando por esta parte do território nacional nos oferece não apenas valiosas descrições do cenário local, como indica o que havia a ser feito, na perspectiva de um novo processo colonizador. A visão estrangeira se derrama sobre a paisagem, e sem pudor projeta seus valores como dimensões absolutas da condição humana.

Elegemos três passagens do escritor, que dizem respeito ao que ele entende por “civilização”, contrastando com o que encontra por aqui. Tais passagens ajudam a formar a imagem dos lugares que a esta altura passavam por transformações, e antecipar o sentido que afinal tiveram tais transformações.

“No campo da Aclamação fica a estação dos caminhos de ferro. Aí sesteiam as locomotivas. Despertam. Os empregados bocejam. Encaixotam. Os vagões esperam, menos fogosos que os cavalos de Hipólito, e os viajantes passeiam, graves, calmos, silenciosos. Oh! As estações de França e da Inglaterra, onde as carretas voam como flechas e a multidão se precipita nos *guichets*, toma de assalto os comboios, tudo ruído, agitação e correrias loucas. Aqui é diferente. Como na Turquia, é sempre tempo de chegar, e **a locomotiva é algum tanto semelhante à mula.**

A nossa estremece. Assovia. Fumega. Partimos.

- Bela invenção, senhor, o trem de ferro diz-me um vizinho.
- Sim, senhor. Muito bela invenção.
- E dizer que somos nós os únicos da América do Sul que temos assentado os trilhos e aberto as estradas.
- Quantas linhas possuiis?
- Duas, senhor. A de Petrópolis e esta, que deve chegar às Minas.
- Para um passeio, uma excursão, nada melhor; mas, com licença... Conhece a América do Norte? Pois em 1857, já ela dispunha de 43.549 quilômetros de vias férreas, compreendendo trezentas a quatrocentas linhas que cortam e ligam o país aos grandes centros. Que me diz deste progresso? Não vale bem o de Petrópolis?
- Mas, senhor, os Estados Unidos são mais antigos que nós em liberdade, mais ricos em população. Não há quarenta anos, ainda éramos simples colônia.
- É verdade. **Não tenho em mente magoar o patriotismo brasileiro. Argumento com os fatos.** Em 1829, a América do Norte construiu dez mil léguas de estradas de ferro, enquanto o Brasil não conta mais de cem quilômetros.
- O senhor é engenheiro? – pergunta-me ironicamente o viajante fronteiro, de grande ventre, e ventre de alemão. Viaja por conta de alguma companhia?
- Não, senhor. **Venho estudar os selvagens, e creio que eles não me farão falta.**

Findou-se o diálogo. Chegáramos a Maxambomba.” (Ribeyrolles, C., 1980. p.214-215 - grifos nossos)

Nesta passagem em que Rybeirolles apresenta o início de sua viagem para o interior do Rio de Janeiro, acompanhamos sua chegada a Maxambomba (atual Nova Iguaçu) que era o ponto de troca de cargas das tropas de muares para os caminhos fluviais ou para os

caminhos de ferro. Na passagem citada ficamos sabendo que já há estrada de ferro que conduz à Petrópolis, e outra que passa para Minas. Esta última, no entanto, não segue o percurso das tropas de mulas que passam pelo *Sertão* da Parahyba, mas atingem Paraíba do Sul através de um extenso contorno à Sudoeste.¹⁵

Sobre a lavoura na região, comenta Ribeyrolles:

“Nada direi a respeito dos meios de colheita. São atrasados e morosos, incompletos e de tradição patriarcal. Seria difícil empregar novos métodos e novas máquinas, atendendo ao seu alto preço. Além disso, quem as manejaria?

Dá-se o mesmo com os trabalhos da usina. A ciência facultava engenhos de potência e precisão que trabalhariam melhor e mais depressa. Mas é forçoso não pensar neles. Que seria do negro?

O negro, eis a chaga da lavoura. Produz mal e produz pouco. Se houvesse braços como em outros tempos, o exército faria milagres e nada sofreriam as culturas. Contudo, desde a abolição do tráfico, as oficinas enfraqueceram. O rebanho só se renova a peso de ouro, e os trabalhadores escasseiam a terra. Se quiserdes, fugindo tradição rotineira, aplicar as energias industriais, as forças mecânicas, será necessário pedir à ciência, às indústrias, aos ofícios seus agentes profissionais. Em tais operações, que faríeis do negro?

Ele não sabe, não tem interesse em saber. Mesmo que fosse capaz, ninguém lhe confiaria certas forças, ao mesmo tempo delicadas e poderosas.

Há, pois, uma barreira. Como transpô-la? Para isso, só aponto dois meios, dois expedientes, dois remédios. Penetrar ousadamente nos caminhos da ciência, experimentando os métodos superiores já por ela fixados, e transformar a oficina, com seus costumes e suas disciplinas.

¹⁵ Ainda nesta seção, abordaremos mais detidamente os traçados das linhas de ferro. Por enquanto cabe o registro do modo como a entrada dos eixos ferroviários tendem a deslocar o eixo de gravidade dos territórios.

Ora, isso importa, ao mesmo tempo, numa evolução científica e numa revolução social, duas coisas que se corrigem dificilmente. (Ribeyrolles, C., 1980. p. 248 – grifo nosso)

O viajante francês/inglês¹⁶ repercute todo o pensamento de uma época que, como veremos, prevalecerá nos processos de produção do espaço, enquanto base material do poder capitalista em expansão. As práticas locais são sistematicamente desqualificadas, e não há qualquer intervalo, na crítica, que permita vislumbrar uma transformação técnica que levasse em consideração a interação deste período presente, que se quer fincar no passado, e o futuro pretendido, que se antevê no presente: trata-se, sempre, invariavelmente, de “substituição”, pura e simples. Trata-se de um planejamento do espaço realizado em nível global, com invasão do nível local por absoluta anulação de sua existência. Um planejamento que, originado a um oceano de distância, desenha a geometria de um novo território, fazendo campo cego de toda experiência singular. Mais adiante veremos como as estradas de ferro finalmente se fizeram presentes.

Antes disso, detenhamo-nos um pouco mais na descrição da paisagem por Rybeiroles, quando está em plena Paraíba do Sul, para avaliar as transformações sofridas em um século e meio de distância, e conhecer os sonhos bem intencionados do autor:

“A floresta virgem

Nunca entrei num desses santuários livres e selvagens sem me sentir profundamente comovido. Não de terror, nem de respeito [...] A noite interior, a

¹⁶ Ribeyrolles (Charles de) publicista e político francês, nascido perto de Martel...em 1812 (...) A 13 de junho de 1849... viu-se R. envolvido no processo que daí se seguiu, e condenado, a 13 de novembro seguinte, por contumácia, à deportação. Em Londres, para onde se retirou, publicou em panfleto ‘Bagres d’Afrique’ (...) Em 1858 partiu para o Brasil...” (Taunay, in Ribeyrolles,)

noite da ciência me acrabunhava, e o espírito moderno, o grande pesquisador, transpirava em meu ser todas as febres./

E os mercadores de madeira, os marceneiros-escultores, todos os grandes obreiros do mobiliário, do mastro e do arcabouço, que fazem eles no estaleiro ou na oficina com a nogueira, o carvalho, o olmeiro, o pinho nórdico? Para a construção e para o ornamento, há centenas de espécies de árvores altas e rijas que nascem, crescem e morrem, criações inúteis, seivas ignoradas, energias perdidas.

Por ventura, as perobas, os verdes tapinhoás de torso reto, esbelto, ..., não armará tão bem os navios como as madeiras da Suécia? [...] O grapiapunha, ..., não será excelente para o fabrico de carroças ou como peças das obras vivas na construção naval?/

Quanto aos móveis, à marcenaria, haverá materiais mais finos, mais ricos em tonalidades do que as arariba [...] E as árvores de tinturaria, as de goma ou de resina, que variedade se encontra na mata-virgem.”(Ribeyrolles, C., 1980. p.256)

Depois de extensos e rocambolescos parágrafos descrevendo a vegetação da Mata Atlântica e relacionando seus possíveis usos numa perspectiva de franca exploração, Ribeyrolles conclui:

“Não sou de molde a estudar essas coisas, não faço parte da classe médica, nem sou homem do machado e da plaina, porém lamento a perda de tanta riqueza, e entro de novo nas florestas para sonhar.” (Ribeyrolles, C., 1980. p. 256)

Note-se bem que o que o autor chama de “perda” de riqueza significa seu não imediato aproveitamento nos processos de transformação industrial. Nenhum limite é colocado neste “sonho”. Ironicamente é como se ali houvesse uma inspiração para entrar na floresta e sonhar... com o seu desaparecimento! O que efetivamente aconteceu, numa prática extrativista que em nada beneficiou o “posseiro” de tais bens.

A força em expansão que atravessou os lugares produziu sulcos profundos na paisagem e num possível sentido de espacialidade produzido a partir das práticas locais cotidianas. O novo projeto colonial se estabeleceu reforçando todos os dispositivos de dependência, apesar da anunciada era de “independência”. A falta de autonomia do Império para estabelecer os negócios da ferrovia se reflete nos detalhes mais sutis da construção:

“... é preciso agregar outra fragilidade intrínseca ao modo como teve início no Brasil a era ferroviária: trata-se da grande dependência do exterior. Dada a insuficiência de capitais próprios, bem como a ausência de um parque industrial no país, havia que importar, dos países centrais do capitalismo, não apenas grande parte dos recursos financeiros mas, também, praticamente todo o material de construção das linhas férreas, todo o material rodante, o próprio combustível (carvão) e mesmo os técnicos habilitados.”(Queiroz, 1999. p.97)

Tal complexidade altera substantivamente os perfis historiográficos. Os grandes nomes ligados à produção do café no Estado do Rio de Janeiro são nomes muito mais expressivos nas finanças do que na produção propriamente dita. A “grande” produção só aconteceu porque produtores menores foram ligados por força de empréstimos e hipotecas aos Barões, que entraram para a história como “barões do café”. Também na definição da construção das ferrovias muitos interesses estiveram em jogo, e raramente se levou em conta alguma espécie de “interesse público”.

A primeira linha que penetrou a região do café seguiu um traçado pelo qual entraram em disputas “famílias” que reivindicavam a passagem por suas propriedades. O percurso implantado obedeceu à determinação de um construtor que ousou contrariar os interesses fluminenses, atendendo aos paulistas, ao conduzir a linha férrea para o rumo onde ia se definindo mais acentuadamente a formação de um “mercado”. A linha

ferroviária D. Pedro II, que veio a se tornar a Central do Brasil, foi construída (decreto 1594 de maio de 1855) com capital inglês¹⁷ (um investimento de 30000 contos) e atingia Japerí (então estação Belém), seguia para Barra do Pirai e daí para Valença (passando ao largo da região de Vassouras, sobretudo desta parte mais ao norte, vizinha da região de Petrópolis) seguindo depois até Paraíba do Sul. Por outro lado, um outro ramal fazia a subida por Petrópolis. Deste modo, certos povoamentos que estão na origem da ocupação da região ficaram à margem de possíveis benefícios introduzidos pelo transporte ferroviário, e o escoamento de uma produção cada vez mais incipiente seguiu sendo feito em lombo de burro, até as conexões com os trens.

A implantação do transporte ferroviário foi motivo de significativas polêmicas, posto que sua instalação era demasiadamente onerosa e dependiam as ferrovias, para serem lucrativas, de conduzir uma carga elevada, o que efetivamente não acontecia.

“Pode-se talvez dizer que o início e a expansão das ferrovias no Brasil representaram uma verdadeira opção de ‘sacar contra o futuro’... Uma análise fria desaconselharia a construção ferroviária na maioria das regiões do país, devido à inadequação entre o grande porte dos empreendimentos ferroviários e a modéstia dos volumes a transportar. No Brasil, dizia um cético homem de Estado da primeira metade do século XIX, as ferrovias transportaram em um dia a produção de todo um mês, ficando ociosas o restante do tempo. Benévolo acentua além disso o vulto dos obstáculos a serem vencidos pelas ferrovias...” (Queiroz, 1999. p. 98)

Os pleitos para construção de caminhos de ferro seguiram sempre sendo feitos, em um misto de interesses dos produtores locais e os credores internacionais. Já o Brasil

¹⁷ A construção deste ramal, utilizando-se de tecnologia inglesa, adotou a bitola de 1,60m. Este dado é relevante, como veremos mais tarde, posto que a bitola utilizada nas construções das ferrovias condiciona toda a compra de material de circulação e manutenção).

possuía uma dívida externa expressiva (que incluía todos os gastos com a Guerra do Paraguai, além das já citadas importações) quando em 1898 foi inaugurada a Estrada de Ferro Melhoramentos com um ramal que articulava duas Estações da Central do Brasil: Japerí, na Baixada, e Paraíba do Sul, na Serra, através de um traçado que passava pela grande área de Vassouras hoje desdobrada nos municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes. Note-se que esta construção ocorreu em um período que já não corresponde ao auge da implantação das ferrovias. Contudo, a região a que vinha servir estava precisamente nas mãos dos financistas que até então haviam apostado no comércio de escravos, e que viam agora seu capital liberado para outros investimentos. Era um tempo de grandes projeções para uma República nascente, tensionada entre a autonomia possível e a subordinação total ao capital estrangeiro (posição que acabou prevalecendo).

Os caminhos de terra deixaram de ser referência nesta região, que passou a reverenciar os trens:

“Em 18 de março de 1898, a Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil inaugura as estações de Paty do Alferes, Arcozelo, Sertão, Santa Branca, a ponte sobre o Rio Santana, de 41,55 m e a estação do Bonfim”.(Vieira Muniz, M. 1982 p. 44)

A construção da linha foi liderada pelo Engenheiro Paulo de Frontin, cujo sogro, Jorge João Dodsworth, o Barão de Javary, teve suas propriedades adequadamente servidas pela passagem do trem.

Apesar da linha ser articulada a duas estações da Central do Brasil (que utilizava a bitola de 1,60 m.), ela foi construída com a bitola de 1,04 m.(conhecida como “bitola métrica” ou “bitolinha”). Isto corrobora as interpretações críticas com respeito ao planejamento e construção da malha ferroviária brasileira, uma vez que a diferença de

bitolas exige baldeações onerosas, encarecendo ainda mais o transporte.

“A principal justificativa apresentada [para a escolha da bitola métrica] era precisamente a economia da construção, fator julgado importante num país carente de recursos mas desejoso de aumentar rapidamente a sua rede. Com isso, porém, a malha ferroviária acumulava problemas para o futuro, tanto no que diz respeito às reconhecidas insuficiências operacionais das vias de bitola métrica como, principalmente no que se refere às dificuldades de conexão com as ferrovias mais antigas (e mesmo outras, novas), construídas na bitola chamada ‘larga’ (1,60m).” (Queiroz, 1999. p. 102)

Um outro desenho regional se configurou pela passagem dos trilhos: por um lado, a vitalização da área onde, no alto da Serra (hoje a sede do terceiro distrito de Miguel Pereira, Governador Portela - figura 3), foi instalada uma oficina de trens e, por outro lado, o isolamento do segmento territorial que ficou distante dos eixos, e que teve seus recursos naturais florestais violentamente apropriados para construção e expansão das linhas (fabricação dos dormentes) e para manutenção das fornalhas das locomotivas (que exigiam “lenha” de primeiríssima qualidade).

O capital investido na empresa Melhoramentos foi em grande parte trazido da Bélgica, que também trouxe a tecnologia que aportou na região. A monumentalidade dos feitos das estradas de ferro revela um campo de experiências tecnológicas que em nada coincide com a dimensão dos negócios feitos “através” das linhas de ferro¹⁸. Mais uma

¹⁸ A subida da serra nunca foi fácil, e os comboios carregados eram sujeitos a uma espera prolongada na estação de Conrado, uma vez que a locomotiva somente podia carregar 1/3 das unidades de cada vez. Assim a operação consistia em um ir-e-vir incessante durante toda a madrugada. Além de demorada, a subida implicava na necessidade de uma revisão completa das máquinas para seguir caminho, o que trouxe para a

vez somos levados a concluir que a “construção das vias férreas” era o próprio negócio – endividamente nesta parte do mundo, com riquezas sendo apropriadas pelo vigoroso campo da arquitetura européia– conjugação da arte e da técnica. Um quase-perfeito projeto de expropriação do espaço se expressa nas obras de ferro aqui instaladas.

A arquitetura em ferro tem fortes ícones ao longo das estradas ferroviárias brasileiras. Um levantamento dessas obras monumentais pode dar a medida das alterações sofridas, por exemplo, na técnica de construção de pontes (tão decisiva nas estratégias militares), sob vários aspectos. Cem anos depois dos primeiros investimentos europeus, assistimos às montagens do capital norte-americano.

Não escapa aos historiadores o valor político e, acrescentamos, cultural, das construções ferroviárias. O fascínio provocado pelos trens sobrepujou muitas vezes os cálculos econômicos mais rigorosos, e a perspectiva cultural de integração nacional ultrapassou circunstâncias que poderiam parecer intransponíveis. Vejamos o que diz Queiroz a este respeito:

“Desde a Independência a “unidade nacional” passou a constituir uma peça fundamental do discurso e da prática dos grupos dirigentes brasileiros, manifestando-se, desde o início, intimamente vinculada aos projetos de dominação de segmentos organizados em torno do nascente Estado nacional, sediado no centro-sul do País.[...] Por conseguinte não poderia ser estranha a esse contexto a iniciativa do Regente Diogo Feijó, que em 1835, enquanto floresciam as rebeliões nas províncias, sancionou a primeira lei ferroviária brasileira, a qual tratava precisamente da construção de estradas de ferro que ligassem a capital imperial às províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia.

oficina de Portela uma mão-de-obra bastante qualificada e deixou um registro “cosmopolita” na pequena cidade. (Carlos Augusto Rocha Santos - engenheiro - RFF).

Fernando de Azevedo relaciona esta iniciativa à idéia de que as características geográficas do país constituíam o principal obstáculo à consecução da unidade nacional, na medida em que produziam um ‘crescente desequilíbrio entre os homens do sertão e os do litoral’. [...]

Como se pode ver, nestas idéias reponta uma espécie de oposição entre ‘civilização’ e ‘barbárie’.[...] ‘O raio civilizador refrangia na costa. Deixava na penumbra os ‘planaltos’. Desse modo, o ‘centro’ do País (na verdade o litoral) era o pólo da civilização, que devia submeter o interior onde permaneciam, ‘ameaçadores’, os núcleos ‘perdidos no isolamento. Nessa idéia se juntavam, portanto, as duas dimensões do problema dos transportes: a política e a econômica. As ferrovias seriam o veículo do avanço da ‘civilização’, ou seja, do desenvolvimento capitalista, indispensável para a consolidação da unidade nacional, isto é, a submissão da ‘barbárie’.(Queiroz, 1999. p.107).

A dimensão político-cultural das ferrovias ganha um relevo particular na região que está sob nosso estudo. A oficina situada no alto da Serra do Couto tornou-se uma escola expressiva no campo da preparação de técnicos em metalurgia, atraindo contingentes profissionais que definiram um perfil cultural ainda localizável. Esta cultura transita fortemente.

“Ser ferroviário é ter trilho no sangue...” (Eng. Luis Henrique De Lacerda Marca – emérito ferroviário)

“... e fumaça nas ventas”. (Sebastião Deister – escritor)

Trechos de entrevista realizada em março de 2000

Os territórios penetrados pelos trens sofreram uma condensação e as espacializações de períodos anteriores foram desconstruídas ou entraram em um devir

aleatório. De um modo geral os pequenos rios foram evitados no traçado das ferrovias ou transpostos em escala monumental, de tal modo que suas margens desapareceram sob os pilotis.

O eixo gravitacional regional se deslocou decididamente das trilhas de terra do Caminho Novo para os trilhos dos trens, e os traçados adotados operaram uma forte disjunção territorial. No desenho ferroviário seguiu-se os caminhos de terra entre Paty do Alferes e Parahyba do Sul, porém adotou-se uma alternativa no trecho em que o Caminho Novo passava pela sesmaria de Marco da Costa. A antiga ligação territorial que se estendia do remanso do Paraíba do Sul às nascentes de rios menores na Serra do Couto se desfez, na medida em que o desenvolvimento dos núcleos populacionais ao longo das ferrovias foi afastando para uma margem cada vez mais longínqua as antigas aberturas da sesmaria de Marco da Costa e adjacências. Neste regime espacial, uma parte do território passou a constituir uma zona de opacidade na historiografia, permanecendo equidistante de sua referência territorial original (em contigüidade com a grande região de Paraíba do Sul e a fronteira Petrópolis) e dos avanços introduzidos pela expansão ferroviária (que mais adiante viriam a dar origem ao moderno município de Miguel Pereira).

Uma extensa região, antes animada por tropas, tropeiros e viajantes entrou no limbu da história...

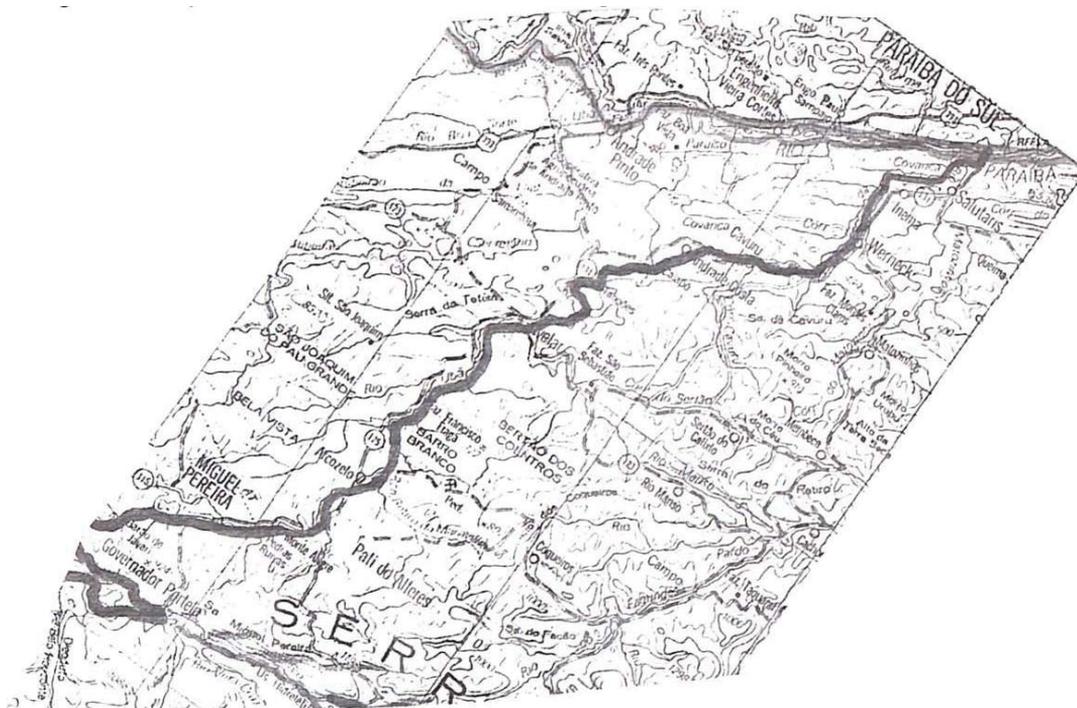
À medida em que o uso intensivo dos caminhos de terra foi substituído pela crescente utilização dos caminhos de ferro, as propriedades que outrora tiveram sua economia pautada pela facilidade de escoamento da produção perderam o interesse dos investidores e passaram a “flutuar” de mão em mão, promovendo um contexto de experimentações agropecuárias nem sempre bem sucedidas, que intensificaram, de cada

vez, o desgaste ambiental iniciado: um avanço voraz sobre a Mata Atlântica (com madeira-de-lei sendo utilizada como lenha) e extração das pedras de rio para construções.

Por outro lado, considerando que o transporte ferroviário nunca chegou a se tornar “popular” nas ligações intermunicipais, e que seu trajeto deslocava antigas vizinhanças, uma rede alternativa de práticas de deslocamentos se manteve, com o uso de animais de tração e, sobretudo, pelo exercício de longas caminhadas, que até hoje encontram expressão no modo de habitar a região.

Podemos, sem dúvida, concluir que o *Sertão da Parahyba* persiste na costura das construções e culturas locais que se furtam à inscrição nas redes hegemônicas do poder. Mesmo no uso da terra, nas práticas de cultivo e subsistência, alguns traços híbridos manifestam a potência de uma força original – de resistência, talvez!

Figura 9 – Traçado dos eixos ferroviários entre Miguel Pereira e Paraíba do Sul



1.5.4 - *isolamento*

Un paisaje, un paseo por el bosque, un chapuzón en una cascada, un camino entre las rocas, sólo pueden colmarnos estéticamente si tenemos asegurado el retorno a casa o al hotel, la ducha lustral, la cena y el vino, la charla de sobremesa, el libro o los papeles, el erotismo que todo lo resume y lo recomienza. Desconfío de los admiradores de la naturaleza que cada tanto se bajan del auto para contemplar el panorama y dar cinco o seis saltos entre las peñas; en cuanto a los otros, esos boy-scouts vitalicios que suelen errabundear bajo enormes mochilas y barbas desaforadas, sus reacciones son sobre todo monosilábicas o exclamatorias; todo parece consistir en quedarse una y otra vez como estúpidos delante de una colina o una puesta de sol que son las cosas más repetidas imagina-lhes.

Tulio Cortazar – Lucas y sus meditaciones ecologicas

O transporte em tração animal dos pesados equipamentos exigidos na instalação das imitas de trens fez com que os trajetos ferroviários fossem acompanhados da abertura de pisos rudimentares de terra que definiram o traçado das primeiras estradas de uso rodoviário, com pequenas variantes. Aos poucos o automóvel substituiu o trem, especialmente em seu movimento de “passageiros”.

As linhas pavimentadas reforçaram o desenho regional sugerido pela passagem dos trens, dando realce às áreas que constituem as atuais sedes municipais. O “interior” foi então fragmentado segundo demarcações definidas por interesses ligados à formação dos municípios. Do antigo Caminho Novo, a parte correspondente à Fazenda Parahyba (de Garcia Rodrigues Paes, e posteriormente de seus familiares, os Paes Leme) ficou incluída nos marcos do município de Paraíba do Sul. A área imediatamente contígua a esta, rumo Leste, da qual fazia parte a “Roça do Alferes”, ficou com o município de Paty do Alferes;

a antiga sesmaria de Marco da Costa integrou-se à administração municipal de Miguel Pereira e as regiões florestais vizinhas ficaram pertencendo a Petrópolis.

A história dos processos de formação e emancipação dos atuais municípios introduz certa complexidade neste quadro, na medida em que uma disputa entre as comarcas de Paraíba do Sul e Vassouras, ainda no século XIX, já havia imposto uma primeira divisão. Por outro lado, enquanto Paraíba do Sul e Petrópolis há muito tempo contam com um regime de divisas próprias, os municípios de Miguel Pereira e Paty do Alferes mantiveram-se administrativamente ligados ao município de Vassouras até hem recentemente, tendo sido emancipados respectivamente em 1955 e 1987. Este pertencimento é importante na medida em que a distância da sede da Comarca de Vassouras em relação às regiões do Caminho Novo, e sua real proximidade com Paraíba do Sul e Petrópolis, foram fatores geradores de uma tensão em que as práticas locais ficaram ainda mais destacadas dos processos administrativos a que estavam vinculadas.

Para a leitura que estamos fazendo, menos importante do que os desdobramentos precisos dos marcos administrativos é o esclarecimento de seu processo de formação a partir dos espaços de trânsito formados. Neste caso, as rodovias significaram a fragmentação acentuada de um território antes integrado, na medida em que cada segmento deste território recebeu um direcionamento para as sedes municipais, gerando setas divergentes em lugares que antes se relacionavam com grande intimidade, e provocando o desmantelamento das redes de vizinhança e solidariedade locais, ou sua precarização.

A ponte do Paraíba e as margens do Rio Santana sofreram urna tal desarticulação que os vestígios histórico-ambientais de sua ligação raramente aparecem enquanto

referência em qualquer discurso oficial. Costuma-se considerar Paraíba do Sul um município longínquo, e no entanto, ele está rigorosamente “perto”.

O sistema de transportes públicos, orientado pelos interesses administrativos dos municípios formados a partir da segunda metade deste século, inviabilizou relacionamentos que constituíam as práticas correntes nos lugares: por exemplo, embora contíguos, certos lugares de Paty do Alferes e Miguel Pereira somente são alcançáveis, no transporte público, através de um contorno inimaginavelmente extenso; com isso algumas redes de parentesco, vizinhança e prestação de ajuda mútua romperam-se dramaticamente. Assim foi por toda a região antes considerada o Sertão da Parahyba.

As áreas que permaneceram fora dos circuitos privilegiados pela pavimentação das estradas rodoviárias principais voltaram a atrair o interesse de uma elite urbana que buscava o “isolamento”. sazonal, penetrando nas regiões com o uso de automóveis particulares, que venciam as distâncias e propiciavam um “refúgio”.

O Caminho do Imperador mereceu o trânsito de automóveis de tração que, a partir do RJ, buscavam o interior, sobretudo para freqüentar as estações climáticas. Antigos proprietários, especialmente ligados às fazendas que tinham servido de referências pioneiras à ocupação da região e arrendadas durante um longo período, retomaram suas terras, reunindo ali famílias e introduzindo novos modos de ocupação, voltados ao “lazer”.

Esta dinâmica de início de século refletiu a crescente e frenética urbanização do Rio de Janeiro e de acontecimentos na ordem internacional, e é possível acompanhá-la, ainda que indiretamente, no texto de historiadores:

“Outra das virtudes do automóvel era facilitar essa coqueluche dos novos tempos, o turismo. O grande impulso para o desenvolvimento do turismo interno, curiosamente, foi dado pela Primeira Guerra Mundial. Com a Europa virtualmente

bloqueada pela guerra de submarinos, os que antes tenderiam a gastar suas sobras com a clássica viagem à Meca do Velho Mundo, buscavam outros atrativos locais. Essa circunstância veio se compor com uma tendência já crescente a partir deste século, que era a grande vocação para o corpo e a saúde despertada no coração dos ‘novos homens’ pelo seu impulso instintivo para a concorrência, a agressividade e o sucesso. A saúde, nesse sentido, imprimia uma conotação de auto-estima, autoconfiança e combatividade, inscrita na coloração irradiante da pele, nos músculos tonificados, na estrutura sólida, nas proporções adequadas, nas formas esbeltas e na insinuação de uma sexualidade desperta e fértil. A saúde enfim era a chave de um corpo moderno. Já vimos o papel que os tônicos, modeladores e aparatos elétricos cumpriam para esse fim. Papel semelhante passavam a ter também os banhos de mar, os passeios ao ar livre, os piqueniques, o clima das montanhas e as estâncias hidrominerais.” (Sevcenko, N. 1998. p. 559)

O acento no turismo serrano e estâncias hidrominerais trouxe de novo a certos pontos do Sertão, e em especial ao Alto Santana, valores sociais positivos, agora ligados à exuberância dos rios, cachoeiras, florestas e a vantagem, para algumas famílias, de se reapropriarem de terras herdadas e nelas reinvestirem.

Nos casos em que isto aconteceu, antigas fazendas deixadas até então nas mãos de colonos e arrendatários, voltaram aos seus antigos “patrões” e recuperaram seu status. Por possuírem uma razoável extensão (cerca de 1000 ha), além de servirem de âncora e complemento à conturbada vida urbana, estas propriedades voltaram a ter algum valor produtivo, tornando-se objeto de atividades agropecuárias.

O desenvolvimento de Petrópolis, com este mesmo sentido, foi muito mais notável, como se sabe, posto que esta cidade reunia grandezas arquitetônicas aliadas à exuberância natural. Uma certa vizinhança, baseada na freqüência elitista e portanto excludente, voltou

a se estabelecer entre o Alto Santana e Petrópolis, através da Serra do Tinguá - considerada reserva florestal – e a formação de loteamentos para fins de construções de “veraneio”.

A viabilidade do trânsito automobilístico entre Marco da Costa e Petrópolis também atraiu produtores agrícolas cujas atividades se expandiam a partir desta localidade. A pequena produção, mantida em compasso de espera durante o período em que a ligação com a Metrópole do Rio de Janeiro era a única viável, conheceu um novo impulso em virtude do crescimento de Petrópolis e dos investimentos sazonais no próprio município de Miguel Pereira.

Aos poucos o século XX recriava os espaços da Serra do Couto, das nascentes do Rio Santana, das margens de rios menores que para ele afluíam. A paisagem adquiriu um novo perfil, com recortes fundiários que variavam numa faixa de pequenas e médias propriedades.

Em 1935, a abertura do trajeto que subia a Serra a partir da rodovia Presidente Dutra provocou uma chegada de turistas em grande número nos núcleos ferroviários da região e quando, em 1945, a rodovia passou por obras de melhoramento, o impulso final foi dado para caracterizar o lugar como “estação de veraneio”.

“Após a monumental inundação que arrasou a região serrana em 1945 [...] as autoridades finalmente perceberam que se tornava imprescindível abrir um caminho melhor para Portela a partir de Arcádia, até porque os trens já não bastavam para atender às demandas das cidades serra acima. Pressionado por Vassouras – cabeça de Município responsável por Portela, Miguel Pereira, Paty e Avelar -, criticado por famílias influentes que já se encontravam estabelecidas na região e instado pela população em geral, o governo do Estado finalmente enviou uma comissão de trabalho à Serra do Tinguá. Influenciado pelo engenheiro Bernardo Sayão, autor de

um amplo relatório sobre o assunto, o Governador do Estado do Rio de Janeiro na época, Comandante Ernani do Amaral Peixoto, determinou a abertura definitiva e outras melhorias da estrada que, recebendo então os recursos mais modernos de engenharia, receberia o traçado que ostenta até hoje. Obviamente, não foi apenas o trecho complicado da serra que se viu ungido por tais benefícios. É preciso lembrar que a partir de Arcádia a estrada prosseguia para Santa Branca, Conrado, Paes Leme e Mangueiras, até desembocar em Japerí... Este percurso mostrava uma segurança bem maior e exigia trabalhos menos numerosos de contenção e aperfeiçoamento, uma vez que recebera especial atenção dos construtores da estrada de ferro durante os anos de sua implantação pelas colinas, que nele promovera vários melhoramentos a fim de que o mesmo pudesse atender ao movimento de veículos que traziam equipamentos e homens para sua conclusão e posterior manutenção. Entretanto, as dimensões dessa eram mínimas e o piso precário não suportaria o trânsito mais pesado e intenso que certamente far-se-ia presente nos anos seguintes... Embora apresentasse melhores condições do que o trecho das colinas, não teria sentido deixar tal percurso sem um tratamento adequado, já que em última análise ele serviria de conexão com Japeri_ ponto final entre a Serra e a Estrada Rio-São Paulo.

A partir dessa decisão político administrativa, enfim a estrada rasgada na Serra do Couto pelos velhos pioneiros coloniais seria consideravelmente melhorada, ganhando muros de contenção, alargamentos adequados em suas curvas e acostamentos protetores, trazendo para nossas cidades novas levas de imigrantes, veranistas, comerciantes, agricultores, pecuaristas e, em especial, apreciável quantidade de automóveis e caminhões...

Com as facilidades proporcionadas pela rodovia - a despeito de seu piso de argila e saibro – verificou-se ainda um notável aumento no fluxo turístico da região... Agora, além do trem, as populações tinham também a opção do automóvel.” (Deister, S., 1998. p.267)

Neste cenário, o Alto Santana foi visado como zona turística, e no percorrer da primeira metade do século XX a qualidade do turismo se alterou: inicialmente um balneário de elite, para desfrute de poucas famílias privilegiadas, cujos automóveis permitiam transitar pelos pisos precários da ligação com Petrópolis, a partir da pavimentação da Estrada da Serra, com acesso pela rodovia Presidente Dutra, a presença de freqüentadores atraídos pela onda de um turismo mais popular, que não tinham e não adquiriram fazendas.

A maior parte das propriedades remanescentes da antiga produção agrícola foi fracionada dando origem a “sítios” – espécie de segundas residências de famílias fixadas nas cidades mais próximas de Rio de Janeiro e Minas Gerais, sem qualquer investimento produtivo.

Apesar das inúmeras experiências turísticas que tendiam para aí, e de suas atividades agropecuárias e florestais estarem muito mais fortemente relacionadas aos municípios contíguos de Vassouras, Paraíba do Sul e Petrópolis, a antiga sesmaria de Marco da Costa ficou afinal identificada como a *zona rural* de Miguel Pereira. Estranha segmentação!

As exigências de urbanização dos núcleos municipais fizeram com que o antigo território do Caminho Novo que estivemos localizando fosse empurrado para os confins da Administração Pública, com valores diferenciados de acordo com a maior ou menor ênfase que cada um dos municípios colocou em sua atividade agropecuária florestal.

1.5.5 - deslocamentos

Dois deslocamentos são possíveis em torno do Alto Santana: tomá-lo como ponto de chegada de uma busca que segue a mesma força centrífuga que lança o território para a margem, isto é, percorrer o território do *centro administrativo municipal* para o *interior* (leitura que prevalece nos registros oficiais), ou partir da nascente do Rio e viajar nos caminhos de terra que se ramificam em várias direções; neste segundo caso uma força centrípeta de fundo histórico-ambiental permite que outros segmentos territoriais marginais de municípios vizinhos sejam aglutinados. Neste percurso passamos a ver o desenho de uma *outra* região: alternativa, crítica, singular. Alternativa na medida em que se define à revelia dos contornos oficiais municipais, compondo-se de uma territorialidade hoje segmentada. Crítica, porque seu valor se afirma contra as leituras desenvolvimentistas da modernidade. Singular porque procuramos chegar a um “aqui e agora” irredutível às tipologias clássicas.¹⁹

Ao contrário de ser um lugar sombrio, estagnado, onde as riquezas “naturais” teriam se preservado por alguma tendência à inércia, entramos numa zona de grande relevo histórico, capaz de suscitar uma iconografia e viabilizar a articulação dos fragmentos narrativos da rica condição do *interior* em períodos anteriores, e mesmo agora, se se avalia a riqueza a partir de parâmetros não convencionais.

A esta região chamamos *Sertão da Parahyba*, utilizando a designação dada pelo historiador Arnaud Pierre, que vem sendo amplamente discutida agora pelo Instituto

¹⁹ Entre tais tipologias destaca-se a insistente classificação de domínios “rurais”, “urbanos” e “rurbanos”. Mais uma vez remetemos à leitura de Froehlich, J.M. (2000) que explora esta temática.

Histórico e Geográfico de Paraíba do Sul e proposta em várias instâncias de articulação cultural local²⁰. A região pode ser colocada em perspectiva principalmente a partir de uma leitura que desconstrói as divisas atuais e revela uma outra forma possível de agregar experiências, concedendo-lhes um sentido novo.

Os lugares cuja sintaxe ambiental implica o antigo Sertão da Parahyba (na fração que podemos abarcar no trabalho de campo) além de Miguel Pereira, situam-se em partes dos atuais municípios de Paty do Alferes, Paraíba do Sul e Petrópolis²¹.

Paty do Alferes está localizado na latitude 22, 43 S e longitude 43, 42 W, no Estado do Rio de Janeiro (BR), possui uma área de 320 km² e está situado a uma altitude de 610 m. Os dados obtidos pelo IBGE (Base de Informações Municipais - 1998) informam uma população de 22.286 habitantes (11.168 homens e 11.158 mulheres), sendo que 65,05% vivem em área urbana. Segundo a mesma fonte, Paty do Alferes possui 250 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área de 7.135 hectares, com uma produção animal e vegetal estimada em 3.965 mil reais anuais. O Valor do Imposto Territorial Rural, em 1998, totalizou 5.037 reais.

²⁰ Em 05 de dezembro de 2000, no Instituto Cultural Barão de Piabanhas, do recém criado município de Levy Gasparian, aconteceu o I Seminário de História e Patrimônio do Sertão da Parahyba reunindo pesquisadores de Vassouras, Três Rios, Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Petrópolis, Paty do Alferes e Miguel Pereira. Ali foram discutidos vários temas tratados em nossa pesquisa, sendo de particular relevância a grande polêmica entre os pesquisadores sobre o traçado do Caminho Novo e seu amplo consenso a respeito da importância da abertura deste caminho na economia colonial. A “posse” dos sinais da passagem dos tropeiros que carregavam o ouro vem sendo disputada pelos municípios, como *valor*.

²¹ O sertão da Parahyba envolve outros municípios contíguos à Paraíba do Sul, na direção de Minas Gerais (Entre Rios, Levy Gasparian), mas nosso trabalho está limitado pela travessia do Rio Paraíba.

Figura 10 – Rede de caminhos no Sertão da Parahyba, sobre mapa do IBGE 1:150000.



Paraíba do Sul é um município localizado na latitude 22,16 S e longitude 43,29 W, no Estado do Rio de Janeiro (BR), que possui uma área de 582 km² e está situado a uma altitude de 275 m. Os dados obtidos pelo IBGE (Base de Informações Municipais - 1998) informam uma população de 33.733 habitantes (16.388 homens e 17.349 mulheres), sendo que 87,09% vivem em área urbana. Segundo a mesma fonte, Paraíba do Sul possui 264 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área de 34.431 hectares, com uma produção animal e vegetal estimada em 4.605 mil reais anuais. O Valor do Imposto Territorial Rural, em 1998, totalizou 13.412 reais.

Quanto a Petrópolis, o município está situado na latitude 22,50 S e longitude 43,18 W, no Estado do Rio de Janeiro (BR), possui uma área de 777 km² e está situado a uma altitude de 809 m. Os dados obtidos pelo IBGE (Base de Informações Municipais – 1998) informam uma população de 269.669 habitantes (130.379 homens e 130.290 mulheres), sendo que 97,66% vivem em área urbana. Segundo a mesma fonte, Petrópolis possui 327 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área de 8.403 hectares, com uma produção animal e vegetal estimada em 5.768 mil reais anuais. O Valor do Imposto Territorial Rural, em 1998, totalizou 23.441 reais.

O caminho contornado estabelece contiguidades entre partes da “zona rural dos municípios. Nas tabelas 1 e 2 apresentamos alguns indicadores relativos às atividades agropecuárias em cada um dos municípios, e alguns índices cuja leitura permite contrastar, em linhas gerais, o modo como a “zona rural” se delineia em cada caso.

Tabela 1 – Indicadores municipais

Municípios indicadores	Paraíba do Sul	Petrópolis	Paty do Alferes	Miguel Pereira
Área rural	34.431 ha	8. 403 ha	7.135 ha	5.978 há
Estabelecimentos	264	327	250	93
Pessoal ocupado	1.126 pessoas	1.942 pessoas	1.365 pessoas	379 pessoas
Máquinas	135	405	123	34
Valor da produção	4.605 mil reais	5.768 mil reais	3.965 mil reais	669 mil reais

Fonte: Base de informações municipais - IBGE – 1998

Tabela 2 – Indicadores Sociais na Agropecuária.

Municípios Indicadores	Paraíba do Sul	Petrópolis	Paty do Alferes	Miguel Pereira
Produtividade (produção/área)	0,11	0,69	0,56	0,11
Mecanização (maquinaria/pessoal)	0,12	0,21	0,09	0,09
Empregabilidade (área/pessoal)	0,03	0,23	0,19	0,06

Índices construídos a partir dos dados do BIM (IBGE, 1998).

Nem toda a área rural de cada município se encontra nos limites do contorno regional que estamos lidando nesta pesquisa. O critério que utilizamos é de uma sequência tísica de lugares, referendados pela leitura histórica.

O desenho proposto permite enxergar populações e atividades cuja participação em seus respectivos municípios é mínima e corresponde a um fragmento considerado "isolado". A fluência "entre" os municípios, no entanto, revela outra realidade - as experiências se repetem, se comunicam, se afirmam, embora seus agentes ainda não tenham de si mesmos uma boa visibilidade. A história mais antiga ratifica a proximidade geográfica que as derivas indicam, costurando ainda uma ligação que penetra em direção às Gerais, visita o Norte Fluminense, tangencia o interior de São Paulo; enfim, talvez ajude a encontrar o tal Brasil profundo..., localizando-o não na distância que separa do litoral, mas na escavação do solo arqueológico onde os sucessivos processos de dominação e exploração do espaço-tempo alteraram as camadas originais, substituindo-as por próteses que hoje se mostram apertadas, desadaptadas, inconvenientes.

Antes de passar à apresentação dos lugares, e dos espaços aos quais correspondem, queremos realçar, mais uma vez, que não buscamos uma possível autenticidade histórica para a retomada de experiências de caráter nostálgico ou saudosista. Não pretendemos ressuscitar as camadas do passado, eliminadas nos confrontos de forças que formaram as espacializações atuais. Nosso objetivo com a cartografia que apresentamos é, pelo contrário, sublinhar as experiências atuais, apreendendo-as ao longo de um processo e aprendendo a decifrar seus sinais de atualidade e vitalidade. Se algo queremos remover é apenas o estigma que "impede" de ver o que passa, porque projeta insistentemente um viés negativo. Se os ícones daquilo que é considerado passado proliferam em

determinadas circunstâncias, é porque fazem parte do presente, porque não passaram pelo lugar comum, porque foram objetos de apropriações mais raras do que aquelas que costumamos testemunhar como sinais do presente.

1.5.6 - Composição espacial experimental!

Gostaríamos de ter habilidade suficiente para graficar o jogo de forças que resulta na atual configuração do antigo Sertão da Parahyba, e assim demarcar os confrontos, analisá-los e apontar a conveniência de restaurar algumas conexões. Mas a figura é complexa!

Na atual ordenação territorial prevalecem as divisas municipais, e as experiências locais tendem a se diferenciar em função das políticas administrativas dos respectivos municípios.

A administração do município de Paraíba do Sul (PSB/2000) investe na recuperação de um patrimônio histórico-cultural, visando o incremento das atividades turísticas, segundo a atual tendência de turismo ecológico-rural-cultural. Neste caso saltam aos olhos os paradoxos envolvidos neste tipo de atividade. A lógica dos investimentos, quando inseridos num suposto programa de globalização, é de homogeneização dos espaços, com profundo desprezo das experiências locais e o estabelecimento de práticas que atraem recursos já condicionados e atrelados a certas pautas de desenvolvimento. No município de Paraíba do Sul corre um trabalho ao qual os críticos locais chamam de “maquiagem”, onde a problemática regional mais grave é encoberta pela recuperação na fachada dos monumentos, o implemento de planos de

urbanização compatíveis com a frequência dos “consumidores”, a introdução das novas tecnologias nos processos administrativos (a prefeitura mantém uma home-page: www.paraibanet.com.br) especialmente voltados ao *marketing*. Menos do que possíveis interesses públicos, o que realmente ocorre é que o empresariado local ocupou os cargos de poder e trabalha em seu próprio benefício.

Dizemos que esta política contém paradoxos porque não é fácil descartar uma avaliação segundo a qual a população local pode obter com o produto destes investimentos uma possibilidade de crescimento econômico e sobretudo cultural que não poderia obter de outra maneira (?!). Alguns sítios históricos recebem um tratamento especial e acabam por compor um rico elemento na paisagem, valorizando os lugares onde se encontram. É o caso por exemplo, das antigas estações ferroviárias transformadas em postos de saúde e centros culturais, com a manutenção do padrão arquitetônico. Também é o caso da ênfase no turismo religioso que, por conta da intensificação da divulgação de sentido publicitário, aumenta vertiginosamente em escala. As festas populares também passam por uma revalorização e provocam a emergência de certos níveis de organização comunitária.

O jogo de forças é sem dúvida cambiante e fortes contradições se apresentam: o chamado “turismo rural” se faz contra e apesar das atividades agropecuárias florestais – longos segmentos de paisagens devastadas, que evidenciam o forte desgaste ambiental sofrido na região, são considerados “nulos”, posto que representam apenas corredores para passagem de um ponto a outro, e não há qualquer sinal de investimento no sentido de sua recuperação. Esta dinâmica corresponde exatamente à aceleração moderna, onde os espaços-entre são transformados em in-visibilidades, prevalecendo apenas os pontos de partida e chegada. Nos interstícios dos espaços-turísticos, uma lavoura de subsistência em

pequena escala, uma pecuária incipiente e uma plantação de café bastante expressiva tentam se manter, enfrentando adversidades e permanecendo à sombra das políticas públicas.

A parte do *Sertão* que está hoje no município de Paty do Alferes é a que mais propriamente se define enquanto zona rural. Já há algum tempo que as roças de subsistência aí e as antigas plantações de café vêm sendo substituídas pelo plantio extensivo do tomate, porém muitas propriedades mantêm a diversidade na produção agropecuária em pequena escala. Dois tipos de propriedades caracterizam tipicamente a região: pequenos sítios de “aposentados” e “artesãos”, que completam a renda de suas atividades principais com alguma produção de subsistência, e propriedades maiores, predominantemente orientadas para a produção em larga escala do tomate, onde duas estratégias estão em competição – uma plantação que faz uso intensivo de agrotóxicos, com participação na contaminação das águas e do solo, e as plantações “experimentais” que fazem uso de híbridos e que apontam agora para a utilização de transgênicos, perspectiva que avança poderosamente na mentalidade dos agricultores²². A administração municipal não se envolve na definição das estratégias, e se apropria da “tradição” do tomate para promover um turismo em larga escala, voltado para a realização de mega-eventos de caracterização “sertaneja”. Apenas de modo muito indireto é possível contabilizar quaisquer vantagens, em qualquer nível, deste tipo de investimento para os segmentos mais isolados da população: ironicamente aqueles que com mais justiça receberiam a designação de sertanejos... À margem dos “tomateiros”, algumas

²² Não temos espaço neste trabalho para nos envolvermos com a polêmica questão do “mal menor”, mas ela é sem dúvida uma janela aberta para futuras discussões.

experiências intersticiais buscam um sentido de originalidade e produção alternativa... Vale observar que as pessoas que vivem aí em condições de maior precariedade, estando hoje em vias de abandonar suas pequenas propriedades para buscarem o que consideram uma vida mais confortável no “centro”, são justamente aquelas cujos laços familiares e de convivência mais estreitamente se relacionam com as regiões vizinhas na dinâmica dos caminhos de terra, que foram artificialmente separadas com a introdução dos eixos de urbanização fabricados alhures. Algumas famílias são capazes de recriar suas origens mineiras e indicar parentes ao longo de toda a região que estamos desenhando, sem que tenham mais qualquer contato com esta rede de solidariedade.

A pequena fração do território de Petrópolis que faz parte da nossa construção espacial experimental inclui dois tipos de experiência.

Uma das porções territoriais consiste num grande loteamento chamado Vale das Videiras. A ocupação aí se faz como conseqüência do alargamento da expansão urbana de Petrópolis que transforma antigos lugares “tranqüilos” em espaços de agitação frenética, com disputas marcadas entre ambientalistas e especuladores; assim, à medida em que lugares como Itaipava, Correias, Secretário, Vila Inglesa, etc., se inviabilizam enquanto “retiro” das elites, e se popularizam, outros sítios, antes florestais, vão sendo penetrados pela mesma elite... Contudo, no Vale das Videiras, é provável que uma consciência obtida nos fracassos anteriores seja responsável pelo estabelecimento agora de estratégias muito menos dominadoras e muito mais criativas: uma associação de moradores e amigos trabalha no lugar e consegue estabelecer um modo de ocupação peculiar, onde mesmo os prédios públicos, como escola e posto de saúde, são projetados segundo os princípios de harmonização arquitetônica com a paisagem do entorno, e iniciativas de trabalhos em

cooperativa realizam experimentos de artesanato e pequenas manufaturas, que têm como eixo principal a integridade do ambiente, e absorvem a mão-de-obra feminina. Ao mesmo tempo, como consequência e não como princípio determinante, um tipo de turismo de transição se faz presente no lugar, sempre com a valorização do eixo cultural das atividades (música alternativa, gastronomia alternativa, etc.). Convém observar que, do ponto de vista da conformação do primeiro *Sertão da Parahyba*, esta área, de transição entre Petrópolis e Paraíba do Sul, muito próxima do lugar que deu origem à ocupação da “cidade imperial”, foi uma das mais “esquecidas” nos projetos desenvolvimentistas, posto que ficava distante das trilhas, dos trilhos e das rodovias. O “sonho industrial” de Rybeirrolles e seus contemporâneos passou longe daqui, o que talvez seja o principal motivo da possibilidade hoje de uma vivência original do espaço.

O outro segmento territorial petropolitano que contornamos é parte do parque da Serra de Tinguá. Trata-se de uma fração da Serra do Mar onde a vegetação da Mata Atlântica resiste e que por este motivo foi objeto de recente tombamento patrimonial. Como sempre acontece quando as Matas são transformadas em Parques, as práticas de uso local foram substituídas por políticas exógenas que, em nome de uma imaginada preservação, retiraram (ou tentaram retirar) um dos principais fatores de dinamismo do ambiente, o homem, e com isso criaram uma artificialidade difícil de ser mantida, a não ser pela prática policial coercitiva, ela mesma predatória, e que traz consigo todo o rastro de mal-usos que se pode conceber.

A Mata Atlântica que resistiu e até se revigorou durante os séculos XVIII, XIX e XX contou sempre com a penetração de caçadores e coletores que daí extraíam seu sustento. Contou sempre também com a passagem de veículos de tração, animal ou

mecânica, que ocorria segundo as possibilidades oferecidas pelo próprio terreno, acidentado e pedregoso. O lugar se prestava a trilhas e acampamentos. Tudo isto não era incompatível com a existência das espécies, animais e vegetais, cujos processos vitais se entrelaçavam com os freqüentadores-humanos. A partir da propagação de um sentido “preservacionista”, gerado nos balcões internacionais e administrado por associações externas, a Serra do Tinguá foi parcialmente fechada e as práticas correntes coibidas: proibiu-se a caça dos animais e a retirada das espécies vegetais, com a formação de dispositivos legais inibidores e a criação de barreiras físicas e policiais. Observemos, então, que os dispositivos para proteção das matas já existiam... Notemos também que a caça acontecia aí segundo uma dinâmica que envolve uma ética ambiental: os pequenos caçadores, moradores da região, têm um sentido quase sempre muito claro do ciclo de reprodução das espécies, tanto animais quanto vegetais. Além disso, seu horizonte de interesses e ambições os mantêm distantes de usos mais intensos e predadores – o que efetivamente alimenta a voracidade são os atravessadores de espécies, sobre os quais, sabemos, incidem poucos controles. A regulação ética dos próprios caçadores inibia certas práticas – por exemplo, na tradição local da caça, existe um controle interno contra o uso de “trabucos”, um recurso técnico que fere os animais indiscriminadamente, sem diferenciar adultos e jovens, machos e fêmeas, etc., e coloca em risco outros usuários da floresta. A passagem pela Serra era um fator de integração regional e permitia que os elementos positivos da crescente urbanização de Petrópolis fossem desfrutados por pessoas que ficaram “do lado de cá” depois da criação do Parque: o fechamento das passagens obliterou a busca principalmente de recursos médicos e educacionais e reorientou esta busca para a cidade do Rio de Janeiro, já tão sobrecarregada. Dois outros

aspectos ainda colocam a política adotada no Tinguá no alvo de nossas críticas: ao definir os limites do Parque, os administradores contornaram com tamanha precisão e rigor os limites até onde a ocupação poderia avançar, que esta ocupação agora estabelece uma área de fronteira, absolutamente contaminada. Ao pé da Serra do Tinguá, até onde o Parque avança, uma violenta poluição ambiental, atmosférica e sonora afasta qualquer possibilidade de vida no lugar, e este fato vem acelerando a perda de espécies. E mais, o forte policiamento dos limites e a garantia de impenetrabilidade do território em questão transformam a área em espaço para abrigo clandestino de quem precisa de um refúgio, tornando o lugar sujeito às histórias de ameaça e medo -- existe ainda uma presença humana, mas agora caracterizada, real ou imaginariamente, na forma de "salteadores".

Na porção territorial que compreende o Município de Miguel Pereira, as experiências são as mais flutuantes. Vimos como historicamente a povoação do lugar foi atravessando ciclos, caracterizando ondas de ocupações de diferentes qualidades. Cada uma destas "ondas" deixou lastros na estrutura fundiária e a organização espacial não é para nada homogênea, apresentando todas as características de um palimpsesto. Entendemos que há uma tremenda força de resistência que tem mantido a integridade do Rio Santana, principal eixo articulador desta territorialidade (ele e os pequenos riachos que o formam), apesar da sistemática carência de projetos que visem especificamente a região. Fazendeiros, pequenos produtores agrícolas e sitiantes traçaram o perfil da região, à revelia de qualquer projeto ou plano de desenvolvimento, e mesmo sem qualquer apoio especial nos fóruns de representação política.

É destas experiências ímpares que resulta a singularidade do território hoje: a subida da serra através dos eixos ferroviários e rodoviários promoveu o total

desaparecimento das trilhas de terra que conduziam desta altitude até a baixada do Iguassu; há portanto, um limite “natural” marcado pela difícil transposição das muralhas da serra – recordemos que outro limite está marcado pela dificuldade de acesso ao território de Petrópolis, com a Serra do Tinguá transformada em parque. Neste ponto a estrutura fundiária consiste de fazendas com área de cerca de 1000 hectares, cuja ocupação mantém certas características dos séculos passados, com a existência de um patrimônio arquitetônico-ambiental de expressivo valor, e a co-presença de vários atores sociais. Dentro dos limites territoriais das fazendas convivem antigos colonos transformados em caseiros das propriedades, antigas famílias de tropeiros que permanecem como peões das criações de eqüinos e bovinos e têm a concessão para explorar pequenas frações de terra no entorno de suas residências, caçadores que mantém suas cabanas nos limites entre a parte utilizada da fazenda e as áreas florestais, e as famílias dos fazendeiros, que ali permanecem em tempo integral ou em regimes sazonais.

Dois outros tipos de propriedade caracterizam a maior parte do lugar, e ambas estão em processo de fracionamentos mais acentuados: as lavouras de subsistência, que vão sendo subdivididas pelos membros familiares – predomina neste caso a produção de bananas e flores, embora também componha a paisagem a presença de plantações diversas, refletindo experiências realizadas em épocas anteriores, quando a região chegou a produzir cenoura e abóbora em escala relativamente grande, principalmente frente ao que hoje se produz. As outras propriedades são os sítios de segunda residência, ou turismo de veraneio, ao qual nos referimos em seção anterior, mas que nesse momento passam por uma subdivisão, por causa da perda de poder econômico do segmento social que tem a propriedade, e a necessidade de reduzir a área sob manutenção. A aproximação dos eixos

de urbanização, com o crescimento da área central de Miguel Pereira, também leva para o lugar novos residentes que encontram oportunidade de trabalho na prestação de serviços à rede hoteleira e de comércio na cidade.

Na conformação geral da região que colocamos em perspectiva neste quadro, há saltos qualitativos importantes na paisagem que adentra o *Sertão*. As histórias de vida e a recomposição dos ícones construtivos-culturais em uma sintaxe coerente conduzem à inserção desta área numa rede espaço-temporal na qual ela figura com valores e relevos completamente contrastantes com aqueles que se evidenciam quando a leitura é feita de “fora para dentro”. Enquanto caminhos que se “afastam” dos centros municipais, os lugares aparecem como redução da escala de desenvolvimento, marcando um regime de carências. Quando a leitura é feita “a partir de dentro”, os mesmos lugares aparecem enquanto origem, antiguidade, riqueza ambiental e articulações regionais produtivas.

Seja na leitura de paisagens²³, seja na análise sócio-topológica em seu sentido mais amplo, de espaços produzidos nos jogos de forças sociais e na base material de exercício do poder, afirmamos por aqui: a) a possibilidade de eliminar algumas divisas municipais para ver surgir um perfil espaço-temporal enraizado no século XVIII e, b) a conveniência de realizar estas transvalorações para uma definição de políticas que suportem mais graus de liberdade do que aqueles que podemos alcançar por enquanto, e aumentem as probabilidades de emergência de cenários futuros compatíveis com uma pauta ética de “perseveração na existência”.

²³ Vide anexo I

1.6 - SÍNTESE

Várias linhas cortam o mesmo ponto da realidade na formação de matrizes espaciais. É como se pudéssemos conceber muitas folhas transparentes, cada uma com desenhos próprios, superpostas sucessivamente sobre uma superfície que reagiria de cada vez segundo a grade de leitura apresentada.

A imagem assim formada remete a profundas indagações filosóficas, que atravessam a epistemologia, a ontologia e se estendem até uma distante metafísica: de que é feita esta superfície? Ela existe independente do seu recobrimento pela folha sob a qual transparece? É possível acessá-la diretamente? Quem desenha o quê em cada uma das folhas de contato? Enfim, de que podemos falar quando dissertamos a respeito do “espaço”? Matéria da física, da geometria, da antropologia? Domínio do Ser? Criação divina?

Está claro que não percorreremos os caminhos abertos por estas indagações, mas apenas diremos que nossa posição está igualmente distante daquelas que desconsideram qualquer realidade que não seja artefato humano (consequência de um culturalismo tendencioso), como daquelas que imaginam ser possível prescindir de uma grade de significação e ingressar no ser bruto de uma provável natureza. Situamo-nos entre aqueles que admitem que entre natureza e cultura formam-se várias **perspectivas de realidade**, as quais se pode conhecer, discutir, criticar, reformular, transformar. Na figura emergente de cada perspectiva se pode localizar e criar **valores**.

Na questão ambiental que primeiro movimentou nossa pesquisa, tratamos de focalizar uma entidade bem real, de cuja experiência nossos sentidos nos dão fiel testemunha, e de uma problemática igualmente sensível: rios vivem e morrem: nascem e secam: homens vivem dos rios que vivem.

A partir daí, no entanto, os desenhos passaram a variar, e pudemos contrastar diferentes perspectivas em torno da vivência de um espaço envolvendo o espaço-rio.

Seguimos inicialmente as linhas de definição de uma construção espacial opressiva, a partir da qual uma grande diversidade de possibilidades da relação natureza-cultura foi reduzida a padrões estéreis, de uma perspectiva unicamente instrumental, definida pela tecno-ciência do homem branco, civilizado, ocidental, *cristão*, conquistador. Neste caso, a partilha da Terra em territórios deu origem a segmentações e hierarquias entre lugares, pessoas e coisas, de tal modo que a realidade passou a se configurar numa rede de valores rigidamente estabelecidos e insistentemente repetidos.

A crítica desta perspectiva nos conduziu ao estudo dos processos históricos, com a utilização de outras grades de leitura que nas sucessivas camadas do tempo permitiram visualizar frações escondidas de territórios aparentemente descontínuos; análises, interpretações, dados e fatos revelaram a possibilidade de desenhar de modo alternativo o espaço, de modo que o “rio” da nossa pesquisa original apareceu integrado a uma dimensão regional singular, invisível na origem dos trabalhos; a água, motivo de nossa primeira inquietação, se apresentou desde então inseparável dos demais elementos com que compõe a extensa cadeia da vida.

Pensar o espaço, qualquer que seja ele, passa a ser, a partir de agora, aprofundar a crítica da razão instrumental que sustenta/ou a razão topológica moderna, para imaginar cenários futuros, abrindo o campo dos Possíveis, sem desprezar o lugar das necessidades.

CAPÍTULO 2

2.1 - ABERTURA

O dispositivo de dominação territorial que se formou e proliferou em cinco séculos (XVI-XX) rendeu tributo, conforme analisamos na parte anterior, à racionalidade científica, marcada pela experimentação e conseqüente manipulação de homens e coisas, atribuindo a todas as relações um sentido tipicamente instrumental. Tanto nas chamadas “ciências da natureza” quanto nas disciplinas das “ciências humanas”, uma concepção de organização, subordinação, previsão e controle comandou os investimentos e empreendimentos.

A princípio, sob o imperativo cartesiano, considerou-se a antecedência do *logos* (mente) sobre os objetos da realidade extensa – foi o predomínio do *homo sapiens*. Depois, o próprio *logos* foi subestimado, a favor das urgências pragmáticas do *homo faber*, e o meio técnico - de fabricação de objetos e relações - se emancipou, formando um contexto definido pela imagem da eficácia e da operacionalidade.

Depois de cinco séculos de império da Razão, a realidade do final do século XX/início do século >00 é a de uma condição que, nos limites paroxísticos de uma

pretensa cientificidade, atinge as bordas da irracionalidade: do ponto de vista dos processos de produção/construção do espaço, as parcializações, antes correspondentes a uma totalidade pelo menos imaginada – o Mundo – ocupam agora o cenário inteiro da experiência; as totalizações foram remetidas a uma dimensão inabordável – a realidade virtual, e os vínculos entre as partes parecem fragilizarem-se até o ponto em que uma unidade espacial tomada como ponto de inserção de uma força de resistência nos jogos de poder corre o risco de ser simplesmente anulada no regime de um meio sócio-cultural inteiramente dominado pelo aparato técnico-científico informacional.

As linhas, superfícies e volumes que caracterizam o desenho moderno adquirem, nos novos regimes de inscrição/construção da realidade, um nível de abstração altamente elevado, admitindo um conjunto de transformações que podem não guardar mais qualquer correspondência com as operações de vinculação a um plano anteriormente definido como “real” – sensível ou representacional. Trata-se do predomínio das redes, que colocam em interação os pontos, sem que seja necessário definir as continuidades extensivas.

As hierarquizações entre os lugares, que antes ocorreram no eixo horizontal, marcando a superfície e sobrecodificando os deslocamentos a partir das coordenadas geográficas e dos valores a elas associados, parecem estar paulatinamente sendo substituídas por uma segmentação vertical, onde a grande diferença consiste em estar “no ar” ou “fora do ar”. Um ponto é então conectado a outro ponto, e é no espectro virtual das conexões possíveis que uma qualquer totalização é imaginada.

Sendo assim, cada ponto da antiga superfície ontológica formada na relação entre o provável ser bruto da natureza e a espessura dos esquemas cognitivos humanos parece estar sendo capturado simultaneamente por um número quase infinito de redes espaço-

temporais ficcionais, embaralhando todas as referências, quer em direção a uma possível fidelidade dos sentidos, quer na coerência de uma identidade cultural.

Quando visualizamos um espaço contínuo, cuja integridade e preservação pareceria constituir uma base sólida para a definição de uma pauta ética conseqüente (isto quer dizer, para a realização de um princípio de perseveração na existência) logo nos damos conta de que esta matriz ambicionada está desde já “contaminada” pela inserção de outros eixos de penetração, sutis muitas vezes, que provocam um outro mapeamento, fazendo oscilar a crítica primeira, baseada ainda na racionalidade moderna. O sentido de contigüidade espacial e temporal não está mais subordinado ao sentido de continuidade, e o fenômeno da ubiqüidade deixa de ser um atributo divino.

Uma compreensão mais sensível dos espaços construídos exige uma concentração sobre os processos de penetração capilar das figuras do poder, em sua tessitura contemporânea, introduzindo complexidades que ainda não foram suficientemente decodificadas. Os jogos de força, e conseqüentemente as bases materiais dos exercícios de múltiplos poderes, se alteram substantivamente, e tanto o conjunto das necessidades quanto o espectro das possibilidades se ampliam e transformam, o que implica uma desorganização/reorganização do campo dos saberes.

2.2 - DOMÍNIO VIRTUAL

A expansão da *informática*, com a formação de redes de comunicação à distância, produziu a instantaneidade onde antes se dependia de extensas mediações; o incremento da *robótica* liberou largos segmentos de corpos e idéias atrelados às maquinárias na fase

do capitalismo industrial; através da *telemática* as paisagens áudio-visuais foram rearranjadas, operando conjunções e disjunções originais na experiência percepto-cognitiva.

No limite deste desenvolvimento tecnológico forma-se o *ciberespaço*, caracterizando o que se denomina *realidade virtual*:

“O termo realidade virtual surgiu no final dos anos 60 para designar um conjunto de tecnologias de visualização com ajuda do computador. O desenvolvimento dessas tecnologias levou à criação do simulador de vôo que é, para a grande maioria das pessoas, sinônimo de realidade virtual. De fato, os simuladores de vôo chegaram a uma tal sofisticação que muitos pilotos descrevem os vôos simulados como se eles fossem tão verdadeiros quanto os vôos reais.

Passados 30 anos desde as primeiras interfaces visuais interativas criadas por Ivan Sutherland (primeiro dispositivo de imersão com visão estereoscópica) e Myron Krueger (primeiro sistema de imersão do corpo inteiro sem utilização de capacetes e luvas de dados), o termo realidade virtual remete a uma grande diversidade de conceitos e tecnologias de modelagem, visualização e transmissão de dados: fractais, imagens de síntese, simuladores de vôo, realidades artificiais, sistemas de telepresença, ciberespaço./

Os sistemas de realidade virtual são, no mais das vezes, universos fechados em que o homem se relaciona com imagens de sínteses por meio de um processo de visualização sensório-motor em que tudo o que ele faz, sente e pensa traduz em motricidade. A realidade virtual produz ambientes constritivos – como no caso dos simuladores de vôo – de ação baseados em sistemas especialistas utilizados como tecnologia que visa o aprimoramento do desempenho instrumental.” (Parente, A. 1997. p 102/109).

Considerando a possibilidade de utilização destas tecnologias em todas as esferas das relações sociais, afirmam alguns pensadores que o processo de mundialização está

finalmente realizado. Segundo esta afirmativa, a segmentação dos espaços que caracterizou os cinco últimos séculos está passando por uma erosão, a favor de uma integração planetária. O mundo estaria finalmente se homogeneizando, ou antes, um novo mundo (da realidade virtual), de potência distributiva, estaria em vias de substituir um registro espacial antigo:

“Tudo se passa como se, graças ao fantástico desenvolvimento da tecnologia, nosso velho mundo atual estivesse sendo progressivamente abandonado em troca do mundo da realidade virtual. A crônica das aplicações da eletrônica, da informática e das telecomunicações é um registro dessa espécie de transferência que setores inteiros da produção e da vida social estão empreendendo rumo ao ciberespaço. Cada vez mais empresas e indivíduos lidam com dados, informações e imagens que circulam pelas redes e fazem disso a sua atividade principal. Mas, excluindo-se os militares, nenhum setor da sociedade instalou-se tão intensamente no ciberespaço quanto o setor financeiro.”(Santos, L.G. 1997. p. 116)

Isto constitui a cultura global.

A espacialização própria desta condição não coincide com as ordenações territoriais que marcaram predominantemente a história até a década de 70 do século XX, é certo, porém singelas observações bastam para desautorizar a afirmação de que chegamos finalmente a uma perspectiva não excludente na produção social do espaço. Se é verdade que as segmentações do período anterior já ruíram, o que não é nem de longe uma evidência, é bastante notável que outras segregações acontecem hoje aceleradamente.

Nossa época é testemunha de contrastes radicais no modo de produção e apropriação do espaço-tempo social. A possibilidade de entrar na rede que projeta no espaço, diminuindo o tempo empreendido na superação das distâncias (físicas) é o que define a nova hierarquização social, mantendo firmes os processos de dominação e exclusão.

Acompanhamos o desarranjo da representação euclidiana dos espaços, das tradicionais repartições territoriais tomadas como linhas traçadas a partir das rigorosas ordenadas cartesianas. Latitudes e longitudes são referências que vão sendo abandonadas na medida em que o aparato tecnocientífico permite a coexistência de múltiplos espaços em cada ponto ou lugar. A história se desfaz nesta onipresença do espaço e deixa de ser feita às custas das aventuras, conquistas e exploração de terras desconhecidas.

Tanto quanto as narrativas dos viajantes dos séculos anteriores participaram da formação dos dispositivos de dominação territorial, são agora os escritores de ficção-científica que alimentam a racionalidade/irracionalidade da transposição ao *cyberespaço*:

“O escritor de ficção científica William Gibson, que inclusive cunhou a expressão *ciberespaço*, mostra, em *Neuromancer* e *Virtual Light*, a profusão de espaços e de tempos que se sucedem e se alternam quando a mente e o corpo passam a experimentar a mudança de dimensão. A relatividade do espaço-tempo se impõe na experiência cotidiana e, com ela, uma grande mudança de perspectivas. Se podemos ser ‘outra pessoa’, ..., e se podemos ser tantas pessoas quantas quisermos, teremos perspectivas diferentes. E quem poderá afirmar que uma delas é mais adequada para a apreensão da realidade? Quem poderá garantir que esta é mais *realista* do que outra? Em nome de quê?” (Santos, L. G., 1997, p.116)

A ficção científica, cujo discurso legitima a imersão no espaço virtual, se amplia enquanto dispositivo de produção da realidade e chega aos jogos adotando um caráter pedagógico, na medida em que realiza um treinamento para familiarização com um universo de próteses. No *Role Playing Game* (RPG), por exemplo, o bom desempenho implica na habilidade de manejar aptidões na criação de personagens e jogar no campo virtual gerado pelo “narrador”. Este, por sua vez, domina a cosmologia forjada pelos criadores dos jogos e compõe situações a serem resolvidas com perícia e sorte. Os

criadores apontam para a superação das capacidades humanas, seja pela *liberação* das *forças sobrenaturais* (magos ou vampiros), seja pela *intensificação* dos *vetores tecnológicos* (cyberpunk). O “gênero” cyberpunk se define por um conjunto que inclui séries de livros, revistas em quadrinhos, revistas e boletins eletrônicos e peças de cinema e televisão fartamente consumidos.

Em certos domínios da vida social a superação das distâncias é radical e a possibilidade de transcender experiências até então dependentes do máximo de proximidade física talvez atinja seu paroxismo quando se viabiliza o “coito eletrônico”²⁴.

Além ou aquém das experiências limites representadas pela participação no ciberespaço (quer em sua forma operacional, lúdica ou demencial) o urbanista Paul Virilio disserta a propósito da “urbanização do tempo” nos processos produtivos, acarretando novas planificações do espaço.

Nesta esfera, o espaço das relações pode ser assim exemplificado:

“Tomo o exemplo da Matra, que trabalha para a aeronáutica, no sistema CAD-CAM [criação assistida por computador e manufatura assistida por computador]. Como os engenheiros da Matra trabalham? Eles estão num subúrbio de Paris e, com seu computador fabricam, por exemplo, a peça do reator ou da asa do jato, geralmente de aviões militares, ou do míssil, já que a Matra fabrica mísseis. E uma vez que a peça é considerada satisfatória – a peça virtual, ainda no terminal do computador – aperta-se primeiro uma tecla para ter a impressão, uma memória, e além disso, aperta-se o que eu chamaria de botão vermelho para acionar o sistema CAM, que se põe em funcionamento em Marselha, por exemplo, mas que poderia

²⁴ “a realidade virtual é, portanto, a geração de um mundo a partir de uma relação homem-máquina, um mundo criado artificialmente... até envolver todos os sentidos – como na relação sexual virtual que, há dois ou três anos, uniu Timothy Leary a uma japonesa num coito eletrônico em que Timothy se encontrava na Califórnia e sua parceira em Tóquio. A meta é permitir que nesse mundo criado artificialmente se possa gozar, sofrer, amar, sonhar, além de pensar. Um mundo alternativo.” (Santos, L.G. 1997. p. 113).

ser Tóquio ou o deserto americano. A máquina transmite e se põe a usinar' a peça que foi concluída há alguns segundos, no terminal do computador. Nesse caso, estão acoplados o que é virtual – a imagem virtual, a criação assistida por computador – e a imagem concreta, a realidade formal da peça 'usinada', embora as duas coisas estejam separadas por distâncias infinitamente inextensíveis.” (Virilio, P. in Salles, J. e Brissac, N. 1989. p. 135).

Repete-se, por isso, que a cultura global homogeneiza os espaços.

Há quem insista que a globalização caracteriza o alcance de uma sonhada sociedade democrática, sem hierarquias, onde tudo e todos têm as mesmas chances, porque inscritos nas malhas equivalentes das redes cibernéticas.

Esta conclusão baseia-se numa perspectiva acrítica a respeito da produção social do espaço e da permanência da base material do poder onde se configura um conflito crescente entre os interesses em jogo nas relações sociais. Se já não se pode com muita simplicidade constatar os mecanismos de dominação e sujeição a partir dos grandes deslocamentos que caracterizaram um domínio imperialista, e conseqüentemente já não é tão simples configurar o campo estratégico das lutas, isto não quer dizer que estejamos finalmente conciliados.

A ubiquidade nas zonas de aceleração não resolve o problema da dominação, em vários sentidos, e o esfacelamento dos territórios, com a conseqüente unificação do Mundo, não iguala e muito menos emancipa.

A desigualdade está bem evidenciada nas figuras de Vilanova e Vilavelha, forjadas por Michel Serres (1995), em seu texto *A Lenda dos Anjos*:

"Vilanova industrializa os signos, fabrica coisas com a informação, constrói o universo com o vento, não permanece materialista, tolamente, dentro da matéria, mas contra esta redundância, carrega o materialismo do *software*.

- Aqui, o verbo se faz carne, isto é, vidro, aço, cimento, máquina, mundo. As tecnologias substituem as técnicas para encarnar o *logos*.
- A população de Vilanova não vai mais ao trabalho, à fábrica, ou ao escritório, como se pensa, mas à escola, desde cedo, e o ensino não tem fim, nem ao meio-dia nem à noite, quando a televisão, o rádio, os meios e as telecomunicações, independentes do fuso horário, nunca param de zunir...
- Sociedade pedagógica, Vilanova só obedece aos padrões ou aos políticos se eles se fazem professores.
- A revolução industrial atinge o reino do espírito e transforma esta cidade única em claustro intelectual.
- Vilanova tem, realmente, seu centro em toda parte e sua circunferência em parte alguma.

Construímos a cidade-mundo./

- Suas ciências e técnicas, seu movimento e suas forças, animais, musculares, carbônicas, petrolíferas, elétricas, atômicas, fazem-na ocupar depressa a totalidade do solo e subir rapidamente ao céu mais alto possível, através de concorrências encarniçadas, competições, debates, emulação, rivalidades, lutas, combates, guerras, conflitos permanentes e assassinatos, com chamas gigantes que alimentam e estimulam sua crescente ascensão, lançando para baixo, pelo escapamento, escombros ou escórias, cada vez mais espaços e homens, confusos, abatidos, invadidos, vencidos, convencidos de erros, de faltas e crimes, reduzidos à ignorância, à miséria, às doenças e à morte./
- A própria Vilanova, atravessada, penetrada, invadida pelo terceiro mundo em forma de quarto mundo: desemprego, drogas, pobreza, indigência, miséria, errantes, sujeira, delinquência, abandono... sob nossos olhos, no espaço, eis

Vilavelha dos Arcanjos, cidade única hoje também somando, integrando, resumindo as cidades destruídas do passado de nossa cultura e de nossas lembranças, ainda gigantescas no espaço que a própria Vilanova, intimamente misturada a ela, com a diferença de não poder subir tão alto ao céu.” (Serres, M., 1995. p. 74-75)

O zoneamento do mundo em partes avançadas e partes recuadas, quando já não obedece a um critério geográfico, se dirige aos “modos de vida”, às extensões do cotidiano.

O espaço convencional da modernidade foi redimensionado pela introdução das redes de cabos e satélites, provocando uma interação fria, onde o que fica fora da rede não tem um valor sequer estruturador. O espaço virtual prescinde do vazio para ser definido. O que está fora do circuito não apenas não existe, como tão pouco é.

A crítica exige pensar a complexidade. Por um lado há, como bem expôs Michel Serres, uma participação diferenciada nos dois lados da tecnologia – o que é produzido, e o que esta produção implica de resíduos indesejados. Há os que desfrutam do conforto e os que repartem o lixo²⁵. Além disso, não está claro que a tecnologia seja por si mesma

²⁵ Recorremos a Loyd Blakenship, autor de peças do *Roling Playing Game*. que na preparação dos cenários cyberpunk integrou alguns traços das sociedades contemporâneas. através da galeria de personagens. Assim. ao lado de *assassinos, guarda-costas, corretores, celebridades, tiras, mercenários, militares, mafiosos, repórteres, espiões, técnicos* e outros, Loyd Blakenship advertiu os jogadores para a possibilidade de confrontarem-se também com *andarilhos*: “em muitos mundos cyberpunk, segmentos inteiros da população perderam os direitos de cidadania. Estes rejeitados sem lar vagueiam de um lado para o outro, ou constroem grandes favelas em terreno público (ou abandonado). e vivem perseguidos pelos cruéis e ignorados pela maioria. Os andarilhos vivem em perigo constante, seja ameaçados por gangues de alistamento militar, equipes de ‘recrutamento’ de trabalho escravo. ‘colhedores’ de bancos de órgãos ou por outros andarilhos tentando roubar suas poucas posses. Os andarilhos têm poucas ou nenhuma vantagem – desvantagens típicas são a Aparência Ruim. Analfabetismo, Status e Pobreza.” Naturalmente Loyd Blakenship, em sua infinita generosidade com o gênero humano, não previu a possibilidade dos andarilhos serem transformados em tochas-vivas para o deleite dos entendiados da velocidade!

um bem maior. A tecnologia é um espaço que produz espaço, mas não sabemos ainda a qualidade do que é produzido e as conseqüências mais significativas desta espécie de conforto. A produção do espaço envolve cada vez mais jogos de poderes.

A questão para o pensamento atual diz respeito aos possíveis efeitos da urbanização total. Se a tecnologia que conhecemos tende a urbanizar até o tempo, em uma condição frontalmente oposta àquela que cronificou o espaço; se a experiência tende a reduzir a duração e a extensão; se a superfície plana é substituída pela rede e o tempo dos metabolismos biológicos é considerado um entrave, o que se pode esperar, para melhor e para pior? Descartada a possibilidade de endossar as perspectivas que exaltam a realidade virtual²⁶, por onde transitar com a consciência crítica?

2.3 - CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CIDADE-MUNDO

A transição da espacialidade territorial para o espaço virtual ainda não é completa, mas o quadro que formamos do que está até aqui não é tranquilizador, e a hipótese de sua realização plena chega a introduzir uns vestígios de catástrofe iminente... Parece que o partido a tomar consiste em posicionar-se imediatamente a favor ou contra a técnica. Falsa escolha, que confunde as possibilidades da técnica com o avanço irreversível dos padrões tecnológicos atuais!

A principal questão não é a da técnica em si, mas a penetração capilar da técnica até os níveis mais próximos de contato social, seguindo a lógica da expansão dos dispositivos imperialistas de domínio e exploração.

²⁶ Descartada também a rejeição total de alguns recursos tecnológicos.

Um desenvolvimento técnico centralizado e excludente é o que marca o aparato tecnológico do qual dispomos.

Podemos indagar, com Henri Lefebvre, sobre as características do consumo tecnológico nas sociedades contemporâneas. Veremos então que este consumo não se dirige ao objeto técnico propriamente dito, mas aos “signos de tecnicidade” representados especialmente pelo *gadgets*,²⁷ que colonizam o cotidiano, sem contribuir efetivamente para sua possível transformação revolucionária.

É pelo consumo do *gadget* que se processa o ingresso no imaginário da técnica, confundindo-o com um real que seria por sua vez idêntico ao racional. A expressão “tecnologia” é neste sentido totalmente reveladora da realidade que produz: não se trata, nos avanços contemporâneos da técnica, de localizar uma lógica da tecnicidade; trata-se antes de tecnificar o campo da lógica – outro pensamento não ocorre que não seja tributário da razão/desrazão técnica. O investimento na técnica justifica-se por si mesmo. Este é o viés do Poder:

“O consumo dos signos da técnica nos gadgets faz com que se esqueça que o gadget e o objeto técnico de uso corrente (incluindo o automóvel) são apenas paródias dos verdadeiros objetos técnicos e que a multiplicação desses pálidos simulacros realiza, na melhor das hipóteses, algo de complicado - o cotidiano - que segue muito por baixo e muito de longe a complexidade da ciência e da técnica.

A leitora ou leitor de revistas semanais consomem textos publicitários. O colecionador acumula signos da propriedade. Ora, a propriedade é ou não é. O espectador de strip-tease consome os signos do erotismo. Ora, o erotismo não é consumido através de signos, o erotismo se pratica; é um ato, sempre diferente, é

²⁷ “Gadgets: aparelho elétrico. de utilidade imediata ou não.” (Lefebvre. H. 1969)

uma obra, bem sucedida ou não. O consumo de signos e significações, só nos pode deixar insatisfeitos. O mesmo acontece com o consumo dos signos da técnica ou do poder. Os signos não são inocentes, assim como não são inofensivos: certos grupos ou agentes sociais os lançam ou apoderam-se deles. Fazem deles signos de exclusão ou de pertinência a um determinado grau de hierarquia significada por signos que, inicialmente, parecem significar outra coisa (a técnica, por exemplo, no caso privilegiado do automóvel).

O consumo dos signos da tecnicidade – sempre igual a si mesmo - faz parte das ilusões do signo e do consumo.” (Lefebvre, H., 1969, p. 22)

Na obra de Henri Lefebvre encontramos a possibilidade de formular um pensamento crítico com respeito à expansão e à gestão da técnica. Em 1960 o autor preconizou na *Revolução Urbana* uma escassez de recursos como a água, a terra e o ar, para o final do século XX, altura dos anos 2000. Foi capaz de fazer isto porque sua teoria diz respeito à definição do que é “sociedade urbana” ou “fenômeno urbano”. Ao contrário das visões correntes que identificam a sociedade urbana como epifenômeno da produção industrial, Lefebvre compreende que a sociedade urbana é justamente o ultrapassamento da sociedade industrial, no momento em que a organização sócio-político passa a lidar primordialmente com a produção do espaço.

A condição urbana não é concebida em sua obra como realidade, objeto real, realizado, exprimindo no domínio superestrutural uma mudança ocorrida na produção econômica; uma teoria social crítica deve conceber o fenômeno urbano como possibilidade, a partir do momento em que a problemática “espacial” se torna objeto de lutas e apropriações concretas. O fenômeno urbano não se reduz ao plano da representação ou da ideologia, mas diz respeito à produção do espaço enquanto práxis social, orientada

para um objeto *possível* - a hipótese da *urbanização completa da sociedade* envolve a leitura das correlações das forças que entram em confronto:

“... il n'y a pas dans cette perspective une *science de la ville*(sociologie urbaine, économie urbaine, etc.) mais une *connaissance* en formation *du processus global*, ainsi que de son terme but et sens).

L'urhain (abréviation de 'société urbaine') se définit donc non comme réalité accomplie, située en arrière de l'actuel dans le temps, mais au contraire comme horizon, comme virtualité éclairante. C'est le *possible*, défini par une direction, au terme du parcours qui va vers lui. Pour l'atteindre, c'est-à-dire pour le réaliser, il faut d'abord contourner ou briser les obstacles qui le rendent actuellement *impossible*. [...] La connaissance théorique peut et doit montrer le terrain et la base sur lesquels il se fonde: une pratique sociale en marche, la *pratique urbaine* en voie de constitution, malgré les obstacles qui s'y opposent. Que cette pratique soit actuellement voilée et disjointe, qu'il n'y ait aujourd'hui que des fragments de la réalité et de la science futures, c'est un aspect de la phase critique. [...] En somme, *objet virtuel* n'est autre chose que la société planétaire et la 'ville mondiale'...” (Lefebvre, H., 1970, p. 28)

Na análise de Lefebvre a visão sincrónica do fenómeno urbano revela a coexistência de três níveis de produção do espaço, e é pela compreensão dos jogos de poder implicados em cada um destes níveis que voltaremos a encontrar o objeto de nossas reflexões, qual seja, o campo de lutas a partir do qual se pode divisar as diferentes formas de apropriação do real.

Os três níveis são: o nível Global (G), o nível Misto (M) e o nível Privado(P)²⁸.

²⁸ Em um longo e complexo capítulo metodológico, Henri Lefebvre (1969) esclarece a utilização que faz do conceito de “nível”. Embora não caiba aqui acompanhar as proposições do autor em toda sua extensão, vale realçar por enquanto (o que logo se tornará mais claro na argumentação), que este uso não é inocente;

Ao nível global corresponde o exercício do poder de Estado, como vontade – estratégias políticas de gestão territorial; e representação – concepções políticas ideologicamente justificadas do espaço. As estratégias empregadas revelam lógicas de classe e mobilizam instrumentos científicos em muitos casos.

“Le pouvoir politique dispose d'instruments (idéologiques et scientifiques). Il a des capacités d'action, pouvant modifier la répartition des ressources, des revenus, de la 'valeur' crée par le travail productif (c'est-à-dire de la plus-value). On sait qu'il y a aujourd'hui dans le pays capitalistes deux stratégies principales: le néo-liberalisme (qui laisse le maximum d'initiative à l'entreprise privée et pour ce qui concerne 'l'urbanisme', aux promoteurs e aux banques) et le néo-dirigisme (qui met l'accent sur une planification au moins indicative qui, dans le domaine urbanistique, favorise l'intervention des specialistes et des technocrates, du capitalism d'État).”(Lefebvre, H., 1970. p.107).

O nível global²⁹ se projeta em edifícios, monumentos, projetos urbanísticos de grande envergadura, novas cidades. Projeta-se também na construção de estradas, organização geral do tráfico e do transporte, do tecido urbano e dos espaços neutros, preservação da natureza, lugares, etc. São *espaços institucionais*, altamente regulados e comportando ações sistemáticas bem explicitadas.

confrontando os modelos nas análises sociais. que tendem à valorização do Sistema, com todas as implicações políticas desta valorização, entende o autor que a proposição de “níveis” é o que permite recuperar a dimensão das “vivências” que dão conteúdo à vida social e impedem de subsumí-la à constância da estrutura da forma, enfim, do sistema tomado como conjunto de relações, vazio de conteúdo. e portanto sujeito à inércia. “A referência ‘vívida’ aos objetos e ao mundo dos objetos. às situações. deve cair para que subsista apenas o sistema de signos, sem substância, sem outra determinação além de sua transparência. Esta transparência não pode surpreender: evacuou-se os conteúdos... É certo que o conhecimento não pode conservar como tais as referências do sentido comum. Ele comporta uma crítica da ‘vivência’. o que não significa a eliminação da vivência, mas um esforço para compreendê-la e situá-la.”(Lefebvre, H., 1969, p. 114). É assim que a noção de nível, permitindo a inscrição do conteúdo e a colocação da pergunta sobre o sentido permite a localização dos pontos de articulação em que “a obra - medíocre, ridícula às vezes, porém real - se realiza contra e apesar das coações. (Lefebvre.H. 1969, 13.110)..

²⁹ A teorização aqui exposta foi apresentada no início dos anos 70, antes portanto que a perspectiva de “globalização”. tal como a concebemos agora, estivesse definida. Vale a pena entender neste contexto o valor do Global como correspondente aos desde sempre existentes exercícios de dominação no plano macropolítico.

Ao nível M corresponde a especificidade urbana, residual entre o nível global e o nível privado. Projeta-se em mas, praças e avenidas que fazem a mediação entre os monumentos do Estado e as modalidades da vida privada, características do nível P.

O nível P está definido sobre as características do *habitar*: é o ponto em que a vida urbana adquire suas características mais elementares – diversidade dos modos de vida, de tipos urbanos, de padrões, modelos culturais e valores associados à diversidade da vida cotidiana.

Contra o *habitar* a ciência moderna definiu o *habitat*, e por aí projetou um espaço global homogêneo e quantitativo, cujo sentido estratégico não pode passar despercebido – exercício direto da repressão:

“... nous opposerons fortement *l'habiter et l'habitat*. Ce dernier mot désigne un ‘concept’ ou plutôt un pseudo-concept caricatural. Vers la fin du XIX siècle, une pensée (si l’on peut dire) urbanistique, aussi fortement qu’inconsciemment *réductrice*, a mis de côté et littéralement entre parenthèses, *l'habiter*, elle a conçu *l'habitat*, fonction simplifiée, restreignant ‘l’être humain’ à quelques actes élémentaires: manger, dormir, se reproduire..” (Lefebvre, H., 1970. p.110)

A *Revolução Urbana* aponta os caminhos para o resgate da dimensão insólita e poética do *habitar* como motor das transformações sociais.

O valor do *habitar* é insistentemente colocado como fundamento, funcionalidade e transfuncionalidade essenciais. A recuperação do movimento dialético e conflitual entre o *habitar* e o *habitat* passam ao primeiro plano das elaborações teóricas e dos encaminhamentos práticos. Trata-se de abrir um campo de interações capaz de subverter a lógica do espaço repressivo pela reapropriação do espaço concreto.

"L'espace concret, c'est celui de *l'habiter*: gestes et parcours, corps et mémoires, symboles et sens, maturacion difficile de l'immaturé-prématuré (de l'être humain), contradiction et conflits entre désir et besoins, etc. Ce contenu concret, temps inscrit dans un espace, *poièsis* inconsciente et méconnaissant ses propres conditions, la pensée réfléchie le meconnaît à son tour".(Lefebvre, H., 1970. p. 241)

O exercício dos poderes e das lutas se expressa na oposição entre a apropriação dos espaços pelos usuários, e sua produção por técnicos que fabricam e gerenciam um espaço abstrato comandado pela geometria, técnicos e especialistas que desenham e executam um espaço de papel, a partir de escrituras, formando um *campo cego* que impede o acesso à vida *real*.

Apesar de formulada com grande antecedência em relação à penetração incisiva do meio técnico-científico-informacional em nosso cotidiano, e pensando ainda em uma conformação política que tinha nos Estados-nacionais a sua matriz, a *Revolução (Irbana)* esclarece a dinâmica do momento atual. Certamente a imagem de um meio homogêneo, insensível às diferenças de lugares, esteriotipando para nós papéis e padrões de conduta (pois é esta a característica do espaço virtual e das práticas chamadas "globalizadas") é bastante mais coerente com a idéia do *habitat* do que do *habitar*. A proposta de uma revitalização do cotidiano não pode ser concebida senão como linha de fuga de um exercício de poder opressivo e repressivo, desenhado na fina geometria dos circuitos eletrônicos, ainda mais obliteradores da visão do que os desenhos do planejamento urbano moderno³⁰.

³⁰ Devemos reparar que a expressão "usuário" do espaço, embora coincida com a maneira corrente de nos referirmos agora aos clientes das redes de comunicação, não se refere a este tipo de "uso". Nossa capacidade de interferir na produção do espaço, quando se trata do registro virtual, é nenhuma. Ao contrario, estamos absolutamente dominados pela capacidade de gestão à distância, a partir dos centros tecnocráticos de comando. O simples uso do correio eletrônico é capaz de expôr o "usuário" a uma devassa total de seus

Um importante exercício de contra-poder consiste em recuperar o caráter ontológico do espaço, da experiência, dos gestos, do corpo, do conflito entre os desejos e as necessidades. Na fórmula de Henri Lefebvre isso significa situar a transformação social no plano da cotidianidade. Habitar o mundo significa manter o domínio de si, exercendo os graus de liberdade que as situações exigem para não se configurarem enquanto exercício de dominação, coação, constrangimento, repressão.

A compreensão do modo pelo qual o *habitar* foi investido por uma prática de poder que inviabilizou suas possibilidades de realização remete à análise da produção do espaço sob o capital que, para além da formação do imaginário territorial de nações e continentes, fez do corpo do homem um território de fronteiras limitadas, confinado ao exercício de uma atividade sem fim, sem imaginação, sem produção própria, sem chance de apropriar-se do real em direção ao Possível, mantido no limite do inevitável, da sobrevivência.

A partir das ciências políticas, e portanto com grande acento nas perspectivas de luta implicadas no trabalho de Henri Lefebvre, Nicos Poulantzas reforça as análises a respeito da formação das matrizes espaciais do capitalismo, e suas conseqüências sobre a dialética do *habitat* e do *habitar*.

Para este autor, sendo a organização do espaço-tempo um diferencial dos modos de produção, ela assume sob o capital (qualquer que seja seu nível de expansão) um valor muito especial ao dar origem ao processo de individuação – principal componente da luta

arquivos. Empresas podem emitir mensagens que, Uma vez abertas, irão fazer a clonagem de todo o material existente nos arquivos de correspondência de um microprocessador. Do mesmo modo, uma empresa de venda de programação para televisão por recepção via satélite é capaz de acionar uma linha telefônica. através de um controle por cartão. sem que o “usuário” sequer tenha conhecimento disto. Nenhuma contrapartida destas operações existe por parte do “usuário”, a não ser quando ele decide aprofundar também seus conhecimentos técnicos para realizar uma ação de pirataria. Ainda é discutível se esta estratégia (dos hackers) contém algum sentido de revolução ou transformação social. Talvez!

que mantem divididas e isoladas as massas populares. A produção social do espaço tem uma antecedência em relação à sua apropriação no tempo. Antes de apresentar-se na seqüência linear serial, repetitiva e cumulativa, onde os diversos momentos se integram uns aos outros numa “cadeia” ininterrupta, a linha de produção deve organizar seu espaço enquanto: “espaço quadriculado, segmentado e celular, no qual cada parcela (indivíduo) tem seu lugar, no qual cada localização corresponde a uma parcela (indivíduo)... espaço que, ao mesmo tempo, deve apresentar-se como homogêneo e uniforme.” (Poulantzas, 1979. p.72)

O estudo das matrizes espaciais e temporais apontam, inicialmente, para a constituição da nação moderna, em sua referência permanente e original ao território e à historicidade. Os dispositivos de organização do espaço social não se reduzem à representação ou aos mapas mentais: as cidades e as fronteiras, os limites e o território, as comunicações, os transportes, o aparato e as estratégias militares constituem igualmente dispositivos e técnicas do exercício do poder, e sofrem descontinuidades, em função do modo como participam das relações de produção.

“Os trabalhadores diretos somente são liberados do solo para ser enquadrados nas fábricas, e também nas famílias no sentido moderno, nas escolas, nos exércitos, nas prisões, nas cidades, territórios das nações “(Poulantzas, N., 1979. p.124)

Do mesmo modo como o espaço descontínuo do modo de produção capitalista é reapropriado na homogeneidade do território nacional, que iguala e hierarquiza as frações-indivíduos, o tempo, também segmentado, serial, dividido em momentos iguais, cumulativo e irreversível, é unificado em uma matriz que codifica as diferenças, inscrevendo-as em um contínuo evolutivo e progressivo.

Ao desenvolver sua argumentação para refletir a possível transição do capitalismo ao socialismo, tendo como elemento central a problemática das lutas de classe, Poulantzas aponta para uma concepção de Estado enquanto condensação do jogo de forças próprio das lutas que se estabelecem no exercício político. O Estado não é assim coisa-instrumento, que possa ser manipulado por uma classe ou fração de classe que ocupe o poder, tornando-se dominante, e tão pouco é sujeito, no sentido de ter a capacidade de determinar ele mesmo, enquanto entidade intrínseca, o desfecho das lutas. Ele é a expressão e a encarnação dos vários níveis de produção do espaço e reflete, portanto, os sobreinvestimentos que são feitos também sobre a vida cotidiana.

Trata-se de focalizar o aspecto relacional do Estado, entendendo que uma mudança significativa deve implicar em transformação na materialidade de seus aparatos - vale portanto sublinhar, transformações das matrizes espaço-temporais das relações de produção.

A análise de Poulantzas tem grandes conseqüências, sobretudo nas posições “militantes” que decorrem daí. A possibilidade de alterar as bases materiais da produção, incluído o imperativo de produzir um outro espaço, tem raízes, como se pode ver, na proposição de Lefebvre e guarda relação com uma meditação que propõe o *habitar*.

As práticas materiais que estabelecem o conflito se estendem aos “hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes” e não estão separadas de suas representações. Os mesmos pontos de aplicação do poder político do Estado são objetivados na repressão e nas demais práticas de dominação e exploração e o *corpo* próprio figura entre estes pontos de aplicação.

“Uno de los aspectos esenciales del poder, la condición de su instauración y mantenimiento, es siempre la coerción de los cuerpos, pero también la amenaza sobre los cuerpos, la amenaza mortífera. Ciertamente, el cuerpo no es simple naturalidad biológica, sino una institución política: las relaciones del Estado-poder con el cuerpo son mucho más complicadas y extensas que las de la represión. Ello no impide que el anclaje del Estado también sea siempre su acción coercitiva sobre los cuerpos por medios físicos, la manipulación y la devoración de los cuerpos. Y esto es un doble aspecto. mediante instituciones que actualizan la coerción corporal y la permanente amenaza de mutilación (prisión, ejército, policía, etc.); y mediante la instauración, por todo el estado, de un ‘orden corporal’ que instituye y administra, a la vez, los cuerpos, conformándolos, moldeándolos y aprisionándolos en instituciones y aparatos. El Estado es coextensible, en su materialidad, de humillar, meter en cintura y consumir el cuerpo de los sujetos; en una palabra, de encarnarse en la corporeidad de los sujetos-objetos de la violencia del Estado. Si bien no puede hablarse de una mortificación corporal por el estado, que remitiría a la imagen de un cuerpo primero, naturalmente libre, y desviado a continuación por la política – cuando en realidad no hay más cuerpo que el político -, queda en pie, no obstante, que en este orden corporal se trata siempre de amaestrar y regimentar efectivamente los cuerpos, operando mediante dispositivos físicos apropiados.” (Poulantzas, N., 1979. p.29)

A pulverização dos pontos de aplicação do exercício de poder constitui o campo das micropolíticas.

“Pero, las contradicciones en el bloque en el poder atraviesan, según líneas de separación complejas y según las diversas ramas y aparatos del Estado (ejército, administración, magistratura, partidos políticos, Iglesia, etc.) la burocracia y el poder personal del Estado. Mucho más que con un cuerpo de funcionarios y de personal estatal unitario y cimentado en torno a una voluntad política unívoca, hay que habérselas con feudos, clanes y facciones diversas, en una palabra con **una**

multitud de micropolíticas diversificadas. Por coherentes que cada una de ellas, tomada aisladamente, pueda parecer, no dejan de ser contradictorias entre sí, y la política del Estado consiste, esencialmente, en el resultado de su choque recíproco y no en la aplicación – más o menos lograda – de un proyecto global de la cumbre del Estado...

En una palabra, captar el Estado como condensación material de una relación de fuerzas, significa que hay que captarlo también como un ‘campo’ y un proceso estratégicos, donde se entrelazan nudos y redes de poder, que se articulan y presentan, a la vez contradicciones y desfases entre sí.” (Poulantzas, N, 1979. p. 163 - grifo nosso)

Dando continuidade às reflexões de Poulantzas, e levando em consideração as recentes mudanças sociais indicadas sob a idéia da “globalização”, parece correto concluir que a dinâmica de esquadrinha dos espaços que aprisionam os corpos, que os reprimem, subjugam e derrotam a perspectiva de emancipação é mais acentuada agora, quando poderosas agências transnacionais se superpõem aos antigos Estados-nações, concentrando nelas o poder pelo qual rivalizavam os antigos territórios. A lógica do capital não retrocedeu, ao contrário, se intensificou – a industrialização se estende, seja na substituição de processos até então mantidos fora de seu alcance, seja na fabricação de bens de outra qualidade. É, como preconizava Lefebvre, a própria produção de espaço que está em andamento.

O jogo de forças no processo de produção social do espaço é um cenário de lutas fragmentárias e dispersas, que envolve cada vez mais os corpos, e uma perspectiva de emancipação é ainda uma perspectiva de luta. A expansão da tecnologia, enquanto um sistema técnico coordenado para fins estabelecidos segundo os jogos de interesse do

capital (industrial ou financeiro) se opõe àquela outra forma de produção do espaço, reivindicada pela *Revolução Urbana*, onde a diversidade das técnicas seria consequência da unificação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, de modo que as criações correspondessem às necessidades estabelecidas na continuidade do *habitar*. Os dispositivos técnicos/tecnológicos produzem um espaço autônomo em relação à vida cotidiana e se impõem a ela, gerando uma condição de flagrante dependência: em primeiro lugar, dependência frente aos “aparatos” tomados como unidades (o forno, a geladeira, o micro, o fax, etc.) e em segundo lugar, o que é muito mais grave, dependência em relação às fontes geradoras e distribuidoras da energia que ativa os sistemas – é preciso conceber a continuidade sem fim dos potenciais de energia necessários para suportar a tecnificação crescente das atividades cotidianas. Até mesmo admitido enquanto *habitat*, o meio técnico-científico-informacional é um ambiente perverso, já que pouca potência própria entra em jogo – é um ambiente de alto consumo de energia, sem retribuição ao sistema, a não ser na forma de pagamento de taxas por este consumo. Como a arrecadação é administrada “fora” da maior parte dos pontos de conexão da rede, não há garantia que esta energia volte a circular.

Os agenciamentos ambíguos das técnicas estão enunciados assim por Lefebvre, H. (1969):

“A respeito da técnica em si mesma, podemos assegurar que simultaneamente:

- a) ela tende a fechar a sociedade, a fechar os horizontes (notadamente com a cibernética, que aperfeiçoa o ‘cosmos’ com a quantidade e a quantificação do cosmos!). A tecnicidade se torna obsedante e por consequência determinante. Ela invade o pensamento e a ação, e, portanto, estabelece-lhes uma linha de procedimento;

- b) ela ameaça de destruição este mundo fechado, este cosmos encerrado, onde a única coisa possível se reduz ao funcionamento automático e à estruturação do equilíbrio perfeito; ela assola o mundo e pode ir até os extremos de seus estragos pelo aniquilamento nuclear;
- c) ela abre o caminho do Possível, com a condição de ser ela investida no cotidiano.

Ela é, portanto, aquilo que fecha e abre a saída, aquilo que obscurece e descobre os horizontes.” (Lefebvre, H., 1969. p. 19)

Uma reflexão mais estreita do *habitar* é o que permitirá ao pensamento crítico avançar na direção da análise que se distancia tanto dos pronunciamentos contrários à técnica e a tecnicidade, quanto daqueles que a elas aderem sem crítica. Um espaço *real* pode subsistir, apesar do imperativo tecnológico, e ele depende sobretudo do restabelecimento da cotidianidade fora das condições de sujeição e exploração. Considerando as análises de Poulantzas associadas às de Lefebvre, o espaço a ser construído tem pontos de inserção tão moleculares quanto têm sido os pontos de aplicação das estratégias de poder.

2.4 - INTERREGNO FILOSÓFICO

A proposta do *habitar* pressupõe uma ancoragem filosófica que pode ser buscada em Martin Heidegger³¹, quando ele postula a indissociabilidade construir-habitar-pensar como a essência mesma do ser humano.

³¹ Não levamos em consideração aqui a totalidade da obra deste filósofo, assim como não desconhecemos as críticas que lhe são endereçadas. Em relação à questão do espaço, Heidegger apresenta uma reflexão bastante pertinente que fez durante uma palestra, a cujo texto recorreremos. A ligação destas proposições com a perspectiva preconizada por Henri Lefebvre é clara.

Ser homem significa estar na terra como mortal, significa *habitar*. Porém, o *habitar* aqui nada tem a ver com a representação que habitualmente fazemos. Habitar não é ter um alojamento, não é simplesmente uma forma de comportamento entre outras. O *habitar* que constitui a essência do homem é inseparável do *construir*.

A ligação, aparentemente funcional (construir para habitar) mantém um caráter essencial, porque habitar não é possível sem construir, e construir é já habitar.

Com a aplicação de um método que tenta recuperar a essência através da etimologia crítica, Heidegger mostra as relações intrínsecas entre construir e cuidar (cultura): “O traço fundamental do habitar (sendo habitar=construir) é este cuidar”³². A construção, o cuidado, a habitação, são essenciais ao homem livre, àquele que pode estar diante das coisas enquanto coisas, realizando a unidade original da qual fazem parte quatro situações: estar na terra, sob o céu, na espera do divino, entre os mortais. Cada uma dessas situações tem seu modo próprio de ser, embora só atinjam a essência quando realizadas na *Ouaternidade*.

A essência do homem sendo a realização do construir/habitar depende assim de quatro condições:

- salvar a terra, isto quer dizer, não apenas arrancá-la do perigo, mas franqueá-la a entrada em sua essência: “*salvar a terra é mais que explorá-la ou até estragá-la.*

Salvar a terra não é apropriar-se dela, não é fazê-la nossa súdita, o que levaria em

³² E duplo o sentido do *construir*, conforme se acompanha na etimologia da palavra, descrita por Heidegger. Há o construir que significa cuidar. *collere* (latim), cultura - (assim, cultivar um campo, cultivar um vinhedo - construir que visa o crescimento que faz amadurecer os frutos) e há o construir que significa erigir, *aedificare*, levantar edifícios. O construir implica portanto os dois sentidos - cuidar e edificar.

um passo à exploração sem limites”.

- receber o céu como céu, isto é, enquanto caminho do sol, curso da lua em suas distintas fases, resplendor das estrelas, das estações do ano em sua passagem de uma a outra, a luz e o crepúsculo do dia, obscuridade e claridade da noite, o familiar e o inóspito do tempo que faz, a passagem das nuvens e o azul profundo do éter. Receber o céu é: *“deixar ao sol e à lua seguirem sua viagem; às estrelas sua rota, às estações do ano suas bem-aventuranças e suas injúrias; não fazer da noite dia nem do dia uma corrida sem repouso”.*
- esperar os divinos como divinos. Os divinos são os mensageiros da divindade que nos faz sinais. Esperar o divino é: *“suportar o inesperado, indo ao encontro de seus não reconhecer os signos da ausência”.*
- ser capaz da morte como morte. Os homens são os únicos que morrem, isto é, que são capazes da morte como morte. Morrer não é terminar, mas é poder morrer, e saber tal. A capacidade de morrer não significa *“em absoluto pôr-se como mela a morte enquanto nada, vazia. Tão pouco quer dizer sombrear o habitar com uma mirada cega dirigida fixamente ao fim.*

A compreensão das duas primeiras dimensões não parece apresentar problemas.

Quanto à *espera do divino e a capacidade da morte*, convém prosseguir um pouco.

A *espera do divino* significa a possibilidade de confrontar-se com situações, coisas, que resistam à apreensão pela razão corrente: coisas insólitas. Neste caso o romance *Os Prêmios*, de Júlio Cortázar, apresenta uma perfeita ilustração dessa condição: vários personagens são retratados em sua relação com o inesperado – receberam como prêmio

uma viagem de navio, com destino ignorado; ao embarcarem são surpreendidos com uma sequência de situações excepcionais, e as reações, reflexões e meditações dos personagens transformam-se em oportunidade para o autor do romance realizar sua metafísica do ser que *habita*, porque suporta o inesperado.

O livro todo é espelho do trabalho lento de realização da viagem de destino desconhecido (onde se retorna ao ponto de partida, sem se ter passado por lugar algum); espécie de suspensão do tempo passado e futuro, na vivência de um presente absurdo. Algumas passagens ajudam a compreender esta condição, e ilustram a metafísica implicada na *espera do divino*:

“ – Vivemos nos queixando de que nunca acontece nada interessante - ... - Mas, quando acontece (e só uma coisa assim pode ser interessante), a maioria se inquieta.../

- No fundo, o que inquieta.. é que estamos vivendo uma espécie de suspensão do futuro. Por isso eles estão preocupados e perguntam o nome do navio. Que quer dizer o nome? Uma garantia para isso que ainda se chama amanhã, esse monstro de cara tapada que se nega a deixar-se ver e dominar./
- Está bem falar de suspensão do futuro - mas isso também é uma aventura, muito vulgar, mas sempre uma aventura...”(Cortázar, J. 1969. p.49)

“Persio não acredita que o que está acontecendo agora seja racionalizável: não o quer assim. Sente a perfeita disponibilidade das peças de um *puzzle* fluvial... Mais uma vez Persio sente que, nessa hora de iniciação, o que cada passageiro chama de amanhã pode instaurar-se sobre bases definidas essa noite. Sua única ansiedade é o importante da opção possível: guiar-se pelas estrelas, pelo compasso, pela cibernética, pela casualidade, pelos princípios da lógica, pelas razões obscuras, pelas tábuas do assoalho, pela estado da vesícula biliar, pelo sexo, pelo caráter, pelos palpites, pela teologia cristã, pelo Zend Avesta, pela geléia real, por um guia de estradas de ferro portuguesas, por um soneto, pela *Semana Financiera*, pela

forma do queixo de Dom Galo Porririo, por uma bula, pela cabala, pela necromancia, por *Bonjour Tri.stesse*, ou simplesmente ajustando a conduta marítima às animadoras instruções que vêm em toda latinha de pastilhas Valda?

Persio recua horrorizado ante o risco de forçar uma realidade qualquer..”(id. p.53-54)

Os sinais do divino na metafísica heideggeriana parecem corresponder passo a passo à exposição desta espera, que enfim não é espera, porque aboliu as garantias do futuro...

Quanto à *capacidade da morte*, Affonso Romano Sant'Anna escreveu uma crônica intitulada *Viver a vida, organizar a morte* que parece ter sido cunhada sob medida para o esclarecimento. A propósito da morte de um amigo, diz o escritor:

“Há várias formas de morrer. Mas ir-se delicadamente é um refinamento para poucos. A última delicadeza. A mais difícil. A mais solitária.

Eu disse várias formas de morrer, mas deveria escrever de ‘se morrer’ ou de ‘morrer-se’, como se o verbo morrer fosse reflexivo. Eu me morro, tu te morres, ele se morre, nós nos morremos, vós vos morreis, eles se morrem.

Então, ‘morrer-se’ surge como um ato refletido, pensado, a reflexão final no espelho narcísico de cada um.

[...]

Sempre achei que deveria ser assim a morte, as pessoas deveriam se esvanecer. Seria mais prático para todo mundo. Claro que a indústria dos hospitais e cemitérios iria à falência...”(Sant'Anna, 2000).

Nesta mesma crônica o escritor nos remete ao poeta Carlos Drummond de Andrade, que a respeito da morte escreveu:

“ e que a hora esperada não seja vil, manchada de medo, /submissão ou cálculo. Bem sei, um elemento de dor/ rói sua base. Será rígida, sinistra, deserta, /mas não

a quero negando as outras horas, nem as palavras/ ditas antes com voz firme, os pensamentos/ maduramente penados, os atos/ que atrás de si deixaram situações.”(Drumond in Sant'Anna, 2000)

Parece que nas palavras dos escritores se define a capacidade da morte, tal como meditada pelo filósofo, sem qualquer conotação mórbida.

Da essência do homem definida, então, nas quatro situações, resulta que **construir-habitar é igualmente pro-duzir espaço pela execução dos lugares que acercam as coisas, dando o sentido da vizinhança, da proximidade, da distância. As coisas, e não os objetos ou as idéias, são o real.** O homem se realiza em essência quando está-em-si, isto é, quando está ante as coisas que estão-em-si.

2.5 - HORIZONTES DO ESPAÇO-TÉCNICA

Interpelar a relação homem-espaço é, em primeira instância, interpelar a essência do homem. Habitar-construir(cuidar)-produzir-edificar-coligar-acercar-pertencer é atingir a realidade do mundo.

Esta profunda compreensão do *habitar* permite a passagem segura das meditações filosóficas às análises sociológicas³³, na medida em que somos levados a deduzir daí a condição tão afastada da essência em que se encontra o homem neste envolvente compromisso com a tecnologia. Tudo está igualmente próximo e igualmente distante.

³³ Neste caso referimo-nos, é claro, às proposições antes expostas, de Henri Lefebvre.

Tudo está envolvido na homogeneidade do que carece de distância, e no entanto, nada concerne à essência do homem³⁴. Nas palavras do filósofo:

“Todas las distancias, en el tiempo y en el espacio, se encogen. A aquellos lugares para llegar a los cuales el hombre se pasaba semanas o meses viajando se llega ahora en avión en una noche. Aquello de lo que el hombre antes no se enteraba más que pasados unos años, o no se enteraba nunca, lo sabe ahora por la radio, todas las horas, en un abrir y cerrar de ojos. El germinar y el crecimiento de las plantas, algo que permanecía oculto a lo largo de las estaciones, lo muestra ahora el cine como si estuvieran presentes ahora mismo en medio del tráfico urbano de nuestros días. El cine, además, da testimonio de lo que muestra haciendónos ver al mismo tiempo los aparatos que lo captan y el hombre que se sirve de ellos en este trabajo. La cima de esta supresión de toda posibilidad de lejanía la alcanza la televisión, que pronto recorrerá y dominará el ensamblaje entero y el trasiego de las comunicaciones.

El ser humano recorre los más largos trechos en el más breve tiempo. Deja atrás las más largas distancias y, de este modo, pone delante de sí, a una distancia mínima, la totalidad de las cosas.

Ahora bien, esta presurada supresión de las distancias no trae ninguna cercanía; porque la cercanía no consiste en la pequeñez de la distancia. Lo que, desde el punto de vista del trecho que nos separa de ello, se encuentra a una distancia mínima de nosotros – por la imagen que nos proporciona el cine, por el sonido que nos transmite la radio – puede estar lejos de nosotros. Lo que, desde el punto de vista del trecho que nos separa de ello, está a una distancia inabarcable puede estar muy cerca de nosotros. Una distancia pequeña no es ya cercanía.”³⁵ (Heidegger, M., 1994. p.154)

³⁴ Salvar a terra, receber o céu, esperar o divino. estar entre mortais.

³⁵ Um exemplo decisivo da diferença entre curta distância e vizinhança é lembrado por Paul Virilio, quando comenta *Paris, Texas*. o filme de Wim Wenders: “Wenders expressa muito bem o fim dos intervalos que nos separa bem mais do que as grandes distâncias. Se minha amada estiver longe de mim, a dez mil quilômetros, eu irei à sua procura. Se ela estiver do outro lado do espelho de aço, não posso alcançá-la. Trata-se de uma separação na proximidade...”(Virilio, P. in Salles, J.M. e Brissac. N.P.. 1989. P.136)..

A pertinência do homem e das coisas em suas essências não acontece na mediação das *imagens* fabricadas das coisas, ou seja, no domínio virtual. Nada consiste em uma “grande coisa” quando as manifestações não concernem às coisas mesmas e aos homens. Os corpos se desterritorializam a velocidades vertiginosas, sendo transportados de um ponto a outro sem que possam tomar contato com o espaço *entre*,³⁶ sem que possam portanto produzir a dimensão pela qual, mirando acima, ao céu, e abaixo, à terra o homem *mede*, isto *é habita*, isto *é pensa*. O sujeito do ciberespaço frequenta um mundo n-dimensional, mas não o produz nem se produz em qualquer destas dimensões: ele embarca!

A aspiração ideal dos deslocamentos velozes são as superfícies lisas, sem obstáculos e preferencialmente sem atrito – deserto, portanto: vazio, ausência das coisas. O tempo é reduzido ao instante e o fascínio pelas transições aceleradas é manifestado no interesse pelas “fugas” e pela manipulação do *zapping* no controle remoto; a televisão substitui as janelas e esvazia maniacamente o temor provocado pelas alterações de uma natureza que se apresenta hostil: a luz permanente do vídeo oculta os ciclos dia/noite; sol/chuva; luz/sombra:

“O slogan do Concorde é: ‘Apague o Atlântico’. Se eu fizesse um slogan para as tecnologias do tempo real, eu diria: ‘Apague o mundo’... em prol de uma tal proximidade que as trocas entre as pessoas, entre grupos, entre indústrias, nos bastem. E o intervalo passa a ser apenas um terreno baldio, um lugar abandonado,

³⁶ Paul Virilio desenvolve uma preciosa avaliação das transformações pelas quais vem passando o habitat humano. focalizando uma *revolução dos transportes* que se prolonga numa *revolução da informação*. Ao dissertar sobre estas radicais mudanças no cenário da existência o autor aproxima conhecimento de diversas fontes e assim nos faz considerar como dado relevante, por exemplo, o modo como as “condições de conforto” dos aparelhos de projeção na velocidade foram se aperfeiçoando à medida em que estas mesmas velocidades iam alcançando escalas vertiginosas: um passageiro “enganado” por uma imobilidade cada vez maior. à medida em que é projetado a velocidades cada vez mais brutais... É o estado “dromográfico”.

um lugar para os pobres e os deserdados da sorte... Nós vivemos em tempo real, ou seja, a cronogeografia, uma geografia do tempo em que entramos nas casas dos outros. Uma das definições de espaço, que foi esquecida por ser ingênua, quase uma definição de criança é esta: que o espaço é o que impede que tudo ocupe o mesmo lugar. Ora, o espaço que impedia que tudo ocupasse o mesmo lugar não existe mais, na verdade, já que nossa época é aquela em que o tempo real se mostra superior ao espaço real. A era da geografia é a era do espaço real, a era das regiões, do centro e da periferia. Hoje em dia, somos todos hipercentrados, egocentrados, girando em torno de nossas atividades e de nossas técnicas. E o que resta nas margens de tal centralização? Uni mundo que caminha para o no man's land – a terra de ninguém.”(Virilio, P. in Salles, J M. e Brissac Peixoto, N., 1989. p. 136)

Da experiência atual pode-se dizer que ela é experiência do in-distante, e não da vizinhança, do acercamento. Na coligação, o mundo é simples.

“Solo cuando – probablemente de um modo repentino – el mundo, como mundo, baga mundo, resplandecerá el anillo del que la vuelta de la tierra y cielo, divinos y mortales se desanillará entrando en la docilidad de su simplicidad.” (Heidegger, M., 1994, p.159).

O espaço é inseparável da essência do homem, e a indigência do *habitar* revela a insuficiência do *construir*, no duplo sentido de *cuidar* e *edificar*.

A literatura e o cinema nos fornecem muito material para refletir a problemática da essencialidade do espaço, e talvez o filme *Muito Além do Jardim* seja uma das melhores peças para este fim. No filme o herói é um ser “sem história”, que passou toda sua vida nos recintos da casa de um ancião, onde trabalhava de jardineiro. Seus poucos contatos com as pessoas resumiam-se ao patrão e à empregada que servia sua alimentação. Sua relação (!) com o mundo exterior limitava-se ao que acessava na televisão, que assistia

permanentemente, numa insistente mudança de canal. Ao ser lançado para o mundo exterior, a partir da morte do patrão, Chance (o protagonista) não tinha uma imagem de si que o distanciasse do espaço externo para situá-lo “frente” a um outro. Neste caso, numa condição paroxística do *ser*, ele estava inteiramente identificado com o espaço que habitava (cuidava/construía). Ele era mesmo um homem-jardim, que falava exclusivamente a linguagem do espaço. Não havia para ele o conflito instaurado na relação com o *ter* que caracteriza a vida social. Sua linguagem espaço-jardim é surpreendente no contraste com uma sociedade que, por outro lado, se conduz na exaltação paroxística do *ter*. Frente a um homem-essência-espaço, uma sociedade-consumo-tempo. Os dirigentes da era da informática apresentam-se, neste caso, tão profundamente afastados das raízes do ser que sofrem o impacto da linguagem poética que os aproxima da raiz viva de suas existências.

No livro *O Homem e seu espaço vivido*, a psicanalista Gisela Pankow (1988) faz uma leitura desta peça, como parte das análises a respeito do “homem dissociado e seu corpo vivido”. Para Pankow, enquanto o tempo se relaciona à dimensão pulsional da libido, portanto ao aspecto possessivo da experiência, é o espaço que nos coloca frente ao ser e portanto na dimensão de um corpo que se sente seguro porque inteiramente relacionado ao seu lugar.

As análises psicanalíticas e sociológicas não se excluem, quando o enfoque é colocado na vida cotidiana. O desejo, individual, quando capturado pelas malhas de uma sociedade que o substitui por um conjunto de necessidades e satisfações geradas fora do contato com as coisas, inclusive o corpo próprio, se transforma em “motivação” e se oferece, alienado, à voracidade dos dispositivos de dominação.

“É na cotidianeidade organizada que o prazer foi transformado em satisfação, que a felicidade se reduz a um encadeamento de saturações, que o desejo se tornou necessidade controlada... Os lazeres programados não saem do âmbito do cotidiano. Uma ruptura fictícia (imaginária-simbólica) entre o lazer e a cotidianeidade faz parte da disposição prévia dos lazeres e oculta a unidade do ‘sistema’. Também esses lazeres satisfazem necessidades. Ora, o que é a satisfação? A morte momentânea do desejo, estado eufórico que sucede o estado de insatisfação. O desejo só pode sobreviver aquém das satisfações e além das insatisfações, como doença, como espera. O mal-estar se prolonga sob o bem-estar, e a esperança sob o conforto.

Empregando a terminologia freudiana, na cotidianeidade funciona o ‘princípio de realidade’ contra o princípio de prazer. E aí (ou antes aqui) que se faz presente o mecanismo de repressão que deixa passar apenas aquilo que o ‘sistema’ admite. Por conseguinte é aqui que se efetua a pseudo realização do desejo, através de seu disfarce, apesar da repressão, através de um salto para o imaginário (social). Salto inconsciente, travessia da passagem que parece se abrir e logo se fecha, salto ilusório preparado pelo uso e abuso dos signos e significações.

É portanto ‘aqui’- neste nível – que se deve retomar o projeto de libertação das possibilidades sufocadas.”(Lefebvre, H. 1969, p. 30).

Um paradoxo toma conta do raciocínio: poder para os que estão na Rede³⁷, exclusão do poder para os que estão fora da Rede; por outro lado, subtração total do poder de quem está na Rede: a transposição da experiência para o plano virtual desinstala o desejo e constrói uma trama de necessidades completamente alheias e cada vez mais espúrias

³⁷ Na comunicação entre os usuários das tecnologias de tele-comunicação, a INTERNET é simplesmente referida como a “Rede. Estar na Rede significa estar *on line*. conectado.

Uma passagem em que Lefebvre (1969) analisa a invasão do objeto técnico no cotidiano e eloqüente e insubstituível:

“Com efeito, para muitas pessoas, o novo na vida moderna identifica-se com a tecnicidade. Os objetos técnicos, simples motocicleta, máquina IBM, foguete interplanetário, *interessam* apaixonadamente, eles trazem gozos e provocam sensações inéditas, tanto pelo seu funcionamento cientificamente conhecido como pelo seu uso empírico. Acaricia-se o dispositivo: brinca-se com a força e a potência materiais que assumem uma imagem espiritualizada pelo conhecimento. Por essa sensibilidade técnica, o natural e o cultural cessam de se opôr. A tecnicidade traz uma nova dimensão. Uma segunda natureza, penetra-a, recobre-a, reveste-a. Nessa dupla natureza, o homem individual e social pode satisfazer-se; trabalho e gozo, no limite, coincidiram. Nesse sentido, até um certo ponto, a tecnicidade não exclui todo o humanismo. Ela pode não ser necessariamente a potência gelada, catastroficamente ‘reificante’, de que se amedrontam alguns pensadores...

De onde pode vir a decepção? De que o interesse técnico, como todo interesse, esgota-se rapidamente. Desde que o funcionamento de um objeto técnico é conhecido e o manejo dos dispositivos adquiridos, a atenção diminui. É preciso achar outra coisa. A sensibilidade técnica tem necessidade para se manter de um progresso técnico sempre acelerado. Inversamente, o progresso técnico acelerado destrói e enerva sem parar o interesse técnico; ele contribui para esse destino, ele vai na dianteira sem saber para onde ele vai, e não tem necessidade de saber. O prazer da técnica não tem mais grande relação com a cultura, ainda que possa considerá-lo como um fato cultural moderno.

[...]

No fetichismo da tecnicidade, a técnica funciona efetivamente à maneira de uma natureza. Cego, diante do destino da técnica, sem inquietação diante da potência dos ‘dispositivos’, o indivíduo moderno goza sua impotência e sua cegueira como o primitivo diante dos símbolos do mundo. A sensibilidade técnica aceita, como um

avanço ilusório e devorador para a individualidade que ela parece exaltar, a potência fetichizada do objeto técnico e dos ‘dispositivos’ englobando os seres humanos.../O homem faz-se fraco e sente-se fraco; ele goza sua fraqueza desarmada diante da segunda natureza, que lhe inspira um sentimento religioso de receio e de admiração.” (Lefebvre, H., 1969. p.106-107)

Entre os objetos técnicos que penetraram o cotidiano e adquiriram uma significação e um sentido que ultrapassam em muito sua utilidade, Lefebvre presta especial atenção ao “culto” do automóvel, transformado ele mesmo em espaço, o espaço-carro, investido de uma capacidade imensurável de absorver as forças desejanças que conduziriam aos espaços de *habitação-construção-cuidado (cultivo)*. O automóvel se apresenta como uma espécie de precursor deste espaço-outro para o qual o real se transfere inteiro:

“nesta sociedade em que a coisa tem mais importância que o homem, existe um objeto-rei, um objeto-piloto: o automóvel. Nossa sociedade, dita industrial, ou tecnicista, possui esse símbolo, coisa dotada de prestígio e de poder. A ditadura do carro, isto é, dos lobbies (grupos de pressão) que desviam as decisões econômicas e a opinião dita pública conforme seus interesses, essa ditadura é absurda. A técnica já permite (já teria permitido há muito tempo atrás, se tivesse sido racionalmente orientada) a construção de veículos mais perfeitos que o veículo de quatro rodas, como o autocraft (sobre colchões de ar), por exemplo, ou os helicópteros de diversos tipos. Multiplica-se na carroceria dos carros os signos da técnica a fim de ocultar a indigência técnica: cromados, aletas, linhas aerodinâmicas. O absurdo transparece; os carros americanos, capazes de desenvolver consideráveis velocidades num país em que a velocidade é severamente limitada, cobrem-se com esses signos da velocidade. A irracionalidade vai mais longe...

O automóvel entra numa estrutura hierárquica composta de sutis diferenças: do

carro pequeno ao grande, do carro cuidado e ‘bem acabado’ ao carro rústico, do carro banal ao carro personalizado. Esta hierarquia corresponde à hierarquia social, exprime-a e reage sobre ela. O carro é ‘estruturado-estruturante’. Tem suas razões que a razão desconhece: razões de Estado, razões econômicas, razões sociológicas. [...] Esse bem de consumo dito ‘durável’ se deprecia com uma velocidade extraordinária; acontece que os fabricantes aceleram essa depreciação. O objeto-rei, a coisa-piloto se destrói a si mesma...” (Lefebvre, H 1969, p. 13)

Desde que Lefebvre escreveu esta passagem até hoje, o valor do automóvel seguiu sendo cada vez mais investido dessas significações que ele já anunciava; seu “valor simbólico”, ou melhor, sua constituição enquanto espaço de isolamento e solipsismo, superpondo-se a qualquer vivência das especificidades dos lugares, atingiu dimensões que parecem paroxísticas, diante de um olhar crítico: nos grandes painéis publicitários o “carro” é soberano absoluto. É um primeiro espaço de imersão, tal como desenvolvido depois pela cibernética. Desde seu interior a paisagem externa é apenas traço, pista, obstáculo – o automóvel se basta!

Em contrapartida, ao fascínio da técnica corresponde a grande ilusão de retorno à natureza, como se houvera uma, e que aparece representada nas indústrias do lazer, relacionadas cada vez mais ao turismo, qualificado de “turismo ecológico”, “turismo rural”, “turismo alternativo”. Várias elaborações têm sido feitas, tanto na exaltação desta forma de “buscar prazer”, quanto em sua crítica. Mais uma vez é Lefebvre quem pode se pronunciar quanto à questão. Entremeando o texto anterior, onde ele indica os aspectos da Vida Nova prometida pela modernidade no domínio da tecnologia, há passagens em que ele aponta a fuga para a natureza que lhe é correlata, como a outra cara da mesma moeda:

“A procura da vida nova toma, então, uma forma oposta: fuga diante da tecnicidade, evasão, volta à pura natureza, tão ‘pura’, tão bruta quanto possível. As pessoas agrupam-se... ou, ao contrário, isolam-se para tentar a evasão. Elas se perdem, e imergem na luz, no calor, no frio, na água ou no ar. Tentam recriar-se criando um outro mundo, ou atingindo-a com risco de vida. O mundo ‘em si’ seria o verdadeiro. A idéia mítica ou simbólica, como se quiser, e isso com meios modernos: transportes rápidos, material aperfeiçoado. A ruptura entre o social e o extra-social (ou a sociedade ‘outra’ e nova, a dos lazeres) organiza-se socialmente, e comercializa-se.” (Lefebvre, H., 1969. p.107)

Em torno desta problemática não há conclusões que conduzam a algum absoluto. O dinamismo das forças sociais no momento atual forma desenhos complexos, onde as várias direções do poder se tocam muitas vezes. De um lado, o retorno à natureza aparece como perspectiva reacionária, portadora de uma nostalgia latente, ideologia preservacionista. Mas esta proposta tem também fortes tangências com a perspectiva revolucionária utópica que desde Jean-Jacques Rousseau proclama a reunião da Natureza e da Idéia, da espontaneidade e da criação, do mundo humano e extra-humano. Embora importante, esta problemática não nos imobiliza no momento, porque parece que uma questão que se impõe com mais força ainda é a de saber quanto é possível conceber a transformação social global: “modalidades eventuais da alienação e da desalienação? Produção e produtividade sem limites? conquista da terra e do espaço sideral? Gôzo novo, material ou estético da terra? Lazer ilimitado, não trabalho? Nós não sabemos como representar este futuro e como optar entre as possibilidades. No entanto, nós sabemos claramente que é preciso optar!”(Lefebvre, 1969. P 110)

Se a dominação se desdobra fibra por fibra nos atos, gestos, percursos e escolhas cotidianas (formando a rede dos micropoderes) é também aí então que a mudança do jogo

pode ser concebida, e certamente esta mudança não se realiza no modo como a recuperação da “natureza” é apresentada na estrutura de lazeres decorrentes da promessa da vida nova:

“A decupagem ‘quotidianidade-distração’, precisamente, faz parte da disposição do cotidiano que tende a mantê-lo num espaço de sujeição e de exploração. A ruptura ‘quotidianidade-lazer’ é ideológica. Isso significa que o domingo, assim como a segunda-feira faz parte da semana (...), que o **camping** e o **caravaning** veiculam a quotianeidade sem a transformar? Não só isso. Uma ideologia da natureza transparece, mal dissimulada, na publicidade dos clubes e estações de veraneio. Esta ideologia se alimenta de todas as nostalgias, a do passado, da vida espontânea, a da cidade pequena e da cidade antiga. A natureza reencontrada poria fim às tensões insuportáveis, às rivalidades, às relações de classe, às alienações, ao dinheiro, à política. Romper com a ‘vida fictícia’, isto é, com o cotidiano, partir, ver o mar e a montanha, os jogos e os folguedos ao sol, isso é que é saúde. Esta ideologia oferece a miragem do ‘conteúdo’ oposto às formas da facticidade. A partida, a ruptura do cotidiano, as ‘férias’ não trariam apenas a ‘descontração’ de que tanto se fala, mas a vida verdadeira e a verdade da vida.

A verdade é que os lazeres prolongam o cotidiano dentro dos mesmos contextos sociais.” (Lefebvre, H., 1969, p.32)

Uma das perspectivas mais caras, entre aqueles que reivindicam o retorno à natureza como forma de descondicionar a submissão à técnica, consiste na recuperação ou produção do espaço-paisagem. Habitar a paisagem seria o modo transformador de produzir espaço, coerentemente com as exigências de liberação dos desejos e reencontro com a dimensão mais essencial do ser. Há, no entanto, inúmeras possibilidades de

compreensão a respeito do que seja a paisagem³⁸ e a expressão *habitar a paisagem* não é suficiente, porque também se pode conceber a ‘paisagem eletrônica’ e, aliás, isto é cada vez mais enunciado.

Então, mesmo na perspectiva de um paisagismo que sem dúvida pode nos dirigir a um processo criativo, a saída ainda não foi formulada, e é necessário seguir imaginando possibilidades de apropriação crítica do cotidiano, na produção de espaços de liberação e inclusão. A imaginação material nos conduz, assim, de volta, à possibilidade de seguir desenhando o *Sertão (da Parahyba)*.

2.6 - NAS MALHAS DA REDE E NAS LINHAS DE FUGA

Eu sertanejo, tu sertanejas, eles sertanejam.

Em cinco de dezembro de 2000 participamos do I Seminário da História e Patrimônio do Sertão da Parahyba, promovido pelo Instituto Cultural Barão de Piabanha, do município de Levy Gasparian, contíguo aos municípios de Paraíba do Sul e Três Rios, e bem próximo da divisa do estado do Rio de Janeiro com o estado de Minas Gerais.

O seminário foi organizado sob a influência direta do Instituto Histórico e Geográfico de Paraíba do Sul, que na figura do jornalista e historiador Arnaud Pierre tem se empenhado firmemente na demarcação e recuperação de uma identidade cultural ligada às primeiras ocupações da extensa faixa territorial da antiga Fazenda da Parahyba, de Garcia Rodrigues Paes.

³⁸ Para não interromper nossa seqüência teórica, apresentamos em anexo um breve ensaio que produzimos a propósito das relações território e paisagem, dada a relevância deste tema no campo específico em que se realiza nosso estudo.

O movimento de reordenação territorial está em andamento principalmente nos municípios que se localizam entre o remanso do rio Paraíba, na cidade de Paraíba do Sul, e o estado de Minas Gerais. Em nosso território de pesquisa-ação, na margem Leste do mesmo rio, pouco se sabe a respeito deste movimento, havendo apenas algumas incipientes iniciativas de forjar roteiros “turísticos” cobrindo a área geográfica que permite passar de Paraíba do Sul ao Alto Santana. Neste sentido, nosso trabalho, e da equipe com a qual pesquisamos, constitui uma exceção, e este foi o motivo de termos sido convidados para o Encontro.

A reunião de pesquisadores, ligados aos órgãos públicos Federais (Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), estaduais (Arquivo Público do Estado) e municipais (secretarias de educação, turismo e cultura) e à iniciativa privada (Fazenda São Fernando e Fazenda Igapira) foi cenário para polêmicas importantes que nos permitem avançar a reflexão sobre nosso campo de pesquisa, e pensar sobre as racionalidades em jogo, a partir do ponto em que focalizamos uma problemática regional.

Duas polêmicas convém serem realçadas, porque se relacionam às perspectivas de construção do espaço-tempo, segundo um dos níveis de análise apontados por Henri Lefebvre: em primeiro lugar, uma intensa discussão entre arquitetos e historiadores, a respeito dos critérios para proceder ao tombamento dos bens arquitetônicos; depois, como consequência desta discussão, um outro debate, igualmente acalorado, a respeito da responsabilidade dos diversos órgãos públicos na questão da conservação patrimonial.

Quanto à primeira questão, o principal problema consiste em saber “o quê” exatamente constitui uma obra de valor.

Os arquitetos contemplam um conjunto de critérios, baseados nas sistematizações relativas às linguagens arquitetônicas, de tal modo que uma obra é considerada importante o suficiente quando pode ser avaliada como um exemplar autêntico e íntegro de uma certa linguagem, historicamente datada e canonicamente descrita; é evidente que poucas obras podem satisfazer a estes critérios, ainda mais numa situação em que o período áureo da história regional coincide com um momento da história colonial de raro registro nos compêndios de arquitetura – a história na colônia, na altura dos séculos XVI e XVII, era palco de experimentações construtivas que ainda não foram reunidas na visibilidade de um conjunto coerente, ou seja, de uma linguagem... Alguma sistematização é feita desta época, correspondente à importante apresentação da *'asa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, mas esta é uma descrição ainda muito centrada nas experiências nordestinas, com certa representação no Sudeste, porém de rara presença no “interior do mato”(Gilberto Gil).

Ao privilegiar tais critérios, os arquitetos expõem-se à crítica de Lefebvre a respeito das proposições do Nível Global da urbanização, quando a edificação de monumentos públicos segue uma lógica fabricada fora da experiência local e representa uma força de opressão para aqueles que efetivamente utilizam ou deveriam utilizar as instalações. Mais importante ainda, é que este desenho externo do possível patrimônio histórico regional faz ponto cego das mais significativas expressões locais, excluindo da pauta de conservação e preservação certas referências que, por outro lado, constituem situações de maior relevo desde a realidade própria e singular de cada localidade.

Em relação à área que estudamos, e a partir da qual colocamos em perspectiva um processo de reordenação territorial, a história oficial vem sendo recuperada com ênfase

nas Fazendas de Café, e por isso a sede regional do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) está situada no município de Vassouras, mais próximo da região paulista para onde a rubiácea se estendeu.

Contra o critério adotado pelos arquitetos do IPHAN erguem-se os historiadores, que o acusam de “estetizante”, e reivindicam a possibilidade de resguardar da destruição maciça os “pontos” de importância simbólica por servirem de referência icônica nas grandes narrativas dos textos históricos: assim, por exemplo, os lugares do *Sertão da Parahyba* por onde teria passado o corpo esquartejado de Tiradentes seriam ícones a serem preservados, ainda que sinalizados apenas por uma cruz de madeira.

Os assinalamentos feitos pelos historiadores parecem atender mais de perto às vivências locais, e seus objetivos pretendem levar em consideração uma pauta ética, na medida em que os argumentos se baseiam na necessidade de um povo contar sua história para situar-se frente ao mundo.

Malgrado suas boas intenções, na disputa por estabelecer critérios também os historiadores acabam por definir desenhos exógenos às experiências dos “usuários”, uma vez que os grandes feitos da história nem sempre cruzaram o lugar com a mesma magnificência imaginada pelos narradores, e a memória, se transformada em paixão, pode representar um obstáculo indesejável para os anseios construtivos que atravessam um lugar, na perspectiva de criação de espaços novos.

A polêmica entre arquitetos e historiadores abriu uma discussão a respeito das responsabilidades relativas dos órgãos federais e municipais, na questão da conservação; neste caso, as forças políticas municipais, interessadas na preservação patrimonial, manifestaram a necessidade de contar com o reforço dos órgãos federais principalmente

nos processos de “tombamento”, uma vez que pretendem que seu trabalho tenha uma estabilidade que os coloque fora das marés cambiantes dos poderes locais, com o constante rearranjo das figuras dominantes no nível municipal. Por outro lado, os representantes dos órgãos federais insistem em considerar valores em escalas mais amplas, o que deixa os municípios bastante pauperizados de obras a serem valorizadas.

Neste ponto é possível interceptar os argumentos em curso, com o instrumental da crítica. o processo de urbanização concebido nas diversas instâncias em questão nada tem a ver com a pretendida *Revolução Urbana*, embora aqui se esteja diante de uma reflexão importante a respeito do planejamento do espaço, e das articulações espaço-tempo; inquestionavelmente os atores envolvidos na discussão podem ser vistos como representantes de uma consciência crítica, porém os limites desta consciência esbarram nos interesses de grupos restritos, impedindo que a problemática chegue ao nível coletivo, desde onde uma diferença real poderia surgir.

A dinâmica do Encontro tornou evidente dois aspectos: em primeiro lugar, que a multiplicação das racionalidades, ainda que baseadas em critérios cientificistas, acaba transbordando em um contexto de graves irracionalidades (a arquitetura, a história e a administração pública figuram neste quadro de análise como construções “racionais” e a disputa pela última palavra demonstra a irracionalidade na impossibilidade de um acordo).

Em segundo lugar, os dois grandes dispositivos em luta, o domínio arquitetônico e o domínio histórico, se inscrevem do mesmo lado de outro combate, com o domínio propriamente urbano, que permitiria realçar uma realidade local e trabalhar a partir dela. Um “urbanismo” comprometido exclusivamente com o avanço das formações capitalistas, guardando as segmentações já presentes na sociedade, faz com que a planificação em

curso não faça caso dos agenciamentos coletivos, sendo preferencialmente estabelecida na esfera dos gabinetes, seja de arquitetos ou de historiadores.

Já tivemos a oportunidade de dizer, na primeira parte deste trabalho, que a Internet não é uma figura completamente ausente do *Sertão da Parahyba*, e pelo menos um dos municípios envolvidos na composição espacial que estamos experimentando já possui sua *home-page*. Pois é justamente a existência destas redes de transmissão à distância que parecia ecoar no Seminário: em última instância, a maior parte dos pronunciamentos visavam chegar a estabelecer “quais as possibilidades” de se passar a “ser notícia” (não por acaso o seminário foi objeto de transmissão pela TV RioSul-subsidiária local da TV Globo) desde a afirmação de uma “outra” identidade cultural, definida em confronto com a imagem de pobreza e indigência das representações ligadas ao *Sertão*.

O preenchimento das figuras do “belo” e do “heróico” neste caso obliteram completamente seus respectivos opostos, o “feio” e o “trivial”, e de todo lado salta uma “realidade virtual” digna de inscrição nas malhas do mundo cibernético desde seu melhor aspecto, e apta ela mesma a transformar-se em experiência de “imersão”, capaz de apresentar imagens originais, remetendo, quem sabe, a ficções dignas de atravessar o túnel do tempo: paradigmática neste caso foi a apresentação de pesquisadores do Museu Imperial de Petrópolis que praticam a educação patrimonial através de uma técnica de reconstrução/simulação de Saraus do Período Imperial, com atores vestidos de Reis e Rainhas e visitantes convidados a participar de conversas de salão... A possibilidade de reviver a vida cortesã é naturalmente apresentada como fonte de imensa satisfação; até o ponto em que acompanhamos o relato da experiência, nenhum esboço de crítica ao luxo

palaciano foi formulado na ocasião – certamente que tal pronunciamento “quebraria o encanto” da situação!

Além da proposta de “museificação” de boa parte do patrimônio identificado, tanto por historiadores quanto por arquitetos, a idéia de formar “nichos de experiências épicas” nas antigas instalações é quase uma febre no processo de reapropriação dos espaços por parte do capital ligado aos empreendimentos turísticos – algumas situações beiram o grotesco quando se oferece como atração, por exemplo, a reprodução de um “café colonial”, onde mulheres negras “se passam por escravas” de “visitantes que se passam por senhores” (o serviço oferecido é absolutamente real!).

Sem pretender esvaziar de qualquer sentido construtivo/criativo o trabalho dos pesquisadores, precisamos no entanto colocar em evidência um tipo de manifestação que parece corresponder passo a passo aos processos de homogeneização cultural da “globalização”, tal como apresentados e analisados nas seções anteriores. Os agentes até então envolvidos na reordenação territorial do *Sertão da Parahyba* conseguiram levantar as possibilidades e apontar as identidades culturais em curso, segundo a lógica que convém aos dispositivos já constituídos no corpo social – prevê-se aí apenas uma reapropriação dos lugares para uma nova inscrição no Capital, desta vez trazendo vantagens para “alguns” dos até então excluídos; não se tratou até aqui de uma alteração substantiva da lógica de exclusão: o principal horizonte é o turismo “cultural”, baseado portanto na gestão, quase sempre privada, dos bens culturais.

O apego a esta lógica contamina até algumas atividades que poderiam parecer, a princípio, imunes a ela. É assim que os pesquisadores, mesmo acadêmicos, mais identificados com as “regiões”, torcem alguns achados de campo para situá-los em suas

respectivas áreas de influência. Hoje uma intensa disputa é travada por vários pesquisadores para definir o traçado preciso do Caminho do Ouro, que mencionamos na primeira parte do trabalho. Em nossas avaliações, este “caminho” é formado na verdade por “vários caminhos”, porque a passagem das tropas de mulas implica uma certa aleatoriedade, com as alterações sazonais, o uso constante sem trabalho de recuperação, etc. Ha variantes que receberam denominações próprias, mas cada um de nós que pesquisa neste campo é levado pela tentação de insistir na afirmação de que o “verdadeiro” caminho é bem “aqui” onde cada um se encontra – este dado parece dar um relevo especial ao trabalho.

É bastante fácil entender a avidez com que somos conduzidos à possibilidade de inserir o local pesquisado na ampla rede de comunicações que cobre o Planeta – isto é sempre sintomático de um avanço progressivo, que pode propiciar a entrada na Grande Cena virtual.

É sabido que o imaginário da rede alimenta-se das diferenças, ao mesmo tempo em que pasteuriza, homogeneizando, os modos de vida que um dia deram origem a estas mesmas diferenças. Aos “15 minutos de fama” preconizados por Andy Warhol como signo da modernidade, talvez corresponda agora “um *site* de referência” - cada um doravante deve ter a possibilidade de ser localizado pelo menos uma vez, através de uma só pesquisa na rede Internacional de Computadores - e os mais bem situados são aqueles aos quais se chega através de vários *links*.

Como não ser tentado então a inscrever-se nesta fecunda rede de ligações acionada pelo termo “sertão”? Em nossa busca, a 18 de dezembro de 2000, através do sistema Yahoo, localizamos 431 *sites*. As regiões outrora abandonadas são revitalizadas pela

frequência de pessoas que buscam o “exótico”, e os sertões oferecem esta possibilidade; os ícones históricos apresentam este fascínio – enojado da vida urbana, que já devorou fartamente, o Capital vem buscar no interior alimentos exóticos, de raro sabor, para seguir se refastelando, com a avidez que lhe é própria.

Desde o momento em que iniciamos a pesquisa (março/1998) até agora (dezembro/2000), a região que cartografamos vem ganhando visibilidade graças ao intenso investimento publicitário sobre a re-descoberta do Caminho Novo, mas isso em nada tem correspondido à leitura crítica/ambiental que pretendemos viabilizar.

Longe de restaurar as redes históricas de solidariedades locais, e de construir possibilidades alternativas à entrada dos eixos de “urbanização” cujas vicissitudes já conhecemos, as perspectivas criadas apenas repetem os equívocos cometidos em momentos anteriores. Os percursos pavimentados, por exemplo, são aqueles que facilitam a transposição de um “ponto” turístico a outro, e não aqueles que poderiam servir aos maiores interesses das populações locais. O material utilizado na pavimentação é o asfalto, que já se mostrou absolutamente inconveniente desde vários critérios avaliativos, dos quais citamos apenas dois: realizado num regime de custos minimais, o asfalto é aplicado sobre um solo argiloso, sem que este receba um tratamento especial; em pouco tempo de uso o revestimento cede e forma buracos mais difíceis de transpor do que o próprio piso de terra; este assunto é sempre adiado para as administrações públicas seguintes, que por sua vez seguem fazendo concessões às mesmas empresas de construção... Quando acontece do piso ser bem aplicado, o terreno sofre uma impermeabilização radical, que faz com que a água da chuva escorra para as laterais, provocando erosões em outros pontos do terreno.

O capital ligado ao turismo parece penetrar na região do mesmo modo como aconteceu com os outros investimentos cíclicos – a cana, o ouro, o café. Uma enorme voracidade sobre os bens consumíveis e uma quase total indiferença à capacidade de produção e reprodução das dimensões bio-sócio-culturais que caracterizam um presente local.

O *Sertão*, quando capturado nas redes da comunicação global, parece inclinar-se ante a possibilidade de ser reconjogado em vários desenhos abstratos feitos para “inglês ver”, ou teatralizar a peça cujo texto monotemático consiste em “entrar, ver e sair”. Nos dois casos a maior probabilidade é a de uma banalização que neutraliza as diferenças das referências originais e faz surgir uma mesma figura insistentemente repetida, até vir a ser eliminada.

Ironicamente, os sítios da Internet localizados a partir da palavra-chave “sertão”, abundam de referências a Guimarães Rosa, justamente o autor que descreve a mais íntima e cálida relação com as coisas mesmas.

Da experiência de “sertanejar”, numa dimensão de vivência do espaço capaz de romper com a esterilidade das visões cotidianas, nos dá um grande exemplo a apresentação de *Surumin*, um riachinho, feita pelo escritor:

“Só a vocês eu vou contar o riachinho Surimim.

Ele é só ali, não é de mais ninguém. Em uma porção de grotinhas, ele vai nascendo. São muitos olhos d'água, de toda espécie, um brota naquela pedreira, que tem atrás da casa do Pedro. Na grotta onde tem uma pedra grande, cortada pelo meio, e aí as abelhas aproveitaram uma festa e fizeram casa dentro. Ali é a nascente mais alta, e uma das grandes. Ele nasce junto com o mel das abelhas.

A pedra é de blocos quadrados, bonitos, ela é toda dura, toda reta, entre árvores um pouquinho da mata, que ficou. Pedra mais alta que esta casa. Em cima, cheia de cactos, debaixo, forma-se uma lapinha que entrou o tatu que o Pedro caçou; no meio, a fenda horizontal, dentro dela se instalou o enxame de abelhas oropa, que fugiu da casa de alguém. Uma abelha picou o Maninho, que então meteu a foice ali, colheu. Inácio coou o mel. Ali não dá formiga. Ali é uma noruega: todo este grotão, a matinha, a pedra; até a casa do Pedro. As abelhas estão lá. O mel também mereja, daquela pedra, junto do lugar que nasce a água. A água vem descendo a pedra, pela face da pedra Ele nasce ali, é mais um molhado na pedra. Só uns fiapos d'água que correm pela pedra.

Simple, sem-par, águas fadadas – e inegável a um meio-amendoim. De amor um mississipinho, tão sem fim. Ele já é o Surimim.” (Guimarães Rosa, 1983. p.28)

A experiência do sertão transmitida por Guimarães Rosa é o que parece não caber nos circuitos eletrônicos, porque reflete uma poética que é estranha ao tipo de contato viabilizado no domínio virtual.

Por mais que tentem capturar uma realidade concreta e reproduzi-la com fidelidade, as imagens na Rede estão sujeitas a contornos que impedem a fluência do olhar, e dos sentidos de um modo geral, em direção ao raramente visto ou raramente apreendido. Nos condicionamentos percepto-cognitivos formados pela constante interação com as paisagens áudio-visuais da telemática, as possíveis nuances do real também são obnubiladas, a favor de estereótipos que embelezam porém distanciam da infinidade de “perspectivações” possíveis.

Nas travessias de sua terra natal, os sertões das Minas Gerais, Guimarães Rosa medita e conclui:

"Era um grande jardim abandonado.
Seu fundo vinha com as árvores.
Seu fim, o muro, musgoengo.

O jardim, quase um oceano. A verdidão
arregalava olhos e aves. As outras árvores
no enorme crescer: o inconscicioso.

Antes a vida, ávida. A vida, o verde.
Verdeja e vive até o ar, que colibri chamusca.
O mais é a mágica tranquilização,
Mansão de mistério.
Estância de doçura e desordem.

(Guimarães Rosa, 1983)

Também é estetizante a perspectiva do poeta a respeito dos sertões, mas tem a propriedade de nos remeter às dimensões da paisagem que estão completamente ausentes na perspectiva quer dos arquitetos, quer dos historiadores.

Ao destacar o *Sertão da Parahyba* como unidade analítico/construtiva que nos permite ampliar a problemática inicial de nosso trabalho, qual seja, o decrescente volume das águas de um rio muito particular, compreendemos que esta é a maneira de implodir as fragmentações impostas por dispositivos de poder que operam disjunções territoriais cada vez mais acentuadas. A perspectiva que fazemos da região leva em consideração uma sintaxe ambiental que pretende estabelecer um contínuo territorializante para uma força de reapropriação dos valores de uma coletividade tão abrangente quanto possível... Não é o caso, desde nosso posicionamento, de “focalizar” uma região apenas para transformá-la

no solo fecundo da emergência de sinais dispersos de uma cultura em decomposição, e sua recaptura nos eixos de expropriação das experiências singulares aí enraizadas.

Por isso aproximamos de nosso trabalho as leituras de Guimarães Rosa – um sertanejo/sertanista que prestou atenção aos detalhes da interação entre os seres, e propôs, nas entrelinhas filosóficas de suas obras, uma nova ontologia da relação natureza-cultura.

O *Sertão da Parahyba* aparece em nosso trabalho, muito menos como um significado a ser recuperado e reproduzido desde a ilusão de uma possível reconstituição do passado (ou, mais grave ainda, re-apresentação do passado) e muito mais como um domínio cujos fracos índices de “urbanização”, segundo a lógica que prevaleceu até então nos grandes aglomerados metropolitanos, permitem, ou exigem, a construção de outros sentidos no estabelecimento de matrizes espaciais. Uma perspectiva original de espacialização pode surgir desde novos agenciamentos coletivos orientados para o devir habitar-construir-cultivar-pensar. Um espaço a ser ainda “imaginado”, lançando mão, é claro, dos eventos construtivos do passado cujos vestígios são visíveis e tangenciáveis, porém admitindo que o presente também se projete em um futuro pretendido, de criações e novas realizações. Quem sabe aquele domínio onde a técnica seja desenvolvida na relação direta com os problemas que se apresentem em cada ocasião.

Do monjolo aos engenhos, às usinas, às represas, cada fio d'água que contribuía com sua energia para alimentar processos vitais no campo foi capturado para formar reservas cada vez maiores. As minas, os brotos d'água, as pequenas nascentes, a vegetação “espontânea” que alinhavava os espaços intersticiais por onde a água fluía, o alimento dos lençóis freáticos, enfim, alguma consistência das camadas arqueológicas, tudo desapareceu. A errância das redes capilares de irrigação foi substituída pelo traços

retilíneos das drenagens. Os cursos d'água formaram bacias, até que hoje pensamos separadamente a “bacia hidrográfica do Paraíba do Sul” e a “bacia hidrográfica do Guandu” – os mapas geográficos apresentam minúsculas linhas, geralmente traçadas em azul, para informar as “bacias” e entre os cursos d'água é como se água não existisse.

“Enquanto isso, muito desajeitadamente ia o Maneta escavando o cocho (1- parte trazeira do monjolo, que recebe a água) a machado e enxó. Depois rasgou as furas da haste (2- madeiro comprido que constitui a parte principal do monjolo) e afeiçãoou a munheca (3- mão do monjolo que serve para pilar). Prontas que foram atacou o pilão (4- recipiente de madeira (tronco escavado) que recebe o milho a ser pilado). Escava que escava, em três dias pô-lo de banda, concluso. Restava somente aparelhar a “virgem” (5 – peça em cuja forquilha gira a haste).

[...]

Dois dias depois, bem fincado, bem socado o pilão, o monjolo recebeu água. Aberta a bica, um jorro d'enxurro espumou no cocho, encheu-o, desbordou para o “inferno” (lugar onde a água que move o monjolo despeja, depois de enchido o solo). A engenhoca gemeu na virgem e alçou o pescoço. O cocho despejou a aguaceira – chóó! A munheca bateu firme no pilão – pan!

Monteiro Lobato - Urupês

Os monjolos, uma criação técnica cuja poética tem sido exaltada por artistas e escritores, talvez possam servir de emblema ou signo a um processo de reordenação territorial que não deve se orientar necessariamente pelos “monumentos”, as “grandes

vias”, os “magníficos projetos” - se é possível redefinir nossas experiências para conseguir mudar a vida em alguma dimensão, é necessário e suficiente apenas recolocar em perspectiva aqueles pedaços de mundo que ficaram “entre” os grandes edifícios da modernidade: construções abandonadas, terrenos baldios, áreas desmatadas, vegetação queimada.

O Rio Santana apareceu pela primeira vez em nossa pesquisa como braço do Rio Guandu, em sua estreita relação com as necessidades urgentes da população do Rio de Janeiro. Em seguida pudemos vislumbrá-lo na composição de um contorno regional que trazia à cena um outro rio, tão importante na geopolítica ambiental quanto o Rio Guandu, o Rio Paraíba do Sul. E agora finalmente podemos localizá-lo na fina trama de riachinhos que compõem o cenário ambiental de um futuro possível. O esgotamento do Rio Santana é tanto uma conseqüência do enorme sistema de evacuação de suas águas, quanto, ou até mais, da imensa carência em seu sistema de alimentação.

O esforço de alinhavar o espaço que vai de um ponto a outro de um território partido por várias fronteiras administrativas é apenas uma das possibilidades em um conjunto de Possíveis.

Convém modificar a vida?

2.7 - SER(TÃO) SEM FIM - Iconografia

A pretensão de estabelecer um desenho regional implica no envolvimento com diferentes dispositivos no campo do conhecimento. Um dos grandes desafios consiste em passar para o registro da cognição uma dimensão da realidade que se organiza no plano senso-perceptivo e cuja inscrição nas referências analíticas a esvazia, pasteuriza, neutraliza e eventualmente, anula.

Formamos a idéia de um lugar quando passamos por ele desfrutando todas as nuances do “concreto”, captando suas formas, odores, texturas. Somente deste modo podemos fazer a crítica dos estereótipos que condicionam nossas relações e conseqüente espacializações: assim, por exemplo, se o que é “lento” nos parece ruim, é porque perdemos a *experiência* da “lentidão”; quando apreciamos o perfil urbano das metrópoles mais habitadas, esquecemos os esgotos e os gases que estamos respirando simultaneamente; de muitos modos abandonamos os signos das construções subjetivas e permanecemos na frieza da análise.

Para um trabalho que se pretende também utópico, a perda da temperatura introduzida no contato com o real acarreta riscos. Parafraseando a linguagem utilizada por Leandro Konder (1997), que por sua vez se inspira em Ernest Bloch, diremos que há uma corrente “fria” e outra “quente” do pensamento, e que a plena elaboração de uma perspectiva de transformação do mundo depende de ambas: “a necessidade de avaliar com rigor científico as condições objetivas e as condições subjetivas em que os homens vivem e atuam”, e “a aspiração apaixonada por transformar o mundo, [que] incita ao entusiasmo e à luta”.(Konder, L., 1997. p.140)

Ora, pois é da arte o calor.

É da arte fotográfica a potência de oferecer ao aparelho percepto-cognitivo uma analogia. Embora a imagem fotográfica não recomponha todos os sentidos, ela aumenta consideravelmente a amplitude das experiências, na medida em que evoca, através da visão, uma rede de signos que restauram os espaços subjetivos das vivências.

Nesta seção apresentamos uma seqüência de fotografias e comentários que pretendem veicular imagens de matrizes espaço-temporais que definem o *Sertão*.

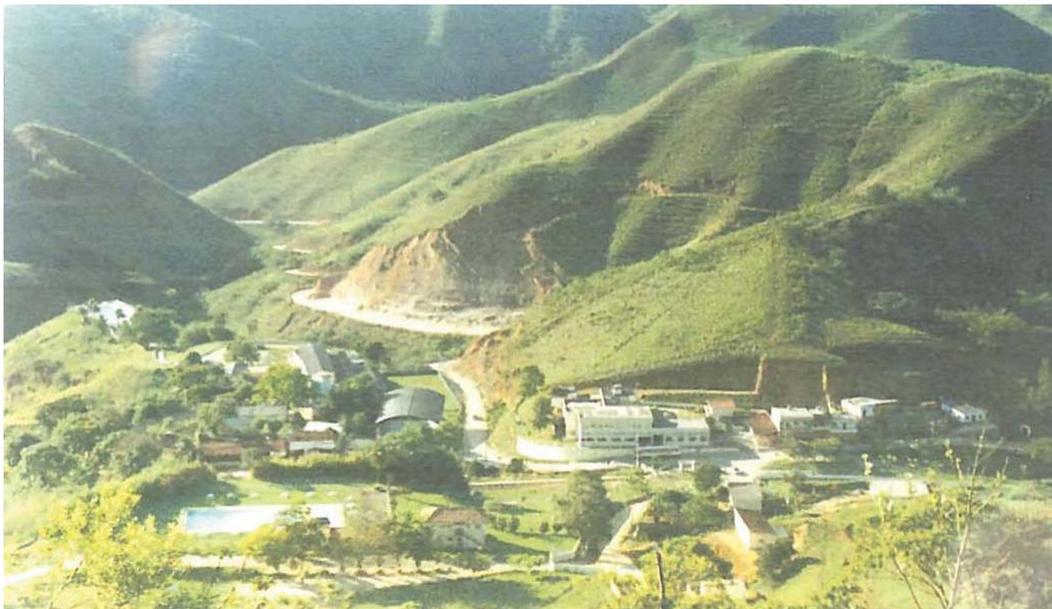
As fotografias foram selecionadas a partir de um conjunto maior, de cerca de 500 quadros³⁹, e os critérios de escolha consistiram no valor emblemático dos quadros na definição das questões de espaço-tempo registrados na seção discursiva que apresenta o *Sertão da Parahyba*, e a força das imagens para ultrapassarem os limites do “visto” e alcançarem o “sentido”.

No anexo II apresentamos o contorno da região pesquisada sobre um mapa na escala 1 50000, e nele localizamos os locais correspondentes aos quadros apresentados a seguir.

³⁹ Todas as fotografias são de autoria do fotógrafo Juan Bautista Polletta Martini.

2.7.1 - Planos Gerais

Quadro 1 – Francisco Fragoso



Entre a sede municipal de Miguel Pereira e a região ribeirinha do Vale do Santana (a cerca de 5 km. da estrada asfaltada), o imenso desgaste ambiental dos períodos históricos vem sendo ainda mais acentuado com a extração do saibro para utilização em obras públicas. Os morros despídos de vegetação, exibindo as fraturas da erosão, são agora rapidamente desbastados. As construções visíveis na imagem são de Colônias de Férias que se mantêm como um oásis na paisagem, embora já revelem significativas alterações no modo de organização. Os antigos freqüentadores eram atraídos pelo bucolismo da paisagem, e a possibilidade de alcançar praias de rio quase desabitadas. Agora a atração fica por conta das atividades festivas, cada vez mais assemelhadas às festas populares cariocas (pagodes, rodas de samba, discotecas, desfile de carnaval, etc.) e a piscina é o banho principal.

Quadro 2 – Bosques florestais



Quadro 3 – Plantação de hortaliças em Marco da Costa.



Já na região do Alto Santana, quando a distância em relação ao centro municipal de Miguel Pereira atinge cerca de doze quilômetros, e quanto mais se interioriza, a paisagem se altera apresentando duas características principais: as matas remanescentes dos períodos de exploração anteriores e as plantações organizadas em um regime de agricultura familiar, em pequenas propriedades. As imagens aqui apresentam segmentos de paisagens que, embora bastante próximos dos Municípios de Petrópolis e de Paty do Alferes, são pouco freqüentados, pela precariedade da rede de ligações entre os lugares. Enquanto a população mais antiga reconhece e designa cada uma das frações territoriais, relatando redes familiares e de amizades que se avizinham nestas estradas do interior, a população mais jovem muito freqüentemente não tem qualquer referência dos lugares vizinhos. Remontando aos lugares aqui apresentados, muitas crianças que estudam na escola municipal de Francisco Fragoso sequer sabem da existência de Marco da Costa – localidades distantes no máximo dez quilômetros.

Quadro 4 – Paraíba do Sul.

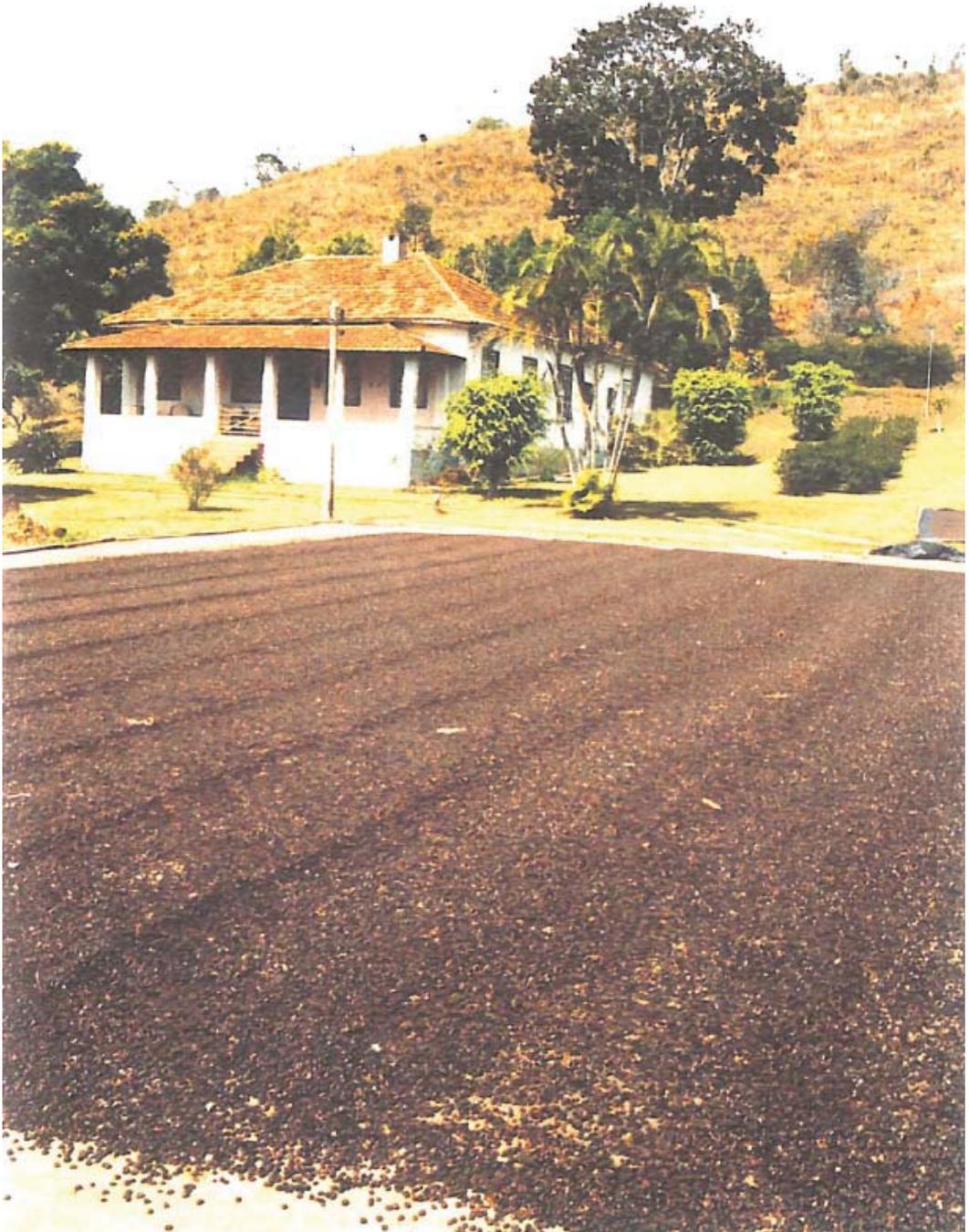


A paisagem oscila entre o desgaste e a preservação na medida em que nos afastamos ou aproximamos das sedes municipais. Percorrendo por dentro os caminhos que levam de Miguel Pereira a Paraíba do Sul, após experimentar uma passagem com bastante vegetação, voltamos a encontrar regiões quase desertificadas, onde até a plantação do capim é difícil, o que torna as propriedades inóspitas mesmo para a criação de gado. Um dos recursos utilizados pelos proprietários é a concessão de áreas para arrendatários que plantam o tomate, oferecendo como contra-partida a preparação do solo para posterior plantação do capim. A plantação de tomates é considerada assim um antecedente para re-apropriação do solo.

Quadro 5 – Plantação de café em Paraíba do Sul.



Quadro 6 – Pátio de café em Paraíba do Sul



Na trama quadriculada que forma o sertão, paisagens da maior aridez se intercalam com plantações bem sucedidas. O café ainda é um cultivo importante na região, com uma produção de médio porte (produção anual de 600 sacas) fornecida ao mercado interno. Em alguns casos, os proprietários que investem no café são estrangeiros que vivem em suas terras de origem (por ex., Inglaterra) e que de lá acompanham o trabalho de seus “administradores”. Nesta situação, mais do que em qualquer outra, encontramos um segmento de população jovem, da geração de filhos dos atuais administradores, que se mostram bastante interessados e dominando um amplo conhecimento a respeito do cultivo do café, dissertando com propriedade sobre a disposição em curva de nível, que compensa a problemática da plantação em fileiras, que eles reconhecem como uma prática predatória praticada no passado. A rede de remetimentos formada por estes jovens agricultores, que se deslocam no campo com agilidade servindo-se de motocicletas foi uma das maiores potências criativas/produativas que localizamos ao longo do *Sertão*.

2.7.2 - Valores Iconográficos

Quadro 7 – Residência do Barão de Paty (Miguel Pereira Vera Cruz)



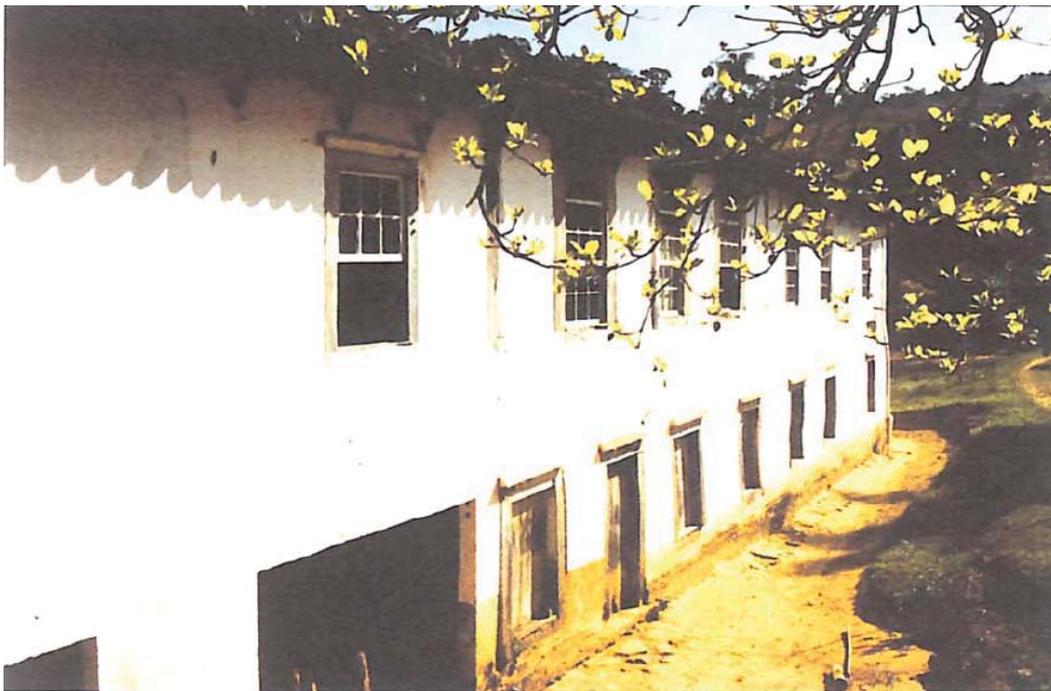
O barão de Paty do Alferes, Francisco de Lacerda Werneck, nasceu na localidade de Vera Cruz, e aí se encontra a sede da Fazenda que foi seu berço. Apesar de sua antiguidade, o prédio não tem o valor arquitetônico esperado na medida em que vem passando por sucessivas reformas, ao longo dos anos, servindo de ancoragem a diversas atividades, e sem qualquer coerência de estilos. Depois de fracassar como fazenda de café, e perder em importância para outras propriedades da família Werneck, a propriedade aqui retratada passou por períodos de produção em escala doméstica, com arrendatários locais; na primeira metade do século XX tornou-se propriedade de uma senhora de origem francesa e passou por uma reforma que a descaracterizou e prejudicou a harmonia do conjunto. A segunda guerra mundial esvaziou de novo a propriedade, com a saída dos estrangeiros, e quando foi retomada sofreu mais algumas alterações, tornando-se uma clínica para recuperação de viciados no uso de drogas; esta foi mais uma experiência fracassada, que resultou na hipoteca e venda da propriedade, desta vez para um Senador da República brasileira, que acrescentou mais uma instalação, de inegável valor arquitetônico, porém de discutível efeito estético: a pequena capela, visível no quadro (lado esquerdo) é de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, que realizou aí mais uma de suas experiências com a arte em concreto, fazendo construir uma abóbada em gomos que representa a única entrada de luz no edifício redondo, cujo interior está ornamentado com um painel de azulejos, de autoria do próprio arquiteto. Os jardins da mansão são cuidadosamente mantidos por caseiros, oriundos do estado do Pará, que se apresentam como “crias” da família do proprietário e se responsabilizam pela propriedade a maior parte do tempo, regulando inclusive as visitas que podem ser feitas ao local, limitadas às áreas externas.

Quadro 8 – Fazenda São João (Miguel Pereira - Marco da Costa)



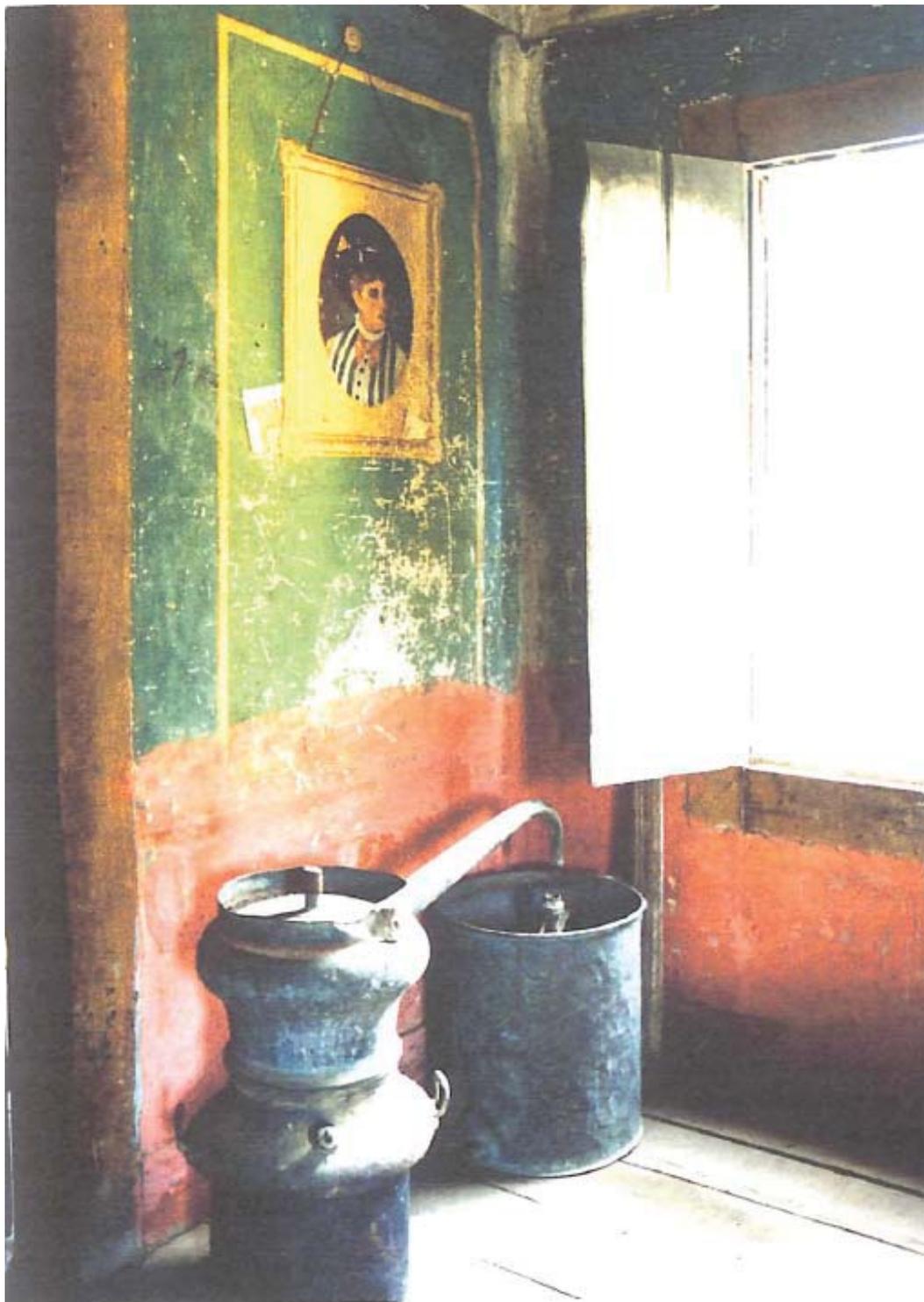
O prédio é de uma das mais antigas propriedades do lugar, e vários dos atores sociais entrevistados nasceram aí. Da antiga fazenda resta uma área pequena; a maior parte do terreno foi fracionada, dando origem a chácaras e sítios. Em 1950, o proprietário vendeu a fazenda com “porteiras fechadas”, concedendo ao comprador o direito de propriedade sobre todos os bens dos meeiros, que ocupavam instalações, plantavam e criavam. Este fato motivou um movimento coletivo entre arrendatários e meeiros, que repercutiu em muitas trajetórias de vida – aprendizado dos encaminhamentos jurídicos para posse das terras efetivamente ocupadas e rejeição ativa desta forma de “parceria”. Quase sem valor arquitetônico algum, já que o casco velho está em ruínas, o edifício mesmo assim mantém um valor histórico na medida em que é uma referência simbolizante que se mantém intacta para as “pessoas mais antigas do lugar”.

Quadro 9 – Fazenda Guache (Paty do Alferes)



Entre o desmoronamento da Fazenda São João e a transformação modernizante da Casa do Barão, algumas edificações se apresentam em uma escala mediana, revelando atividades do período colonial, com uma reminiscência forte do Brasil agrícola. É o caso da Fazenda Guache, cujo proprietário, Sr. Osório Batista Gonçalves, de 86 anos, mora sozinho na casa e preserva o prédio em boas condições, sem acrescentar valores decorativos exóticos. Cada detalhe da residência configura uma poética do espaço, e algum esforço de organização das peças para apresentação pública vem sendo feito sem qualquer investimento oficial. Além da manutenção da fachada, as paredes apresentam afrescos que podem ser recuperados, e uma coleção de objetos também se encontra à disposição: alambiques domésticos, teares, colchas, arreios, fotografias, e uma coleção de ícones religiosos que seguem sendo adquiridos para complemento da capela interna, ela também mantida em boas condições.

Quadro 10 – Fazenda Guache (Paty do Alferes)



O caso da Fazenda Guache representa um achado interessante no *Sertão da Parahyba* e oferece material para estudos posteriores.

O atual proprietário é oriundo das Minas Gerais, sendo o décimo segundo filho do tropeiro João Batista Gonçalves (1868) e de Julieta Rosa Lucinda (1878). Este casal teve dezessete filhos; após dezoito anos de tropa, João Batista adquiriu as fazendas Souza e Mato Grosso, em Andrelândia (MG) e passou a viver das atividades agropecuárias. Os dezessete filhos herdaram terras, distribuídas segundo uma equação que combinava extensão e fertilidade.

No final dos anos 50, início dos 60, do século XX, as terras distribuídas entre os herdeiros foram visadas como área de plantio de eucalipto e paulatinamente adquiridas pelo empresário Antonio Ermírio de Moraes.

Sr. Osório resistiu à venda de sua propriedade em MG, até que não pôde suportar as pressões do entorno e vendeu sua área adquirindo então a Fazenda Guache (Paty do Alferes

Ri). Teve sete filhos que vieram pequenos de Minas e foram criados na Fazenda, saindo para estudar em colégios internos em Paraíba do Sul e Vassouras. Sr. Osório atribuiu ao seu próprio analfabetismo o fato de ter sido “ludibriado” pelos compradores da propriedade em Minas, que o induziram a assinar papéis cujo conteúdo desconhecia e, por isso, ele colocou todo acento na educação escolar dos filhos – hoje profissionais liberais, professores, etc.

Quadro 11 – Fazenda Guache (Paty do Alferes)



Para aumentar sua renda de aposentado, Sr. Osório esculpe peças em madeira que reproduzem engenhos antigos, recorrendo aos dados da memória. As peças são feitas de modo que as engrenagens se movam efetivamente. Recentemente as peças foram “descobertas” por comerciantes de arte e artesanato, que as adquiriram em considerável número, apostando em seu valor em mercados mais distantes (a princípio, Foz do Iguaçu).

A família Gonçalves, sucessora do tropeiro João Batista, participou e participa da vida política de MG e RJ, havendo hoje entre os netos, três prefeitos e um vereador.

Quadro 12 – Fazenda Igapira (Miguel Pereira - Marco da Costa)



Também na escala intermediária que divide a simplicidade da Fazenda São João e a segunda residência do Barão de Paty, está a Fazenda Igapira, localizada no ponto mais elevado do município de Miguel Pereira, na vizinhança de Petrópolis. A Fazenda é mantida pelos descendentes do Barão de Vassouras, cujo 12º. filho, Leopoldo Teixeira Leite, assumiu a propriedade após ter feito cumprir a hipoteca pela qual ela teria sido empenhada ao Barão, no período em que este era um dos grandes financistas das plantações de café. A preservação aqui se faz a partir de uma clara consciência da importância histórica do patrimônio, e para tanto diversos membros da família, nas sucessivas gerações, têm aplicado recursos obtidos em suas atividades urbanas. Apesar disso, a fazenda tem sido objeto de interesse também pelas atividades agropecuárias florestais que ali se desenvolvem.

Quadro 13 – Hotel da Vila Suzana



A passagem entre o último local de Miguel Pereira e o primeiro de Petrópolis, em certo segmento do *Sertão da Parahyba*, representa um imenso desafio para os meios de transporte rodoviários mais comuns. É um desnível em acentuado estado de erosão, que em certas épocas do ano se torna intransitável. Por isso é um dos lugares menos freqüentados da região. No entanto, a extensão e a integridade de estilo do prédio conhecido como Hotel da Vila Suzana evidencia a transição histórica que transformou certos espaços na região em estudo. No relato de moradores antigos, faz-se muitas vezes referência à freqüência de estrangeiros que visitavam e se hospedavam ali durante muito tempo, dedicando-se principalmente aos jogos carteados. O Hotel é citado nestes relatos como lugar de requinte e sofisticação, com recursos caríssimos, por exemplo, telefonia rural.

Quadro 14 – Igreja de Bom Jesus dos Matozinhos. (Paraíba do Sul)



Embora modesta em proporções, a Igreja de Bom Jesus dos Matozinhos, no *Sertão da Parahyba* dá nome à localidade em que está situada, e é local de peregrinações, do que nos dá prova a sala dos ex-votos. Uma festa anual atrai muitos romeiros, a tal ponto que a paróquia local já está construindo alojamentos.

Por falta de planejamento ou orientação dos órgãos públicos, estas recentes construções ferem alguns ângulos da paisagem que pode ser desfrutada ainda em certas direções. A grande devoção de que é objeto o padroeiro desta igreja se revela também na concorrência às cerimônias de batizados aí realizadas uma vez por mês.

Enquanto edificação, a igreja apresenta aspectos curiosos, na medida em que mistura “autenticidade histórica” e “cópia” de uma maneira *sui generis*.

A ala de palmeiras na entrada do edifício é bastante antiga, o que se pode deduzir pela altura das árvores. Este dado realça a impressão de que o corpo da Igreja também o seria, uma vez que tem fortes características do colonial mineiro.

No entanto, o prédio foi construído em 1960 no lugar do antigo cemitério, ao qual as palmeiras verdadeiramente introduziam. A igreja antiga, contemporânea às palmeiras há muito já foi destruída.

Quadro 15 – Igreja Bom Jesus dos Matozinhos (Paraíba do Sul)



Quadro 16 – Painel de Azulejo - São Sebastião do Calixto (Paraíba do Sul)



Quadro 17 – Igreja de São Sebastião do Calixto – (Paraíba do Sul)



O *Sertão do Calixto* é um segmento do *Sertão da Parahyba*, bastante próximo da Bom Jesus dos Matozinhos, e um fenômeno interessante de formação de uma identidade comunitária ocorre aí. É provavelmente a única “comunidade” em todo o *Sertão da Parahyba*. Enquanto o pároco local privilegia as festas da Igreja maior, os vizinhos à pequena igreja do Calixto se apropriam do seu espaço religioso, promovendo uma festa híbrida de religiosidade e heresia. Os habitantes reivindicam a posse do lugar (Igreja, casa paroquial, pátios, etc.) e realizam uma Festa Anual, com procissão do santo padroeiro e outros que vão se apresentando aos devotos locais, porém sem a presença do vigário, que não concorda com os bailes e a comercialização da cerveja nestas ocasiões.

Quadro 18 – Antiga estação de trens – Cavarú (Paraíba do Sul)



A passagem da via férrea povoou o *Sertão* de um tipo de construção que identifica o “interior” do Brasil, em várias regiões. Em Paraíba do Sul, como parte do programa de valorização cultural com vistas ao desenvolvimento do turismo alternativo, as antigas estações sofreram reformas e passaram a abrigar postos de saúde e exposições de artesanato. A marca da prefeitura do Partido Socialista Brasileiro, neste caso, é a pintura em cor de rosa dos prédios públicos.

Quadro 19 - Centro Cultural em Cavarú, antiga estação de trem. (Paraíba do Sul)



Quadro 20 – Travessia do rio Santana em Marco da Costa (Miguel Pereira), na antiga trilha de tropeiros



Sabe-se que os índios mantinham com os rios uma relação de proximidade, integrando um complexo espaço-floresta-caça-pesca-habitação-transporte. Para fins de transporte os índios possuíam técnicas adequadas cujo manejo e construção foram perdidos no andamento do projeto colonizador. Desta espacialização restam algumas designações que revelam uma ligação direta com os “traços fisionômicos” dos rios: itajaí-açu, itajaí-mirim, ...

Muito diferente foi a relação estabelecida pelos colonizadores europeus com o “acidente geográfico” produzido, antes de mais nada, enquanto **obstáculo**. Junto com as montanhas, os rios representaram quase sempre um lugar a ser “transposto”, quer dizer,

um lugar a ser praticado pelo negativo – pela interceptação ou anulação de seu curso⁴⁰. Esta experiência se repetiu nos rios maiores e menores: os deslocamentos através dos territórios planos apareciam frequentemente “interditados” por rios largos e volumosos; em compensação os rios menores, mais próximos às nascentes, acrescentavam às dificuldades de sua transposição as barreiras oferecidas pelas serras.

A busca do Oeste, por parte das expedições que exploraram o interior e que se fizeram a pé ou a cavalo, provocou a formação de redes de trilhas que tateavam os lugares, sempre contornando as serras e buscando trechos de rio que permitissem a passagem. Quando a movimentação passou a ser feita principalmente por tropas de burros, a travessia dos rios tornou-se ciência e saber, mobilizando um conjunto de práticas que envolviam balseiros, pedreiros e, sobretudo, rancheiros. Sujeitos aos revezes sazonais no momento de atravessar os cursos d'água, as passagens de tropas produziram as margens dos rios, envolvendo significativas tensões: para o passo do viajante, os ranchos, roças e fazendas eram pousada, alojamento - para um outro segmento da população, que mandava e servia nestes mesmos lugares, o lugar era morada, integrada às paisagens dos caminhos – pode-se conceber aí a dialética dos lugares e a oposição de interesses na produção dos respectivos espaços.

O conhecimento e as técnicas se desdobraram a favor dos “passantes” e o espaço-margem foi obscurecido pela criação do espaço-ponte. Muito lugares que abrigaram ranchos e pousadas perderam importância estratégica com a edificação de pontes que

⁴⁰ Vamos excluir deste raciocínio tudo o que diz respeito ao Amazonas – a monumentalidade deste rio torna excepcional o processo de produção de espaço que aqui estamos abordando com certo nível de generalização.

desobstruíam o caminho, formando corredores para o fluxo mais ágil das mercadorias. Lugar de transição, a produção do espaço-ponte comporta paradoxos. A ponte *coliga* ou *separa*? A primeira possibilidade está desenvolvida por Martin Heidegger, para quem

“el puente se tiende ‘ligero y fuerte’ por encima de la corriente. No junta sólo dos orillas ya existentes. Es pasando por el puente como aparecen las orillas en tanto que orillas. El puente es propiamente lo que deja que una yazga frente a la outra. Es por el puente por el que el otro lado se opone al primero. Las orillas tampoco discurren a lo largo de la corriente como franjas fronterizas indiferentes de la tierra firme. El puente, con las orillas, lleva a la corriente las dos extensiones de paisaje que se encuentran detrás de estas orillas. Lleva la corriente, las orillas y la terra a una **vecindade** reciproca. El puente coliga la tierra corno paisaje en torno a la corriente.” (Heidegger, M., 1994. p.134 – grifo nosso).

A exposição do filósofo segue sempre no sentido de vislumbrar a ponte enquanto espaço-construção de ligação.

Partindo dos mesmos argumentos, podemos, no entanto, constatar um paradoxo contido aí. Porque para afirmar que os territórios são aproximados pela existência da ponte, é preciso admitir que eles estavam separados pela existência do rio: verdade parcial. Em alguns casos, possivelmente sim... Em outros casos, os rios estavam integrados a um segmento territorial maior, onde a busca pelo lugar de travessia mais adequado implicava a prática de lugares ao longo das margens, estabelecendo proximidades e vizinhanças que uma ponte, projetada e construída sem qualquer correlação com as vivências do rio, pode desfazer.

Quadro 21 – Viaduto Paulo de Frontin – Vera Cruz (Miguel Pereira)



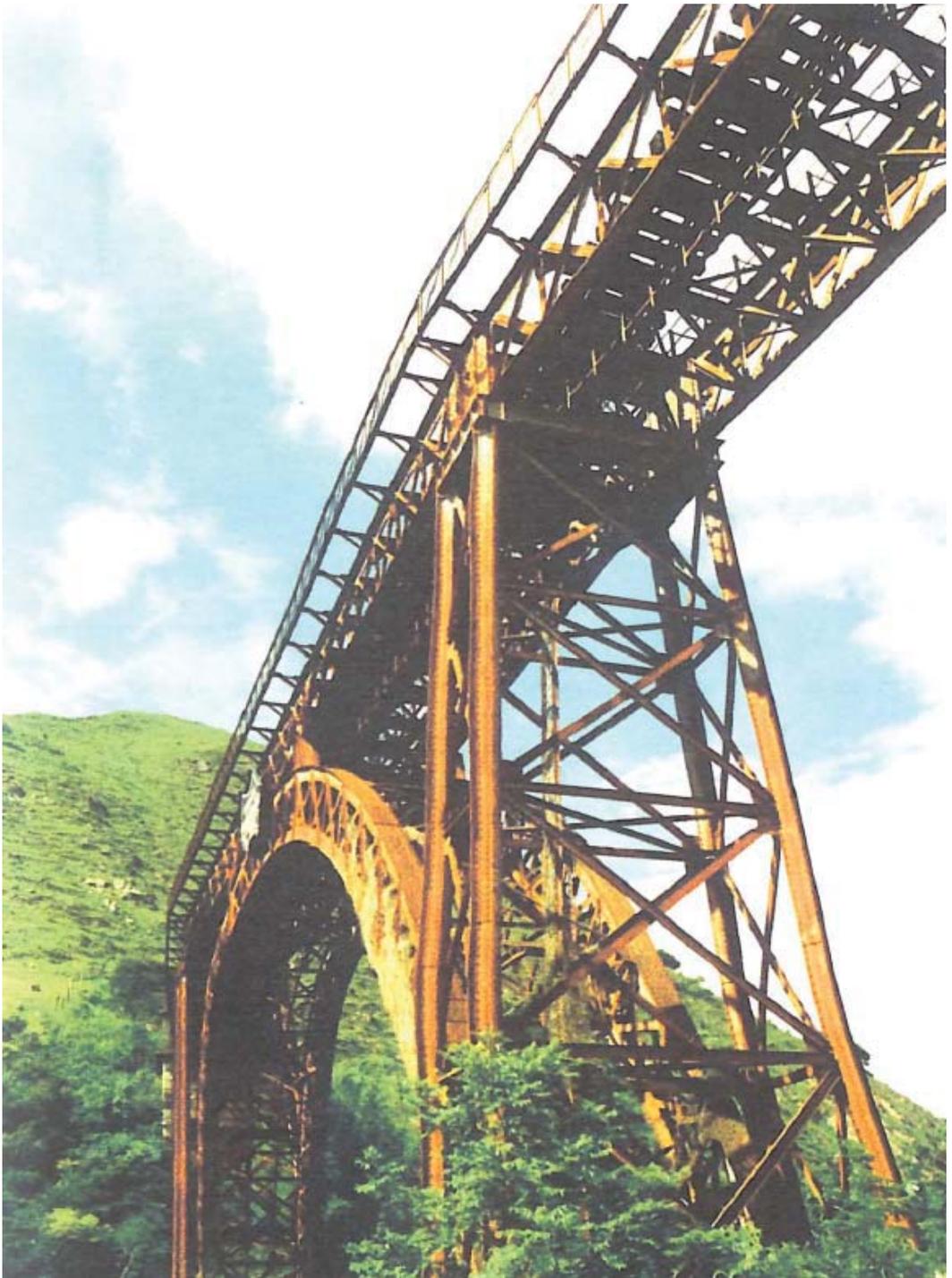
O viaduto Paulo de Frontin, da Rede Ferroviária Federal, foi inaugurado em 1897, como parte de ligação entre a estação Belém (agora Japerí) e Paraíba do Sul. É um dos dois únicos viadutos metálicos em curva, no mundo, e está construído com tecnologia e material importados da Bélgica. Sua estrutura é superdimensionada em relação às necessidades de ultrapassamento do vão do rio, e está formada por um tecido de treliças e arrebites de ferro que obedece a uma forte proposição de simetria, incluindo vãos em arco de difícil construção. Os pilares de pedra também são superdimensionados. Diante da escala monumental do Viaduto Paulo de Frontin, é impossível deixar de meditar sobre esta constituição do espaço ferroviário que significou, sobretudo, um exercício de autoridade e presença simbólica forte de um poder técnico-industrial que se expandia. No

extremo posto das dificuldades encontradas pelos primeiros colonizadores para transpor os limites ‘naturais’ oferecidos pelas serras e rios, o poder imperialista do século XIX ostentava esta rapacidade de superação de obstáculos, e portanto, “subjugação da natureza” através de seus recursos tecnológicos. Ao mesmo tempo, o continente americano servia de laboratório para experiências industriais, como esta de construção de uma rede ferroviária de bitola métrica, que, com o passar do tempo se mostrou bem pouco operacional.

“Se se estava tentado a designar essas obras sob o título *de ferraria abstrata*, perder-se-ia imediatamente o benefício do espantoso estímulo que elas dão à imaginação material. geria julgar apenas pelas formas das obras, que são feitas à glória da matéria. Aqui o ferreiro nos convida a seus longos devaneios sobre a imagem material do ferro. Ele conhece alma complexa do ferro. Sabe que o ferro possui estranhas sensibilidades. Ferros que creditamos finalizados por sábias metalurgias continuam a viver surdamente.

Pouco a pouco recebeu não se sabe qual patina interna que ressurge na forja sob a violência do martelo. Mas quão mais complexos se tornam ainda os ferros abandonados. Assim, com a obra de ferro estetizada, diante de um cosmos metálico, é preciso não somente contemplar: é preciso participar do devenir ardente de uma violência criadora. O espaço da obra não é apenas geometrizado. Ele é aqui dinamizado. Um grande sonho enraivecido foi martelado.” (Bachelard, G., 1994. p.45)

Quadro 22 – Viaduto Paulo de Frontin - Vera Cruz (Miguel Pereira)



2.7.3 - Ocupações á Beira-rio – paradoxos destrutivos/construtivos

Quadro 23 – Instalação da CEDAE – Francisco Fragoso (Miguel Pereira)



Esta construção ocupou o lugar de uma outra, do século XIX, que foi demolida a estação ferroviária de Francisco Fragoso

Em 2000 a administração do Partido Progressista Brasileiro firmou um convênio com a CEDAE para captação de águas do Rio Santana. A empresa elegeu este exato ponto para uma de suas instalações, provavelmente pela facilidade de existência de um acesso já construído. Prevista para ser inaugurada em 2000 a obra foi paralizada por algum tempo e finalmente inaugurada em 2001 já pelo prefeito do PDT (agora PSB) que se declarou no discurso de inauguração um “agraciado da sorte”.

O que impressiona é que este ponto foi escolhido para edificação, em um contexto onde há muitas áreas degradadas, terrenos destruídos pela extração de saibro; a alternativa de demolição de um dos raros pontos de descanso na paisagem, que assinalava o início de uma caminhada possível pelos trilhos de trem da linha desativada, causa grande perplexidade.

Quadro 24 – estação Francisco Fragoso (Miguel Pereira) fotografada em 1998, demolida em 2000



Quadro 25 – Ruínas das instalações da Usina Hidrelétrica de Vera Cruz (Miguel Pereira)
– da LIGHT



Nas primeiras décadas do século XX, dois engenheiros realizaram uma experiência pioneira de eletrificação, gerando energia a partir das quedas d'água do Rio Santana. Por algum tempo (cerca de duas décadas), até que a energia elétrica utilizada mudasse de potência, a Usina garantiu a eletrificação de uma ampla faixa municipal, atingindo a Baixada Fluminense. Muitos antigos trabalhadores permaneceram no local, após a desativação, experimentando a lavoura como alternativa ao desemprego que sofreram. Além de seu valor simbólico de referência para a população local, as antigas instalações da Usina ainda conservam alguns aspectos estruturais que poderiam ser objeto de uma recomposição, para apropriação com fins culturais. A empresa proprietária domina uma área significativa e dispõe para venda. Não há qualquer órgão público que acene para a possibilidade de realizar investimentos na área, porém uma Organização Não-

Governmental (Instituto da Terra) apresentou um projeto à Light, prevendo a recuperação do lugar mediante a implantação de um horto florestal que viria a fornecer mudas para vários projetos de reflorestamento conduzidos pela Empresa em outros lugares. Uma grande discussão está sendo feita no momento pelos integrantes da ONG, uma vez que não há clareza a respeito do modo como a população local seria envolvida neste projeto. A princípio, um dos principais paradoxos é que a ocupação por parte da ONG implica o cercamento do terreno, onde existe um campo de futebol utilizado pela população do entorno. Também se discute sobre a utilização de recursos técnicos para implantação do horto ou absorção de mão-de-obra local, na utilização de metodologias menos intensivas...

Quadro 26 – Pesque pague de Marco da Costa (Miguel Pereira)



Numa iniciativa de rara sensibilidade, um agricultor local promove o paisagismo em uma área à beira-rio, seguindo os critérios fornecidos por uma extensa experiência com o cultivo de flores e o trato com a vegetação florestal. Além de “importar” as mudas de plantas de expressivo valor ornamental de outros pontos de seu próprio terreno, várias pessoas passaram a oferecer-lhe exemplares de plantas retiradas da Mata, mas que estavam em péssimo estado por faltar o saber suficiente para cultivá-las fora de seu ambiente original. Assim o parque, além de jardim, tornou-se também um “pronto-socorro” de orquídeas e outros parasitas. Apesar disso, os órgãos de fiscalização, como o IBAMA, interpelam freqüentemente o empresário-jardineiro, colocando sob suspeita suas atividades, que estão bem documentadas com todas as autorizações necessárias. Voltaremos a esse espaço-tempo no capítulo 3 do trabalho.

Como conseqüência da intensificação da freqüência de banhistas em certo trecho do Rio Santana, as margens do rio passam a ser ocupadas por construções precárias onde se comercializa principalmente bebidas alcoólicas. A administração municipal não consegue elaborar qualquer plano próprio para a inevitável balnearização de trechos do Rio; por outro lado, os órgãos fiscalizadores, tão rigorosos em outros casos, tão pouco exercem qualquer poder de contenção a este tipo de ocupação, uma vez que ele é praticado por um segmento da população que carece de assistência ou previdência social, e assim esta pequena “omissão” é recebida como “apoio”. É o que se chama por aqui a política das “vistas grossas”, responsável pela permanência do corpo de políticos que há muito tempo domina o lugar.

Quadro 27 – Pesque-pague em Marco da Costa (Miguel Pereira)



Quadro 28 – Quiosque à beira-rio. Vera Cruz (Miguel Pereira)



2.7.4 -Planeta Rural

Quadro 29 – Casa de uma família de peões e tropeiros na Fazenda Glória, Marco da Costa (Miguel Pereira)



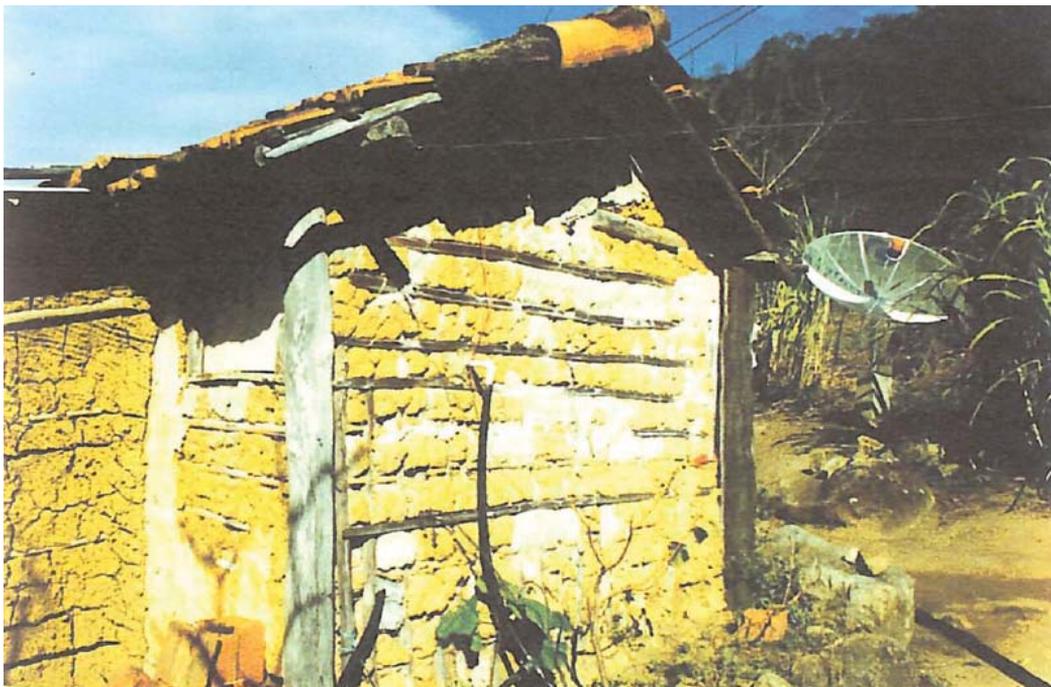
O modelo de habitação rural que conserva a memória de uma “roça” fluminense está significativamente presente no *Sertão da Parahyba*. A casa de estuque recebe um tratamento especial de reboco nas partes fronteiriças, onde são ornamentadas pela presença das gaiolas, rigorosamente limpas e bem ordenadas. Os pássaros são aqui animais de grande estima, têm nomes próprios e são apresentados com intimidade, onde se conta de suas virtudes, seus temperamentos e suas proezas.

Os terreiros das habitações rurais tradicionais constituem uma área de domínio feminino e obedecem a uma recorrente ordenação: um pátio livre no meio, e ao redor os lugares destinados aos vários serviços. Na imagem seguinte pode-se ver o feijão recém-colhido, secando, a lenha empilhada, a roupa no varal, e o cachorro, que não desconhece seu lugar...

Quadro 30 – Terreiro de casa de tropeiro



Quadro 31 – Ainda a mesma casa...



A era da televisão somente penetrou em alguns pontos isolados do *Sertão* a partir da transmissão por satélite, com recepção por antena parabólica, que é um dos maquinismos mais consumidos no “interior”. No contraste entre a parede de fundos da casa da família e a presença da antena que ocupou um lugar especial na roça de milho, encontramos a concretização da intrigante expressão que dá nome a um estabelecimento de produtos agropecuários em Paraíbuna – *Planeta Rural*.

2.8 - SÍNTESE

Regiões e rios se confundem agora como objeto de nossa pesquisa. De urna problemática ambiental passamos a uma questão regional e estivemos arranhando por último uma dimensão existencial.

Nos limites de uma discussão filosófica sempre adiada, passamos da escala macrossocial das primeiras leituras e observações diagramáticas a uma axiomática da condição essencial do ser, ou antes, dos seres.

Chegamos à conclusão, acompanhando o raciocínio de alguns autores com marcada produção crítica na área das ciências sociais, que as lutas e confrontos próprios da produção social do espaço em períodos recentes se estabelecem no plano cotidiano, ao nível das *vivências*, onde o Poder se consolida.

Da planificação central e centralizadora na formação das matrizes espaciais, até a total invasão do cotidiano pelo objeto técnico, ou antes, pela “caricatura” do objeto técnico representado pelo *gadget*, constatamos a força de um exercício de dominação que cada vez mais acentuou as distâncias sociais e transportou a diversidade dos seres para longe de uma realização essencial. Contra a experiência do *habitar*, onde natureza e cultura se entretecem na gênese comum de todos os seres e na inauguração de todos os devires, um abrangente processo de dominação impôs a forma do *habitat*, onde, pelo contrário, cada objeto (e cada ser objetivado) desempenha apenas uma função instrumental e adquire o valor de um “equivalente” num regime de trocas, sempre desiguais.

Este dispositivo de poder é mantido pela rápida e intensa expansão do domínio tecnológico, cuja principal característica é a tendência à plena absorção e neutralização das capacidades construtivas e criativas, na forma da “simulação”. Para exercer-se plenamente e ampliar progressivamente o seu alcance, os domínios técnicos imobilizam os mecanismos senso-perceptivos e os esquemas motores das ações individuais e coletivas.

Apesar de contundente, esta força não é totalitária (ainda) e estamos no ponto em que avaliamos a necessidade de dimensionar as reais possibilidades da técnica, não para forjar uma oposição sistemática, mas para limitar sua expansão a partir dos centros de Poder, e permitir sua re-criação desde outros focos de interesses, necessidades e desejos.

Ao descartar a expansão tecnológica como horizonte inevitável, nossa percepção do ambiente se altera, os movimentos se ampliam e as linhas de forças representadas por experiências e vivências raras do espaço-tempo se singularizam. Parece perfeitamente possível restaurar relações e interações, para reencontrar possibilidades diversas de realizações no plano individual, social e cultural, de modo que não nos reste apenas lutar para sobreviver.

Trata-se, em linhas gerais, de criar situações que permitam *mudar a vida*, para fazer frente ao *espetáculo uniforme da tecnicidade*, para reencontrar a energia liberada do desejo, ou seja, a realização de novos Possíveis.

CAPÍTULO 3

3.1- ABERTURA

Se o dado empírico inicial, relativo à capacidade de um rio seguir fornecendo água a uma população de magnitude crescente, se ampliou até o ponto de transformar-se em uma pauta de re-criação do espaço, já em escala regional; e se a reflexão teórica se definiu, correlativamente, no traçado de possibilidades antagônicas na re-criação de espaços quaisquer, então devemos agora enfrentar o desafio de tentar responder, no âmbito programático: em que, afinal, consiste na experiência de *habitar* um rio?

A perspectiva desde logo descartada é aquela que traduz o problema relativo às fontes de energia das quais dependemos (a água, por excelência) em “questão técnica”, na medida em que esta é a forma do *habitat* que afasta as possibilidades de realizações heterotópicas, reforçando o contorno do desenho primevo que se encontra na origem mesma do problema.

A alternativa instrumental que se apresenta enquanto tratamento e administração dos “recursos hídricos” conduz a um quebra-cabeças de articulações de tantos campos disciplinares fragmentados/fragmentantes, que o horizonte das possíveis soluções se

afasta indefinidamente (pensamos, por exemplo, nos cento e quatorze itens incluídos no programa do Ministério de Ciência e Tecnologia - projeto Prospectar - relativos a esta temática).

O percurso realizado até aqui nos permite antecipar que *habitar* um rio é freqüentar o seu entorno desde uma escala provavelmente inalcançável pela moderníssima tecnologia de monitoramento por satélite.

A experiência direta dos lugares é o que permite escapar aos reducionismos que transformam cursos d'água em “bacias hidrográficas”. A ocupação do espaço nos exercícios cotidianos de invenção da vida fora das redes hegemônicas do poder tecnológico e o que pode permitir a emergência de “soluções” para problemas re-dimensionados: já não mais preservar” um rio, apenas; antes, e sobretudo, “perseverar na existência”.

No desenho de um devir-humano-rio, fora dos ambientalismos instrumentais da razão tecnológica, devemos operar mais um salto epistemológico, indo justamente na direção contrária a das visões **panorâmicas** obtidas desde as maiores distâncias, para focalizar as formações espaço-temporais em sua mais fina capilaridade.

Entendemos que por aí se definem “apostas”, que apontam possibilidades e mantêm relações distintas com os dispositivos micropolíticos, alterando a correlação de forças.

Fora das inscrições homogeneizantes de um controle social externo, e tentando escapar dos exercícios de dominação que se opõem à dimensão criativa da existência, devemos passar a decodificar os jogos de poder que estão sendo desafiados em cada agente que realiza a “aposta” de *mudar a vida*.

3.2 - CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO COTIDIANO

A proposta de *mudar a vida*, fazendo a crítica de um mundo permeado de imagens, foi assimilada e desenvolvida intensa e profundamente por um grupo de intelectuais-ativistas que se auto-designaram “situacionistas” – criadores de “situações” propícias ruptura do cotidiano estagnado, pasteurizado e mórbido que caracteriza a vida moderna.

Para estes autores e artistas o movimento revolucionário tem como conteúdo a totalidade dos problemas da sociedade e assume a forma de experimentação ativa, através de micro-sociedades que questionam o estilo e procuram inventar a vida neste domínio.

A contestação da totalidade dos problemas sociais a partir da proposta de um estilo e uma maneira de viver encontra-se na obra teórico-prática de Guy Debord e seus companheiros situacionistas. A análise do campo social e o programa de transformação que propõem atingem seu cume de elaboração na informada leitura marxista da *Sociedade do Espetáculo* (Debord, G., 1997). Sua compreensão do jogo de poder implica em questionamento direto da produção do espaço-tempo, nos limites de uma sociedade que, como vimos, não tem na exploração econômica seu único mal. A partir de certo ponto, o mais contundente efeito do capital consiste em negar a própria vida em todas as suas manifestações concretas⁴¹. A subtração da vida paulatinamente se operou na transposição

⁴¹ Para justificar o magnífico investimento que passará a ser feito para a instalação de um cabo submarino que pode permitir o aprimoramento das tele-comunicações entre as Américas, ouvimos um empresário manifestar seu acordo porque isto permitirá que operações que hoje duram três minutos possam ser feitas em trinta segundos (!). Não é razoável imaginar que alguém que esteja vivendo nesta escala de avaliação dos ganhos e perdas temporais esteja em qualquer conexão com a “vida”. Mesmo que o cinismo e a

do real para o domínio da imagem fabricada alhures. Para moldar-se à linha de produção, o operário inicialmente teve que ver a si mesmo como engrenagem na engrenagem e posteriormente resumir toda sua vida às engrenagens de um cotidiano pasteurizado, robotizado, transportado para o campo das representações. A indissociabilidade entre a representação e as práticas materiais é radical, na medida em que se repetem indefinidamente em um jogo de espelhos condicionado por um círculo vicioso: “me vejo onde não estou e não consigo estar onde não me vejo”⁴²

Debord segue as formulações de Lefebvre com respeito a esta grande passagem do Capital que consistiu em transformar toda possível manifestação de vida em espetáculo:

“... na concepção de Debord, o espetáculo é, ao mesmo tempo, econômico e ideológico, modo de produção e tipo de vida cotidiano, e assim por diante... Segundo *A Sociedade do Espetáculo*, o grau de alienação atingido desde então colocou os operários na ‘alternativa de recusar a totalidade de sua miséria, ou nada’. O espetáculo, pelo menos em sua forma ‘difusa’ sempre se apresenta sob diversos aspectos: tendências políticas diferentes, estilos de vida contrários, concepções artísticas opostas. Incita os espectadores a exprimirem um julgamento e a escolherem uma ou outra dessas falsas alternativas a fim de que nunca ponham em dúvida o conjunto. [...] ‘a compreensão deste mundo só pode basear-se na contestação. E esta só tem verdade e realismo, enquanto contestação da totalidade.’”(Jappe, A., 1999. p.39)

hipocrisia já tenham deslocado qualquer pauta ética de solidariedade, impedindo a constatação de melhores destinos para um tão grande investimento, um mero contato com o próprio corpo deveria indicar a futilidade de tal ganho.

⁴² Note-se o quanto esta fórmula se coaduna com as análises anteriores, mesmo as de caráter mais filosófico: o *ver ocupa* o lugar do construir e, conseqüentemente do *habitar*, logo do estar-em-si ante as coisas-em-si. Nem o *estar*, nem as *coisas* contém agora qualquer *em si*. A tecnologia transporta todas as relações para o domínio das mediações, com supressão total da experiência imediata.

A ênfase de Debord é na condenação de toda forma de contemplação⁴³, que em última instância opere a separação sujeito/objeto. É na *atividade*⁴⁴ que a totalidade pode ser apreendida; nesta relação direta com as coisas, dizemos nós. Aqui reside uma crítica profunda ao marxismo vulgar:

“A polêmica contra a economia autonomizada, e em geral contra as separações, supõe preliminarmente, o conceito de ‘totalidade’, que em Debord parece designar a sociedade humana como ‘uma sociedade harmoniosa’ que sabe ‘gerir seu poder’. Seu contrário é a ‘ditadura totalitária do fragmento’, em que se vêem esses fragmentos do poder social que pretendem representar uma totalidade coerente e tendem a se impor como explicação e organizações totais’.”(Jappe, A., 1999. p.60)

A partir de certo grau de acumulação, o *capital* se transforma em imagem.

“O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório. É o auto-retrato do poder na época de sua gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre homens e entre classes: parece que uma segunda natureza domina, com leis fatais, o mundo em que vivemos. Mas o espetáculo não é o produto necessário do desenvolvimento técnico, visto como desenvolvimento ‘natural’. Ao contrário, a sociedade do espetáculo é a forma que escolhe seu próprio conteúdo técnico.”(Debord, G., 1997. p. 20)

⁴³ Aqui será preciso distinguir dois sentidos de “espetáculo”: ocasião da qual se “participa” festivamente, e repertório para contemplação, tal como está sendo utilizado por Debord. Esta distinção se faz necessária na medida em que Foucault, M., por exemplo, segundo indicação de Gandra, F. (1978) concebeu a modernidade exatamente como sistematização dos espaços e dos corpos oposta ao regime de espetáculo da Antiguidade. Assim, lembra Gandra, F., a propósito de Foucault, M.: “A Antiguidade, diz Foucault, tinha uma civilização do espetáculo de que são testemunhas a arquitetura dos templos, dos teatros, dos circos. ‘Com o espetáculo predominavam a vida pública, a intensidade das festas, a proximidade sensual.(...) A Idade Moderna põe o problema inverso.(...) Numa sociedade onde os elementos principais já não são a comunidade e a vida pública, mas os indivíduos privados, dum lado, e o estado do outro, as relações não podem regular-se senão por uma forma exatamente inversa à do espetáculo...(serveilleur et punir).’”(Gandra, F., 1978. p.49)

⁴⁴ Construir-edificar-habitar-pensar-ser.

Neste movimento, de separação radical e absoluta, a mercadoria se autonomiza a tal ponto que a vida se torna um acessório, frente às regras do sistema:

“Quem desistiu de despendar sua vida já não deve reconhecer sua morte. A publicidade dos seguros de vida apenas insinua que o indivíduo é culpado de morrer sem ter garantido a regulação do sistema depois dessa perda econômica.”(Debord, G., 1997. p. 108)

O tempo humano se metamorfoseia em tempo das coisas – o tempo irreversível da produção se superpõe ao tempo vivido:

“O tempo da produção econômica, recortado em fragmentos abstratos iguais, se manifesta por todo o planeta como ‘o mesmo dia’. O tempo irreversível unificado é o do ‘mercado mundial’ e, corolariamente, do espetáculo mundial.”(idem, p.101)

Nestas condições, o tempo espetacular substitui o vivido pela ilusão, e a recuperação do dado sensível do transcorrer do tempo passa a fazer parte de um projeto revolucionário:

“O projeto revolucionário de uma sociedade sem classes, de uma vida histórica generalizada, é o projeto de um enfraquecimento da medida social do tempo, em proveito de um modelo lúdico de tempo irreversível dos indivíduos e dos grupos, modelo no qual estão simultaneamente presentes ‘tempos independentes federados’.”(idem, p.110)

Ao tempo espetacular corresponde o espaço unificado desta fase em que o acúmulo de mercadorias cumpriu plenamente sua exigência máxima de ruptura das barreiras regionais para dissolver a autonomia e a qualidade dos lugares. A homogeneização do espaço ocorreu às custas de sua banalização – todo território foi transformado em cenário do *capital*. É apenas nesta condição de “diversidade de cenas” que as especificidades dos

lugares são admitidas⁴⁵. Se o urbanismo foi a técnica correspondente à produção dos primeiros espaços de isolamento, todavia aptos a unificar os trabalhadores segundo as necessidades planificáveis da produção e do consumo - as cidades - as exigências do *capital* são agora de uma outra natureza:

“O momento presente já é o da auto-destruição do meio urbano. O transbordamento das cidades para um meio rural cheio de ‘massas informes de resíduos urbanos’(Lewis *Mumford*) é diretamente regido pelos imperativos do consumo. A ditadura do automóvel, produto-piloto da primeira fase da abundância mercantil, se enraizou no terreno com a dominação da auto-estrada, que desloca os centros antigos e comanda uma dispersão sempre mais profunda...

... a história econômica, que se desenvolveu toda em torno da oposição cidade-campo, chegou a um estágio de sucesso que anula ambos os termos. A ‘paralisia’ atual do desenvolvimento histórico total, em proveito apenas da busca do movimento independente da economia, faz do momento em que começam a desaparecer a cidade e o campo não a ‘superação’ de sua cisão, mas sua destruição simultânea. O desgaste recíproco da cidade e do campo, produto da falha do movimento pelo qual a realidade urbana existente deveria ser superada, aparece nessa mistura eclética de elementos decompostos que recobre as zonas mais adiantadas da industrialização.”(Debord, G., 1997. p.115)

Nota-se, nestas afirmativas, que a trajetória social da constituição dos espaços seguiu o processo oposto àquele reivindicado para uma *Revolução Urbana*, posto que

⁴⁵ A propósito desta padronização, é interessante observar que Guy Debord aqui aprofunda as consequências da argumentação de Lefebvre, a respeito do mesmo tema: “Subproduto da circulação de mercadorias, o turismo, circulação humana considerada como consumo, resume-se fundamentalmente no lazer de ir e ver o que se tornou banal. O planejamento econômico da frequência de lugares diferentes, já é em si a garantia de sua equivalência. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, lhe retirou também a realidade do espaço.”(Debord, G., 1997. p.112)

nenhum urbanismo crítico surgiu na criação de novos espaços, mas ao contrário, foi o antigo modelo dos urbanistas/burocratas/tecnocratas que se expandiu intensivamente.

Mais uma vez Guy Debord entende uma revolução possível na construção de locais por parte de indivíduos e comunidades que se apropriem de seu trabalho e de sua história total.. Diz o autor:

“Nesse espaço movente do jogo, e das variações livremente escolhidas das regras do jogo, a autonomia do lugar pode se reencontrar, sem reintroduzir um apego exclusivo ao solo, e assim trazer de volta a realidade da viagem, e da vida entendida como uma viagem que contém em si mesma todo o seu sentido.”(Debord, G., 1997. p.117)

As análises da *Sociedade do Espetáculo* conduziram seu autor e o grupo que se aglutinou em torno dele (os situacionistas) a um programa de ação política que excedeu a todas as vinculações partidárias e que é apontado como um dos motores dos acontecimentos na França, em maio de 1968. As manifestações de rua promovidas pelo grupo seguiam um mote:

“Os mais belos jogos da inteligência não são nada para nós. A economia política, o amor e o urbanismo são meios que devemos controlar para a solução de um problema que é antes de tudo de ordem ética. Nada pode dispensar a vida de ser absolutamente apaixonante. Sabemos como fazer. Apesar da hostilidade e das trapaças do mundo, os participantes de uma aventura sob todos os aspectos perigosa se reúnem sem indulgência. De modo geral consideramos que, fora desta participação, não há maneira honrosa de viver.”(Debord, G., 1997. p.78)

Deste incontornável engajamento com a vida resulta uma reinscrição do espaço concreto no domínio teórico-prático, espaço de ocupação, no sentido mais literal da palavra. Um campo de experimentações, a psicogeografia, e um método, a deriva:

“... ‘psicogeografia’, termo pelo qual designam a observação sistemática dos efeitos produzidos pelas diferentes ambiências urbanas sobre o estado de espírito... A exploração é realizada ao longo de uma ‘deriva’ definida como uma ‘técnica de passagem apressada através das ambiências variadas’; são passeios de mais ou menos um dia durante os quais a pessoa se ‘entrega às solicitações do lugar e dos encontros’. A importância do acaso diminui com o aumento do conhecimento do lugar que permite ‘escolher’ as solicitações às quais se quer atender.”(Jappe, A., 1999. p.83)

O desenvolvimento da psicogeografia, pela ampla realização de “derivadas”, deveria então resultar na construção de mapas que passariam a orientar novos modos de apropriação do espaço. Trata-se de liberar “as energias inesgotáveis contidas na vida cotidiana privada.” (IS., 1996. p.118), sem que isso represente o retorno a um estado prévio, anterior ao condicionamento. É necessário sublinhar que a deriva não representa uma entrega à força do acaso, mas a suspensão dos determinantes aos quais estamos mais firmemente condicionados. É fundamentalmente importante distinguir a deriva do acaso.

“La producción de mapas psicogeográficos, o incluso la introducción de modificaciones en los ya existentes (...) pueden contribuir a clarificar ciertos vagabundeos, los cuales no expresan una subordinación al azar, sino una ‘in subordinación’ total a las influencias habituales (influencias generalmente denominadas como ‘turismo’, esa droga popular tan repugnante como los deportes o las tarjetas de crédito).” (IS., 1996. p. 21)

A ação do acaso é considerada conservadora, e sua participação na deriva tende a diminuir, à medida em que o recurso a instrumentos já existentes propiciem a definição de linhas de penetração. Entre estes instrumentos figuram as análises ecológicas disponíveis: os cortes do tecido urbano, o conhecimento dos microclimas, o papel das unidades elementares dos bairros, o reconhecimento de certas zonas de atração, são fontes de dados

que antecedem e complementam a cartografia psicogeográfica. Também são reconhecidos como instrumentos que antecedem a construção psicogeográfica a leitura de fotografias aéreas e de planos, o estudo de estatísticas, de gráficos, os resultados de enquetes sociológicas. Graças a este material, é possível fazer uma primeira idéia do entorno a estudar.

Os objetivos da deriva colocam em perspectiva a valorização de atividades lúdico-construtivas.

As conseqüências de uma teorização assim conduzida vêm precisamente ao encontro de nossa exigência de transformação radical na perspectiva espaço-tempo:

“... o verdadeiro socialismo não é o planejamento da economia, nem a simples melhoria das condições materiais de vida, mas é dar um sentido à vida e ao trabalho, libertar a criatividade e reconciliar o homem com a natureza.”(Jappe, A., 1999. p. 121)

Uma das conseqüências da produção do espaço tal como empreendida sob o capital diz respeito à gravidade dos problemas ambientais e a negligência (ou mesmo hipocrisia) com que são tratados sob a ordem do espetáculo. A partir de 1988, quando escreveu os *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*, Guy Debord explicitou os riscos ambientais e mostrou como tais perigos são eclipsados da crítica, quando já não se pode fazer objeções ao discurso mercantil. Mais uma vez, é sob o domínio da economia política que a vida e as condições de vida são negadas.⁴⁶

⁴⁶ Dois problemas apontados no texto de 1988 são suficientes para demonstrar o alcance da teoria em relação aos problemas ambientais tangenciados por Lefebvre e hoje colocados na ordem do dia de qualquer possível transformação social. O primeiro assinalamento diz respeito a uma das soluções encaminhadas para garantir a segurança das centrais nucleares na França: há quem defenda um sistema de comportas e filtros que evita a fissão ou a explosão do material confinado, mediante a liberação gradual de pequenas parcelas de resíduos, que contaminam aos poucos as área vizinhas às instalações (é claro que atingindo raios cada vez maiores) –

Contra a degradação da vida concreta, as análises situacionistas reivindicam um espaço de lutas que se afirma pela instauração da comunidade, do diálogo e do espírito crítico.

Os intelectuais e artistas que promoveram um movimento de carácter experimental, a partir da proposta de Guy Debord, realizavam reuniões designadas Internacionais Situacionistas das quais resultou um material de alcance crítico inquestionável.

Gilles Ivain, um dos mais ativos participantes deste grupo, faz as seguintes considerações a propósito da constituição do espaço, que soam como muito atuais:

“Una enfermedad mental ha invadido el planeta: la banalización. Todo el mundo está hipnotizado por la producción y el confort: sistema de evacuación directa, ascensor, cuarto de baño, lavadora.

Este estado de las cosas, que nace de la lucha contra la pobreza, ha superado su fin último – la liberación del hombre de las preocupaciones materiales – para convertirse en el presente en una imagen obsesiva. Entre el amor y el conducto de evacuación de basura la juventud de todos los países ha elegido el conducto de evacuación de basura. Una transformación total del espíritu se ha hecho indispensable, recuperando deseos olvidados y creando otros completamente nuevos. Y por medio de una ‘propaganda intensiva’ a favor de esos deseos.

esta solução é considerada razoável, dentro do seguinte raciocínio: “já que o acidente é sempre possível, o que se deve evitar é que ele atinja um patamar catastrófico, e já está bom. Basta contaminar aos poucos, com moderação. Quem não percebe que é muitíssimo mais sadio tomar 140 centilitros de vodka por dia, durante anos, do que já começar se embbedando como um polonês?” (Debord, G., 1997 p.196) O segundo enunciado, que denuncia a lógica da sociedade do espetáculo, foi extraído de uma discussão a respeito da possível proibição mundial da produção de clorofluorcarbono, realizada durante uma conferência internacional de especialistas, em Genebra, 1986. Neste caso, a principal restrição à proibição foi feita pela delegação francesa, que baseou seus argumentos no cálculo feito pela produtora Elf-Aquitaine dos prejuízos causados por uma espera mínima de três anos para que um eventual substituto do produto fosse encontrado –deste modo “o estrategista industrial pôde fazer com que seus oponentes avaliassem todo o inexplicável descuido econômico que estavam mostrando, com este apelo à realidade – ‘é muito perigoso basear uma estratégia industrial em imperativos ambientais’.” (Debord, G., 1997. p.197)

Ya hemos señalado la necesidad de construir situaciones como uno de los deseos básicos sobre los que será fundada la próxima civilización. Esta necesidad de creación ‘absoluta’ ha estado siempre íntimamente asociada a la necesidad de ‘jugar’ con la arquitectura, con el tiempo y con el espacio.” (Ivain, G., 1996. p.16)

Daí resulta uma proposição experimental:

“esta nueva visión del tiempo y el espacio, que será la base teórica de las construcciones futuras, no está todavía a punto ni nunca lo estará si no se experimentam antes los comportamientos en las ciudades reservadas a ese efecto, ciudades que contendrán – además de los equipamientos indispensables para un mínimo de confort y seguridad – edificios cargados de un gran poder de evocación y de influencia, edificios simbólicos que expresen los deseos, las fuerza, los acontecimientos pasados, presentes y futuros.”(idem, p.16)⁴⁷

Ao ser empreendido, o programa situacionista libera as forças reprimidas durante o processo de produção do espaço sob o capital, e provoca seu reinvestimento em formas alternativas, gerando novos desenhos ambientais, supostamente capazes de emancipar a sociedade de seus traumas mais significativos, provocando a emergência de um devir compatível com a realização das potencialidades humanas, ou pelo menos um devir não tão carregado de auto-destruição quanto o que estamos experimentando.

⁴⁷ O sentido experimental das propostas situacionistas se expressam muitas vezes na apresentação de “projetos”, onde a criação de situações é pensada nos extremos das possibilidades. Apenas com o objetivo de deixar indicado este horizonte das formulações do grupo, reproduzimos aqui algumas passagens do Proyecto de embellecimientos racionales de la ciudad de París (IS, 1955): [...] abrir el acceso a los tejados de Paris para poder pasear por ellos, remodelando las escaleras de incendios y creando pasarelas donde sea necesario. [] Jacques Fillon quiere transformar las iglesias en ‘casa de terror’(utilizar su escenario actual acentuando la sensación de panico que produce.[...] Mantener las estaciones de ferrocarril en su estado actual. Su fealdad bastante conmovedora refuerza mucho el clima de transitoriedad producido por el leve encanto de estos edificios. [...] Abolición de los museos y distribución de las obras de arte por los bares [...] Acabar com la cretinización del publico debido a los nombres actuales de las calles [...]”. (IS., 1996. p. 57) Uma proposta experimental situacionista que vem sendo discutida ainda nas proposições teóricas do espaço se encontra na *New Babilon*, desenhada por Constanza, da qual foram realizadas maquetes que mobilizam longos e intensos debates.

Podemos enxergar na proposta da psicogeografia e da deriva um modo de *habitar*, compatível com a definição que estamos assumindo de que produzir espaço é habitar-construir-pensar. Nos interstícios dos espaços que configuram a rede de poder sob a qual nos situamos, parece existir um intervalo que é propício à criação.

As propostas situacionistas estão baseadas em análises irrefutáveis e seu programa é insubstituível numa perspectiva de transformação social. Contudo, um limite importante se estabelece pela artificialidade das situações propostas. Como bem adverte Lefebvre, H., “é preciso modificar o repertório cotidiano: atitudes, papéis, comportamentos, modelos e não se contentar apenas em acrescentar a ele momentos excepcionais.”(Lefebvre, H., 1969. p.33) A criação de algumas situações de potência revolucionária nem sempre é explicitada e quase nunca passa por uma atividade já denominada e normalizada, especializada, como acabou por se tornar o “situacionismo”.

O grupo situacionista deixou um lastro de consciência crítica inatacável, realçando entre outros aspectos a formação da consciência ambiental. A possibilidade de estabelecer uma cartografia psico-geográfica a partir da técnica da deriva é, fora de dúvida, uma perspectiva criadora de realidades. A cartografia a ser feita está latente nos espaços que secretam diferenças e reconfiguram a disposição das peças no tabuleiro, de modo que o jogo pelo menos prossiga.

Estamos em condições de tentar estabelecer fragmentos das cartas de um espaço real para que nem tudo necessariamente desapareça nas redes virtuais. Se não for possível anular os circuitos, alguma coisa pelo menos deve permanecer no ar, quando for decretado o *off Tine* final! Porém, é pouco provável que isto possa acontecer por uma proclamação vinda do alto: um basta definitivo.

Henri Lefebvre observa, a propósito dos situacionistas:

“Ora, eles não propõem uma utopia concreta, mas sim uma utopia abstrata. Acreditam de fato que um belo dia, ou uma noite decisiva, as pessoas irão se olhar de frente e dizer: ‘Basta! Chega de trabalho e de tédio! Acabemos com isso!’ e que elas entrarão para a Festa imortal, na criação de situações? Se isso aconteceu uma vez, a 18 de março de 1871, ao alvorecer, essa conjuntura não se reproduzirá mais. Seria trair a revolução dizer e lembrar as perguntas deixadas em suspenso pelos grandes revolucionários: ‘O que é o período de transição e de mutação? Em que consiste?’” (Lefebvre, H. 1969, p.169)

É certo que o programa situacionista levado a cabo antes de maio de 1968 e visto em ação neste mesmo mês e ano, na França, evidenciou seus limites quando uma nova reterritorialização imposta pelo capital transformou os acontecimentos de rua em convulsão espasmódica, sem maiores conseqüências no nível macropolítico. Contudo, um germe parece ter permanecido e outras teorizações e programas levaram adiante algumas das principais proposições da psicogeografia e da perspectiva da deriva.

Michel de Certeau, que empreendeu um vigoroso programa de pesquisas cujos resultados foram publicados nos dois volumes de *A invenção do Cotidiano* (1990, 1994), estabelece uma teorização que vem exatamente no sentido de dar inteligibilidade e extrair conseqüências daquela ocupação do espaço que estabeleceu rupturas irreversíveis no campo acadêmico⁴⁸. Seu objetivo declarado é “voltar-se para a proliferação disseminada

⁴⁸ Nas palavras de Luce Giard, que faz a apresentação de Certeau, M. (1994), o importante papel deste historiador-jesuíta enquanto pesquisador dos problemas da cultura e da sociedade “nasceu de sua surpreendente capacidade de analisar, ao vivo, entre maio e setembro de 1968, o turbilhão dos ‘acontecimentos’, como se dizia então... Procurou não propor soluções nem apresentar um diagnóstico definitivo que encerrasse o futuro, mas sobretudo compreender o que estava acontecendo. Toma por objeto não a espuma dos dias, o desconcerto, a confusão do discurso político, as lamentações de uns, as censuras dos outros, mas o sentido oculto daquilo que, mais profundo, e ainda misterioso, se manifesta essencial em uma grande confusão de palavras... Maio de 1968 deixa Michel de Certeau intrigado, ‘tocado’, ‘alterado’, segundo seus próprios termos.”(Certeau, M. 1994. p. 11).

de criações anônimas e percíveis que irrompem com vivacidade e não se capitalizam.” (Certeau, M. 1990. p.13).

As análises que passa a realizar privilegiam algumas maneiras do *fazer*, selecionadas segundo o interesse estratégico para o campo de investigação, e em todos os casos seu trabalho concede legitimidade lógica e cultural às práticas cotidianas.

Apesar dos compromissos de Michel de Certeau com a ciência, e a significativa presença em sua dissertação de um estruturalismo linguístico, que o distanciam da militância dos situacionistas, não podemos deixar de ver a continuidade entre os dois referenciais, quando a questão da deriva se apresenta, numa condição embora mais hierarquizada, sob a forma de “caminhada”.

No estudo das práticas de invenção do cotidiano, a caminhada, os passos, os esquemas de ação, constituem precisamente o dado primeiro da “enunciação” que dá sentido ao lugar, transformando-o em espaço. As reflexões aqui, também marcadas pelas teses do urbanismo, apontam para a emergência de um devir criativo na prática de passagem de um lugar a outro.

“Se é verdade que as florestas de gestos manifestam, então sua caminhada não poderia ser detida num quadro, nem o sentido de seus movimentos circunscritos num texto. A sua transumância retórica traz e leva os sentidos próprios, analíticos e coerentes do urbanismo: é uma ‘errância do semântico’, produzida por massas que fazem desaparecer a cidade em certas regiões, exageram-na em outras, distorcem-na, fragmentam e alteram sua ordem no entanto imóvel...”(Certeau, M., 1990. p.182-183).

Um corte conceitual aponta para a distinção entre “estratégias” e “táticas” e este corte é de particular importância quando se trata de refletir criticamente sobre a ocupação territorial, ou, mais exatamente, sobre a produção social do espaço. Com esta diferença o autor denota a existência de dois registros sincrônicos na construção: de um lado, a possibilidade de isolar um sujeito de querer e poder que serve de base a uma gestão externa, estabelecendo modelos altamente racionais e racionalizantes – estratégia; de outro lado a irrupção de práticas aparentemente ‘improváveis’, marcadas por ‘tateios’, ‘astúcias pragmáticas’ – táticas sucessivas.

No aspecto programático, o que dá continuidade à perspectiva de ruptura e transformação social é a dimensão da tática:

“Denomino [...] ‘tática’ um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O ‘próprio’ é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no vôo possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...], mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’.

... Em nossas sociedades, elas se multiplicam com o esfrelamento das estabilidades locais como se, não estando mais fixadas por uma comunidade circunscrita, saíssem de órbita e se tornassem errantes... [as táticas] introduzem um movimento

browniano neste sistema. Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula.”(Certeau, M., 1990. p.4.6-47).

Desta distinção se extrai uma conseqüência importante no que diz respeito ao modo de conceber as relações sociais na dimensão espaço-tempo, conduzindo à elucidação das trajetórias indeterminadas, que criam as singularidades da vida cotidiana e escapam às codificações amplamente generalizáveis dos jogos estratégicos – trata-se das táticas do contra-poder.

Para seguir com o autor é necessário ainda operar uma outra distinção, desta vez entre “espaço” e “lugar”:

“Um **lugar** é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do ‘próprio’: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar ‘próprio’ e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...] Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um ‘próprio’.

Em suma, o espaço é um lugar praticado.” (Certeau, M., 1990. p.202)

Neste sentido, a definição dos lugares é um efeito principalmente das estratégias, enquanto os espaços são produzidos preferencialmente com a irrupção das táticas.

Um outro par conceitual compõe ainda o enquadramento teórico a partir do qual a problemática do espaço-tempo é abordada: mapa e percurso.

O mapa é o componente estratégico, relativo portanto aos lugares; invento com data marcada (séculos XV a XVII) que transformou os relatos de viagens, até então transmitidos como narrativas de “percursos”, em “conjunto formal de lugares”.

A recuperação dos relatos de espaços da cultura cotidiana corresponde ao componente tático que permite o ultrapassamento da redução geográfica por sua imanência na dimensão temporal: espaço-tempo se reúnem no ato comum de *fazer, inventar, criar*.

Com esta definição em perspectiva, o modelo avança em direção à pesquisa empírica e se dedica a desenhar as figuras relativas às trajetórias decorrentes dos variados modos de transformação dos lugares em espaços. Trata-se, então, de apresentar e analisar as práticas cotidianas que definem o espaço vivido.

Tanto em Debord como em Certeau encontramos a possibilidade de seguir analisando o campo, através do exame das práticas concretas de ocupação dos lugares, espaços, construções. O que permite passar a isto é uma escolha de “situações”, ou “exemplos privilegiados”.

3.3- ESPAÇO-TEMPO DAS EXPERIÊNCIAS SINGULARES

Os estudos sobre a construção do espaço passam a se desdobrar em registros que caminham de uma escala macrossocial a uma escala microssocial, nos dispositivos analítico-críticos; as observações e relatos que lhes são correspondentes também

contemplam, nesta etapa, uma visada mais próxima e interativa das experiências particulares de construções espaço-temporais.

Na seqüência apresentamos três crônicas relativas a certos modos especiais de ocupação dos lugares, que resultam em matrizes espaciais originais e aos quais fomos conduzidos a partir rias constantes incursões no campo, seguindo os contornos psicogeográficos realçados nas observações e entrevistas.

Trata-se de narrar trajetórias de vidas que estabelecem linhas de trânsito e geram “estações”, “instâncias”, pontos nodais de territorialidades em constante processo de transformação.

As narrativas se organizam no contexto da proposição de um Sertão recolocado em perspectiva a partir das críticas às espacializações onde predomina o aparato técnico-científico-informacional.

a) plantadores: famílias floristas

**“É isto. É primavera.
Estou feliz, em febre
Outros
Eu politizam suas dores.
me polinizo
ou polemizo
com as flores”.**

Affonso Romano Sant'anna

Tivemos a oportunidade de indicar, na recomposição territorial que estamos propondo, a continuidade da “zona rural” de Miguel Pereira com o vizinho município de

Petrópolis, em função das práticas que os colocam em íntima conexão. Uma das situações que melhor expressa a relação é a de plantação de flores que acontece amplamente nas localidades de Facão, Vale das Princesas, Catete e Vila Suzana, estendendo-se discretamente até Marco da Costa.

Entre os anos 40 e 50 do século XX a emigração portuguesa para Petrópolis sofreu uma intensificação e boa parte desta imigração estava voltada para o cultivo de flores: a expansão destas atividades no final da década de 50, início dos 60, provocou a emergência de novos fluxos migratórios até o atual território de Miguel Pereira. Um número considerável de famílias portuguesas arrendou propriedades na região e introduziu aí o cultivo que vinha tendo êxito no município vizinho, associando à cultura das flores uma pequena produção de horti-fruti-granjeiros em escala de subsistência.

Uma parte deste investimento passou pelo destino comum às demais produções agrícolas que já estivemos analisando nas situações anteriores, com os antigos proprietários de terra almejando os rendimentos da especulação imobiliária e recuperando a posse do lugar para venda de terrenos e construção de sítios de veraneio.

Alguns imigrantes, no entanto, conseguiram resistir à penetração deste eixo dominante, e implantaram uma atividade que tem características bastante singulares; em alguns casos os arrendatários portugueses conseguiram adquirir terras para cultivar e prosseguiram trabalhando com suas famílias, acionando estratégias diferentes para os momentos de crise e ameaça da produção. Hoje esta plantação serve de referência a uma das identidades mais fortes no lugar, e este segmento da população é identificado como os, 'portugueses das flores', embora as gerações hoje diretamente responsáveis pela continuidade da atividade já não sejam mais de portugueses.

A plantação de flores foi mencionada nas entrevistas a partir de três valores: para a população de origem rural⁴⁹, os floristas portugueses são os agricultores bem sucedidos – referem-se a eles sempre que são questionados a respeito das potencialidades produtivas da região; para o pessoal ligado aos órgãos administrativos (Secretaria de Agricultura, EMATER, etc.) o caso dos plantadores de flores é modelar no entendimento de estratégias alternativas de manutenção da atividade agrícola, tanto no que se refere às técnicas utilizadas (compatíveis com as condições físicas do lugar) quanto ao tipo de organização que têm alcançado na condução de seus negócios (com a adaptação das formas de comercialização às vicissitudes do mercado); finalmente, para todos os que têm chegado à região especialmente ao longo dos últimos 30 anos, a plantação de flores concede uma certa “autenticidade” agrícola à região, agregando o “charme” da ruralidade às propriedades vizinhas – “charme” neste caso ainda acentuado por tratar-se de cultivo tão nobre e tão favorável às apropriações estetizantes da poesia (os sitiantes consideram que agregam valor cultural às suas propriedades quando indicam que ela está na vizinhança de um “cultivo de flores no Vale das Princesas”!)

Em nosso estudo escolhemos para acompanhamento uma destas famílias portuguesas, que é referida várias vezes nas entrevistas que realizamos: um casal português cujas atividades estão relacionadas ao cultivo e à comercialização de flores. Dos dez filhos do casal, todos adultos, sete estão ligados ao negócio das flores, de modos bastante peculiares e experiências suficientemente ricas para merecerem descrição mais detalhada e análise mais próxima: trata-se para nós de uma situação paradigmática, que

⁴⁹ Estamos nos referindo às pessoas que têm sua vinculação à região ancorada no período em que predominou a atividade agrícola.

permite localizar várias forças em jogo na dinâmica regional, aumentando nossa compreensão das espacialidades possíveis, em um provável desenho de cenários futuros.

Maria Elvira e Manuel Antônio Pimenta chegaram ao Facão em 1957, recém-casados. Ambos haviam chegado a Petrópolis em 1952 (aos 15 e 24 anos de idade respectivamente), oriundos de Vila Real de Trás-os-Montes, em Portugal.

Maria Elvira veio com a mãe e dois outros irmãos, a chamado do pai, que por sua vez viera a chamado de um “patrício”: Antonio Albano Pimenta.

Manuel Antonio veio a chamado deste mesmo Albano, seu tio, e suas memórias dão conta de um contexto de interação de muitas variáveis envolvidas em um processo de “migração”. Ele conta:

“Minha decisão de vir para o Brasil foi, em primeiro de tudo, para sair do exército... O caso foi das guerrilhas que havia em África; Portugal mandava para lá de três em três anos uma frota de soldados para manter lá a ordem... dos 17 aos 20 anos eles não deixavam sair de Portugal, e aos 20 ia para o Exército, se alistava, e ficava à disposição. De lá podia sair a qualquer momento para a África. Quem pegava número alto não ia, quem fosse casado não ia, quem tivesse pai velho não ia. Eu tinha meu pai de idade e por isso peguei um número alto. Mas eu não saí em definitivo, fiquei um ano e tanto em serviço auxiliar. Eu comecei a ficar revoltado comigo mesmo. Aí uma lei, daquele tempo do Salazar, dizia que tinha que sair, tinha que se ausentar, quer dizer, imigrante... Eu podia ir para a África, para qualquer colônia, mas no meu caso era para Angola. Então eu optei em vir para o Brasil. Eu tinha um tio aqui que me mandou uma carta e eu assim ficava livre do Exército.”

Esta condição de imigração se diferenciava então de outra condição, em que a imigração era promovida pelo governo brasileiro. No caso de Manoel Antonio, ele próprio adquiriu a passagem e tinha quem o tutelasse. Ao referir à sua condição, os entrevistados

contam que vieram para o Brasil de “carta-chamada”, isto é, não se tratava de aventurar-se, mas de vir para uma situação já controlada, onde imigrantes anteriores asseguravam aos parentes o quê, onde e como deveriam fazer para “conseguir alguma coisa na vida”-eram lavradores na origem (plantavam feijão, milho, batata, frutas, entre elas, uva, muita uva!). Nesta condição obtinham desde logo o visto permanente.

O casal viajou no mesmo navio, o North King, da Companhia Colonial Panamenha, numa travessia que durou dezoito dias (de 2 de julho a 20 de julho). Manuel e Elvira não chegaram a se conhecer no navio e, embora tenham vindo para a mesma colônia em Petrópolis (Fazenda Santa Isabel, antiga Caxambu), tinham apenas vagas notícias a respeito um do outro, até que cinco anos depois, 1957, se encontraram e na mesma tarde decidiram casar-se.

Durante este período, Maria Elvira ajudou os pais no cultivo de flores e Manoel Antonio realizou uma trajetória que o permitiu passar de agregado em uma família de arrendatários em Petrópolis, à proprietário em Miguel Pereira.. Sua narrativa, também neste caso, é repleta de detalhes:

“ Eu era curioso, sabia ler e escrever; lá eu não era nenhum bobo, já tinha meu dinheirinho. Não entendia nada de flores. Não entendia nada do modo de trabalhar aqui, porque lá era tudo já no arado. Aqui era tudo na enxada, enxadão, pelos morros, puxar nas costas. Eu não entendia nada, eu não acostumava com a comida daqui, porque lá era tudo cozido – chegando aqui era feijão preto... No primeiro ano, se eu pudesse ter ido embora, eu tinha ido embora. Lá eu ia a muita festa: tem festas tradicionais, festas católicas. Aqui eu fiquei muito triste. Diz que homem não deve chorar, mas eu chorava, chorava muito. Ficava no quarto, na propriedade do meu tio, mas sozinho. Procurei um irmão que tinha

vindo para cá muito pequeno e ele estava em uma situação muito ruim, muito ruim.

Nos primeiros seis meses eu ganhava muito pouco, eles tinham outros cinco empregados, e tudo o que eu fazia era mal. Aí eu decidi que ia ganhar algum dinheiro e ir embora, porque meu pai tinha comprado a passagem com um dinheiro que ele não tinha, tinha pedido emprestado... No cabo de um ano melhorou um pouco o salário, e eu fui melhorando, já estava a namorar um pouco, quer dizer, paquerar... porque eu nunca fui de namorar, eu paquerava, porque se namorasse firme tinha aquela coisa de... fica ruim de largar... Eu fui fazendo aquilo, paquerando, para não consumir a mim mesmo, porque eu ficava ali deitado, na esteira, e depois comprei uma cama, porque eu não estava acostumado em esteira. Ficava deitado pensando, o que é que eu fui fazer? Ficava triste, triste... Eu tinha que arrumar um dinheiro para não voltar duro, porque ia ter muita zombaria, que tinham uns que voltavam e tinham até que vender o que deixaram lá.

Aí chegou uma pessoa conhecida que me chamou e disse, “você está perdendo seu tempo, você tem que ir para o Rio, que lá é melhor”. Eu fui no Rio e passei lá dois dias, era janeiro, um calor. Eu fui ver um emprego num posto, para lavar carro, em Botafogo, na rua Visconde das Caravelas.

Quando voltei meu tio começou a puxar conversa comigo... “tu vais embora, vais pro Rio... eu sei porque que tu vais... esses que estão te falando, tu ganhas mais que eles... agora você vai a passar tanto...” Me fez um monte de promessas. Disse que ia chamar os outros empregados e dizer: “olha quando eu não estiver quem manda aqui é Dona Tereza, mas quando ela também não estiver quem manda aqui é Manoel Antonio”. Isto foi um alívio. Porque o que mandava era muito ruim. Aí eu fiquei lá, mais uns dois anos.

Já tinha então um dinheirinho, porque era muito econômico... Meu tio também passou a me dar uma comissão.

Mas a minha paixão era trabalhar por minha conta. Lá em Portugal já tinha tudo, até um dinheirinho para fazer umas festas. Meu pai garantia tudo e no inverno, sem a lavoura, a gente arrumava uns biscates...

Meu tio antes tinha comprado aqui no Facão – um lugar difícil. De Petrópolis pra cá tinha muito estivado.

Aí eu perguntei: quer fazer um negócio comigo lá no Facão? Mas agora eu não vou assim não: eu vou com um contrato por cinco anos, pago dois meses de aluguel adiantados, pago sempre adiantado, mas quero um contrato para fazer no terreno o que eu quiser. O que eu vou plantar, como eu vou plantar. Olha, eu pago 1500 por mês, que naquela época era o salário mínimo, eu pago por mês... Se eu alugar aquilo lá, eu fico aqui ainda dois meses, pra vocês arrumarem alguma coisa. Senão, eu vou me embora agora mesmo. Porque lá eu era escravo.

Eu tirei o casquete, joguei assim no chão e disse – eu não digo por soberba, mas tenho fé em deus que nunca mais vou trabalhar de empregado pra ninguém!

Aí vim plantar aqui. Plantava flores e outras coisas. O dinheirinho que eu trouxe em seis meses tinha acabado tudo. Mas eu fiz de tudo, fiz empreitada. Depois mandei vir um irmão meu. Mas vivi mais de um ano sem ter lucro. Ao cabo de um ano começou a entrar o futuro. Depois de outubro, com as flores, entrou um dinheirinho. Vendi umas novilhas que eu tinha comprado.

Naquele tempo a gente deixava a flor para vender em consignação. Tirava uns cartões e voltava no fim do mês para ver o que rendia. Eu mandava para o Rio de Janeiro inteiro. A gente deixava naquelas casas de flores todas.

Eu ainda estava querendo ir embora. [o outro sócio do sítio vendeu a parte para o tio] Mas aí eu comprei a outra parte do sítio.

Depois de tudo isso, eu pensei, agora ou eu vou casar, ou vou embora...

Tinha umas primas, só que eu não paquerava elas. Mas eu sempre ia na casa delas. Tinha umas lá doidas por mim, mas eu não estava querendo. [um dia visitando essas primas] Minha tia disse, está com pressa hoje? A Elvira disse que vem aí hoje. Aí eu fiquei e depois fui acompanhar ela em casa, e aí saiu a história do casamento. Naquele dia decidimos casar, e eu disse pra ela – pra casar comigo é pra ir lá pro Facão.”

Ao acompanhar a trajetória deste casal, avaliando sua capacidade de permanecer em território tão ermo, dedicando-se anos a fio ao cultivo das flores, se é tentado a referendar os estudos do “caráter nacional português”, citados por Souza Santos (1999).

Assim, Sr. Manoel Antonio parece estar retratado inteiramente na descrição do português como “um misto de sonhador e de homem de ação, ou melhor, um sonhador ativo ao qual não falta certo senso prático e realista...”; “há no português uma enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, idéias e seres, sem que isso implique perda de caráter...”; “o português tem vivo sentido da Natureza e um fundo poético contemplativo estático diferente dos outros países latinos...”; “no momento em que o português é chamado a desempenhar qualquer papel importante, põe em jogo todas as suas qualidades de ação, abnegação, sacrifício e coragem, e cumpre como poucos.” (Dias, J. apud Souza

Santos, p.59)

Contudo, é o próprio Souza Santos quem adverte para o sentido elitista de tal construção, que embora interiorizada efetivamente em muitos casos, não deve nos distanciar da necessidade de perseguir um conhecimento a respeito das condições de translocalização e da dinâmica efetiva de realizações pessoais e grupais numa visão menos “mistificadora, celebratória e gloriosa.”

Cabe então deixar estas referências sedutoras para seguir traduzindo o percurso próprio de uma experiência em um contexto específico, que a singulariza.

De 1957 até 1970 (aproximadamente) Maria Elvira e Manoel Antonio cultivaram uma grande variedade de flores, que encaminhavam a Petrópolis, para as mãos de um transportador que concentrava a produção local e distribuía no Rio de Janeiro. O casal chegou a empregar até quatro pessoas em sua lavoura, mas a principal mão-de-obra com a qual contou ao longo dos anos foi a da extensa família que vieram a constituir, fazendo um filho a cada ano durante dez anos. A plantação incluía uma variedade de espécies bem maior do que a cultivada hoje e a “roça” foi suficiente para manter e educar os dez filhos do casal.

A distribuição do trabalho familiar especializou-se para distinguir as atividades “femininas” e “masculinas”; as filhas se responsabilizavam pela parte “mais leve”: colheita, regação, sementeira, enquanto os rapazes se responsabilizavam pelo trabalho de enxada, expostos ao sol. Todos os filhos completaram o curso primário, que era o máximo de escolaridade possível com os recursos da região. Sua educação, além disso, foi marcada pela forte disciplina do trabalho e pelo aproveitamento de todas as oportunidades para

conhecer aspectos relativos à sofisticação da produção de flores: tingimento, arranjos, reprodução de mudas, etc.

Em 1987 o casal Maria e Antonio se mudou para a cidade (Miguel Pereira), onde comercializa os produtos do próprio sítio e outras mercadorias que compõem o estoque do armazém “Primavera Lisboaeta”, o único na cidade que vende flores e arranjos florais (há hortos, que vendem mudas de flores, mas não há outras lojas de flores). Os filhos, já adultos, responsabilizaram-se pelo “sítio”.

O domínio do mercado local de flores constituiu a principal estratégia de sobrevivência da produção e a capacidade de manter uma sociabilidade rica e enriquecedora. O casal em 1991 pôde viajar a Portugal, contrariando o destino mais comum entre as famílias de imigrantes que permaneceram nas zonas rurais, para quem a idéia de “voltar à terra” quase sempre se converte num sonho indefinidamente adiado.

A opção pela venda em pequena escala tem se mostrado vantajosa, hoje ainda mais que antes, quando a destinação do produto para mercados maiores se torna inviável: a comercialização das flores implica uma rotina de atividades que pode exigir uma seqüência de 48 horas ininterruptas (entre colher, acondicionar para o transporte, transportar, acomodar nas bancas dos mercados distribuidores e vender à rede varejista). Além disso, a competição com os grandes produtores tem onerado absurdamente o custo para manutenção de “barracas” no mercado distribuidor (R\$ 700,00 p/mês em outubro/2000). Este é um fator que provoca uma nova onda de desistência na produção local de flores, e mais uma vez a família Pimenta exerce sua resistência, através de dispositivos familiares efetivos e eficazes. Um destes dispositivos consiste na manutenção de uma “barraca” de flores na feira semanal local e a instalação de uma loja para venda de

flores no município vizinho, onde as mulheres da família atualizam os aprendizados anteriores de criação de arranjos florais na venda de ornamentos para cerimônias (especialmente as festas religiosas, casamentos, etc.).

Hoje a propriedade e as plantações estão sob inteira responsabilidade dos filhos do casal. São cinco os que permanecem diretamente ligados ao cultivo: dois homens casados, um homem solteiro e duas mulheres solteiras, o que implica um fracionamento da propriedade que passa a abrigar os cultivos de cada nova unidade familiar que se constitui.

A variedade de espécies cultivadas foi limitada pela capacidade de distribuição imediata, e hoje o principal cultivo é de flores do campo, copos-de-leite e sempre-vivas.

Na avaliação dos “floristas” as condições locais de habitação vêm melhorando significativamente nos últimos cinco anos, com a chegada da rede elétrica (que permitiu o uso da televisão) e mais recentemente a possibilidade de uso do telefone celular. As vias de acesso são a principal precariedade.

O trabalho duro de manutenção da produção de flores é compensada, segundo os produtores, pelo prazer de lidar com matéria “fina”, e especialmente na satisfação estética propiciada na relação com os arranjos.

A experiência atual no sítio das flores tende a um sistema de produção integrada, com forte ênfase na capacidade de auto-sustento, incluindo uma estimativa de sustento para toda a família “extensa” (o casal de imigrantes, filhos e netos).

Não existem redes associativas que reúnam os produtores locais de flores, ou mesmo que mantenham o sentido original de “colônia” que predominou nos anos 50-60. A família funciona como instância de associação, na medida em que, conforme o já caracterizado, as atividades de produção e circulação vão sendo articuladas.

A localização das plantações de flores é uma das que mais propriamente revelam o ônus da desarticulação do Sertão da Parahyba. Tanto a formação histórica da colônia, quanto as atuais redes de práticas articuladas no processo de produção familiar, apontam para continuidades regionais violentamente rompidas pelas divisas municipais e a carência de políticas públicas de caráter intermunicipal, especialmente a carência de transportes. A pequena distância de 9 km. que separa a localidade de Facão (MP) do Vale das Videiras, em Petrópolis, torna-se um obstáculo de difícil transposição dadas as condições intransitáveis da estrada e a ausência total de transporte coletivo na região. Tão pouco as linhas de ônibus que servem, ainda que precariamente, às localidades de Miguel Pereira mais próximas da atual sede municipal, alcançam as “longínquas” localidades da zona rural.

A análise e as conclusões a respeito desta experiência seguem de perto as considerações das condições agrícolas de Portugal, feitas por Souza Santos:

“A pequena agricultura familiar portuguesa não se modernizou como a europeia (mecanização, quimificação, gestão, comercialização), pelo que é freqüentemente considerada pré-moderna, subsistindo através de complexas articulações com a agricultura e a indústria modernas. Mas esta codificação como pré-moderna é ela própria instável e aberta a outras codificações. A sobreprodução, a dedicação exclusiva e a degradação do meio ambiente que caracterizam a agricultura moderna têm vindo ultimamente a ser questionados, e a tal ponto que já se fala de uma crise final deste modelo de agricultura. Com a crise da agricultura moderna, o défice da modernidade da agricultura familiar portuguesa tende a atenuar-se. Aliás, a vingar a posição dos ecologistas, é bem possível que este modelo agrícola seja transcodificado e, de pré-moderno, passe a ser pós-moderno pelas combinações práticas e simbólicas que proporciona entre o econômico e o social, entre o produtivo e o ecológico, entre ritmos mecânicos e ritmos cíclicos.”(Spuzza Santos, 1999. p.66)

Na mesma linha de raciocínio do autor, é-nos permitido avaliar a experiência naquilo que ela: “permite de qualidade de vida pelo equilíbrio que proporciona entre trabalho urbano e trabalho rural; ajuda a fixar a produção nos campos e impede a congestão das cidades; não destrói o meio ambiente e produz equilibradamente evitando o excedente.” (idem, p.99)

b) paisagistas: subjetividades mutantes em busca de um futuro sustentável

**Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros.
O instinto Caraíba.**

**Morte e vida das hipóteses. Da equação *eu* parte do *Cosmos* ao axioma *Cosmos* parte do *eu*.
Subsistência. Conhecimento. Antropofagia.
Contra as elites vegetais. Em comunicação com o solo.**

Oswald de Andrade. Manifesto Antropófago.

Havia no horizonte duas opções principais para quem nasceu e cresceu no meio rural na segunda metade do século XX, nas situações em que o sustento dependia da atividade agropecuária em pequena ou média escala: submeter-se às condições de escassez e decadência a que este tipo de atividade vem sendo sistematicamente submetido, ou deslocar-se para a cidade e lutar numa competição desigual pelos melhores postos de trabalho, ultrapassando sua condição social de origem.

A pauta de um possível desenvolvimento sustentável tem penetrado rapidamente no “campo”, e uma parte importante da população jovem encontra por aí a possibilidade de construir modos de vida que lhe permita ultrapassar o pêndulo das dificuldades anteriormente mencionadas.

Sabe-se que uma nova dinâmica no campo aponta para a formação de redes de prestação de serviços cada vez mais colocados em evidência, como é o caso, por exemplo, das atividades turísticas caracterizadas como de caráter ecológico-rural-cultural, e embora nem sempre estas atividades valorizem realmente as experiências locais, algumas vezes acontece de as forças desterritorializadas pela passagem devastadora dos processos de subjugação do capital interceptarem fluxos produtivos e trabalharem com eles num sentido construtivo e criativo.

No entorno do Rio Santana e seus pequenos riachos afluentes, a disposição da paisagem aponta para a formação de balneários, o que tem ocorrido quase sempre de modo assistemático e perigosamente poluidor, mas que também tem dado origem a empreendimentos surpreendentemente plenos de controles ambientais e perspectivas ecológicas, associados à possibilidade de crescimento pessoal de seus agentes/pacientes e transformação das relações sociais.

De particular interesse para nosso estudo é um trabalho de zoneamento e estacionamento conduzido por um ex-agricultor da localidade, casado com uma professora da escola municipal local, também nascida na própria comunidade.

O protagonista desta experiência tem 32 anos de idade, cursou até a primeira série do segundo grau, e sua ascendência familiar aprofunda raízes nas mais remotas lembranças do *Sertão da Parahyba*. Ele é neto de “tropeiros”, remanescentes portanto da mais antiga prática da qual se tem notícia em Marco da Costa, que além de criarem e conduzirem os animais, mantinham uma plantação de chuchu, que comercializavam, e a lavoura e a pecuária de subsistência. Seus pais já não viveram das práticas relacionadas à larga existência das tropas, e permaneceram na região em um período em que o principal

meio de vida foi a produção de carvão vegetal. Eram, portanto, carvoeiros, que faziam da queima da madeira sua principal atividade, complementada por lavouras e pecuárias de subsistência. Seu pai, além disso, obteve na prática a ciência de construção de próteses dentárias, e fez disso sua principal atividade, sendo popularmente conhecido como “Sr. Sebastião das dentaduras”. Também desenvolveu empiricamente a capacidade de construir casas, e foi considerado um bom construtor, solicitado para ir muitas obras na localidade em que vivia. A mãe se responsabilizou diretamente pelas atividades da roça e desenvolveu nos filhos as habilidades necessárias para trabalharem, bem como administrou sua vida de modo a garantir um bom nível de escolaridade para eles: mudou sua residência de lugar, aproximando-se da cidade de Petrópolis, onde alguns dos filhos tiveram a oportunidade de obter emprego no comércio, como vendedores e balconistas, e estudarem até completarem o segundo grau. Toda a família demonstrou uma enorme capacidade de adaptar-se às situações adversas que de cada vez atingiram as condições de vida e sobrevivência no campo, e permaneceram no mundo rural, variando as atividades e, conseqüentemente, multiplicando as fontes de rendimento. Pelo que se apreende da condição atual da matriarca, a posse da terra foi assegurada, na expectativa de que este era o “bem” a ser perpetuado no devir das gerações. Tanto é assim, que esta senhora, que tem sete filhos, possui uma área de dez alqueires, onde ela mesma potencializa a capacidade de criar gado bovino através da plantação de Capim Braquiara e abriga experiências de plantações feitas pelos filhos que extraem daí seus respectivos sustentos. Seguindo uma tendência da região, o cultivo de flores é uma das apostas mais recentes dos filhos que permanecem na mesma área.

Na trajetória que focalizamos, Waldecy, o protagonista, retirou o máximo proveito

das experiências familiares, tornando-se herdeiro tanto das ciências construtivas do pai, quanto das habilidades e iniciativas da mãe. Hoje já não divide o terreno com a mãe, o que fez até bem pouco tempo, e procura atualizar simultaneamente várias possibilidades de ganhos: é protético (cobra R\$ 70, 00 para fazer uma dentadura, utilizando-se do material herdado do pai, que morreu há alguns meses); construtor (fez sua própria casa e todas as demais instalações que caracterizam seu projeto imobiliário atual); lavrador e empreendedor.

Nós o encontramos conduzindo uma experiência em uma área antes pertencente à Fazenda São João, uma das mais antigas da localidade de Marco da Costa, e portanto da região dos caminhos de terra da passagem do ouro. A fazenda sofreu como tantas outras um processo de fracionamento na altura do meio do século XX, dando origem a um loteamento chamado “Chácaras do Caminho do Imperador”, registrado no município de Vassouras no ano de 1948 por três proprietários. O plano consiste em um desenho de lotes e quadras, incluindo a possibilidade de abertura de ruas, e estendendo-se do alto do morro até a cabeceira do Rio Santana. Neste corte de terreno há várias outras nascentes. Por algum motivo não conhecido, a divisão por lotes não prevaleceu, seja porque eles não chegaram a ser vendidos, seja porque as vendas não se converteram em propriedade real, já que não houve registro em cartório das aquisições de frações.

Em 1998 duas linhas se cruzaram: a do jovem agricultor-protético-construtor que buscava uma maneira de sair das terras da mãe que até então ocupava, plantando flores e criando algumas cabeças de bovino, e a do então proprietário do loteamento “Chácaras do Caminho do Imperador” que pretendia vender a área. Num acerto de contas que incluiu alguma poupança do agricultor, a liquidação de uma parte da herança do velho protético,

e prestações financiadas, uma área de 514.000 metros quadrados mudou de proprietário e tornou-se objeto de uma dinâmica de especializações particularmente complexa.

Podemos, sem dúvida, caracterizar esta experiência que hoje se conduz ali como o mais efetivo processo de “construção de paisagem” de toda uma zona e como uma das atividades mais singulares das quais temos notícias no campo de transformações das relações culturais no espaço rural.

Ao adquirir as terras, o novo proprietário fez um plano de ocupação, dividindo-a em quatro grandes segmentos: uma área reservada para a construção de sua própria casa e atividades de subsistência; uma área a ser preservada por possuir características florestais; uma porção a ser parceladamente vendida, aproveitando a estrutura de loteamento já existente em projeto; e uma área a ser trabalhada na perspectiva de estacionamento e ajardinamento, com fins de valorização imobiliária e eventuais investimentos empresariais. A repartição destas áreas seguiu um desenho ambiental que revela grande visão empresarial e uma importante sensibilidade eco-orientada.

A área de florestas está situada numa encosta de morro, onde o fracionamento em lotes, tal como previsto no projeto do loteamento de 1948, implicaria em forte erosão do terreno e dificuldades de construção; o que geralmente acontece em casos similares a este, é que estes lotes são vendidos por preços inferiores aos das áreas de melhores condições de construção e costumam ser objeto de modos de ocupações precários que ficam sujeitos a deslizamentos e desmoronamentos – este é o perfil da maior parte das áreas loteadas em anos recentes; é comum encontrar um núcleo de casas luxuosas, cercado por casas menores, de alvenaria ou madeira, sem acabamento externo, localizadas em situações de perigo. Na região sob estudo, a população que adota esta forma de habitação é

principalmente aquela que busca alternativas às condições de “caseiragem”, tentando obter casa própria e oferecer serviços domésticos avulsos às famílias de veranistas. Na situação especial que descrevemos aqui, a preservação desta parte do terreno, com suas características originais de fauna e flora, tanto assegura a manutenção da fração de Mata Atlântica que ela representa, quanto protege a área de ocupações de risco, assim como ainda valoriza as demais áreas colocadas à venda. Todas estas variáveis entraram no cálculo do jovem plantador transformado em empresário.

Os lotes separados para venda são recortes de 800, 900 e até 1000 metros quadrados que seguem o desenho do loteamento proposto em 1948. Os terrenos assim divididos incluem frações de maior e menor densidade vegetal e a estratégia de venda seguida está também compatível com uma perspectiva de ocupação “paisagística”. Em primeiro lugar, as vendas não estão sendo feitas maciçamente, com grandes anúncios ou quaisquer estratégias de divulgação. O rendimento dos terrenos não constitui a fonte de renda principal do casal, já que eles se sustentam com suas respectivas atividades de professora e protético e os ganhos da pequena lavoura e criação que mantêm em torno de casa; o dinheiro captado no loteamento é canalizado para os investimentos na quarta área, de parque e jardim, e sendo assim, uma venda só se realiza quando alguma oferta vem ao encontro de uma aplicação vislumbrada no horizonte próximo; seguindo este processo, a comercialização tem implicado em uma re-concentração das frações concebidas inicialmente, já que os eventuais compradores se interessam por áreas maiores, formando “chácaras de lazer”. Até o momento, a única casa construída na área loteada é grande, com cobertura de laje e telhas de barro, com acabamento externo e interno, pintura nas paredes, instalações sanitárias incluindo fossa asséptica, ajardinamento e tratamento da área

externa. Em segundo lugar, as áreas indicadas para compra e venda mantêm sempre uma relação de contigüidade com as áreas de preservação e aproveitam as estruturas de circulação já existentes, sem novas aberturas e conseqüente desmatamento.

O quarto segmento é o que exige maior atenção, porque contém as maiores potencialidades e riscos. Uma área de 50.000 metros quadrados foi visada enquanto empreendimento voltado para as atividades turísticas na região. Esta fração do terreno está situada entre as duas principais estradas que definem o loteamento como um todo, e inclui a passagem do Rio Santana. Há dois anos atrás, era uma das faixas mais áridas das Chácaras do Caminho do Imperador, com uma cobertura vegetal de mato, que não chegava a ser sequer “capoeira” – provavelmente um terreno desgastado pela sucessão de experiências agrícolas feitas na região desde o período da passagem das tropas, dada a sua localização tão próxima da estrada. Hoje a área abriga um projeto que inclui três açudes para peixes, uma construção de alvenaria onde funciona um bar, vários canteiros com flores típicas da Mata Atlântica (transplantadas da porção florestal, seguindo um manejo adquirido ao longo da histórica experiência com a Mata), um parque de brinquedos infantis construídos “artesanalmente” com madeira e acessórios sucateados, equipamentos técnicos antigos instalados no parque na condição de objetos decorativos (carro de boi, ferramentas, etc.), instalações móveis produzidas com material disponível no lugar (bancos de madeira, mesas de roda de carro de boi, etc.) e o esboço de uma construção que pretende oferecer uma “pousada” para hóspedes ocasionais.

O estacionamento segue um desenho ambiental previamente realizado, e foi submetido ao IBAMA, uma vez que envolve importantes deslocamentos de terra, especialmente na formação dos açudes. A captação das águas neste caso prevê a constante

passagem de um curso de rio a outro, de modo que o represamento significa um volume pequeno de perda (a água é constantemente renovada, mas é “devolvida” ao rio).

Os açudes têm sido explorados na forma de pesque-pague nos períodos do ano em que os peixes podem ser comprados e transportados para o lugar (no inverno este procedimento é inviável); neste caso, os visitantes recebem o equipamento adequado (caniços, linhas e anzóis) e podem permanecer na beira dos açudes tentando capturar o peixe – o produto da pesca custa R\$ 6,00 o quilo e pode ser levado para casa ou consumido no lugar, o que implicará em um acréscimo de R\$ 1,00 para que seja preparado (frito). O pescado é comprado na localidade de Matozinhos (também no *Sertão da Parahyba*) e um açude pode comportar cem quilos de peixes. A construção de um açude é trabalhosa e exige uma operação de terraplanagem altamente especializada, que tem mobilizado largamente a experiência de construtor do proprietário, que concebeu um esquema complexo para verter água de um a outro lago, obtendo o máximo de controle possível na reutilização da água e do processo de limpeza do fundo. É com a mesma habilidade que as demais instalações do parque têm sido feitas, e todas exibem um caráter próprio, uma vez que trazem a marca pessoal dos construtores.

Não é a perspectiva de pesque-pague que concede originalidade a esta experiência. Na verdade, o pesque-pague é uma forma considerada comum na transição das atividades agrícolas a não agrícolas no espaço rural, e está devidamente comentada na literatura corrente, especialmente aquela que considera as relações entre turismo rural e desenvolvimento sustentável. O que faz a singularidade do parque é sua abertura para múltiplos sentidos. Frisamos, a existência do pesque-pague é circunstancial, embora seja o rótulo que mais visibilidade dá à experiência.

Em primeiro lugar, está o interesse do proprietário em manter-se ligado à “vida rural”; embora tenha sido empregado de estabelecimentos urbanos no período em que viveu em Petrópolis com a família, Waldecy se considera uma pessoa mais apta e inclinada à vida no campo e entende que é por aí que deve buscar seu crescimento pessoal. Então, o objeto principalmente visado aqui é a “piscicultura”; à diferença de outras situações onde a mesma atividade recreativa é proposta, os períodos de declínio da presença de visitantes externos, ou mesmo de carência de peixes para sustentar a prática da pesca, são relatados como ocasiões para aperfeiçoar o engenho e a arte de construção de lagos, com experimentos relacionados à terraplanagem, drenagem, etc. É nestes períodos que a construção tem se sofisticado, chegando aos requintes que hoje a caracterizam.

Outra variável que releva da análise desta situação é que o enraizamento na prática agropecuária-florestal, em especial o conhecimento das condições de cultivo de flores, obtenção de sementes e mudas, recuperação vegetal, entre outras, permite uma experiência paisagística que teria um custo muito elevado na carência destes mesmos conhecimentos. O transplante de exemplares obtidos na Mata tem o máximo rendimento, com a formação de canteiros muito bem sucedidos (chama atenção em particular os canteiros de bromélias)– a retirada tem também o consentimento do IBAMA, uma vez que não se destina à comercialização, é feita sob rigoroso controle de quantidade, idade dos exemplares, etc., e tem por objetivo principal recuperar uma parte devastada do terreno. De modo ainda mais radical, os conhecimentos dominados têm permitido a recuperação de exemplares de plantas considerados “perdidos” pelas pessoas que as extraíram e que as conduzem para lá, na esperança de que sejam “re-vividas”, o que faz do parqueamento e ajardinamento um raro processo de recuperação florística – o principal objeto desta

aplicação são as orquídeas, sempre tão cobiçadas, roubadas e mal-tratadas.

As experiências anteriores dos proprietários, de bons e maus momentos com os órgãos de fiscalização ambiental, acrescenta um conhecimento de legislação ambiental que dá uma qualidade especial ao investimento, uma vez que todas as manobras são feitas segundo a legislação vigente, ou pelo menos tão próximas disso quanto possível, já que as próprias leis deixam muitas questões em aberto e contêm sérias ambiguidades, especialmente na definição dos parâmetros físicos e geográficos a serem considerados.

Há ainda uma outra dimensão a ser destacada: já dissemos que a proprietária que protagoniza juntamente com o marido a experiência que analisamos, é professora de uma escola da rede Municipal de Ensino na localidade vizinha; atualmente, além disso, ela frequenta o curso superior de biologia na Faculdade de Vassouras; como parte das atividades de campo que conduz na escola, Elaine encontrou o apoio das colegas professoras e da diretora para levar as crianças ao Parque, fazendo com elas um dia de reflorestamento, de reconhecimento de espécies da fauna e da flora, de exploração dos recursos locais, enfim, um dia de vivências ecológicas. Neste caso, a proposta vinha exatamente ao encontro de uma das “bandeiras” da escola local, e conseguiu fazer convergir dois fluxos – o trabalho de construção de paisagem levada a cabo nesta iniciativa privada, e a educação ambiental. O trânsito da experiência através das localidades vizinhas, ainda mais quando feito sob os imperativos da educação ambiental, promove uma reintegração cultural nos moldes do que estamos apontando como conveniente em qualquer política pública que pudesse ser adotada aí. A deficiência dos meios de transporte no local (como já fartamente sublinhado nos capítulos anteriores) produz uma distância espaço-temporal que em nada corresponde aos limites físicos intra-regionais: é comum

que crianças de localidades distantes apenas 2 ou 3 quilômetros não conheçam sua vizinhança, o que restringe consideravelmente a amplitude das redes de socialização, e sua consequente riqueza e fecundidade.

O espaço do Parque representa, sem dúvida, o primeiro movimento de qualquer coisa a que se possa chamar de “ocupação planejada” na região, e se propõe enquanto praça, local de reunião e acesso franqueado. Neste sentido, tem congregado vários segmentos sociais do lugar, e é uma das poucas condições em que a frequência não revela um fator de segregação evidente.

Trata-se de um re-desenho absoluto. Sobre vários traços formados nos devires históricos que há pelo menos três séculos cortam os caminhos de terra, há quem trace agora um polígono de múltiplas faces, onde várias interações são possíveis, cobrindo um espectro ético-político de muitas nuances. Vários devires se cruzam aí, e o destino provável da experiência aponta tanto para uma possibilidade de resistência e oposição às frentes de dominação, quanto à possibilidade de cooptação por estas mesmas frentes.

A experiência ocorre no marco das políticas e investimentos de mercado, pois os interesses empresariais são o que movem principalmente todas as realizações. Mas, neste marco, representa o ingresso de um segmento sistematicamente excluído das possibilidades de ganho tal como se vislumbra neste momento; é um setor da atividade camponesa que se re-apropria de uma força outrora subjugada: a ligação com a terra, a sabedoria do manejo, as práticas empiricamente aprendidas e transmitidas, a ciência simples do clima, do solo, a maneira paciente de lidar com os ritmos da biosfera.

É possível que os agentes desta experiência cheguem a ser atraídos pela ganância do lucro desenfreado, e derivem seus objetivos em direção ao fechamento do espaço, com

imposição de limites à frequência do lugar, o que representaria a polaridade elitista, privatista, hierarquizante, injusta e reacionária da questão do espaço-tempo sob a rubrica ambientalista.

Os enunciados que ouvimos até agora apontam em outra direção. Parece que uma força coletiva “empurra” esta experiência. Apesar de acontecer no âmbito da iniciativa privada, os proprietários neste caso são os operadores da escuta de um lugar. As realizações marcham no ritmo em que atraem pessoas que se afinam com as proposições; um jogo de reciprocidades alimenta a expansão de uma espiral onde a cada nível se acrescenta qualidade, em função das respostas recolhidas no nível anterior. A participação pública não passa despercebida daqueles que organizam e propõem uma vivência de espaço-tempo diferenciado. Por enquanto, uma máquina criativa está em exercício, forjando a emergência de uma sintaxe de objetos e situações bastante peculiar e bastante coerente com a possibilidade de apreensão de múltiplas dimensões da realidade.

3.3.3 - tropeiros, mateiros e fazendeiros: um dever experimental de preservação e usos da Mata.

Afundi na estrada, na apreciação de uma beleza e outra. Sou de coração muito humanal e não tenho olho só para benfeitorias de pasto e curral. Sei apreciar uma boniteza de planta, uma asinha de borboleta, e ninguém, nestes anos todos de minha vida, fez injustiça contra os passarinhos do meu céu e os bichos de meus matos.

João Cândido de Carvalho – O Coronel e o Lobisomem

Não são muitas as “fazendas” no Alto Santana pois, como vimos, boa parte delas foi fracionada, dando origem a sítios e propriedades menores. Algumas propriedades maiores no entanto resistem, e uma delas é de particular importância por ser o nascedouro das águas - a propriedade, de 1000 hectares, tem o sugestivo nome de Fazenda Igapira, que em tupi-guarani significa “água de peixe”.

Nosso trabalho de campo nos remeteu várias vezes a Igapira, até que chegamos à conclusão que sua dinâmica merecia um olhar especial, pela densidade e intensidade das experiências espaço-temporais que abriga: a Fazenda mantém uma parte significativa de Mata Atlântica, posicionando-se em imediata contigüidade com a reserva do Tinguá; grande parte das fontes que formam o rio Santana tem sua origem nestas matas; a propriedade da fazenda se inscreve na descendência de Francisco Teixeira Leite (o Barão de Vassouras), importante personagem da historiografia oficial da região; os atuais proprietários (da quarta geração de descendentes do barão) mantêm atividades de uso do terreno que inclui uma diversidade de produções que visam a sustentabilidade, incluindo um programa de manejo florestal para exploração do palmito (licença no. 001 do IBAMA), das bromélias e de sementes, se caracterizando hoje, por força de um convênio, em campo de atividade experimental da UFRRJ; as atividades são conduzidas por atores

de variados papéis, havendo entre eles trabalhadores rurais contratados ocasionalmente, colonos antigos que mantêm um perfil cultural tradicional, caseiros, profissionais de nível superior que acompanham as atividades, professores e estudantes universitários, além da presença ativa dos próprios donos, o que promove um contexto de interações raro e rico.

A sede da fazenda está situada a uma altitude de 756 metros, e se compõe de uma ampla casa de residência, muito bem conservada, com nove quartos, seis salas, três banheiros, lavanderia, dependências de empregados e outras instalações, como almoxarifado, armazém, etc. Não muito distante desta casa, há uma instalação que remonta a tempos passados, formada por uma serraria desativada, que era movida por turbina hidráulica, com dois engenhos de serra vertical e todos os complementos que faziam parte do funcionamento integral. Para movimentação da turbina existe uma instalação que consiste em açude, comporta e tubulação. A fazenda tem ainda quatro casas de colonos.

Ao abordar a Fazenda Igapira, em primeiro lugar por entender a importância de seu valor histórico-ambiental, encontramos por parte dos proprietários uma permeabilidade que nos permitiu adentrar profundamente nesta porção de terra, água e ar – reserva inestimável de energia; foi também por conta do interesse imediatamente demonstrado por nosso trabalho que tivemos acesso a relatos e documentos de substantivo valor histórico que nos permitiram refazer as linhas que conduzem ao Sertão da Parahyba.⁵⁰

⁵⁰ O patrimônio da Fazenda inclui um acervo documental em fase de organização que constitui fonte de informações para pesquisas. Mais adiante teremos a oportunidade de mencionar alguns destes documentos. Em contra-partida à receptividade que encontramos, produzimos dois relatos, sistematizando alguns dos resultados encontrados na consulta ao material: um painel apresentado na exposição histórica de Miguel Pereira, em 2000, sintetizando algumas informações sobre a transmissão da propriedade desde sua origem no Barão de Vassouras, e um folheto de apresentação, intitulado “Fazenda Igapira”, a ser utilizado em futuros trabalhos da Unidade de Manejo Florestal Edgar Teixeira Leite.

Raízes

A história da Fazenda Igapira pode ser oficialmente narrada a partir de 1839, quando duas propriedades foram empenhadas ao Barão de Vassouras por um certo Thomás Rufino que solicitava um empréstimo para compra de escravos e plantação de café. As propriedades se chamavam Alta Vista e Bela Vista e foram integradas em uma mesma propriedade quando, 60 anos após a emissão do empréstimo, a hipoteca foi efetuada e um dos descendentes do Barão, seu filho Leopoldo Teixeira Leite, tornou-se o proprietário da área.

As terras estão na passagem dos caminhos abertos por Garcia Rodrigues Paes; isto se pode deduzir perfeitamente a partir das projeções dos segmentos ainda legíveis dos caminhos, embora a descida das tropas de mulas tenha sido anulada pela recomposição da mata nas passagens mais íngremes que não foram utilizadas nas passagens de trens e posteriormente de carros.

Das atividades produtivas da Fazenda não se tem notícias durante um imenso período, pois da abertura dos caminhos até a propriedade de Tomás Rufino nada consta nem deveria constar; como já dissemos alhures, a formação do espaço era intensa e aleatória; e depois do registro de débito de Tomás Rufino também nenhum outro documento atesta as atividades, sendo o resgate efetuado muito tempo depois. Do que se depreende da paisagem atual da Fazenda, e da história geral da região, o cultivo mais provável durante dois séculos terá sido o da “mamona” com a produção do óleo da planta, que era fundamentalmente utilizado na iluminação. Os pés de mamona ainda existem e a ciência de fabricação do óleo ainda se pode apreender na escuta de

personagens mais antigos.

No final do século XIX a história dá grande visibilidade à Igapira no cenário cultural, mais do que econômico, o que caracteriza até agora seu modo de existir.

Paraíba do Sul era então uma das principais províncias em que se discutia os rumos de uma nação nascente: ao lado da monárquica Petrópolis, Paraíba conduzia a luta republicana. É nesta luta que se destaca o bacharel Leopoldo Teixeira Leite, fundando o diretório do Partido Republicano e o jornal A República. O décimo segundo filho do Barão de Vassouras teve grande participação política na vida nacional e é mencionado, ao lado de Quintino Bocaiúva, Nilo Peçanha, Sebastião de Lacerda, Silva Jardim e Alberto Torres como um dos responsáveis pela “*escalada republicana*” (O Prelo, 1989); depois de 1889 ocupou o cargo de presidente da Intendência Municipal, fazendo, segundo o historiador Arnaud Pierre (1995), o mais notável governo de Paraíba do Sul, município que na época era o segundo em arrecadação na província, sendo superado somente pelo município de Campos. Era casado com D. Inês de Almeida Figueira de Mello, filha do advogado cearense Jerônimo Macário Figueira de Mello, também personagem de destaque na política de Paraíba do Sul. O nome de Leopoldo Teixeira Leite volta a ser referência, desta vez no cenário estadual, quando se faz o balanço do primeiro governo republicano da província do Rio de Janeiro: o governador Francisco Portela, traíndo os companheiros republicanos, estabeleceu um governo apoiado em monarquistas e conservadores, e deste modo se expôs a um conflito político, que resultou em seu afastamento do poder. Deste conflito resulta o Movimento de

Paraíba do Sul, liderado por Dr. Leopoldo⁵¹.

No *Sertão da Parahyba* estava localizada a Fazenda Igapira, para onde Leopoldo se mudou com a família tão logo a República tomou destinos contrários aos interesses dos que a haviam ajudado a proclamar, decepcionando seus mentores e autores.

O casal viveu pouco tempo na Fazenda, porém sua passagem deixou um rico patrimônio no lugar, com um lastro de história que atinge sobretudo as lutas e as labutas dos republicanos de primeira hora. Do acervo da família constam exemplares do jornal fundado por seu patriarca, mobiliário de época, e vestígios de atividades desenvolvidas em caráter experimental, notavelmente uma tentativa de produção de “vinho de laranja”, do qual restam os primorosos rótulos utilizados nas embalagens.

⁵¹ Não iremos neste trabalho aprofundar a discussão a respeito das “variantes” republicanas que se instalaram a partir de 1889, os diferentes interesses envolvidos em cada urna delas, e as conseqüências dos jogos de forças ali estabelecidos. No entanto, consideramos que este é um tema que pode ser aprofundado e investigado detidamente quando se pretenda detalhar um estudo na região: embora seja realmente comovedora a passagem do plantio de café por esta região, os processos políticos relativos à vida republicana não são menos decisivos no estudo da alteração das paisagens, e do desgaste ainda mais acentuado da restante Mata Atlântica. Entravam em disputa, por exemplo, a valorização dos transportes, com projeções de estradas de ferro em diferentes escalas. A disputa pendeu para o lado da Leopoldina Railway, que operou em escala altamente predatória, numa racionalidade completamente alheia aos interesses locais. É bom lembrar que, apesar da proclamação da República, no estado do Rio de Janeiro as maiores vantagens foram vividas pelas cidades de “perfil monárquico”, lançando ao ostracismo importantes focos da luta revolucionária republicana. A análise de Queiroz, M.I. (1997) propicia uma primeira leitura: “a constituição brasileira outorgou direito de voto a todo cidadão brasileiro ou naturalizado que fosse alfabetizado; assim pareciam extintas as antigas barreiras econômicas e políticas, e um amplo eleitorado poderia teoricamente exprimir livremente sua escolha. Todavia verificou-se desde logo que a extensão do direito de voto a todo cidadão alfabetizado não fez mais do que aumentar o número de eleitores rurais ou citadinos, que continuaram obedecendo aos mandões políticos já existentes. A base da antiga estrutura eleitoral se alargara, porém os chefes políticos locais e regionais se mantiveram praticamente os mesmos e continuaram elegendo para as Câmaras, para as presidências dos Estados, para o Senado, seus parentes, seus aliados, seus apaniguados, seus protegidos. De onde a exclamação desiludida de muito republicano histórico: ‘esta não é a República dos meus sonhos’.”(Queiroz, M.I., 1997. p. 155) Ainda, em Cardoso, F.H. (1997), a análise do primeiro período republicano indica a posição do Estado do RJ como o segundo em “expulsão de população”. No mesmo texto o autor dá conta de vários dos encaminhamentos que contrariaram os republicanos históricos e entre eles, com destaque, a subida de Rodrigues Alves, que havia sido Conselheiro do Império, resistente às idéias republicanas. Enfim, uma vasta literatura se encontra à disposição para a seqüência do tema do parágrafo e a respeito do qual não nos convém alongar no momento sob pena de nos afastarmos das idéias principais.

Esta leitura de fim de século XIX, início de século XX, modifica substantivamente as referências habituais, através das quais esta região é preferencialmente inserida no “ciclo produtivo do café”, com o acento sendo colocado nos fundadores de família – os barões. Em tal registro, as Fazendas são apenas sombras pálidas daquelas que ainda resistem como ícones de um período de grandes riquezas e intensos poderes nos outros pontos do Vale da Paraíba. Na verdade, ao olhar a história por este lado, o que se apreende é que o período de valorização da região não envolve a problemática do café, mas sim uma problemática muito mais complexa, de total reestruturação da vida social e política do país, com grandes reflexos na reconfiguração da vida urbana e rural dos municípios, cuja importância aumentava ou diminuía segundo os cacifes dos “chefes” de política locais. Se a escala arquitetônica, por exemplo, parece modesta em relação aos palácios de Petrópolis ou às fazendas de café de Vassouras e Valença, ela é no entanto bastante bem proporcionada para aquilo que se poderia esperar de uma “residência senhorial” do período colonial da extração do ouro, sediando atividades de produção agropecuária diversificada, e que posteriormente serviram de domicílios no período republicano, seguindo o frenesi da urbanização. Se os símbolos da escravidão por sorte não abundam neste lado do Sertão, é que a produção aqui contou principalmente com a presença dos colonos brancos que durante a primeira metade do século deram conta de atividades de subsistência, ocupação territorial e manutenção das propriedades na condição de meeiros e parceiros.

Durante a Primeira República, os antigos Caminhos do Ouro foram integrados às cidades em formação, e áreas que hoje parecem remotas, sobretudo pela precariedade de acesso, estavam em plena e ativa relação com a vida produtiva da nação. A Fazenda Igapira figura neste quadro como “residência”, adotando uma concepção de ocupação

bastante próxima às residências de “parque” em contextos mais francamente urbanizados. A “colônia” era o modo predominante de ocupação do espaço, e a pequena produção que intercalava os domínios senhoriais das Fazendas, participava na formação de uma unidade espacial, ainda sensível.

Tradições

A tradição colonial é perfeitamente legível no palimpsesto que constitui a seqüência de matrizes espaço-temporais da produção da Fazenda Igapira⁵². É desta tradição a presença ainda de “peões” que herdaram de seus pais algumas das habilidades de tropeiros, a existência de “caçadores” que mantêm choupanas à beira-mato, alimentando-se principalmente da carne de paca, farta no lugar, e o encontro com “mateiros”, herdeiros culturais de famílias que atravessaram os séculos freqüentando a floresta.

Cada uma destas condições é rica por si só, e ainda mais rica quando inserida no contexto complexo de um presente que aponta possibilidades de práticas híbridas.

Nas famílias de peões, a cultura doméstica remete ao relevo da presença feminina na “roça”. As mulheres cuidam de um terreiro que é mantido impecavelmente limpo, apesar da existência de criações (galinhas, patos, porcos e pássaros de gaiola), o que sugere uma dedicação assídua, absolutamente imprescindível para que as doenças não ataquem e a alimentação seja garantida; também é uma atividade feminina a preservação das

⁵² A partir deste ponto, algumas vezes estaremos assimilando à Fazenda Igapira algumas características de seu entorno imediato, especialmente pertencentes às Fazendas Glória e Água Limpa, posto que elas vêm sendo administradas agora no mesmo contexto familiar da Igapira, com atividades integradas/integradoras.

plantações de milho, feijão, abóbora, chuchu e algumas outras leguminosas. Um dos trabalhos femininos mais chamativos nesta cultura de tropeiros e peões é “reboco” das casas, que constitui nestas construções de pau-a-pique um fator fundamental de controle da entrada dos vetores de diversas doenças. Como tem sido freqüentemente narrado nas pesquisas que se desenvolvem entre famílias de pequenos agricultores, a hospitalidade é um dado notável, e constitui uma irreverência imperdoável a recusa do convite ao café e ao aipim cozido, sempre prontos para serem servidos (posto que são mantidos aquecidos no fogão de lenha). O asseio das instalações domésticas também é um traço de distinção entre estas famílias. Os padrões morais exibidos nas narrativas e relatos destas personas culturais é francamente conservador e é comum o uso de referências à “correção” das pessoas. Os homens são orgulhosos das esposas laboriosas, e as mulheres são significativamente preocupadas com as condições de saúde e bem-estar de seu marido e filhos: atribuir a ocorrência de um episódio de doença aos maus-tratos de uma mulher é uma das grandes humilhações a que se pode submeter uma família.

No contexto da vida da Fazenda, as famílias de ex-colonos se mantêm diversificando sua condição entre meeiros e trabalhadores remunerados nas atividades produtivas (plantação, criação, transformação, etc.).

A espacialidade produzida pela presença destas pequenas unidades alinhava as regiões de passagem de uma a outra Fazenda, e são elas que dão uma personalidade um terreiro, plantações, criações, instalações, arquitetônica ao lugar: uma casa, um terreiro, plantações, criações, instalações, equipamentos.

Na rusticidade que lhes é própria, um elemento se destaca hoje na paisagem – a antena parabólica, referida nas conversas como um objeto essencial: “minha parabólica”,

"ainda não botei a parabólica", "estamos sem parabólica..." É que apenas agora, com a potência de recepção propiciada pelo equipamento, este grupo social passou a ter acesso às transmissões de televisão: não bastava que houvesse a eletricidade, porque a posição das terras, entre morros altos, não possibilitava a recepção com os equipamentos anteriores. Então agora se passa da "ausência de televisão", à "presença da parabólica". Não há sinais muito evidentes da influência da mensagem midiática na população que vive nos ranchos: os sinais são predominantemente de uma vida "ao ar livre"; a audiência da televisão não é tão importante quanto a proliferação das antenas poderia sugerir: a antena está mais para o *habitat* do que para o *habitar*, numa população em que esta segunda dimensão parece bastante presente.

O "rancho" é uma figura pregnant nas áreas do Sertão situadas na Fazenda ou entre fazendas⁵³.

Nos ranchos, a relação com os elementos da "natureza" obedece a uma racionalidade de grande integração e aproveitamento máximo de cada um dos recursos. Então, por exemplo, a disposição das áreas de plantação, criação e convívio seguem uma seqüência ao longo de um curso d'água, onde no ponto mais alto estão as roças, pelas quais a água passa irrigando, sem que o fluxo seja totalmente retido; em seguida aparece um equipamento que permite transformar uma parte do curso d'água em "gotejamentos" que alimentam constantemente os bebedouros dos animais; mais adiante uma parte do curso é canalizada e dirigida ao "serviço da casa" (banheiro) que ocupa uma construção anexa ao

⁵³ Para efeitos de observação e análise consideramos uma grande região a qual denominamos "A Grande Igapira", embora, nos marcos oficiais, houvesse a presença de elementos de outras propriedades, como a Fazenda Glória e a Fazenda Águas Limpas.

terreiro; o escoamento das águas de serviço é simultâneo ao da água que passa pelo chiqueiro dos porcos, e desemboca numa área de matagal, sob o qual se oculta também um “sumidouro”. Deste modo o cenário formado pela casa e o terreiro transmite uma imagem harmoniosa. Também as pedras do terreno são devidamente aproveitadas na formação de desníveis, que correspondem aos patamares onde se procede às plantações.

Algumas casas são cercadas de pomares.

A outra tradição colonial é a dos mateiros/caçadores.

Os mateiros dispersaram-se em várias atividades, mas os que permanecem nas proximidades ou no interior da Fazenda expressam uma cultura ímpar, que se revela numa exigência de ordem moral bastante contrastante com a das famílias de peões e agricultores. A intimidade com a floresta é naturalmente o dado mais significativo e isto se revela em um aspecto a respeito do qual há que se dar a maior atenção: o conhecimento da Mata demonstrado nesta condição cultural não diz respeito a um conhecimento “florestal”, que poderia ser generalizado de uma Mata a outra, ou de uma porção de Mata a outra. Trata-se, antes, de um conhecimento que diz respeito a “esta” mata, a “estes” seres em particular. No âmbito da psicologia cognitiva, seria a dimensão concreta do pensamento, que antecede à possibilidade de alcançar os níveis de abstração próprios do pensamento formal, e portanto do conhecimento verdadeiro. E, no entanto, quanto poder neste conhecimento! Quando um mateiro indica que tal ou qual árvore pode ser retirada, ou ao contrário, que ela deve ser mantida, ele está se orientando pela leitura de sinais impossíveis de serem devidamente decodificados numa equação de rigor científico. O conhecimento abstrato, generalizante, deveria envolver uma programação altamente complexa para equacionar devidamente o conjunto de variáveis que um mateiro é capaz de intuir em

frações insignificantes de tempo: idade da planta, condições de reprodução, estado de saúde e doença, importância de sua posição relativa a outros seres, etc. Um mateiro entra e sai da floresta sob qualquer circunstância, em situações que exigiriam por parte de quem não possui esta cultura a utilização de instrumentos refinados de localização e ferramentas apropriadas para abertura de caminhos: dificilmente, no entanto, ele é capaz de reconstituir as operações pelas quais se orientou – ele narra vagas indicações, como: aquela pedra, aquela árvore, aquele movimento, etc. Talvez seja deste contato permanente com as mutações da floresta que os mateiros se vangloriem de serem pessoas sem muito apego à família (notemos que é uma cultura eminentemente masculina). Os homens gostam de indicar o número elevadíssimo de filhos que costumam ter (15 é um valor razoável nestas narrativas, mas a conta de filhos chega aos 18 ou 20), sempre observando que estão se referindo apenas aos que conhecem, porque é possível que tenham mais (numa sugestão de que mantém relacionamento com muitas mulheres), e encontramos o relato envaidecido de um mateiro que não teve filhos, apesar de ter vivido por algum tempo em conjugalidade com duas mulheres, irmãs, na mesma casa. Mesmo não tendo mais a oportunidade de trabalharem como “mateiros” estes personagens carregam o registro de um modo próprio de se relacionar com os lugares, e referem-se a cada árvore com uma rara intimidade.

Quando permanecem na floresta os mateiros ocupam cabanas de madeira que constroem com o material encontrado no lugar e que, apesar de provisórias, comportam espaços bem ordenados: o cômodo principal, coberto, está feito sobre pilotis e o acesso consiste em uma escada removível, o que permite manter o isolamento durante a noite ou os períodos de ausência, protegendo o recinto da invasão de bichos maiores; o piso deste cômodo é revestido de palha. Sob este cômodo alinham-se os equipamentos que definem

urna provável cozinha, com fluxos de águas canalizados com os próprios recursos florestais (calhas de bambus, recipientes de folhas da vegetação local, etc.). O entorno imediato à cabana, que é desmatado para evitar a aproximação de cobras (um raio de aproximadamente três metros) recebe o tratamento de um jardim, com a manutenção das flores ornamentais e o aproveitamento de paus e pedras na construção de assentos (com detalhes decorativos, como entrelaçamento de fibras, etc.).

O acesso a uma cabana se dá pela travessia de áreas de vegetação muito densa, trançados de plantas, trilhas pedregosas e escorregadias, o que provoca experiências sensoriais intensas. Talvez por isso o encontro com a clareira seja tão surpreendente e conduza a um nível acentuado de satisfação estética.

O ingresso na floresta, perseguindo os lastros da cultura dos mateiros, nos remeteu ao texto de Michel Serres (1998):

“.. paisagem insana! Fora dos caminhos eu perco a postura reta, sem solo nem céu, horizontal ou vertical de verdade, tantos detritos, aos milhões, troncos apodrecidos e cadáveres caídos recobrem uma espessura mole ou pendem das árvores;... cego, não vejo nem o dia, sob a mata escura, nem direção assimilável em meio à aglomeração complexa de caules, musgos e galhos onde a rede de cipós se ligam; ensurdecido, eu ouço apenas assobios, deflagração, confusão;... ao privar de seus sentidos um corpo não selvagem, essa paisagem o força a perder o discernimento. Sucumbi ao medo...” (Serres, M., 1998. p.98)

Apesar de ter entrado na Mata na companhia de um guia experiente e o auxílio de uma mula de carga, as sensações provocadas pela passagem de uma condição de plena orientação a um contexto de desorientação total, sem sinais sensíveis de transição, nos fez constatar que a subjetividade dos mateiros é de grande relevo na perspectiva de uma re-

criação das relações natureza-cultura: são indivíduos capazes de percorrer uma espessura ontológica provavelmente perdida na voracidade dos desmatamentos. A experiência de atravessar constantemente o umbral da floresta não é de pouca importância:

“Que lance de prestidigitação! Sem ter transposto porta alguma, passar do lado de fora para o lado de dentro! Sem transição alguma! Não há marcos nessas passagens!” (Serres, M., 1998. p.99)

Não causa perplexidade, após uma deriva na Mata, a constatação de que alguns homens, obrigados pelas circunstâncias a abandonarem a condição de mateiros/caçadores, entregam-se ao alcoolismo.

Saberes

Arrendatários e meeiros, tropeiros, caçadores e mateiros povoaram as terras da Fazenda durante o período em que a família Teixeira Leite seguiu as solicitações de desenvolvimento de uma nação que se pretendia moderna, urbanizando-se e concentrando conseqüentemente toda sua força produtiva na criação das metrópoles e na formação de uma “elite” capaz de acompanhar e posicionar-se frente à cultura européia, dominante. Em vários pontos da Fazenda existem as casas e terrenos que tendo sido erguidos no período colonial permanecem abrigo famílias ou transformadas em outros tipos de instalação.

O casal Leopoldo e Inês, que “viveu” a República em Paraíba do Sul e reanimou a Serra do Couto com sua residência na Fazenda, concedeu a seus filhos a oportunidade de realizar estudos em bons colégios, de participar da intensidade sócio-cultural na Capital Federal do início do século XX, de efetivar casamentos prósperos e de espalhar-se pelo Brasil e pelo mundo representando ideais lentamente construídos.

Um dos filhos do casal, Edgar Teixeira Leite, aproveitou todas as oportunidades concedidas pela família e habilitou-se plenamente para a vida política de seu país, já nos anos de sua juventude e principalmente na maturidade. Sua personalidade ímpar marcou o devir de vários dos processos sociais dos quais participou, e para nós, interessa sobretudo o modo como sua especial visão a respeito das questões da terra e dos bens florestais determinou a permanência da Mata Atlântica em uma condição “rara”, superando a avidez com que outros proprietários devastaram seus domínios, extraindo cada centímetro cúbico de madeira e raspando cada milímetro de solo, até conduzir o território à deplorável condição de minas de saibro e pedra picada.

Quando na década de 30 do século XX, a população urbana voltou-se para a vida no campo como alívio para as tensões da concentração industrial, o Dr. Edgar trouxe para a propriedade no *Sertão da Parahyba* seus familiares próximos (mulher e filhos) que passaram a freqüentar o lugar assiduamente nos períodos de férias. A principal novidade neste caso é que este patriarca não vinha seguindo uma “onda” exportada de outros regimes de vida, mas era ele mesmo um dos formadores desta opinião segundo a qual a vida “real” se fazia no contato com a natureza. Disso nos dá testemunho o conjunto da produção literária deixada por este pensador, formado em agronomia e envolvido com o positivismo de sua época, que numa postura anti-clerical, pretendia que um rigoroso processo educacional, leigo, poderia dar origem ao desenvolvimento amplamente ambicionado.

Seus textos foram publicados em revistas especializadas e órgãos de notícias dos vários institutos a que pertenceu. Boa parte de suas publicações se encontra na *Carta Mensal*, revista da Confederação Nacional do Comércio, e na revista da Confederação

Nacional da Agricultura. Além disso, há publicações na forma de relatórios apresentados à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, onde foi deputado, matérias para jornais e uma conferência realizada na Escola do estado Maior do Exército. Sua participação na vida pública gerou o interesse por parte dos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) daquela instituição gravou em 1976 uma entrevista cuja transcrição resulta em um arquivo de 180 páginas, onde o autor depõe sobre suas atividades e envolvimento com a instalação da Segunda República e fala de seus trabalhos e idéias a respeito do destino político de uma nação. Este material constitui uma valiosa fonte para muitos trabalhos, e para nós constitui assunto de particular importância as publicações que abordam problemas hoje considerados relevantes entre os “ambientalistas”: a cultura da castanha do Pará, a inconveniência de alterar o curso do rio Paraíba do Sul para forjar quedas d'água aptas a gerarem energias para os processos produtivos industriais no Sul fluminense, a necessidade de tratar e dar um destino não-predatório ao “lixo”. Uma rara consciência “ecológica” e conseqüente preocupação com os modos de apropriação do espaço se revela nestes textos pioneiros:

*“É a rotina assim compreendida que torna a nossa lavoura verdadeira **mineração** do solo, exaurindo-o pelas colheitas e pelas práticas mais irracionais de trabalho de terra apressando a erosão: a “mining agriculture” dos americanos. A sua conseqüência foi a agricultura nômade, itinerante, que destruiu em quatro séculos apenas de ocupação do território, extensões enormes, em busca sempre de novas jazidas, ainda virgens, de humus e de materiais minerais nobres, e de que o exemplo mais dramático é o café.*

Introduzido no país, no início do século passado, a lavoura cafeeira percorreu arrasando as florestas, criando uma prosperidade efêmera, deixando após si, não

raro cidades mortas, taperas e pastagens fracas, toda a bacia do Paraíba do Sul, Minas, grande parte de São Paulo e também do Paraná, onde as zonas desbravadas já começam a dar sinais de esgotamento.

A vaga cafeeira em 150 anos inundou milhares de quilômetros quadrados, das encostas da Tijuca, de onde partiu em 1810, para conquista de imensos territórios e se aproxima dos limites políticos da nação, desbordando para o Paraguai. É, entretanto, desta lavoura de extermínio que dependemos para manter a economia da nação, porque, cada automóvel que roda nos campos ou nas cidades, representa um pouco de café, com que o veículo foi comprado, e do petróleo que o move.

No início da sua cultura, havia a crença da fertilidade sem limites das nossas terras. E o barão fazendeiro, da velha província fluminense, construiu, na ilusão de sua permanência, casas imensas, que algumas são verdadeiros palácios, instalações custosas de beneficiamento, com terreiros, paióis, senzalas, capelas e cemitérios, como se não tivesse de ter fim o rico filão que estava mineirando.

O Palácio do Catete foi edificado com o café da bacia do Paraíba do Sul, no município de Cantagalo, que no meado do século passado, detinha com Vassouras, a hegemonia cafeeira da velha província.

A produção era em tal volume que justificou a construção de uma dispendiosa estrada de ferro, a E .F. Cantagalo, que exigiu sistema especial de cremalheira e que é o atual ramal de Friburgo. As propriedades da família S. Clemente e dos barões de Nova Friburgo eram muito delas, grandes palácios, de que ressalta pela grandeza e imponência a famosa fazenda do Gavião.

*Tudo fôra feito para **durar** eternamente.*

Entretanto, em menos de cinquenta anos, a ilusão se desfez ao impacto da realidade. O ramal de Friburgo trafega vazio de carga cafeeira, como quase toda a rede da Leopoldina, criada para o transporte do café, pois a pecuária que substitui a rubiácea, com pastagens fracas, só permite a exploração extensiva de dois bovinos por alqueire; um baixo rendimento...” (Teixeira Leite, 1953)

Estendemo-nos assim na citação, para deixar evidente que o proprietário da Fazenda Igapira, que se caracteriza por uma grande extensão de Mata, tinha da questão ambiental uma perspectiva clara, e que portanto, a singularidade da Fazenda hoje não é resultado de um acaso. Note-se que, apesar de ser descendente do Barão de Vassouras, o agrônomo aqui não poupa seus antecedentes e não deixa de denunciar a base da edificação de grandes riquezas, das quais ele era também um sucessor.

Prosseguindo com este mesmo sentido, de caracterizar uma crítica social instalada em pleno século XX na Fazenda Igapira, reproduzimos mais uma passagem de Edgar Teixeira Leite:

“Falamos do café, falamos dos homens das diversas categorias sociais que promoveram a implantação de sua lavoura e, apenas de raspão, no grande instrumento que permitiu a sua criação: o africano que, na qualidade de escravo, foi, na verdade, o grande artífice de uma civilização ímpar dos trópicos.

Temos monumentos, alguns de grande imponência, dedicados aos imigrantes europeus e asiáticos, em vários estados, reconhecimento à extraordinária ajuda recebida para a construção do Brasil. Mas os africanos que não tiveram como os outros alienígenas a motivação do lucro e do sucesso pessoal, que foram arrancados pela violência ou pela malícia da terra natal, que pelas circunstâncias em que trabalharam e viveram deram uma contribuição infinitamente maior, não receberam demonstração de gratidão nacional equivalente ao que realizaram.../

Entre as opiniões mais generalizadas sobre a decadência da economia cafeeira na Velha Província, é sem dúvida que ela foi consequência da abolição da escravatura.../

A verdade é muito outra. O que determinou a ruína da lavoura cafeeira das velhas fazendas do Vale, teve como fundamento principal a exaustão das terras pelos princípios da fertilidade...

O cultivo do café esteve sempre assim dependente de terras virgens. E desde o início da cultura da rubiácia era corrente nos meios rurais que o cafeeiro só prosperava com cheiro da mata.” (Teixeira Leite, E. 1982)

Arriscamo-nos ainda a mais uma transcrição, desta vez breve, para assinalar, agora de modo definitivo, as características das avaliações ambientais feitas pelo mesmo autor. Desta vez citamos uma passagem extraída de um relatório de 1954, intitulado *O Rio Paraíba na Economia Fluminense – grave ameaça para o estado do rio o desvio de suas águas*, cujo teor é a oposição à construção de uma barragem em São Paulo, que significaria um desvio de bacia de efeitos drásticos para a seqüência do curso do rio. Nesta passagem constatamos uma visão integrada, bastante compatível com a pauta ecológica atual, que se orienta para o estudo e preservação das bacias hidrográficas:

“Cada rio tem uma individualidade própria, definida pela fisiografia do vale, pela colonização das terras por onde corre, pela vida industrial que dele se utiliza como fonte de energia ou de matéria-prima, pelo papel que representa na economia dos transportes, pela água que cede ao abastecimento das cidades próximas, em suma pela sua integração particular na atividade nacional.

A realização dessa alta e variada finalidade obriga os modernos estudos de aproveitamento do rio, a examinarem em conjunto todas as funções citadas, para que a preocupação exagerada de uma delas, não venha a prejudicar as outras.../

A história apresenta o exemplo - e a lição merece ser aprendida e meditada - de metrópoles importantes que decaíram e até desapareceram pela escassez d'água para uso de suas populações. “(Teixeira Leite, 1954)

Quando assumiu definitivamente a propriedade da Fazenda, Dr. Edgar parece ter transformado o espaço em campo de atualização para vários de seus ideais.⁵⁴

Uma de suas filhas guarda na memória as visitas sistemáticas que fazia com o pai à casa dos colonos, em longas cavalgadas, procedendo a um levantamento das principais carências desta população, às quais eram então supridas na próxima visita: carências que iam desde cobertor até utensílios básicos das atividades domésticas – tesouras, por exemplo. Ao lado dele a mulher fazia o que considerava ser a sua parte, atualizando por sua vez as virtudes de costureira-estilista no ensinamento das mulheres que viviam na área. Destes afazeres permanecem também fortes lembranças entre as filhas do casal, e algum mobiliário próprio da época, hoje utilizado na decoração da casa. O casal tratou de implantar uma escola na localidade, fiel, mais uma vez, às perspectivas políticas que o orientavam.

O traço mais notável da espacialização da Fazenda neste período (1940-1960), e que revela inteiramente a especialidade de um saber que foi devidamente atualizado, diz respeito ao uso da floresta, ou seja, da porção de Mata Atlântica que ainda existe lá.

⁵⁴ Não resta dúvida de que as publicações do autor revelam também sua pertinência à formação de um pensamento autoritário de cunho nacionalista no início do século XX. A este respeito, podemos parafrasear Lamounier, B. quando evidencia que este é um traço esperado na produção sociológica da época, na medida em que “a atmosfera do início do século é fortemente carregada de ressentimentos contra o colonialismo predatório e de temor face ao expansionismo das grandes potências.” (Lamounier, B., 1997. p.356). É também com o mesmo Lamounier, B. que encontramos a síntese para uma análise da dimensão política do trabalho de Edgar Teixeira Leite, que guarda as seguintes características, entre as indicadas como próprias do pensamento nacionalista dos primeiros anos do século XX: “1 - predomínio do princípio ‘estatal’ sobre o princípio de ‘mercado’, 2 – visão orgânico-corporativa da sociedade, 3 – objetivismo tecnocrático, 4 – visão autoritária do conflito social, 5 – não organização da sociedade civil, 6 – não mobilização política, 7 – elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política...”(idem, p. 359). O grande cruzamento e embaralhamento das referências críticas nas sociedades contemporâneas faz com que nos esquivemos destas características dos textos de Teixeira Leite para manter nosso foco exclusivamente na problemática ambiental. Na explicitação de Lamounier, B. a ordem autoritária dos pensadores do início do século corresponde ao que hoje se chama “planejamento” e traz embutido em seus argumentos a proteção da produção em pequena escala, contra o gigantismo das empresas capitalistas.

É evidente que já houve naquela época uma percepção muito clara do que até hoje ainda não é claro para muitos políticos, proprietários e administradores: a importância dos cursos d'água. Tanto é assim que data desta época a atual designação da Fazenda - Igapira, que significa “rio de peixe” na língua tupi-guarani. Aliás, em certos trabalhos de Edgar Teixeira Leite esta preocupação com a retomada dos termos indígenas também se evidencia.

A extração da madeira para fins comerciais ocorreu nesta fazenda segundo um processo que pode ser considerado pioneiro no “manejo florestal”: o abate das árvores seguiu um plano cauteloso (corte seletivo) que levou em consideração a capacidade de regeneração da mata, e a preservação das áreas importantes para o trabalho de contenção. A penetração era feita com o apoio dos “mateiros” e os relatos de pessoas que ainda participaram deste processo dão conta de um procedimento onde apenas um homem, de inteira confiança do “dono” da fazenda, fazia o assinalamento das árvores a serem derrubadas, e havia um significativo controle das condições de corte e transporte, de modo que a vegetação em volta não fosse sacrificada. Muito precocemente as quedas d'água foram utilizadas para gerar energia em escala local. A serraria da fazenda trabalhou sempre nesta escala de utilização, e quando em outros cenários a floresta passou a ser “devorada” pelos equipamentos portáteis, ou serrarias móveis, o mesmo não aconteceu na Igapira, graças à especial atenção do engenheiro agrônomo que a comandava. É claro que isto foi possível porque esta não era uma fonte de renda importante para a família, embora a atividade fosse importante para a população local, que aí conseguia trabalho, sem ter que migrar às cidades e expor-se à miséria. A comercialização da madeira se manteve nos limites locais.

Esta dimensão também foi importante para que a área não sofresse o fracionamento típico da região, dando origem a mais um loteamento. Outra vez, é no relato dos filhos que mais tarde se tornaram proprietários que encontramos a constatação de um modo bastante singular de lidar com a terra: embora fosse um personagem de importância no contexto da política nacional, tendo ocupado postos de relevo na administração pública, o proprietário da Igapira recusou-se a utilizar deste prestígio para abrir estradas que dessem maior viabilidade à ocupação “veranista”; entre os documentos pesquisados localizamos alguns registros da campanha feita por ele para recuperar o Caminho do Imperador, que liga Petrópolis à Miguel Pereira pela Serra do Tingüá, e não é difícil confirmar o testemunho dos filhos de que aquela teria sido uma excelente oportunidade para colocar a fazenda na rota do “progresso”, porém esta modalidade de progresso foi aqui ativamente rejeitada.

As vicissitudes da velhice, incluindo uma prolongada doença de sua mulher, que passou dez anos enferma, na cama, afastou o proprietário Edgar Teixeira Leite das responsabilidades e prováveis sonhos ligados à Fazenda.

A propriedade viveu um período de transição entre a gestão direta de Dr. Edgar Teixeira Leite e sua fase atual, de gestão direta de uma de suas filhas (através do empenho do marido, falecido em março de 2001). Neste intervalo a exploração das terras esteve por conta de meeiros e arrendatários. Em um processo de ajuste interno entre os herdeiros de Dr. Edgar (quatro filhos) resultou a titularidade atual da Fazenda.

Configuração atual

Os filhos e netos do agrônomo ao qual viemos nos referindo gravitaram por muito tempo na órbita deste ambiente criado por seu pai e avô.

A geração dos filhos (e genros), hoje com idade entre 70 e 80 anos, teve a oportunidade de responsabilizar-se ocasionalmente por atividades conduzidas em torno de uma possível produção agro-pecuária-florestal, com maior ou menor sucesso, porém sem transgredir os limites impostos pela cultura de origem. Assim, houve momentos em que o trabalho da serraria foi ampliado, chegando a uma escala até lucrativa; a criação de gado bovino também se estendeu, promovendo o desflorestamento de algumas áreas para plantação de capim; a arquitetura da casa principal se transformou, para atender a necessidades de época. Em todo caso, no entanto, a identificação da Fazenda com sua condição de áreas florestal foi mantida, numa visão antecipadora de um valor que somente agora se apresenta firmemente.

Entre os netos (nascidos nas décadas de 40-50), a formação florestal foi introduzida desde muito cedo. Embora morassem na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, ao freqüentarem a fazenda do avô, nos períodos de longas férias escolares, os “meninos e meninas” conviviam cotidianamente com a diversidade cultural presente no lugar, e adquiriam um saber relativo ao cotidiano da Mata, incluindo a relação com a água (praticando o transporte hidroviário em pequenos trechos), com a caça e tudo o que a envolve (conhecimento de trilhas, cachorros) e o desfrute da vida silvestre; entre os netos alguns prosseguiram com o lastro das experiências adquiridas.

A dinâmica familiar de heranças, interesses e desinteresses fizeram com que uma das filhas do Dr. Edgar, D. Maria Inês Teixeira Leite e seu marido, Sr. Hugo Rocha Santos

passassem a ser, a partir da década de 70 do século XX, os proprietários da fazenda. Não casualmente este foi o destino da propriedade: entre os filhos e netos, os que derivam deste braço familiar são aqueles que manifestam uma compreensão e um prosseguimento dos ideais de “floresteiros”, e que trazem a matriz espacial para o ponto em que podemos abordá-la em nosso trabalho.

Inicialmente servindo apenas de residência à família, que investia nas atividades urbanas propiciadas pelo crescimento do município de Miguel Pereira, a Fazenda voltou a ser o cenário de investimentos a partir da década de 80.

A idéia de explorar a madeira, com o incremento das atividades da serraria, era dominante entre os proprietários, porém sempre se manteve a perspectiva de uma ocupação planejada do espaço, de modo que a reprodução da floresta fosse assegurada.

Algumas áreas de baixada foram ocupadas com a criação de gado, com ênfase na plantação do valorizado “capim braquiara”: uma espécie de capim africano desenvolvido pela EMBRAPA, com uma capacidade de expansão muito grande e que encontrou nesta região um viveiro propício. A estas alturas, a colônia formada pelos trabalhadores rurais havia sido significativamente desmantelada pela oscilação do regime de propriedade das terras, e ela foi refeita em função dos novos planos.

Uma das atividades atuais da Fazenda, no setor pecuário, é a criação de bezerros, sem engorda. O relevo da fazenda limita a expansão da pecuária e os contornos desta atividade não invadem a Mata. Ao contrário, hoje mesmo as velhas capineiras são deixadas como área de recuperação da capoeira.

A atual proprietária da Fazenda estimula constantemente os investimentos dos filhos na área, cuidando para que se mantenha o perfil florestal.

A Fazenda Igapira é percebida e perpetuada enquanto Mata – este é o perfil que a identifica. O desenho para ocupação da área contempla uma dimensão estetizante, pela qual a preservação da Mata constitui o critério principal.

Uma das atividades emblemáticas do tipo de pensamento que tem prevalecido em Igapira é o processo para exploração do palmito nativo. O início desta atividade se deve a um andamento muito especial conduzido pela filha dos proprietários, que conseguiu coordenar várias linhas de penetração, estabelecendo contato com a Universidade Federal Rural do RJ que, através de bolsas de iniciação científica, realizou o projeto de manejo florestal. A atividade está certificada com um documento emitido pelo IBAMA.

No plano de Manejo, a área que inclui o palmito foi dividida em quadras e a extração é feita por um processo de identificação e assinalamento de plantas matrizes que não são cortadas e cuja permanência deve assegurar a recomposição do entorno. Isto faz com que a utilização ocorra em ritmo lento e uma escala contida nos limites do acompanhamento necessário pelos pesquisadores. Depois de um período de extração que durou cerca de um ano, a área está passando por um período de “repouso” e os pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, do Departamento de Silvicultura e Biologia, fazem levantamentos relativos ao crescimento das plantas e das variáveis que participam do processo de recomposição.

Além desta possibilidade de exploração do palmito, praticada nos limites do que um certo desenvolvimento da ciência florestal recomenda, a família busca alternativas para a utilização racional dos bens naturais e arquitetônicos que caracterizam a Fazenda.

Há uma perspectiva de comercialização de sementes nativas, mediada pelo mesmo Departamento Universitário que administra o ritmo de exploração do palmito. No mesmo

sentido, uma proposição para formação de horto com mudas de espécimes indicadas para reflorestamento em áreas devastadas no entorno imediato.

Seguindo a política pública estadual/municipal, não deixa de ser assinalada a possibilidade da propriedade passar a integrar um circuito turístico, envolvendo ecologia e cultura.

Todas estas atividades, como sabemos, têm um sentido ainda pioneiro e inovador, e para tanto exigem um grau de organização e participação bastante acentuados, que lidam com níveis cada vez mais elevados de complexidade, os quais passamos a analisar em seguida.

Pressões, conflitos e perspectivas

A existência da Mata hoje representa um problema importante na continuação da vida da Fazenda. A situação envolve paradoxos inquietantes.

O problema da extração do palmito ganhou um destaque nacional, servindo de mote a muitas campanhas. Neste contexto de publicidade é sempre difícil distinguir entre as modalidades de práticas utilizadas em cada caso e, assim, a atividade da Fazenda Igapira (que conta com um monitoramento feito pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) tem sido objeto de interesse por parte de Organizações Não-Governamentais, numa atitude às vezes bastante difícil de interpretar. São ações sempre muito contundentes!

Quando iniciamos a pesquisa, o casal de proprietários residentes na sede da Fazenda, de 78 e 80 anos, havia recém-recebido a investida de policiais florestais, que

entraram com armas pesadas, em formação de combate, ameaçando com voz de prisão. O "ataque" partia de uma denúncia feita por duas ONGs de atuação local – que exigiam medidas enérgicas para impedir o desmatamento que estaria ocorrendo ali. Paradoxalmente, os membros das ONGs são proprietários de sítios nos quais ocorre uma violenta depredação de recursos.

É certo que não há parâmetros seguros para afirmar a capacidade de fornecimento de palmito em uma certa fração de Mata Atlântica. É certo, contudo, também, que não se pode imaginar a vida humana sem o aproveitamento das espécies que podem entrar em sua dieta... Ao contrário do que dizem as campanhas generalizadoras a respeito do palmito, este se constitui em uma iguaria de sabor agradável e com uma grande versatilidade na composição de pratos... Já em 1824, ao discorrer sobre as espécies nativas florestais que conheceu no Brasil (RJ), a escritora-viajante inglesa Maria Graham comparava o palmito ao aspargo, considerando o primeiro superior em todos os sentidos (1824, 1938)

Muitas vezes a atuação de algumas ONG's frente a esta questão faz pensar na reflexão de Souza Santos, B.: “será que o intervencionismo social do Estado vai assumir nos próximos anos a forma de intervencionismo não-estatal? Será que o Estado vai criar a sociedade civil à sua imagem e semelhança?”(Souza Santos, 1999. p.20)

Estamos todos diante de um grande dilema, e se por um lado é preciso o máximo de cautela para garantir que uma proposição precipitada por parte do saber técnico-científico não provoque um estrago irreversível na vegetação nativa que se quer preservar, por outro lado é necessário o mesmo senso crítico para evitar transformar o assunto da “preservação” em ocasião de um exercício de extremo autoritarismo.

Neste caso, é bom realçar que as pressões exercidas por alguma Organização Não-Governamental ocorrem aqui também sem que se leve em consideração a necessidade de oferecer alternativas de sustento para a população local, que está hoje absorvida com o programa de Manejo.

Até onde acompanhamos a experiência, os proprietários têm seguido o plano de Manejo, e o ganho com a produção tem se mantido nos limites exigidos para a recuperação da vegetação, em torno de matrizes devidamente selecionadas.

Além de todos os problemas envolvidos na extração do palmito, também as condições para circulação do produto em conserva estão cercadas por uma legislação federal que fórmula exigências, cuja satisfação dificilmente está ao alcance de um pequeno produtor. Numa fórmula jocosa utilizada por um dos responsáveis pela Fazenda Igapira, o que está implicado na legislação a respeito de rótulos de embalagem, por exemplo, exigiria um texto tão extenso quanto a porta de um guarda-roupas. É por este motivo que a comercialização de alimentos vem sofrendo uma concentração, porque são poucas as empresas que podem arcar com todas as responsabilidades previstas em lei. A Nestlé, por exemplo, é uma delas!

Para este aspecto, a alternativa que vem sendo imaginada no momento é a comercialização do produto *in natura*, o que se faz frente a exigências menores.

Todas as demais atividades relacionadas aos usos da floresta correspondem a custos elevadíssimos e à mobilização de um conhecimento ainda em formação. Em quase todos os casos, a produção na escala em que se almeja encontra uma concorrência forte

com formas massivas de exploração dos mesmos produtos: é, por exemplo, o caso das bromélias.

Existe hoje uma tendência para utilização de produtos “não madeiráveis” da floresta, e esta é uma das especulações que fazem os proprietários, juntamente com os pesquisadores da Universidade Rural.

A Fazenda Igapira pode constituir um campo de experiências para trabalhos de arqueologia rural e arqueologia industrial, mas isto também depende de investimentos sem retorno imediato.

A alternativa encontrada pelos proprietários hoje foi a fixação de um convênio com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, transformando a área em campo de extensão acadêmica, com a possibilidade assim de captar recursos junto a órgãos financiadores de pesquisa, para viabilizar as etapas não rentáveis de várias frentes de trabalho.

3.4 - AQUI E AGORA

As teorias sociais críticas, como vimos, colocaram no foco das reflexões as questões relativas à produção e gestão dos espaços mais próximos e mais imediatos da vivência. É na leitura dos dispositivos pelos quais um exercício de poder modela **cada** segmento de atividade e **cada** parcela do lugar, que uma análise social encontra seus apoios.

Do trabalho inaugural de Henry Lefebvre às pesquisas do cotidiano de Michel de Certeau, passando pela proposta metodológico/programática do grupo situacionista, uma mesma idéia se repete: a de que há uma tipologia que permite identificar, de um lado, um processo de apropriação das forças em devir no corpo social e, do outro lado, uma luta permanente destas forças capturadas para forjar sua emancipação. Isto ocorre em todas as frentes, e não apenas no registro da economia.

Se a produção do “espaço” teve que ser recuperada enquanto categoria analítica nas referências críticas, o problema agora consiste em não isolar esta instância (o espaço), das demais instâncias que compõem as bases materiais do poder. Antes de mais nada, e como já vieram fazendo os teóricos até aqui, mantendo a inseparabilidade espaço-tempo; e ainda mais, considerando que há uma composição complexa de práticas, onde à questão do espaço-tempo correspondem igualmente outras “qualidades” fabricadas no exercício do poder, seja em seus momentos de mais violenta dominação, seja na irrupção das lutas emancipatórias no corpo social. A desconsideração destes aspectos é o que facilita a recaptura por parte dos poderes de dominação e provocam o retorno, cada vez mais atroz, às formas de submissão e exploração.

O que os trabalhos teórico-práticos anteriores evidenciaram, cada um a seu modo, é que o campo dos possíveis se define agora tanto em relação aos gigantescos meios materiais da produção, quanto nos meios mais microscópicos, com grandes investimentos na dimensão dos pensamentos, dos afetos, das relações humanas em seus aspectos mais sutis.

A teoria deve então ultrapassar o domínio epistemológico em que esteve até agora mantida, para alcançar uma problemática de caráter ontológico.

E a crítica ontológica se realiza plenamente na perspectiva de Gilles Deleuze e Félix Guattari, para quem, além de reivindicar a emergência de novos “modos de ser” (Lefebvre, Certeau, Debord) trata-se de reivindicar a constituição de planos de consistência onde haja possibilidades de emergência de outros seres, ou mais propriamente ainda, a emergência de “devires”, que resistam à redução ao modo *do ser* – movimento x reificação.

“O que importa, agora, não são mais entidades polarizadas, reificadas, mas processos maquínicos, que [...] denomino ‘devir’: ‘devir’ sexual, ‘devir’ planta, ‘devir’ animal, ‘devir’ abstrato.” (Guattari, 1981, p. 170)

As bases materiais do poder são também imateriais, e às máquinas capitalistas correspondem processos de “interações maquínicas”. Para ultrapassar os limites de uma axiomática do poder que tende a fazer inscrições e reinscrições em um regime produtivo unilinear (acumulação, segmentarização, hierarquização, segregação, exclusão) é preciso recuperar a dimensão que move, co-move, e que pode estabelecer as “linhas de fuga” para um desenho original:

“Trata-se de colocar a seguinte questão: será que uma produção de desejo, um sonho, uma prática amorosa, uma utopia concreta, um dia acabarão conquistando no plano social a mesma dignidade de existência que uma produção mercantil de automóveis ou de enlatados? O valor de um bem depende menos do binômio força de trabalho/meio técnico (capital variável/capital constante) do que da divisão que determinará o que do desejo será recebido ou rejeitado. O que interessa ao capitalismo são as diferentes máquinas de desejo e de produção que ele poderá conectar à máquina de exploração: teus braços, se você é varredor de rua, tuas capacidades intelectuais, se você é engenheiro, tuas capacidades de sedução, se você é garota propaganda; quanto ao resto, ele não só está pouco ligando como não quer nem ouvir falar. Tudo o que fale em nome do restante não faz senão perturbar

a ordem de seu regime de produção. Assim sendo, as máquinas desejanter vivem formigando nas máquinas industriais e sociais, mas são constantemente vigiadas, canalizadas, isoladas umas das outras, esquadrihadas.”(Guattari, F., 1981. p.79)

A recaptura dos micropoderes nas estruturas do Estado é apenas um dos aspectos da dominação. Já o Poder possui dispositivos que prescindem até mesmo do Estado, como vimos, principalmente dos Estados-nacionais. No mínimo é preciso admitir as reterritorializações por agências e agentes transnacionais, e, no limite, planetários: A Terra, imenso Planeta Azul, quem não há de pretender habitá-lo? E no entanto tão poucos possuem o seu real domínio: somente aqueles cujas bases espaciais monitoram a trajetória do Grande Sistema Planetário!

A apresentação do Planeta Azul, enquanto projeto e programa, faz pensar na sucessão de desterritorializações, quando “modos locais de semiotização de poderes [ficam] sob o controle de um sistema geral de inscrição e quantificação do poder”(Guattari, 1981, p. 190) e reterritorializações, conduzindo a inscrição “deste último sistema numa formação de poder hegemônica”.(idem, p. 190)

O campo da política diferencia nos jogos de força um aparelho de Estado (nacional, supranacional, global ou planetário) e as máquinas de guerra.

Enquanto o Estado “emprega policiais e carcereiros”... “age por captura mágica imediata, ‘agarrar’, ‘liga’, impedindo qualquer combate, ”... ou “adquire um exército, que pressupõe uma integração jurídica da guerra e a organização de uma função militar”, o dispositivo ao qual se chama máquina de guerra consiste nas forças que irrompem sem medida, como multiplicidade pura, potência de metamorfose, que “faz valer um furor

contra a medida, uma celeridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra a soberania”(Deleuze, G. e Guattari, F., 1997. p. 12-13).

Das multiplicidades reais que formam os devires, também faz parte a constituição de espaços, e é neste ponto que a teorização de Deleuze e Guattari reencontra nosso problema anterior. Uma tipologia do espaço se repete aqui também e ela releva da existência de um “nó de interações maquínicas através do qual somos articulados a todos os sistemas de potência e a todas as formações de poder que nos cercam” (Guattari, 1981, p.171) e que nos permitem, ou não, enunciar, afirmar, interagir, inventar, “maquinar” novas sensibilidades, novas inteligências da existência...”(Guattari, 1981, p. 139).

Do lado do aparelho de Estado o espaço produzido é “estriado”, metrificado, dominado, homogeneizado, grave, extenso. As máquinas de guerra operam um espaço “liso”, sem repartição ou distribuição, fluido, heterogêneo, veloz, intenso.

O dispositivo das máquinas de guerra, que produz o espaço liso, supõe uma ciência nômade, que se destina a encontrar as “singularidades de uma matéria ou, de preferência, de um material”, em lugar de “descobrir uma forma”, e o campo de lutas se caracteriza no confronto com a ciência régia “que consiste em reproduzir... e trata as diferenças de tempo e lugar como outras tantas variáveis das quais a lei extrai precisamente a forma constante”; além disso, a máquina de guerra é uma disposição que aciona afetos, “descargas rápidas da emoção” e que entra em confronto com a estrutura de sentimentos, que “implica uma avaliação da matéria e de suas resistências, um sentido de forma e de seus desenvolvimentos, uma economia das forças e de seus deslocamentos, toda uma gravidade... o sentimento é uma emoção sempre deslocada, retardada, resistente. Os afetos

são projéteis... ao passo que os sentimentos são introceptivos...” (Deleuze, G. e Guattari, F., 1997).

As oposições não são absolutas e as passagens de um pólo a outro, quer dizer, da pertinência aos aparelhos de Estado às máquinas de guerra, e vice-versa, por metamorfoses sucessivas e superposições ocasionais, são constantes.

Com base em um modelo tecnológico, o espaço ‘estriado’ é apresentado enquanto **tecido**, e o espaço liso enquanto **emaranhado**. Servindo-se das figuras da tecelagem, Deleuze/Guattari concebem o espaço estriado, sedentário, constituído na urdidura e na trama, e o espaço liso, nômade, constituído na arte de fazer o feltro, por aglomeração de fibras.

Outros modelos permitem também contrastar os espaços lisos e estriados:

- no modelo musical, o espaço estriado corresponde ao *logos*, à oitava, à distribuição de frequências em intervalos, entre cortes; o espaço liso corresponde ao *nomos*, à ausência de valores fixos e homogêneos, ao suporte de deslizamentos no tempo. De um modo simples: “o estriado é o que entrecruza fixos e variáveis, ordena e faz sucederem-se formas distintas, organiza as linhas melódicas horizontais e os planos harmônicos verticais. O liso é a variação contínua, é o desenvolvimento contínuo da forma, é a fusão da harmonia e da melodia em favor de um desprendimento de valores propriamente rítmicos...” (idem, p. 184).
- Considerando que o mar é o espaço liso por excelência e sobre o qual os mais poderosos investimentos de estriamento foram realizados, justamente para a consolidação dos aparelhos de Estado, é no modelo marítimo que as diferenças

se tomam mais claras. O espaço liso é direcional apenas, trajeto, deriva ; o espaço estriado é dimensional, métrico, passagem, movimento de um ponto a outro. Como consequência desta distinção, o espaço liso é ocupado por acontecimentos – é *háptico* (relacionado com os gestos e a continuidade do movimento), espaço de afetos (intenso), enquanto o espaço estriado está formado por propriedades, é ótico (distante), mensurável, extenso.

O remetimento mais comum faz relacionar o espaço liso ao pecuarista-nômade e o espaço estriado ao agricultor. No entanto:

“Não é possível contentar-se em opor imediatamente o solo liso do pecuarista-nômade e a terra estriada do cultivador sedentário. É evidente que o camponês, mesmo sedentário, participa plenamente do espaço dos ventos, das qualidades sonoras e táteis. Quando os gregos antigos falavam do espaço aberto do *nomos*’, não delimitado, não repartido, campo pré-urbano, flanco de montanha, platô, estepe, não o opõem à agricultura, que, ao contrário, pode fazer parte do ‘*nomos*’; eles o opõem à ‘*pólis*’, à urbe, à cidade... É a cidade que inventa a agricultura: é sob a ação da cidade que o agricultor, e seu espaço estriado, se superpõem ao cultivador em espaço ainda liso (cultivador transumante, meio-sedentário ou já sedentário). Desse modo podemos reencontrar neste nível a oposição simples que antes recusávamos, entre agricultores e nômades, entre terra estriada e solo liso: mas passando pelo desvio da cidade, enquanto força de estriagem.” (p. 188)

G. Deleuze e F. Guattari se valem ainda de modelos da matemática, da física e da estética para seguirem enunciando a diferença entre o liso e o estriado. As mesmas intuições se repetem, é claro, em todos os casos: de um lado multiplicidades não métricas, qualitativas, acentradas, rizomáticas, planas, de malta e de distância – do outro lado multiplicidades métricas, extensivas, centradas, arborescentes, numerárias, dimensionais,

de grandeza; ou ainda, de um lado “séries paralelas que se entrecruzam perpendicularmente” e de outro lado *declinação* e fuga, desvio “infinitamente pequeno entre a vertical da gravidade e o arco do círculo ao qual essa vertical é tangente.”(idem, p.198); visão aproximada no espaço liso, visão distanciada no espaço estriado.

Assim, as transformações sociais são apresentadas enquanto processos de “alisamento” e “estriamento”. A história social é lida nestes deslocamentos, transições, transversalizações, mutações:

“Nunca nada se acaba: a maneira pela qual um espaço se deixa estriar, mas também a maneira pela qual um espaço estriado restitui o liso, com valores, alcances e signos eventualmente muito diferentes. Talvez seja preciso dizer que todo progresso se faz por e no espaço estriado, mas é no espaço liso que se produz todo devir.”(idem, p.195)

A teoria alcança seu pleno domínio das questões sociais quando o liso e o estriado se apresentam como condições para pensar o modelo-Trabalho. Convém seguir a apresentação dos autores neste ponto:

“... o trabalho efetua uma operação generalizada de estriagem espaço-tempo, uma sujeição da ação livre, uma anulação dos espaços lisos, que encontra sua origem e seu meio no empreendimento essencial do estado, na sua conquista da máquina de guerra”.

O sentido emancipatório que buscamos na compreensão das relações espaço-tempo se encontra, nas proposições dos *Mil Platôs*, mais diretamente relacionado aos momentos de alisamento do espaço. Contudo, não se trata de definir o espaço liso enquanto liberador em si. As forças que coagem o espaço, formando as estrias e restringindo os deslocamentos não são extemporâneas a outras forças que secretam espaços lisos através dessas mesmas estriagens. Alisamento e estriagem são dois modos de produzir espaço,

que se comunicam. Os espaços lisos são liberadores na medida em que neles “a luta muda, se desloca, a vida reconstitui seus desafios, afronta novos obstáculos, inventa novos andamentos, modifica os adversários.”(idem, p.214)

O entendimento a que se chega a partir da distinção entre “liso” e “estriado” segue em direção à elaboração de planos de consistência enquanto diagramas de intensidades e composição de agenciamentos, que por sua vez criam conexões ou as bloqueiam – forças de singularização e mutação/ forças de estratificação.

“Sem dúvida, passará muito tempo ainda antes que as revoluções deste final de milênio cheguem a aperfeiçoar máquinas de guerra social, máquinas de escrita, de poesia, de teoria, máquinas de vida, permitindo-lhes superar etapas decisivas nos processos de destruição-reconstrução dos sistemas sociais atuais. Mas o mínimo vital que se pode exigir hoje me parece ser que componente algum da revolução molecular seja desprezado, ou simplesmente ignorado. E, mais além, o que se pode esperar de melhor é que no seio de cada uma delas, e no seio das diversas formações do movimento, organizadas de um modo mais clássico, desenvolva-se uma nova disponibilidade, uma nova sensibilidade a alianças, a conjunções imprevisíveis, inimagináveis.” (idem, p.73)

De novo, no âmbito de uma teoria social crítica do espaço, a possibilidade de criação e diversificação é o que se opõe à manutenção das relações sociais baseadas na exploração e na segregação social. Às próteses geradas na relação com um domínio exclusivo do desenvolvimento técnico (as tecnologias da cognição) podem se opor simbioses percepto-cognitivas que façam surgir outros devires, ou deixem fluir devires antigos, uma vez capturados e eliminados, através de sua modelagem pelos equipamentos sociais, pelos meios de comunicação, pelos métodos de adaptação de todos os tipos.

Devemos ir um pouco além de imaginar um sujeito que habita-constrói-cultiva (embora esta seja uma interessante etapa de um possível processo de emancipação), para imaginar mecanismos e dispositivos de não-sujeição: práticas, agenciamentos coletivos de enunciação. Fluência.

3.4.1 - *sitiantes e caseiros: ânimos anônimos.*

_ E fica também mais pobre o pobre que aplaude o rico, menor o pequeno que aplaude o grande, mais baixo o baixo que aplaude o alto, e assim por diante. Imaturo ou não, não reconheço mais os valores que me esmagam, acho um triste faz-de-conta viver na pele de terceiros, e nem entendo como se vê nobreza no arremedo dos desprovidos; a vítima ruidosa que aprova seu opressor se faz duas vezes prisioneira, a menos que faça essa pantomina atirada por seu cinismo.

Raduan Nassar. Lavoura Arcaica

Na atual estrutura fundiária desta parte de zona rural do Estado do Rio de Janeiro onde situamos a pesquisa, os profundos impactos da “revolução modernizante” ou revolução verde” da década de 70 fizeram-se sentir dramaticamente. Uma pequena produção agrícola que abastecia os nucleamentos urbanos, dando condições de vida que iam um pouco além da subsistência para uma população de fraca densidade, tornou-se quase inviável a partir de 1970, quando os mercados passaram a ser abastecidos de forma massiva. A pequena produção, dependente de formas de distribuição parciais e meios articulados de transporte e circulação, tenderam à extinção.

Seguindo nossa moldura teórica não podemos deixar de assinalar este período como sendo aquele em que as políticas desenvolvimentistas devastaram o “campo” brasileiro.⁵⁵

No Alto Santana (localidades de Vera Cruz, Marco da Costa, Vila Suzana, Catete, Facão), os experimentos agrícolas que permitiram a travessia 1870-1970 (da criação dos eixos ferro-rodoviários até a “modernização”) perderam quase inteiramente o valor, e alguns produtos que durante este tempo chegaram a ter expressão nos mecanismos centrais de abastecimento (abóbora, cenoura, banana) não puderam mais ser produzidos na escala em que vinham sendo até então. Do mesmo modo como aconteceu em quase todo o país, famílias inteiras deslocaram-se para os centros urbanos, buscando condições de sobrevivência, abandonando terras ou comercializando-as por valores irrisórios – alguns não puderam sair, efetivamente, ou não quiseram (por que preferiram apostar no retorno de uma condição anterior) e boa parte deles hoje protagoniza cenas de absurda exploração para uma condição de fim de século.

O intenso processo de migração da população rural para as cidades, aliado à organização dos lares de que já se ocupavam as sociedades então altamente urbanizadas, provocou o fracionamento territorial na região e a entrada de uma parte da classe média urbana, que passou a ser proprietária de “sítios” utilizados como segundas residências; esta modalidade de ocupação tem sido detidamente analisada na literatura corrente, e antes de passar à descrição mais detalhada da situação específica de nosso campo de pesquisa

⁵⁵ Muitas leituras interessantes existem a respeito deste processo, e para uma síntese crítica, recomendamos o texto de Palmeira, M. e Leite, S. (1997). Os autores, ao focalizarem a dinâmica social no campo correspondente ao período de “modernização”, analisam o processo correlato de “expropriação” do trabalhador rural.

podemos antecipar alguns resultados já obtidos em outras situações, para evidenciar o caráter abrangente desta dinâmica.. Assim podemos registrar a observação de Rivas, J.L. para sintetizar o que igualmente resulta de nossas observações:

“El carácter cultural, político e ambiental de estos asentamientos no es todavía claro, y algunos resultados de las primeras investigaciones son desconcertantes.

Así, hay mayor dependencia del automóvil, incremento de una mentalidad privatizadora, elitista y antiolecolectiva, centrada en valores familiares, com sesgos antiliberales y, en muchos casos, dependencia de sistemas de servicios básicos – agua, residuos, etc. – de gestión privada que generan derroche, carestía y mayor degradación ambiental. Se trata de un nuevo patrón no planificado sobre una ideología del espacio dominante, en nada ajena al progreso, un desplazamiento al campo de la visión utilitarista, hegemónica en la ciudad industrializada, aunque com otras formas de expresión.” (Rivas, J.L. 1996. p. 197).

Na região que estudamos, a formação de segundas residências se beneficiou de modo extraordinário dos baixos valores das taxas imobiliárias que atingem esta localidade (por ser considerada zona de produtividade rural) e a existência de uma mão-de-obra remanescente das atividades agrícolas anteriores, completamente pauperizada e disposta a aceitar qualquer tipo de contrato de trabalho.

Antigas pequenas propriedades rurais tornaram-se menores ainda, na formação dos sítios. O fracionamento atingiu também áreas maiores, onde arrendatários e meeiros exploravam a terra no domínio das antigas Fazendas. Neste caso, muito frequentemente os proprietários das Fazendas preferiram lotear suas antigas propriedades, se desfazendo da “incômoda” presença de seus antigos parceiros para capitalizar na venda de terrenos.

Por onde passamos, observando e entrevistando, esta se mostrou uma importante unidade fundiária do lugar: áreas variando de 1000 a 15000 metros quadrados, com flores

e frutas compondo jardins e edificações sem estilo definido, contornadas por muros e cercas revestidos de vegetação (ornamento ao qual se dá a curiosa designação de ‘cerca viva’), com maior ou menor visibilidade para quem passa pela rua; os terrenos são definidos em linhas perpendiculares em relação a uma abertura principal – caminho, rua ou estrada – não pavimentada e o limite de fundo é quase sempre assinalado por um acidente geográfico: até o travessão do morro, até a margem do rio, até as pedras, etc. Em alguns processos mais recentes de divisão da terra já se apreende a formação de quadras, com a distribuição dos lotes estabelecendo um desenho mais nitidamente geometrizar.

Os sítios sucedem-se sem que haja convergência para um centro ou articulação das passagens na forma de praças, formando unidades espaciais como os bairros⁵⁶, o que mostra que a modernização não foi acompanhada aqui de nenhuma estratégia de urbanização.

Nos caminhos principais, aqueles aos quais se chama “estradas” (por onde passa o maior fluxo de transporte) distribuem-se, esparsamente, alguns pequenos estabelecimentos comerciais, na maior parte “vencias” para comércio de alimentos e principalmente bebidas alcóolicas. As vendas maiores e mais antigas são chamadas armazéns e sempre são identificadas pelo nome ou apelido do dono. Em duas das localidades que estamos focalizando nesta seção há um ponto em que se concentram o armazém, a igreja, a escola e o posto de saúde, com uma pequena rótula; esta é a maior forma de aglomeração, mas somente com muito esforço se poderia chamar estas pequenas concentrações de vila, aldeia, ou qualquer outra coisa de significação especial; talvez a vivência da espera do ônibus seja a que melhor define estes pontos.

⁵⁶ Essa é inclusive uma das principais características que distingue este tipo de ocupação daquele que estamos acostumados a reconhecer nos “subúrbios” das cidades.

Os sítios maiores, que são também correlativamente os mais cercados, geralmente limitam o acesso a outras áreas que contudo não são de sua propriedade, devendo antes caracterizarem-se como bens públicos, ou pelo menos de uso coletivo: é assim com o acesso ao rio, incluindo situações em que as bem vigiadas porteiras dos sítios impedem a passagem para lugares de quedas d'água e remansos, totalmente propícios ao banho e de amplo conhecimento da população local. Nestas condições a tentativa de acesso a lugares freqüentáveis dá origem a práticas de marginalização por invasão de propriedade (invasão para passagem).

Em alguns lugares o acesso ao rio e às quedas d'água não foi impedido e estes são os verdadeiros espaços-públicos na proximidade dos sítios.

Do ponto de vista arquitetônico, as unidades adotam um padrão que tende a reproduzir, em escala miniaturizada, a relação casa-grande/senzala: urna construção maior, super-ocupada em certos períodos e sub-ocupada a maior parte do tempo, e uma construção bem menor, anexa à primeira, ocupada todo o tempo por urna família contratada para prestar vários serviços aos proprietários, entre eles manter a vegetação do terreno (jardins) e eventuais criações (principalmente cachorros), praticar a limpeza das áreas externas e internas do domicílio e prestar vassalagem aos donos e convidados em períodos de variada duração (finais de semana ou seqüências de dois a três meses).

É notável que até o final da década de 80, início dos 90 (século XX), estas propriedades não recebiam qualquer tipo de investimento produtivo e de modo nenhum alimentavam substantivamente urna economia local. Toda a mercadoria consumida nos períodos de ocupação dos sítios por parte das famílias proprietárias era trazida de fora, das metrópoles. Aqui, em especial, do Rio de Janeiro.

As vias de acesso preferenciais para os sítios se deram, a partir deste período, através da ligação com as sedes municipais, com más condições de passagem e marcadas quase que exclusivamente pelo uso do automóvel particular – a ligação por transporte público, desde sempre precária, tornou-se quase inexistente, com uma linha de ônibus realizando duas únicas viagens diárias, nem sempre levadas a termo dado o péssimo estado das máquinas utilizadas. Os proprietários não apenas deixaram de usar sua força política de classe para incrementar uma possível rede de serviços públicos, como, pelo contrário, opuseram-se vivamente à implantação de tais redes, especialmente no que se refere à melhoria das condições de acesso aos lugares (pavimentação das rodovias). Para eles, o distanciamento e o isolamento é o que permite o desfrute exclusivo das condições de conforto ambiental que vêm buscar aqui (banhos de rio, ar puro, criadagem à disposição, etc.). O argumento insistentemente presente neste grupo social é de que a facilitação das “entradas” (que para a população local significa “saídas”) pode permitir a invasão por parte de delinquentes, marginais, e indesejados de toda ordem (nas entrevistas realizadas com estes proprietários, entre reservas, ressalvas e, às vezes algum pudor, os indesejados designados são os “moradores da baixada” – Nova Iguaçu, Queimados, Japerí – em sua maioria mulatos ou negros; os proprietários de sítios são brancos, ou “esbranquiçados”).

Por outro lado, a população formada pelos caseiros, sem encontrar outras alternativas para exercer seus possíveis poderes políticos, se contenta muitas vezes com as condições propostas, e deposita na figura de um “vereador” suas saídas, esperanças e seu máximo de participação política: a mesma pessoa está exercendo atualmente o oitavo mandato consecutivo na Câmara Municipal, com a garantia dos votos que lhe dá esta massa de eleitores que entende ser graças ao prestígio pessoal do candidato que consegue

enterrar seus mortos, atender seus moribundos, deslocar-se de ônibus fretado para eventuais acontecimentos sociais (casamentos, missas fúnebres, festivais de futebol) e que, sobretudo, atribui ao poder quase estonteante do “candidato” a chegada de uma “patrol da prefeitura” quando a estrada atinge limites de destruição insuportáveis (na temporada de chuvas), garantindo o mínimo de passagem para o ônibus.⁵⁷

Os sitiantes têm uma auto-imagem bastante distorcida e gostam de se apresentar enquanto grupo social “de elite”, embora uma breve pesquisa a respeito das condições em que vivem na cidade de origem (Rio de Janeiro, principalmente) deixe evidente que estão longe de pertencer aos estratos que gozam das maiores sofisticções possíveis: bem pelo contrário... Muito freqüentemente um pequeno apartamento na zona sul da cidade, a posse de um único carro para a família (ou no máximo dois, quando têm filhos), e uma ou duas viagens realizadas ao exterior são suficientes para formar um ambiente em que cada ato é contado com ênfase e folclorização. Embora haja exceções, naturalmente, o mais comum entre os sitiantes é a atitude de exclusão frente aos outros segmentos da população local. Como visto, na medida em que privatizam em suas propriedades bons segmentos de mata e rio, estes proprietários não são vistos no espaço-público do banho de cachoeira e, quando reunidos em alguma venda do lugar, comportam-se como freqüentadores privilegiados, que falam em tom significativamente alto, contam episódios de suas vidas particulares de modo que todos ouçam e silenciam, com suas estratégias espaçosas, as conversas que

⁵⁷ Note-se que o mesmo candidato recebe forte apoio dos “sitiantes” (mesmo os que não têm aqui seu domicílio eleitoral, mas atuam como seus propagandistas), porque ele concilia vários de seus interesses, quando por exemplo, impede qualquer movimento na prefeitura, por incipiente que seja, no sentido de fazer “melhorias” no lugar, o que, segundo ele, “faria perder toda a graça”.

possam estar ocorrendo em outros grupos presentes.⁵⁸ Por outro lado, quando um ambiente está dominado quantitativamente pelo grupo de proprietários de sítios, cabe às outras pessoas reconhecerem a conveniência de não permanecerem no lugar. Se um “bêbado” se aproxima de um grupo de conversadores, sitiantes da região, qualquer um neste grupo tem, na ótica própria, o legítimo direito e talvez até o dever de escorraçar o “bêbado”, mesmo que o nível alcoólico do grupo em nada se diferencie do nível alcoólico do “intruso”. Questão de ordem!

Os sitiantes têm dos caseiros as piores avaliações: nas entrevistas costumam queixar-se da falta de habilidade, da negligência, da apatia de seus empregados. Nas reuniões de sitiantes das quais participamos como “convidados” (vizinhos excêntricos) o acento geral era colocado na “falta de ambição (!) dessas pessoas que as fazem preferir permanecer nessa situação do que trabalhar um pouco mais para ter vida própria (sic)”; como raramente a condição de caseiro é acompanhada da devida regularização junto aos órgãos que administram as questões trabalhistas, quando acontece de um processo de desligamento ser acompanhado de alguma forma de reivindicação na justiça, o pleiteante sofre um processo de linchamento moral no “corpo de sitiantes” e dificilmente consegue trabalhar em outra propriedade.⁵⁹

⁵⁸ Muitas vezes em nossa presença no campo, tivemos que interromper uma conversa com grupo de moradores locais, com quem falávamos a respeito de algum aspecto de seu cotidiano (hora de acordar, dormir, rezar, dia de sair, etc.), porque a chegada dos ruidosos “sitiantes” impediu a continuação da conversação. A este respeito não é preciso cautela para afirmar que trata-se de uma estratégia de espacialização onde o corpo próprio arrasta uma auto-imagem tão agigantada que provoca, por onde passa, uma invasão de espaços vitais outros.

⁵⁹ O que, irônica e paradoxalmente, pode dar origem a um processo de “emancipação” da família, com seus membros repartindo a responsabilidade para encontrar novas formas de sobrevivência; este dado está na origem de várias histórias familiares de ex-caseiros.

Por parte dos caseiros, as mais expressivas manifestações de oposição são feitas pelas mulheres, que manifestam seu ressentimento quanto às terríveis condições de seu cotidiano, principalmente no que diz respeito aos filhos: quanto à relação dos lugares, nenhuma fronteira física explicita os limites entre a casa principal e a residência de caseiros; sendo assim, as marcas simbólicas da apropriação pelos caseiros do espaço que habitam se restringem ao interior de suas residências, estando os mesmos impedidos de registrar qualquer marca própria em qualquer ponto do entorno (incluindo a fachada da casa); as regras de convívio incluem um “sentido de conveniência” introjetado por todos os que habitam a moradia menor (inclusive as crianças), responsável por um confinamento dos movimentos em um circuito imaginário que nunca ultrapassa os três metros de raio. No raríssimo espaço de construção possível para um caseiro está a possibilidade de fazer seu próprio jardim – o que é bem aceito, às vezes, pelo proprietário, porque “embeleza”. Neste caso, as pessoas demonstram habilidade para fazer um exercício de paisagismo em pequena escala que chega a atingir níveis de satisfação estética bastante elevados.

Por outro lado, os que habitam ou freqüentam a “sede” não reconhecem a existência de qualquer limite e utilizam toda a área, considerando próprias até mesmo algumas áreas internas à residência do caseiro.

As práticas de lugares remetem à inequívoca conclusão de que a relação sitiante-caseiro é marcada por dispositivos de repressão, dominação e expropriação da identidade, onde a subordinação arquitetônica e a sujeição social fazem parte da mesma série de fenômenos.

Não há qualquer espaço-tempo para a vida social construtiva e a inserção cultural produtiva da população que se submete à caseiragem, pela dessincronia dos ritmos de

atividades em cada propriedade - contabilizado como vantagem pelos patrões está o fato de que o sítio pode permanecer vazio por um longo período de até três meses, e eventualmente sofrer uma carga de concentração de pessoas por uma semana.

Os homens, chefes de famílias entre os caseiros, principais responsáveis pelo vínculo, assumem o mesmo tipo de avaliação que fazem os patrões: para eles é um serviço que lhes permite trabalhar muito numa época e quase nada em outras épocas; isto realmente talvez corresponda ao que vivenciam, posto que suas práticas estão voltadas para as áreas externas da propriedade e o trabalho de manutenção é permanente, mesmo em períodos de muita ocupação – nestas ocasiões a carga de serviços aumenta, mas não significativamente.

As mulheres caseiras, por outro lado, estão bastante sensíveis às enormes desvantagens de sua condição: não têm vínculo empregatício claro, sendo os seus ganhos correspondentes a uma parte dos ganhos do marido, em troca da prestação de serviços domésticos; estes serviços incluem a manutenção do espaço interno da casa, que, como sabemos, é permanente (mesmo sem os moradores presentes a poeira se acumula) sendo que sofre um acréscimo exponencial nos períodos em que a casa é ocupada e logo depois disto; os serviços também podem incluir a preparação da refeição dos visitantes e suas visitas, o que quer dizer disponibilidade total para atender desde o primeiro café da manhã até a última janta; em alguns casos radicais os patrões devem ser sempre esperados, porque não avisam quando e com quantas pessoas chegarão – sendo assim, qualquer programação própria deve contar com a possibilidade de ser suspensa, caso os patrões apareçam.

Uma de nossas entrevistadas, mulher de cerca de 50 anos de idade cuja condição de caseira é considerada invejável pelo próprio marido (a casa em que ela mora, no sítio

em que trabalha, é grande e bem equipada) relatou com muita emoção e mágoa o fato de estar a serviço de patrões cujos hábitos de vida exigem que ela tenha pronto o café-da-manhã às sete horas (horário em que o homem se apresenta à mesa), que faça isso sem abrir as janelas ou fazer barulhos porque a patroa não gosta de ser atordoada com ruídos até que acorde, às onze horas, quando espera que o chá seja servido; o almoço atende a dietas variadas, o último jantar é servido às onze da noite e a saída da família deixa um rastro de roupas e banheiros sujos. E o mais importante é que ela não pode adoecer, porque embora sua atividade seja “complementar” ao contrato do marido, não interessa um caseiro cuja mulher não possa oferecer esta complementaridade. Porque sofre de um problema de artrite reumatóide (afecção que atinge muitas pessoas no lugar) esta mulher está se vendo à beira de uma falência física e emocional mas, resignada, prepara a filha para ocupar o seu lugar.

Dentro deste constrangimento geral que cerca a dialética sitiantes/caseiros há variados níveis de coação e coerção. Encontramos situações, raras, em que os sitiantes revelam alguma preocupação com a família de caseiros. Encontramos também situações em que os sitiantes preferem optar pela contratação de serviços do pessoal local, sem configurar uma condição de caseiragem. No horizonte propriamente negativo de nossas experiências de sitiantes e caseiros nos confrontamos com o absurdo real que nos conduziu à inevitável conclusão de que neste caso a relação casa-casa, esta particular espacialização que constrói o sítio – espaço moderno, e que estabelece conjuntamente a matriz temporal de uma relação família-família é um dos grandes e insustentáveis equívocos de ocupação dos lugares. Chegamos a encontrar em um sítio duas crianças de cinco e três anos confinadas em uma casa numa tarde de domingo enquanto a mãe preparava o almoço

tardio da família de sitiantes e seus convidados: as crianças deveriam ficar presas porque os cachorros (da raça Dobermann) deveriam ficar soltos, para deleite da família e dos convidados (durante a reunião circulava uma fotografia do aniversário dos cães, festejado em torno de uma farta mesa de doces, com enfeites, etc, etc.). Esta mesma proprietária pediu ao filho (um jovem que tendia a rebelar-se) que não falasse sobre educação ou escola para os caseiros, porque isto poderia “atiçar certas curiosidades, e pôr os trabalhadores a perder”!

Esta é a dinâmica dominante, e o contorno de um sítio abriga muitas histórias de anulação e submissão. Há casos também radicais de caseiros que compensam o exercício de autoridade que incide sobre eles no período de presença dos patrões em um exercício igualmente autoritário sobre suas famílias e vizinhos no período de ausência dos patrões: fiéis guardadores de uma ordem dominadora e exclusivista, estes empregados aceitam a hierarquização e reproduzem-na em cada situação em que têm oportunidade para tanto; assim, entre estes caseiros, à hierarquia entre patrões e empregados corresponde uma hierarquia empregados-empregados, dependendo do prestígio dos respectivos patrões e do tamanho e “importância” da propriedade pela qual são responsáveis.⁶⁰

⁶⁰ O caso extremo de nosso campo de pesquisa é representado pela situação de uma “caseira” que se responsabiliza pela manutenção da casa de um ex-Senador da República que poucas vezes aparece no lugar: a casa do sítio já foi a sede de uma antiga Fazenda (onde nasceu o Barão de Paty) e, embora remodelada e sem características do período colonial, tem algum valor histórico pelo que significa de referência pioneira; além disso, o valor arquitetônico é acentuado pela existência de uma capela projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Quando o ex-Senador ou algum membro de sua família se apresenta no sítio, os serviços prestados pela caseira reproduzem estreitas relações de servidão: toda a família é colocada a serviço e presta mordomias luxuosas; por outro lado, quando o sítio está entregue aos caseiros, estes se comportam como arrogantes proprietários frente a qualquer pessoa que se aproxime da propriedade. Entre os outros caseiros, consideram-se especiais, porque tomam conta do sítio do “Zé”- apelido com que se referem ao patrão em sua ausência, já que pessoalmente o tratam como “embaixador”.

Os últimos anos da década de 90 têm mostrado uma pequena alteração no perfil da região, com o jogo de forças se tornando um pouco mais dinâmico, pela intensificação das direções do conflito já instalado nas segmentações predominantes, e também pelo surgimento de alguns processos de diferenciação.

Uma parte dos *sitiantes* perdeu sua antiga capacidade de manter uma unidade improdutiva, o que exigia um mínimo de investimento e não dava um retorno contabilizável, a não ser o conforto das férias sazonais (hoje em declínio por conta dos pacotes turísticos que oferecem alternativas de “viagens” e uma outra modalidade de status).

Neste contexto os “*sitiantes*” passaram a definir outras estratégias para suas propriedades: fracionar ainda mais as unidades, capitalizando com a venda de terrenos (tal como fizeram os antigos proprietários rurais); assumir o local como residência principal, preferindo livrar-se dos ônus da residência na cidade, substituindo as despesas da vida urbana e encontrando então condições para diminuir as jornadas de trabalho e apostar na qualidade de vida (este é o caso principalmente de profissionais liberais ou aposentados); ou investir na possibilidade de tornar as propriedades produtivas.

Em todos estes casos, um sentido espacial construtivo emerge no lugar: a rede de “*caseiros*” muitas vezes se desfaz, e uma outra dinâmica social se realiza.

Alguns *ex-caseiros* aproveitam esta nova onda de fracionamentos para tornarem-se também proprietários e descobrem nas suas habilidades diversificadas, formadas durante o período em que estiveram “*a serviço*”, uma potencialidade para o trabalho que, convertido em benefício próprio resulta na construção de situações bastante propícias ao *habitar* – condições que lhes permitem um convívio social intenso e uma participação cultural antes ausente.

Entre os mais velhos, as oportunidades são agora de prestar serviços como empregados em sítios e construir sua casa própria adquirindo parceladamente o material de construção e mobilizando familiares e amigos para algumas etapas da obra.

Entre os mais novos uma importante orientação para a formação educacional vai sendo construída; no convívio mais estreito com a população de origem urbana, as moças e rapazes que viviam até então sem acesso aos domínios sociais e culturais da cidade aprenderam a organizarem-se para agilizar transporte coletivo próprio quando interessa sair do interior, adotaram em muitos casos o uso da motocicleta *cross*, que lhes dá a possibilidade de uma prática *off-road*, acrescentando-lhes mobilidade e participação esportiva; também passaram a promover festas e valorizar as atividades grupais que cruzam a região, como as competições de motocross, as trilhas dos *jeepiros*, os festivais de motocicleta. Entre os filhos e filhas dos antigos caseiros, que deixaram precocemente a condição de subalternidade em que se encontravam para apostarem na maior autonomia, muitos estão avançando em graus de escolaridade e assumindo o papel de educadores/educadoras nas escolas locais, com trabalhos relevantes.

O maior intercâmbio entre os dois segmentos anteriormente separados promove a formação de novas redes de solidariedade, com um padrão ético-político menos constrangedor.

Assim, alguns dos novos sitiantes, ao pretenderem variar seu modo de vida para tornar o cotidiano compatível com a “lentidão ecologicamente orientada” (em contraste com o frenesi com o qual estavam até então condicionados) habilitam-se nos artesanatos e propõem formas de interação com pessoas há mais tempo ligadas ao local, e por aí adotam perspectivas híbridas de produção cultural, entre os padrões elitistas que julgavam

sustentar e uma tradição que supõem encontrar⁶¹; outras pessoas imaginam e concebem a possibilidade de produções alternativas com os produtos agrícolas regionais para obterem o ganho relativo à sua transformação: por exemplo, houve um movimento em pequena escala de fabricação da banana-passa – o procedimento adotado não se mostrou economicamente compensador, mas a experiência deixou um lastro de ligações sociais, culturais e uma nova percepção das qualidades do ambiente que resiste muito além do término da experiência em si.

Estes são ainda devires menores, que sinalizam para o horizonte positivo das experiências. De fato trata-se de uma contingência que desloca/deslocou a dialética sitiantes/caseiros que prevalece quase sempre. Onde a situação se mantém os controles têm se exacerbado, evidenciando em muitos casos um jogo de exclusões, que assume condições paroxísticas.

Uma certa idéia de “preservação ambiental” tende a reconfigurar as forças sociais em jogo. Paralelamente às outras formas de segmentarização, esta idéia de manter o lugar intacto aproximou, em um primeiro momento, “conservadores” e “ambientalistas”; porém entre os “ambientalistas” chegaram também os que não são “conservadores” e que entendem que a pauta ecológica não supõe a suspensão das pautas mais abrangentes de justiça social: esta nova presença intimidou os “conservadores clássicos”, e as estratégias deste grupo tenderam a radicalizarem-se: para preservar tem que fechar, impedir, cercar, limitar, subtrair a presença humana. A consciência ambiental se alastrou e se diferenciou,

⁶¹ É bem verdade que estas atividades são geralmente transitórias e ainda não se viu que tenham dado origem a uma experiência um pouco mais longa e conseqüente, mas ela é sem dúvida uma experiência que tende à emancipação de fluxos criativos.

assumindo novas formas e concedendo ao cenário de lutas e conflitos uma configuração crescentemente complexa.

Talvez já se possa ver um desenho social em que a problemática sitiante/caseiro seja superada pela problemática devastação/preservação ambiental, onde alguns protagonizam o aspecto privatista e elitista da questão e outros encontram na discussão de um contrato a oportunidade de redimensionar também o campo das relações humanas. Pode-se pensar, nas entrelinhas das formas dominantes, a emergência de forças que dêem, por exemplo, ao devir-criança sua real dimensão e repudiem, enquanto forma de exploração da natureza, também as formas desta mais insidiosa exploração humana.

Esta pode ser a oportunidade para que um processo de singularização se acentue, desfazendo os vícios da forma de ocupação que prevaleceu nos últimos 30 anos. É provável que a condição de caseiro seja mesmo “insustentável” e uma vez desmantelada esta rede de submissão a rede de dominação se desfaça no reflexo.

Um dado notável que acompanha a transformação de antigos caseiros e filhos de caseiros em proprietários na região, lidando com serviços e educação, é que as construções que serviam aos caseiros nos sítios se transformam em ateliers e oficinas, com a invenção de perspectivas de trabalho comum. Podemos pensar aí em agentes coletivos de enunciação?...

3.5 - SÍNTESE

Da cena teórica que estabelece parâmetros na avaliação dos processos de produção social do espaço, aos cenários colocados em perspectiva desde estes mesmos parâmetros,

localizamos, em um exercício de constantes derivas, situações que fazem pensar, na medida em que resistem às reduções do binômio bem-mal.

Entendemos que há um efeito de poder que atravessa o corpo social, atraindo para o traçado retilíneo das redes tecnológicas vários segmentos das potências criativas do encontro entre a diversidade de seres, e que outros segmentos destas mesmas potências se conectam e desdobram fora do aparato dominante, formando possibilidades raras no campo das experiências. Tanto é possível que as oportunidades de realização se ampliem nos circuitos eletrônicos, contrariando a expectativa principal, quanto é possível que os movimentos de confronto e resistência sejam reterritorializados na perspectiva de repetição e conservação.

Quando se trata de pensar as práticas de ocupação dos lugares que formam espaço, somos colocados diante de algumas evidências e muitas incertezas: o desenho é definitivamente complexo e não nos cabe fazer antecipações.

Contudo, uma cartografia dos jogos de força em confronto permite localizar, sem dúvidas, a formação de devires que apontam para a “inclusão” – no sentido mais abrangente da palavra - e aqueles que se dirigem às exclusões, segregações, eliminações.

Nas diversas experiências de construção do espaço é viável distinguir o ponto em que um conjunto de interações toma forma, se particulariza, se apropria do campo dos possíveis e avança. Do mesmo modo é possível saber quando se está diante de práticas que jamais se orientam para uma auto-organização adaptativo/construtiva e contentam-se em aceitar sua inscrição em um regime gerado e gestado alhures, pelos imperativos de uma totalização que escapa inteiramente ao controle próprio.

Nenhuma nomenclatura é boa quando define rigidamente o que está “dentro” e o que fica “fora”. Quando dissertamos sobre a fabricação do espaço, no tempo, pretendemos deixar claro que o que importa é participar, com nossa narrativa, do jogo dos poderes que ocultam e revelam, falam e calam, dão passagem ou obliteram os cursos, de água, de gente, de coisas, de plantas, de bichos. Trabalhamos para dar visibilidade a alguns agenciamentos e forjar, tanto quanto possível, perspectivas quase sempre minoritárias.

Se há uma aposta, nosso texto pretende estar participando dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Rio Santana, em Miguel Pereira, e o Remanso do Rio Paraíba, em Paraíba do Sul, são marcos de uma regionalização possível para refletir sobre a questão das águas em um futuro próximo: escassez x abundância.

Afirmamos, neste trabalho, a conveniência de recuperar algumas ligações que foram perdidas no espaço-tempo das modernizações, nesta extensão territorial, para cerzir o tecido bio-antropo-psico-social que dá sustentação à vida.

A percepção e o pensamento que ligam o Alto Santana e o Remanso do Paraíba indicam a presença de experiências que não visam a “preservação ambiental”, no sentido técnico-instrumental, mas formam devires que apontam para novas maneiras de realizar o contato entre os corpos, humanos e naturais.

A continuação do trabalho de campo na região definida nos conduziria, com toda certeza, a um re-conhecimento de muitas outras experiências construtivas/destrutivas e a análise poderia prosseguir. Limitamos nosso relato a algumas situações paradigmáticas.

Nossa principal conclusão é de que faz falta pensar e agir na co-ordenação das múltiplas experiências identificadas e por identificar ainda.

Quando se pensa e age no sentido de romper o isolamento que se considera próprio de determinadas situações de vida, quase sempre a perspectiva é de recomposição das ligações entre as margens e o centro.

Nossa projeção é diferente desta: trata-se, para nós, de imaginar modos de ligação e interação entre as diversas experiências conduzidas solitariamente, definidas no contorno dos núcleos populacionais onde o poder se concentra.

Uma rede de comunicações deve ser estabelecida nos caminhos que, por dentro, permitem passar de uma à outra bacia hidrográfica – do topo da montanha ao vale.

Material há para circular na rede. Apenas é necessário conceber os dispositivos para operacionalizar as ligações.

Pensamos que este pode ser um desafio para os programas universitário de extensão rural

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec-ANPOCS, 1992.
- ADAMS, W.M. **Green development theory? Environmentalism and sustainable development**. In: CRUSH, J. *Power of development* London: Routledge, 1995. p. 87-99.
- ALPHANDERY, Pierre; BITOUN, Pierre; DUPONT, Yves. **O equívoco ecológico: riscos políticos**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ALTIERI, M.A. Una perspectiva agroecologica para orientar los programas de educación de postgrado en Economía Agrícola y Desarrollo Rural en la América Latina del siglo XXI. In: CONSORCIO LATINO-AMERICANO SOBRE AGROECOLOGIA Y DESAROLLO, 1995. Berkley: Universidad de California, REDCAPA. Mimeografado.
- ANDRADE, M. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Martins, 1978.
- ANDRADE, O. **Manifesto antropófago: obras completas**. São Paulo: Globo, 1982.
- ANDREOTTI, L.; COSTA, X. (Org.). **Teoría de la deriva y otros textos situacionistas sobre la ciudad**. Barcelona: Museu d'Art Contemporani, 1996.
- ANTONIL, A.J. **Cultura e opulência do Brasil: 1711**. São Paulo: EDUSP, 1972.
- APPADURAI, Arjun. Disjuncture and difference in the global cultural economy. **Public Culture**, v.2, n. 2; Spring, 1990.
- ARRUDA, A. (Org.) **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BACHELARD, G. **O direito de sonhar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BADIOU, Alain. **Para uma nova teoria do sujeito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BALANDIER, G. **O dédalo: para finalizar o século XX**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BANDECHLB. **Guia do estudante de história da civilização brasileira**. São Paulo: Didática Irradiante, 1969.
- BARENCO de MELLO, M. **A multiplicidade das formas de ser racional: escrita e racionalidade**. 1998. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- BARROS, N.C. Paisagem, homem e natureza na região do Alto Rio Branco. In SOUZA, M.A.; SANTOS, M.; SCARLATO, F.C.; ARROYO, M.(Org.) **O Novo mapa do mundo –natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BENAKOUCHE, Rabah. As Novas Tecnologias e o Futuro do Brasil. In: **A informática e o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 147-191.
- BERQUE, A. El nacimiento del paisaje en China. In MADERUELO, J. (Org.) **El paisaje: arte y naturaleza**. Huesca: [s.n.], 1996.
- BLIKSTEIN, Isidoro. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 1990.
- BOTTING, D. **Humboldt y el cosmos: vida, obra y viajes de un hombre universal (1769-1859)**. Barcelona: Ed. del Serbal, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BRÜSEKE, F. Pressão modernizante, estado territorial e sustentabilidade In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 112-130.
- CAGE, John. **De segunda a um ano**. São Paulo: Hucitec, 1985.
- CALLADO, A. **Entre o Deus e a vasilha: ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CAMPOS, A.L.V. Terra, trabalho e progresso na obra de Monteiro Lobato. **Terra & Poder: Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero. v. 6, n. 12, p.65-72, mar./ago., 1986.
- CAMPOS, M. SULear x NORTEar: representações e apropriações do espaço entre emoção, empiria e ideologia. **Documenta**. Rio de Janeiro: Programa de Mestrado e Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS/Cátedra da UNESCO de Desenvolvimento Durável/UFRJ, v.1, n.8, p.41-70, 1999.
- CANEVACCI, M. (Org.) **Dialética do indivíduo: o indivíduo na natureza, história e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CANUTO, J.C. Agricultura ecológica e sustentabilidade ambiental. **Revista de Extensão Rural**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, v. 5, n. 5, p. 71-88, jan./dez., 1998.

- CARBO, E.L. Paisage y fotografia: naturaleza y territorio. In: MADERUELO, J. (Org.) **El paisaje: arte y naturaleza**. Huesca: [s.n.], 1996.
- CARNEIRO, M.J. Política pública e agricultura familiar. In **Estudos: Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/ Curso de pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade (CPDA), n. 8, p. 70-82, abr., 1997.
- CARVALHO, J.C. **O coronel e o lobisomem**: deixados do Oficial Superior da Guarda Nacional, Ponciano de Azeredo Furtado, natural da praça de Campos dos Goitacases. 23.º ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.
- CARVALHO, J.M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo, : uma discussão conceitual. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. v. 40, n. 2, p.229-250, 1997.
- CARVALHO, P.F.; MOURA, C.A.; COSTA, J.L.R. A questão ambiental demandando uma nova ordem mundial. In: SOUZA, M.A.; SANTOS, M.; SCARLATO, F.C., ARROYO, M.(Org.) **O Novo mapa do mundo** – natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CASTRO, I.E. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In SOUZA, M.A , SANTOS, M.; SCARLATO, F.C.; ARROYO, M.(Org.) **O Novo mapa do mundo** – natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- CERTEAU, M. de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987?
- _____. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994
- _____. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- CHÂTELET, F. ; DUHAMEL, O.; PISIER-KOUCHNER, E. **História das idéias políticas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.
- CHAUNU, P. **Conquista e exploração dos novos mundos**: século XVI. São Paulo: Pioneira, 1984.
- CIORAN, Emile M. **Silogismos da amargura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CORTÁZAR, J. **Os prêmios**. São Paulo: Círculo do Livro, 1969.
- _____. **Um tal Lucas**. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1979.
- COSTA NETO, C. Agricultura familiar e renda da terra. **Estudos: Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/ Curso de pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade(CPDA), n. 10. p.118-134, 1998.
- _____, C. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: COSTA, L.F.C., MOREIRA, R.; BRUNO, R. (Org.) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- _____. Reforma agrária no Brasil: a intervenção do MST e a atualidade do programa de transição. **Outubro**: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, n.2. p.5-19, 1998
- COWEN, M; SHENTON, R. The invention of development. In: CRUSH, J. **Power of development**. London: Routledge, 1995. p.27-43.
- CRUSH, J. **Power of development**. London: Routledge, 1995.
- CRUZ SOUZA, F.; MONTEIRO, R.C. Estudio de la imagen del medio rural entre sus habitantes y posibles relaciones con los Nos migratorios. In: BERNAL, A.O.; JIMENEZ, M.V.M.; ELIAS, P.V. **Aplicaciones en psicologia social**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000. p.386-393.
- DALLEMAGNE, J.; NAIR., S. A economia política, o socialismo utópico. In: CHÂTELET, F. **História da filosofia: idéias e doutrinas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 124-169. (A Filosofia e a História, de 1780 a 1880, v.5).
- DEAN, W. A industrialização durante a república velha. In FAUSTO, B. (Org.) **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p 259-283. (V. 3. O Brasil Republicano. 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)).
- DEBORD, GUY. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEISTER, S. **Terras de ontem, terras de sempre**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal de Miguel Pereira, 1998.
- DE LANDA, M. **A thousand year of nonlinear history**. New York: Zone Books, 1997.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.v.5
- DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. S. Paulo: Hucitec, 2001.
- DRUMMOND, J.A. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997.

- ERLICH, Paul. **O mecanismo da natureza**: o mundo vivo à nossa volta, e como funciona. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- ESCOBAR, A. Imagining a pos-development era. In: CRUSH, J. **Power of development**. London: Routledge, 1995. p. 211-227
- FAUSTO, B. A crise dos anos vinte e a revolução de 1930. In: **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 401-426 (v. 3. O Brasil Republicano. 2. Sociedade e Instituições)
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Lisboa: Portugalia, 1967.
- _____. Espacios diferentes. In: **Toponimias**: ocho ideas del espacio. Madrid: Fundación La Caixa, 1994.
- FRAGOSO, J.L. Uma elite arguta e sanguinária. **Rumos**: Os Caminhos do Brasil em Debate. São Paulo: Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, Brasil Now, v.1, n.1, p 71-79, 1998. (Entrevista)
- FRAGOSO, J.L.R. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX. **Terra & Poder**: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero. v. 6, n. 12, p.125-151, mar./ago., 1986.
- FREGTMAN, Carlos D. **Música transpessoal**: uma cartografia holística da arte, da ciência e do misticismo. São Paulo: Cultrix, 1995.
- FREMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- FROEHLICH, J.M.; MONTEIRO, R. C. Interdisciplinaridade, técnica e desenvolvimento sustentável.
- Revista de Extensão Rural**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. v. 5, n. 5, p 49-70, jan./dez., 1998.
- FROEHLICH, J. M. **Rural e natureza**: as construções sociais do rural contemporâneo e a pós-modernidade. Rio de Janeiro: UFRRJ /Curso de pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade (CPDA), 2000. (Trabalho de Qualificação - Doutorado).
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE (Rio de Janeiro). **Coletânea de legislação federal e estadual de meio ambiente**. Rio de Janeiro: SINICOM, 1992.
- GALEANO, E. **Memórias do fogo**. Porto Alegre: Ed. L&PM, 1996. (v.1 – Os nascimentos)
- _____. **Memórias do fogo**. Porto Alegre: L&PM, 1997. (v. 2– As caras e as máscaras).
- _____. To be like them. In: RAHNEMA, M. E BAWIREE, V. **The post-development reader**. London: Zed Books, 1987
- GANDRA, F. **Para uma arqueologia do discurso imperial**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.
- GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- GEBARA, A. Escravos: fugas e fugas. **Terra & Poder**: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. v. 6, n. 12, p.89-100, mar./ago., 1986.
- GELL-MANN, Murray. **O Quark e o jaguar**: as aventuras no simples e no complexo. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- GOMES, R.Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- GOODLAND, Robert. Sustentabilidade ambiental: comer melhor e matar menos. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p 271-298.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço**. São Paulo: EDUSP. 1997.
- GOULET, Denis. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p.72-82.
- GRAHAM, M. Escorço biográfico de Dom Pedro I com umas notícia do Brasil e do Rio de Janeiro, em seu tempo. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional v. 60, 1938.
- _____. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.
- GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- _____. A revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUIMARÃES, Cesar. Cultura, ciência política: aproximações conceituais. In: PAIVA, M. ; MOREIRA, M.E.(Coord.). **Cultura. Substantivo plural**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil; São Paulo: Ed. 34, 1996. p 11-17.

- HALL, S. The Local and the global: globalization and ethnicity. In: KING, Anthony D. (Ed.) **Culture, globalization and the world-system: contemporary conditions for the representation of identity**. New York: MACMILLAN,
- HANNERZ, U. The global ecumene as a landscape of modernity. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: PLURALISMO CULTURAL, IDENTIDADE E GLOBALIZAÇÃO, 1996, Rio de Janeiro.. **Anais**. Rio de Janeiro: Unesco, 1996.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.
- HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. In: **Conferencias y artículos**. Barcelona: Serbal, 1994.
- HERZ, R. A cartografia ambiental. In: SOUZA, M.A.; SANTOS, M.; SCARLATO, F.C.; ARROYO, M.(Org.) O novo mapa do mundo –natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec, 1997. HOLANDA, Sérgio B. de. Caminhos e fronteiras. _____ . **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.
- HOLANDA, Sérgio B. ; MAIA, T. **Vale do Paraíba: velhas fazendas**. São Paulo: EDUSP, 1975.
- HOLLOWAY, John e PELÁEZ, Eloína. Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico. **Outubro**: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, n.2, p.21-29, 1998
- HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**. Rio de Janeiro: Garamond/UFRJ, n. 3, jul-dez. 1997.
- HUMBOLDT, A. **Quadros da natureza**. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1957.
- ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Teoria de la deriva y otros textos situacionistas sobre la ciudad**. Barcelona: Museu d'Art Contemporani, 1996.
- IVAIN, G. Formulário para um novo urbanismo. In: INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Teoria de la deriva y otros textos situacionistas sobre la ciudad**. Barcelona: Museu d'Art Contemporani, 1996.
- JAMESON, F. **Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. _____ . **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.
- JAPPE, A. **Guy Debord**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- KING, Anthony D. (Ed.) **Culture, globalization and the world-system: Contemporary conditions for the representation of identity**. New York: MACMILLAN,
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. _____ . Existe vida após a economia de mercado? **Praga**: Estudos Marxistas. São Paulo: Hucitec, n.4, p.21-30, 1997.
- LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na primeira república: uma interpretação. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.343-374. (v 3. O Brasil Republicano. 2. Sociedade e Instituições).
- LAPLANTINE, François. Anthropologie des systèmes de représentations de la maladie: de quelques recherches menées dans la France contemporaine réexaminées à la lumière d'une expérience brésilienne. In: JODELET, Denise. (Dir.). **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1993. p 278-298.
- LATOUCHE, S. Paradoxical growth. In: RAHNEMA, M.; BAWTREE, V. **The post-development reader**. London: Zed Books, 198/
- LAZKANO, J.M. El jardín como laboratorio o una geometria natural. In: MADERUELO, J. (Org.) **El jardín como arte: arte y naturaleza – Huesca**: [s.n.l 1997.
- LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. _____ . **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. _____ . **La revolution urbaine**.Paris: Gallimard, 1970. _____ . **Posição: contra os tecnocratas**. São Paulo: Documentos, 1969.
- LEITE, M.L.M. **Livros de viagem: 1801/1990**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- LEONARDI Maria L.A.. A Educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p 391-408.
- LIZET, B.; RAVIGNAN, F. **Comprendre un paysage: guide pratique de recherche**. Paris: INRA, 1987. LOBAT O, M. Urupês. São Paulo: Brasiliense, 1954.

- LYOTARD, J.F. Pequena perspectivação da decadência e de alguns combates minoritários a travar. In: GRISONI, D. **Políticas da filosofia**. Lisboa: Moraes, 1976. p.93-126
- LURIA, Alexander R. **A Construção da mente**. São Paulo: Ícone, 1992.
- MADERUELO, J. El Paisaje. In _ . **El paisaje: arte y naturaleza**. Huesca: [s.n.] 1996.
- MAFFESOLI, M. O poder dos espaços de celebração. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 116, p.59-70, jan./mar 1994.
- MARCUSE, H. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MARINS, P.C.G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, F. **História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p 131-214.
- MARTINELLI, M. Cartografia ambiental: que cartografia é essa? In: SOUZA, M.A.; SANTOS, M.; SCARLATO, F.C.; ARROYO, M. (Org.) **O novo mapa do mundo - natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **De la economía ecológica al ecologismo popular**. Barcelona-Montevideú: Icaria-Nordan, 1995.
- _____. Justiça ambiental (local e global). In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez., 1997. p 215-231.
- MARTINS, J.S. As coisas no lugar: da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica. In: _____. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MATTOS, I.R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MAY, P. A sustentabilidade do sistema agroalimentar. In: COSTA, L.F.C., MOREIRA, R.; BRUNO, R. (Org.) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- MELLO E SOUZA, L. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: _____. **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- MTHO, M.; DULCK, J. Barragem contra a violência. In DHOQUOIS, R. **A polidez: virtude das aparências**. Porto Alegre: L&PM, 1993. p.125-146.
- MOLES, Abraham. **Micropsychologie et vie quotidienne: la société au microscope**. Paris: Denoël/Gounthier, 1976.
- MONTEIRO, R.C. Os escritores frente à 'natureza': uma análise eco-psico-lógica de narrativas de viajantes na América Latina. In; ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASÍLIA .FIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL. **Anais**. São Paulo: ABRAPSO, 1999. p.150. Resumo
- _____. Pesquisa iconográfica das estratégias de contra-consumo no espaço urbano: figurações do contra-poder. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL. **Anais**. São Paulo: ABRAPSO, 1999. p.148. Resumo.
- MORAES, M.Célia; DUAYER, Mário. Richard Rorty: A ética pragmática do neo-conservadorismo. In: HÜHNE, Leda Miranda. **Ética**. Rio de Janeiro: SEAF, 1997. p 99-139.
- MOREIRA, R. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. In **Estudos: Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ / Curso de pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade/CPDA. n. 8, p. 51-69, abr., 1997.
- _____. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomamista. In COSTA, L.F.C., MOREIRA, R.; BRUNO, R. (Org.) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- MOREIRA, Ruy. O racional e o simbólico na geografia. In SOUZA, M.A.; SANTOS, M.; SCARLATO, F.C.; ARROYO, M. (Org.) **O novo mapa do mundo — natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MORIN, Edgar. **Meus demônios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986
- MORIM, Edgar; KERN, Anne B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- MOTA, C.G. Teses para o (re)descobrimto do Brasil. **Rumos Os Caminhos do Brasil em Debate**. São Paulo: Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimto do Brasil, Ed. Brasil Now, v.1, n.1, p.28-35, 1998.
- MÜLLER, G. Ambivalências da modernização agrária. **Novos Estudos CEBRAP**. Rio de Janeiro: CEBRAP, n. 21, jul., 1988.

- NAVA, P. **Bau de ossos**. São Paulo: At. Editora, 1999.
- NASSAR, Raduan. **Lavoura arcaica**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. 196p.
- NEDER, Ricardo T. Para uma regulamentação pública ambiental pós-desenvolvimentista no Brasil. In CAVALCANTI, Clóvis (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p 248-259.
- NEVES, D.P. Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Estudos – Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ / Curso de pós-graduação em desenvolvimento, sociedade e agricultura (CPDA) n. 8, p.7-24, abr., 1977.
- NOGUEIRA, L.C. **La risa del espacio** – el imaginario espacio-temporal en la cultura contemporánea: una reflexión sociológica. Madrid: Tecnos, 1997.
- NOVAIS, F. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Hucitec, 1997
- OLIVEIRA, F. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da república velha no Brasil. In: FAUSTO, B. (Org.) **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 391-414. (v.3. – O Brasil republicano. 1. Estrutura de poder e economia.)
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAIVA, G. Os Cinco mundos. **Carta Mensal**. Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio. V.22, n. 260, p. 33-56, nov., 1976.
- PALMEIRA, M. ; LEITE, S. **Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas**: reflexões sobre a questão agrária. Rio de Janeiro: UFRRJ/ Curso de pós-graduação em desenvolvimento, sociedade e agricultura/CPDA, set., 1997. (Debates, 1).
- PANKOW, Gisela. **O homem e seu espaço vivido**: análises literárias. São Paulo: Papyrus, 1988.
- PARENTE, A. A última versão da realidade. In: FERREIRA, L.C. (Org.) **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1997. p.101-112.
- PAULA, S.G. Migração e ambivalência no cenário country. In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R; BRUNO, R. (Org.) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- PIERRE, A. Imigração colonial no Sertão da Parahyba. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO VALE DO PARAÍBA, 12, 1996. **Anais**. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), 1996. p. 113-129.
- PIETERSE, Jan Nederveen. My paradigm or yours? Alternative development, post-development, reflexive development. **Development and Change**. The Hague, v.29, n.2, p.343-374, apr., 1998.
- PIRES, P.S. A paisagem litorânea como recurso turístico. In: YÁZIGI, E. et alii (Org.) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- POULANTZAS, N. **Estado, poder y socialismo**. Madrid: Siglo XXI, 1979.
- PRADO Jr., C. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRATT, Mary Louise. **Ojos imperiales**: literatura de viajes y transculturación. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1997.
- PROOPS, J.; FABER, M.; MANSTETTEN, JÖST, F. Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 104-111.
- QUAINI, M. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- QUEIROZ, EÇA. **A cidade e as serras**. Rio de Janeiro: Ouro, 1971.
- QUEIROZ, M.I.P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (Org.) **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.153-190. (vol.3. O Brasil republicano. 1. Estrutura de poder e economia.)
- QUEIROZ, P.R.C. Notas sobre a experiência ferroviária no Brasil. In: **História econômica & história de empresas**. São Paulo: Hucitec/ABPHE. Vol. 2.1, 1999. p.91-111.
- REMON, J.F. La invención del genio del lugar. In MADERUELO, J. (Org.) **El jardín como arte**: arte y naturaleza. Huesca: [s.n.], 1997.
- RIBEYROLES, C. **Brasil pitoresco**. São Paulo: EDUSP, 1980. 2 v.
- RIVAS, J.L. La naturaleza en la ciudad-región: paisaje, artificio y lugar. In MADERUELO, J. (Org.) **El paisaje**: arte y naturaleza. Huesca: [s.n.], 1996.
- ROBERTSON, Roland. **Globalization**: social theory and global culture. *London*: SAGE Pub., 1997.
- SACHS, I. Desafios urbanos do século XXI: a cidade, os cidadãos e o ecodesenvolvimento. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 116, p. 71-84, jan.-mar., 1994.

- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.
- SALLES, J.M. e BRISSAC PEIXOTO, N. **América**: depoimentos. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- SANT'ANNA, A.R. **Viver a vida, organizar a morte**. Rio de Janeiro: O Globo. Rio de Janeiro, 06 set. 2000.
- SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.
- SANTOS, L.G. Considerações sobre a realidade virtual. In FERREIRA, L.C. (Org.) **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1997. p.113-121.
- SANTOS, M. **A Natureza do espaço** - técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997..
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997
- SERRES, Michel. **A lenda dos anjos**. São Paulo: Aleph, 1995.
- _____. **Filosofia mestiça**: le tiers-instruit. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- _____. **Notícias do mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. **O Contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. **História da vida privada no Brasil**: da Belle Epoque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3.
- SHENG, Fulai. Valores em mudança e construção de uma sociedade sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997. p 165-178.
- SHRESTHA, N. Becoming a development category. In CRUSH, J. **Power of development**. London: Routledge, 1995. p. 266-277
- SILVA COSTA, C.E. **Habitação rural**: uma proposta de racionalização pela autoconstrução. Rio de Janeiro: EDLrR, 1995.
- SILVA, Etienne L. A Cascata e o computador. In: BENAKOUCHE, Rabah (Org.). **A Informática e o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985. p37-60.
- SINGER, P. Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado. **Novos Estudos CEBRAP**. Rio de Janeiro: CEBRAP, n. 48, jul. 1997. p.39-66.
- SOUZA., E.; MONTEIRO, R.C. Psicologia social do espaço: uma introdução. In: _____. **Cadernos de Psicologia**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicologia, 1995, n.1, p.64-71.
- SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVII. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- SOUZA, L.de M. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil, 1)
- SOUZA, M.L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**. Rio de Janeiro: Garamond/ UFRJ, v.2, n. 3, p.13-16, jul.-dez., 1997.
- SOUZA, M.L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UFRJ, v. 1, n. 1, p.5-22, jul.-dez., 1996
- SOUZA, R.C.; MONTEIRO, R.C. O desenvolvimento como fator de atendimento às necessidades sociais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: BADEP, n. 78, p. 39-50, 1982.
- SPINK, M.J. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.
- SUBIRATS, E. **A cultura como espetáculo**. São Paulo: Nobel, 1989.
- TAULOIS, A_ E. O caminho novo e Levy Gasparian. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO DO SERTÃO DA PARAHYBA, 2000. Levy Gasparian (RJ): Instituto Cultural Barão de Piabanha, 2000. Mimeo.
- THOMPSON, E.P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TURNER, Frederick. **O espírito ocidental contra a natureza**: mito, história e as terras selvagens. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- VIEIRA MUNIZ. **Breve introdução à história de Miguel Pereira**. Miguel Pereira: [s.n.], 1982.
- VIOLA, E. E OLIVIERI, A. Globalização, sustentabilidade e governabilidade democrática no Brasil. In: TRINDADE, A.C. ; CASTRO, M.F. **A sociedade democrática no final do século**. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 179-253.
- VIRILIO, Paul. **L'horizon negatif**: essai de dromoscopie. Paris: Galilée, 1984.

- VIRILIO, P. Entrevista. In: Beirão, N. (Ed) **América**. São Paulo: Cia. Das Letras; Rio de Janeiro: Videofilme, 1989.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Geopolitics and geoculture: essays on the changing world-system**. Cambridge: University Press, ?.
- _____. Possibilidades globais, 1990-2025. **Praga: Estudos Marxistas**. São Paulo: Hucitec, n 5, p.17-34, maio, 1998.
- WERNECK, Francisco P.L. Criação de Muares. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1948.
- WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Estudos: Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/ Curso de pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade/ CPDA, n. 8, p. 25-50. abr., 1997
- WILLIAMS, R. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- WORSTER, D. et al. Transformations of the earth: toward an agroecological perspective in history. **Journal of American History**. v. 70, March, 1990.
- YAZIGI, E. et alli (Org.) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ANEXO I

Território e paisagem

A Terra, com todas as suas variáveis “existenciais” – rio, mar céu, montanhas, ventos, ilhas, jardins, florestas, animais, fossas, chuva, oceanos, correntezas, estradas, desertos – é reivindicada não mais como palco no qual se desenrolam os dramas humanos, mas como igualmente protagonista em muitos desses dramas. Parece que nenhuma proposição pode ser mais enfática e vigorosa do que aquela com que Michel Serres abre o *Contrato natural*:

“Dois inimigos brandindo bastões lutam, em areias movediças. Atento às táticas do outro, cada um responde golpe a golpe e dá a sua réplica à esquiwa. Fora da moldura do quadro, nós, espectadores, observamos a simetria dos gestos no decorrer do tempo: que espetáculo magnífico – e banal! /

Quem vai morrer, nos perguntamos? Quem vai ganhar, pensam eles e nos perguntamos mais ainda? Apostemos. Vocês ficam com o da direita, nós jogamos no da esquerda. A natureza dupla de ambos significa que o combate é duvidoso: há apenas dois combatentes que a vitória, sem dúvida, separará.

Mas, numa terceira posição, exterior à contenda, percebemos um terceiro lugar, o pântano, onde a luta se enterra.

Aqui, na mesma dúvida acerca dos duelistas, os apostadores arriscam perder juntos, como os lutadores, já que é mais provável que a terra absorva os últimos antes que eles próprios e os jogadores tenham liquidado sua conta./

O rio, o fogo, a lama se reportam a nós.

Sempre nos interessamos só pelo sangue derramado, pela caça ao homem, pelos romances policiais, no máximo, quando a política se transforma em assassinato, só nos cativam os cadáveres de batalhas, o poder e a glória dos ávidos de vitória, sequiosos por humilhar os perdedores, de modo que os promotores de espetáculos só nos dão cadáveres para ver, morte ignóbil que funda e atravessa a história, da *Ilíada* a Goya e da arte acadêmica à televisão à noite.

A modernidade começa a se cansar desta cultura repugnante, constato; a boa notícia, presumo é que, nos tempos atuais, admira-se menos os ganhadores assassinos e que falta entusiasmo nos aplausos depois da abertura das ossadas, apesar de exibidas com deleite.

Nessas representações, daqui por diante, esperemos, arcaicas, os adversários, em geral, se batem até a morte em um espaço abstrato onde lutam sós, sem pântano e sem rio Tirem o mundo em torno das lutas, olhem apenas os conflitos ou os debates, densos de homens, puros de coisas e obterão o teatro em cima do palco, a maior parte das nossas narrativas e das filosofias, a história e a totalidade das ciências sociais: o espetáculo interessante que chamamos cultural. Quem alguma vez disse onde lutam o senhor e o escravo?

Nossa cultura tem horror do mundo.

A areia movediça, aqui, ainda, aspira os duelistas; o rio, ali, ameaça o combativo: a terra, as águas e o clima, o mundo silencioso, as coisas tácitas colocadas outrora como cenário em torno das representações comuns, tudo isso que jamais interessou a alguém, brutalmente, sem aviso, de agora em diante estorva as nossas tramóias. Irrompe na nossa cultura – que dela sempre formou uma idéia local e vaga, cosmética – a natureza.

Outrora local - tal rio, tal pântano - global agora - o Planeta-Terra.” (Serres, 1990. p 11-12)

Com a prosa-poética que lhe é característica, o autor aponta para aquilo mesmo que os teóricos da sociedade vêm criticando em análises mais propriamente acadêmicas – o ocultamento do “espaço” nas ciências sociais; seu eclipsamento enquanto categoria analítica, mantido com exclusividade nos limites disciplinares da geografia moderna.

O reinvestimento sobre o espaço supõe em muitos casos, a reapropriação da questão territorial, e por isso convém saber que a **configuração territorial** é:

“o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem. Muitas vezes o que imaginamos natural não o é, enquanto o artificial se torna ‘natural’, quando se incorpora à natureza. Nesta, as coisas criadas diante dos nossos olhos, e que para cada um de nós é o novo, já aparece às novas gerações como um fato banal. O que vimos ser construído é, para as gerações seguintes, o que existe diante deles como natureza. Descobrir se um objeto é natural ou artificial exige a compreensão de sua gênese, isto é, de sua história... Seja qual for o país ou o estágio de seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação dos recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. Tipos de florestas, de solo, de clima, de escoamento, são interdependentes, como também o são as coisas que o homem superpõe à natureza. Aliás, a interdependência se complica e completa justamente porque ela se dá entre as coisas... A configuração territorial é um todo...a configuração territorial é o conjunto total, integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível.” (Santos. 1997. p.76)

Parece-nos equívoca a identificação aqui da configuração territorial com o território de um país, porém, excetuando-se esta passagem da definição, ela parece de todo apropriada ao sentido com que é utilizada nos projetos de reordenação territorial. O espaço geográfico é diferente da configuração territorial na medida em que o primeiro é “a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial.”(Santos, M. 1997. P. 77)

Mais além do espaço geográfico e da configuração territorial, está a paisagem, enquanto categoria analítica e marco operacional

À paisagem corresponde, antes de mais nada, a possibilidade de uma leitura técnica.

A manipulação da paisagem sempre corresponde à utilização de tecnologias. Como lembra Lazkano, J.

“Sabemos que desde el principio, el hombre há intentado adecuar el entorno a sus necesidades; primeramente por abrigo, pero más tarde por subsistencia. La manipulación del paisaje fue en aumento en la medida que progresaba la tecnología. Desde las plantaciones de arroz en terrazas escalonadas de Oriente o los movimientos de tierra en Egipto, canteras romanas, pasando por la dinamita, y hasta moderna maquinaria hay una progresiva capacidad de alteración del entorno natural.” (Lazkano, 1997. p. 74)

Mas com o estudo da paisagem é possível ir além do dado técnico ou positivo, avaliando a configuração territorial e o espaço geográfico através dos significados que lhes são atribuídos por indivíduos ou grupos de indivíduos. Porque a paisagem inclui uma dimensão de vivência e experiência do espaço. É um recorte no tempo que evidencia um particular modo de apreensão do mundo. Santos, M. define a paisagem em relação à configuração territorial e ao espaço geográfico da seguinte maneira:

“Tudo aquilo que nós vemos, que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc... A paisagem toma escalas diferentes e assoma diversamente aos nossos olhos, segundo onde estejamos, ampliando-se quanto mais se sobe em altura, porque desse modo desaparecem ou se atenuam os obstáculos à visão, e o horizonte vislumbrado não se rompe...”(Santos, 1987 p.62)

Em outro texto, ainda distinguindo entre paisagem e espaço, o mesmo autor elabora algumas outras definições. Ele afirma:

“A paisagem é o conjunto de formas que num dado momento exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza... a paisagem **se dá** como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal... cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos providas de um conteúdo técnico-específico... O seu caráter de palimpsesto, memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho, pois essa imagem mobilizada de uma vez por todas ‘permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto... A paisagem é testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado...’(Santos, 1997. p.87)

Entremeando este texto em que a paisagem é definida positivamente, corre um outro texto em que são indicados os limites da paisagem, frente à categoria analítica mais fundamental e fundamentante que seria o “espaço geográfico”. São limites funcionais, na medida em que o autor, desde o materialismo-histórico que o condiciona, tende a concentrar as análises nos investimentos de valor com que a sociedade “anima” a paisagem.

Mais interessante para nós, que não perseguimos uma análise funcional, é realçar, ainda nas definições do mesmo autor as seguintes considerações:

“A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato.”(Santos, 1987. p. 62)

A paisagem revela um cotidiano semiologizado, formando, como já se disse, uma memória dos atos de criação, a “corporificação” da história. Alastrando suas raízes

fenomenológicas, a construção do espaço-tempo enquanto paisagem e leitura de paisagem fornece um operador capaz de situar o homem frente ao mundo, ao redor do mundo, dentro do mundo, no mundo, conforme seja o sentido atribuído por indivíduos, grupos, classes e instituições às interações das formas vivas que entram em contato. A vertente fenomenológica do estudo das paisagens convém inteiramente a uma perspectiva que focaliza os dados cognitivos de apreensão da realidade.

Um dos terrenos em que o estudo das paisagens tem sido resgatado com muito vigor é o das práticas turísticas. O valor “paisagístico” é indicado como decisivo nos investimentos relativos ao turismo e, sendo assim, várias pesquisas têm sido realizadas. Na apresentação de um de tais estudos, Pires (1996), realiza uma síntese operacional reunindo a contribuição de vários outros autores, chegando a reunir variáveis grupadas em três categorias: a) componentes da paisagem – forma da terra, água, vegetação e estruturas e elementos artificiais; b) propriedades visuais da paisagem – forma, cor, linha, textura, escala e espaço; c) características da qualidade visual da paisagem – diversidade, naturalidade, singularidade, complexidade topográfica, superfície e borda d'água, atuações humanas, bacia visual, intrusão visual, detração da qualidade visual, patrimônio natural, recurso turístico e aproveitamento turístico. Estes conjuntos de variáveis formam um quadro de apreciação da paisagem que, para este autor, constituem uma fonte de avaliação para os potenciais turísticos de determinadas regiões.

Uma outra dimensão ainda pode ser acrescentada à paisagem. É a dimensão estética, que traz para o campo de reflexões a problemática das artes ligadas ao espaço: pintura, gravura, escultura, arquitetura, urbanismo, fotografia. Nestes domínios a ênfase é colocada na carga emocional e afetiva com que o espaço é apreendido quando se trata de

fixar uma paisagem. Maderuelo, J. faz algumas considerações importantes a respeito do tema da paisagem, chegando à questão da sensibilidade:

“*landscape* no es patrimonio de la geografía o del arte, sino que se configura como el conjunto de aplicaciones y usos que la palabra tiene en la actualidad.

Existen unos elementos físicos, como montañas, valles, bosques, ríos, praderas, asentamientos humanos, costas o rebaños de animales, que son mensurables y cuantificables y, como tales, pueden ser objeto de descripciones literarias, científicas o registradas en documentos mercantiles, también pueden ser representados en dibujos o planos y recogidos en fotografías. Estos elementos, entre otros, constituyen el substrato físico de lo que entendemos por *landscape*.

Para nombrar el conjunto de esos elementos utilizamos el término *landscape* que designa un sitio o lugar dispuesto de una manera determinada. Pero, para que esos elementos antes nombrados adquieran la categoría de *landscape*, para poder aplicar esse nombre, es necesario que exista un ojo que contemple el conjunto y que se genere un sentimiento que lo interprete emocionalmente. El *landscape* no es, por lo tanto, lo que está ahí, ante nosotros, es un concepto *inventado* o, mejor dicho, una construcción cultural. El *landscape* no es un lugar físico, sino una serie de ideas, sensaciones y sentimientos que elaboramos a partir del lugar.

La palabra *landscape*... reclama también algo más: una interpretación, un carácter y una emotividad.

... la pintura y los medios gráficos (dibujos, fotografías) han documentado las transformaciones del *landscape* a lo largo del tiempo, al menos en los últimos siglos, proporcionándonos conciencia de su mutabilidad.

... los lugares, objeto de contemplación paisagista, no están formados por lo generado inevitablemente por la Naturaleza. Los paisajes se pueden transformar y, hasta hace poco tiempo, se han transformado inconscientemente e incontroladamente.

Fenómenos telúricos, cultivos, explotaciones mineras, construcción, obras públicas o expansión de ciudades, son algunas de las causas principales de la transformación del paisaje. Los paisajes, por tanto, son susceptibles de ser destrozados o mejorados y, como cualquier otro mecanismo, pueden ser compuestos. Hemos de ser conscientes de que nosotros, los hombres, somos los principales agentes de estas transformaciones y, también, de que no está reñida la explotación de la tierra con la conservación y mejora del entorno y de sus valores paisagistas.” (Maderuleo, 1996 p.10-11)

Muito importante para fundamentar o uso que queremos fazer da noção de paisagem são as observações de Berque, A., no sentido de não nos deixar confundir a paisagem com uma coisa em si, mas ter rigorosamente presente que se trata de uma relação com as coisas: “sob esta relação o mundo toma sentido e se manifesta enquanto paisagem.” A paisagem é um modo próprio de uma particular cultura enxergar o mundo.

“Tenemos... que distinguir estrictamente dos enfoques del paisaje. Uno, lo que adoptan las ciencias de la naturaleza (como la biogeografía o la ecología del paisaje), que universaliza esta noción para objetivar las formas del entorno. Este enfoque se justifica en el nivel ontológico del planeta (entidad física objetiva), y de la biosfera (entidad ecológica objetiva), pero no puede aplicarse en el nivel ontológico del ecúmeno, a saber, el conjunto de los asentamientos o medios humanos, dicho de otro modo, la relación de la humanidad respecto a la extensión terrestre. En efecto, al vincular la existencia de los seres humanos como tales (y no sólo como seres vivos), el ecúmeno es una entidad a la vez ecológica y simbólica, física y fenomenal. En el nivel del ecúmeno, la realidad no puede tratarse como un simple objeto, porque ésta presupone la existencia de los sujetos humanos, la cual impregna forzosamente (ontologicamente) el mundo de un determinado sentido, propio de una cultura concreta, de una época concreta, y no de otras.

Este sentido del mundo es una *mundeidad*, que debe analizarse a la vez temporalmente como *epocalidad* (el sentido de una época) y espacialmente como

mediania (el sentido de un medio). A falta de una hermenéutica de este tipo, es decir, si reducimos ontológicamente el ecúmeno al nivel de la biosfera o del planeta, nos condenamos a no entender jamás porqué el paisaje no há existido siempre ni en todas partes y con ello caer en el doble error del cientificismo y del etnocentrismo (que se implican recíprocamente). A diferencia del entorno, del que se puede hacer una morfología objetiva, el paisaje en sentido estricto existe sólo en la dimensión *trayectiva* del medio humano, cuyo conjunto forma el ecúmeno, que no compete ni sólo al objeto ni sólo al sujeto, sino a una determinada relación de la existencia humana respecto a las cosas del entorno.” (Berque, 1996. p. 15-16)

Berque coloca a ênfase no valor “sentimental” da paisagem, que ele identifica na origem do termo entre os chineses, para quem a paisagem é o que une a natureza ao coração.

Podemos concluir, pelo que refletimos até aqui, que o estudo das paisagens nos permite acessar a empiria em três dimensões: uma dimensão técnica, de avaliação das “coisas” pela aplicação de um instrumental específico destinado à identificação das características gerais de um território – é o nível em que a paisagem mais se aproxima da configuração territorial; uma dimensão percepto-cognitiva, em que a apreensão do entorno se dá pela atribuição de significados, tributários da práxis e da língua, que por sua vez dão origem a categorizações muitas vezes dicotômicas: homem-natureza; sujeito-objeto; ativo-passivo; e uma terceira dimensão, responsável pela impregnação emocional das avaliações técnicas e percepto-cognitivas, dando origem a problematizações de caráter ontológico.

Entendemos que estes não são níveis de abordagem que se excluem reciprocamente e que eles podem ser contemplados no percurso de uma pesquisa, formando um quadro complexo na construção da realidade. O grau de importância com que cada um destes

níveis participa na compreensão do “ambiente”, ou o modo como eles se compõem na formação de um mesmo quadro, será efeito do campo de trabalho e da correlação de forças neste campo.

Para passar destas considerações de caráter operacional à apresentação de sua importância no trabalho empírico, gostaríamos de realçar uma observação insistentemente feita por Yázigí, E.(1996) em seus estudos sobre *Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil*: a paisagem é sobretudo importante para quem nela habita. Para o morador do local a paisagem é espaço mediador dos acontecimentos, é lugar de referências múltiplas, fonte de contemplação e inspiração, reduto da memória social.

Na literatura brasileira, um grande exemplo de antropomorfização da paisagem é dado por Monteiro Lobato, referindo-se ao que via no sertão fluminense:

Colcha de Retalhos [1915] – “Por estes dias de março a natureza acorda tarde. Passa as manhãs embrulhada num roupão de neblina e é com espreguiçamentos de mulher vadia que despe os véus da cerração para o banho de sol.

A névoa esmaia o relevo da paisagem, desbota-lhe as cores. Tudo parece coado através de um cristal despolido.

Vejo a orla de capim tufada como debrum pelo fio dos barrancos; vejo o roxo-terra da estrada esmaecer logo adiante; e nada mais vejo senão, a espaços, o vulto gotejante dalguns angiqueiros marginais.”

A paisagem é assim um operador analítico que, se não chega a alcançar a objetividade necessária a um trabalho rigoroso, permite o assinalamento, ao menos inicial, de uma nova textura ontológica.

ANEXO II

RELAÇÃO DOS QUADROS FOTOGRÁFICOS

(identificados no mapa da folha seguinte)

- Quadro 1** – Francisco Fragoso
- Quadro 2** – Bosques florestais
- Quadro 3** – Plantação de hortaliças em Marco da Costa
- Quadro 4** – Paraíba do Sul
- Quadro 5** – Plantação de café em Paraíba do Sul
- Quadro 6** – Pátio de café em Paraíba do Sul
- Quadro 7** – Residência do Barão de Paty (Miguel Pereira – Vera Cruz)
- Quadro 8** – Fazenda São João (Miguel Pereira – Marco da Costa)
- Quadro 9** – Fazenda Guache (Paty do Alferes)
- Quadro 10** – Fazenda Guache (Paty do Alferes)
- Quadro 11** – Fazenda Guache (Paty do Alferes)
- Quadro 12** – Fazenda Igapira (Miguel Pereira – Marco da Costa)
- Quadro 13** – Hotel da Vila Suzana
- Quadro 14** – Igreja de Bom Jesus dos Matozinhos (Paraíba do Sul)
- Quadro 15** – Igreja Bom Jesus dos Matozinhos (Paraíba do Sul)
- Quadro 16** – Painel de Azulejo – São Sebastião do Calixto (Paraíba do Sul)
- Quadro 17** – Igreja de São Sebastião do Calixto – (Paraíba do Sul)
- Quadro 18** – Antiga estação de trens – Cavaru (Paraíba do Sul)
- Quadro 19** – Centro cultural em Cavaru, antiga estação de trens. (Paraíba do Sul)
- Quadro 20** – Travessia do Rio Santana em Marco da Costa (Miguel Pereira)
- Quadro 21** – Viaduto Paulo de Frontin – Vera Cruz (Miguel Pereira)
- Quadro 22** – Viaduto Paulo de Frontin – Vera Cruz (Miguel Pereira)
- Quadro 23** – Instalação da CEDAE – Francisco Fragoso (Miguel Pereira)
- Quadro 24** – Estação Francisco Fragoso (Miguel Pereira)
- Quadro 25** – Ruínas das instalações da Usina Hidrelétrica de Vera Cruz
- Quadro 26** – Pesque-pague de Marco da Costa (Miguel Pereira)
- Quadro 27** – Pesque-pague em Marco da Costa (Miguel Pereira)
- Quadro 28** – Quiosque à beira-rio. Vera Cruz (Miguel Pereira)
- Quadro 29** – Casa de uma família de peões e tropeiros na Fazenda Glória
- Quadro 30** – Terreiro da casa de tropeiros
- Quadro 31** – Ainda a mesma casa...